



História e Memória

do Centro-Oeste Mineiro:
perspectivas

6

História, Cidadania e Direitos Humanos

Organizadores

Carlos Martins Versiani dos Anjos

Flávia Lemos Mota de Azevedo

José Heleno Ferreira

João Ricardo Ferreira Pires

Lúcia Maria Silva Arruda

editora



História e Memória do Centro-Oeste
Mineiro: perspectivas

6

História, Cidadania e Direitos Humanos

Carlos Martins Versiani dos Anjos
Flávia Lemos Mota de Azevedo
José Heleno Ferreira
João Ricardo Ferreira Pires
Lúcia Maria Silva Arruda
ORGANIZADORES

História e Memória do Centro-Oeste
Mineiro: perspectivas
História, Cidadania e Direitos Humanos

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais – EdUEMG
Belo Horizonte
2018

UEMG

REITORA *Lavinia Rosa Rodrigues*

VICE-REITOR *Thiago Torres Costa Pereira*

CHEFE DE GABINETE *José César Máximo Faria*

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS *Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior*

PRÓ-REITORA DE ENSINO *Michelle Gonçalves Rodrigues*

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO *Moacyr Laterza Filho*

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *Magda Lucia Chamon*

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL *Antonio Ferreira de Araujo Junior*

UEMG UNIDADE DIVINÓPOLIS

DIRETOR ACADÊMICO *Fabrizio Furtado de Sousa*

VICE-DIRETOR ACADÊMICO *Rodrigo Fagundes Braga*

DIRETOR ADMINISTRATIVO *Tiago de Moraes Faria Novais*

COORDENADOR DE EXTENSÃO *José Vitor Vieira Salgado*

COORDENADOR DE PESQUISA *Newton Santos de Faria Júnior*

COORDENAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA PROFA. BATISTINA

CORGOZINHÓ (CEMUD) *Flávia Lemos Mota de Azevedo e José Heleno Ferreira*

CONSELHO EDITORIAL/COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Flávia Lemos Mota de Azevedo – Coordenadora do CEMUD

Prof. Carlos Martins Versiani dos Anjos – Pesquisador/professor do curso de História da Unidade Divinópolis/UEMG

Prof. João Ricardo Ferreira Pires – Pesquisador/professor do curso de História da Unidade Divinópolis/UEMG

Prof. José Heleno Ferreira – Coordenador do CEMUD/Pesquisador e professor do curso de História da Unidade Divinópolis/UEMG

Lúcia Maria Silva Arruda – Pesquisadora/analista universitária do CEMUD

PROJETO GRÁFICO *Arnaldo Pires Bessa e Elvis Gomes*

CAPA *Diêgo Garcia*

DIAGRAMAÇÃO *Elvis Gomes*

REVISÃO *José Heleno Ferreira*

SUPORTE *Assessoria de Comunicação – UEMG Unidade Divinópolis*

H673 História e Memória do Centro-Oeste Mineiro : perspectivas : História, Cidadania e Direitos Humanos (6 : 2018) / Carlos Martins Versiani dos Anjos ... [et al.] (organizadores). - Divinópolis : EdUEMG, 2018.
402 p. : il. ; fots.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5478-014-2

1. Minas Gerais - História. 2. Cidadania. 3. Direitos Humanos. 4. Memória coletiva. I. Universidade do Estado de Minas Gerais. II. Anjos, Carlos Martins Versiani dos. III. Azevedo, Flávia Lemos Mota de. IV. Ferreira, José Heleno. V. Pires, João Ricardo Ferreira. VI. Arruda, Lúcia Maria Silva. VII. Título.

CDU 908(815.1)

Sumário

Apresentação	
História, Cidadania e Direitos Humanos	9
Agradecimentos	15
PARTE I – DIREITOS HUMANOS, MEMÓRIA E HISTÓRIA	17
Cais do Valongo: relembrar para não reviver <i>Nilmário Miranda e Leonardo Soares Nader</i>	19
Justica de transição: a execução de seus mecanismos no processo de transição no Brasil <i>Vanuza Nunes Pereira</i>	32
Dizer o indizível – A música como mediadora da inclusão social de pessoas portadoras de transtorno mental <i>Virgínia Raimunda Ferreira e José Heleno Ferreira</i>	50
Programa Mais Educação e educação das pessoas em situação de pobreza: evidências de um paradigma <i>Bárbara Ramalho</i>	65
Perspectiva histórica das correlações existentes entre direitos humanos e as relações étnico-raciais <i>Simone Maria dos Santos, Ana Paula Gonçalves Pinto e Marlon Henrique Ferreira</i>	80
Imagens dos primeiros diálogos do Grupo de Trabalho Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual no Centro-Oeste Mineiro <i>Arnaldo Mesquita Santos Júnior, José Heleno Ferreira, Marília Fraga Cerqueira Melo, Michele Mariano Rodrigues, Nilmar José da Silva e Ricardo Luiz Alves Pimenta</i>	96
Agricultura familiar sustentável e segurança alimentar <i>Márcia Helena Batista da Costa, Sandra Meire Guimarães, Joice Alvarenga Borges Carvalho e Thauany Gonçalves Melo</i>	109

Entre história, evidências, testemunhos e memória: as políticas de memória e identidade <i>Flávia Lemos Mota de Azevedo</i>	118
Educação em direitos humanos – Contra a violação de direitos e a criminalização da juventude <i>José Heleno Ferreira e Isabela Brant Lopes Leite</i>	132
PARTE II – HISTÓRIA REGIONAL	147
Paisagem cultural e memória: fragmentos da memória sobre o Largo do Rosário em Divinópolis <i>João Ricardo Ferreira Pires</i>	149
O DOPS em Divinópolis: repressão ao comunismo na década de 40 <i>Carlos Martins Versiani dos Anjos e Charles Ishimoto Aquino</i>	162
Crítica ambiental no pensamento de Raimundo José da Cunha Matos <i>Daniel Venâncio de Oliveira Amaral e Éder Jurandir Carneiro</i>	173
Respeitável público: o circo chegou! Uma análise da apropriação dos espetáculos circenses no Oeste de Minas Gerais (1888-1930) <i>Rosana Daniele Xavier</i>	188
Educação patrimonial, memória e cidadania: estratégia de conscientização patrimonial no município de Oliveira-MG <i>Pedro Henrique Porto Coelho, Isaac Cassemiro Ribeiro e Tainah Leão Nascimento</i>	203
É dia de feira: um estudo antropológico das relações de sociabilidades nas feiras-livres de Divinópolis-MG <i>Gabriel Moura Silva</i>	225
Explícito é melhor que implícito <i>Cochise César de Monte Carmo</i>	251

As oficinas de Educação Patrimonial como mediadoras de saberes – A experiência do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho na construção coletiva de uma educação para o patrimônio <i>Samuel José Santiago, Máira Lopes Rocha, Flávia Lemos Mota de Azevedo e Fátima Gonçalves da Silva</i>	260
O diálogo pacífico entre o Islã e o Cristianismo durante a quinta cruzada a partir da visita de Francisco de Assis ao sultão Malik al-Kamel <i>Antônio Marcos Gonçalves Júnior</i>	281
PARTE III – HISTÓRIA, MÍDIA E DIREITOS HUMANOS	305
A formação crítica de documentaristas sociais, memória e desenvolvimento local através do webdocumentário <i>Richardson Nicola Pontone</i>	307
O empoderamento feminino no filme “O piano” (1993) <i>Marina de Moraes Faria Novais</i>	323
Construções identitárias e representações: os movimentos feministas e de mulheres em Belo Horizonte, nas décadas de 1970/1980 – Um estudo de caso <i>Natália Silva Elias e José Heleno Ferreira</i>	342
A inserção feminina por meio da escrita nos jornais de Divinópolis: o caso “Estrella da Oeste” <i>Nayara Aparecida Moura e João Ricardo Ferreira Pires</i>	359
Herói ou vilão? A imagem política de Fernando Collor de Mello representada nas cartas dos leitores publicadas pela revista Veja no ano de 1989 <i>Willian Santos Pereira</i>	369
O discurso oculto e o discurso público: estratégias de resistência na interação entre subordinados e subordinadores no contexto organizacional <i>Dôuglas Aparecido Ferreira</i>	383

Apresentação

História, Cidadania e Direitos Humanos

Carlos Martins Versiani dos Anjos

Flávia Lemos Mota de Azevedo

José Heleno Ferreira

João Ricardo Ferreira Pires

Lúcia Maria Silva Arruda

O Centro de Memória Prof^a Batistina Corgozinho (CEMUD), pertencente à unidade Divinópolis da UEMG, vem se destacando em várias frentes de trabalho ligadas à preservação documental, à história e à memória do Centro-Oeste Mineiro. A idealização desse centro de pesquisa e extensão data de 2006, trazendo as marcas da utopia da professora Batistina Maria de Sousa Corgozinho que pretendia preservar e divulgar a história da nossa região. Durante muitos anos focou sua atividade na guarda documental de acervos significativos e na pesquisa e extensão desse mesmo acervo. Embora este continue sendo um dos princípios norteadores da ação do CEMUD, seu escopo se ampliou, pois não basta apenas guardar de maneira adequada acervos históricos, é preciso torná-los vivos no presente, que é de todos nós. Para tanto, desde 2014 o Cemud iniciou uma série de ações para implementar atividades de educação patrimonial e ampliar sua comunicação e seus laços com a comunidade. Assim, as visitas de alunos de escolas da educação básica às instalações e exposições, visitas orientadas por mapas urbanos que demonstrem a importância do patrimônio, oficinas ministradas nas escolas e nas secretarias estaduais e municipais de educação fazem parte do nosso planejamento de educação patrimonial. Também as exposições da Semana de Museus, da Primavera de Museus, da Semana Nacional de Arquivos e outras tornam possível que os acervos ganhem vida e que as pessoas conheçam o Centro de Memória e o reconheçam como um espaço aberto às pesquisas e estudos sobre o Centro Oeste de Minas Gerais. Um ponto muito importante nesse processo é a manutenção do Portal da Memória EmRedes (www.emredes.org.br), espaço virtual de pesquisas históricas sobre o Centro-Oeste Mineiro.

Desse ponto acima podemos realçar, também, a ampliação

das relações institucionais do Centro: o reconhecimento pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) do CEMUD como Ponto de Memória e a participação regular em eventos nacionais do IBRAM firmam o CEMUD como referência na questão da museologia na região. Aliás, esse é um aspecto importante que vem sendo explorado não há muito tempo, desde 2014, o CEMUD como um espaço museológico. Como um local que aproxima as pessoas do patrimônio e da cultura que é sua e que muitas vezes é percebida como algo distante. Institucionalmente, também, é importante realçar nosso cadastro no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão máximo da gestão de arquivos no país. O Centro é uma instituição reconhecida nacionalmente como arquivo que considera todos os princípios e metodologias mais avançadas da área. A questão de ser um arquivo é, talvez, como já dissemos, a nossa mais antiga função, mas adquire um novo significado e importância a partir desse cadastro.

Fica claro que de um arquivo e local de pesquisas o CEMUD se tornou também um centro de extensão aglutinador e propositivo das questões da memória, do patrimônio e da cultura regional. Nossa atuação e escopo se ampliaram, mas nossas raízes, nosso chão é a história regional e, mais particularmente, a história regional do Centro-Oeste Mineiro. Apresentemos, pois, ainda que brevemente, algumas considerações sobre o regional, apenas para firmar os princípios que norteiam a atuação do Centro nesse aspecto.

O que é história regional? O que é região? O que é o local? Como o historiador deve trabalhar com essa dimensão? Quais são as vantagens historiográficas dessa perspectiva? Em um estudo histórico e sociológico não podemos considerar a região ou o local como dados naturais ou como delimitações geográficas ou administrativas já dadas de antemão. A região é construída pelo pesquisador a partir das evidências e da problemática desejada. A região ou o lugar são sempre categorias que se relacionam com a totalidade, ela nunca pode ser apreendida fora da ligação com o espaço mais amplo, do qual ela é um recorte. Nesse sentido, pensamos que o Centro Oeste que o Cemud cria como problemática procura certas questões específicas, certos recortes que com o tempo foram se mostrando mais produtivos.

Começaremos por dizer que, na “História Regional” ou na “História Local”, a “região”, o “local”, o “espaço” são trazidos de fato para o centro da análise. O “lugar”, na História Local, não

se relaciona apenas à dimensão local dentro da qual se produz o trabalho do próprio historiador; aqui, o “local” é trazido para um lugar importante no palco da análise historiográfica [...] Outro ponto importante deve ser considerado. O fato de que uma história possa ser compreendida como “história local” não exclui a possibilidade de que esta mesma história se refira a uma “totalidade” [...] Nenhuma “localidade”, ou nenhuma “região” [...] está dada previamente. Não existem, para o historiador, regiões que se impõem a ele como espaços já dados de antemão. Isto porque a “região” ou a “localidade” dos historiadores não é a localidade dos políticos de hoje, ou da geografia física, ou da rede de lugares administrativos em que foi dividido o país, o estado ou o município. Toda “Região” ou “localidade” é necessariamente uma construção do próprio historiador¹.

A noção de região ou de local também leva em conta as relações entre os homens e desses com o meio, não se pode simplesmente excluir as continuidades e descontinuidades sociais sob pena de naturalizar a história.

A partir da geografia crítica, alguns geógrafos têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço. Para estes geógrafos, a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Partindo desse quadro teórico, definem “região” como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula².

A vantagem de uma visada local é a possibilidade de apreender a história vivida de um ponto mais próximo de onde ela acontece,

¹ BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 230-232.

² AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaço. In: SILVA, Marcos A da. (Org.) *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 8.

descemos mais ao rés do chão, nos posicionamos mais humildemente perante nossas testemunhas. A vantagem, ainda, de uma visada local é a capacidade que ela tem de precisar melhor as interpretações gerais, a capacidade de desmistificar grandes sínteses, assim, estudando o Centro Oeste acabamos por nuançar análises mais gerais sobre Minas Gerais, Brasil e o mundo.

Durante toda a trajetória do Centro muitas pesquisas foram realizadas, muitos trabalhos foram feitos criando o Centro Oeste como um campo de estudos legítimo na história de Minas Gerais. Uma das ações permanentes do Centro que mais contribui para isso é a realização dos Seminários de História e Memória do Centro Oeste, que desde 2006, a cada dois anos reúne estudiosos locais e de várias regiões tanto de Minas quanto do Brasil para discutir amplos aspectos da nossa região. É importante frisar que mesmo que o Centro tenha como princípio o trabalho de historiador, um trabalho com e da memória, os Seminários sempre foram muito amplos na questão dos campos teóricos. Tem-se trabalhos nas várias áreas: educação, saúde, no campo das engenharias, no campo da sociologia, da antropologia, da geografia. Temos trabalhos de graduandos a pós-doutores, o que mostra a diversidade de olhares e perspectivas. Esse livro é fruto do último desses seminários – o sexto – realizado em 2016, na UEMG Unidade de Divinópolis, no final do mês de novembro e início de dezembro, tendo como tema geral “História, Cidadania e Direitos Humanos”.

As questões relativas à cidadania e aos direitos humanos são sempre relevantes para o debate acadêmico, principalmente numa época de tantas discussões envolvendo as relações entre a política e a justiça; de tantas atitudes de intolerância, fanatismo, violência, que infelizmente ainda se fazem muito presentes na realidade social brasileira. A região do Centro-Oeste Mineiro e o município de Divinópolis não estão imunes a todo esse debate. O Seminário contou com a participação de movimentos e grupos atuantes na região, na área da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais tanto na proposição de mesas redondas quanto na apresentação de trabalhos individuais.

A UEMG, em sua Unidade Divinópolis, se mostra bastante engajada na luta contra o preconceito e a intolerância: pela formação de grupos e coletivos; pela ação pedagógica de professores das mais diversas áreas; pela organização de vários eventos, como ocorre todos os anos na luta antimanicomial; pelos inúmeros projetos de pesquisa e de extensão que buscam trazer à tona questões culturais e sociais das comunidades e região para o meio

acadêmico, com a participação ativa dos discentes. O VI Seminário buscou contemplar uma direção que há muito se expressa de forma significativa em toda a comunidade acadêmica da UEMG-Divinópolis, em seu exercício pedagógico e interdisciplinar, nas atividades extensionistas, de pesquisa e de ensino, trazendo também a voz das organizações e grupos atuantes da comunidade divinopolitana e região.

A abertura do evento contou com a participação do então Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, que na conferência inicial problematizou a questão da memória e do direito à verdade, além da apresentação do Grupo Movimento, coral formado por pessoas com transtornos psíquicos, que há mais de duas décadas é coordenado pela professora Virgínia Raimunda Ferreira (UEMG Divinópolis). O evento contou com oficinas, palestras e Grupos de Trabalho, apresentando comunicações que contemplaram as questões ambientais, étnico-raciais, de gênero, violência, mídia, política, sistema prisional, infância e adolescência, sempre sob a perspectiva da História e dos Direitos Humanos. Uma roda de conversa com os coletivos de mulheres, negros e LGBTI+, organizados na própria unidade acadêmica e também noutros espaços da cidade, marcou a atividade de encerramento, que contou ainda com a apresentação da peça teatral “O túnel”, dirigida pelo professor Carlos Martins Versiani dos Anjos (UEMG Divinópolis).

A Comissão Organizadora apresenta, agora, o livro que traz uma seleção de alguns dos trabalhos apresentados no VI Seminário História e Memória do Centro Oeste Mineiro, contando também com a participação de outros autores e autoras, convidados para contribuir com a reflexão sobre o tema central: História, Cidadania e Direitos Humanos.

Organizado em três partes, o livro traz vinte e quatro artigos. Direitos Humanos, Memória e História é o tema aglutinador dos textos que compõem a parte I. A segunda parte reúne textos que têm como perspectiva a História Regional e, por fim, a terceira parte: História, Mídia e Direitos Humanos.

Trata-se do sexto volume da coleção História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: Perspectivas, dando continuidade a um processo que vem se realizando bianualmente. A cada dois anos o Centro de Memória promove o Seminário de História e Memória do Centro Oeste Mineiro com o objetivo de reunir pesquisadores que tenham como objeto de estudo a memória e a história, bem como a região centro oeste de Minas Gerais. Posteriormente,

publica-se o livro que busca apresentar as principais questões discutidas no seminário.

A definição da temática busca considerar questões específicas da região e ou questões que estejam sendo discutidas em um nível mais amplo. Assim, após o primeiro seminário, ainda em 2006, quando colocou-se o Centro Oeste Mineiro como objeto de estudo, tivemos, em 2008, o segundo seminário, que resultou na publicação do livro “História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: perspectivas – História, Memória e Cultura”. Em 2010, a perspectiva em questão foi as confluências entre o urbano e o rural. Em 2012, cidades centenárias: desenvolvimento regional e inclusão social. Dois anos depois, 2014, memória, literatura e educação foram as temáticas em torno das quais realizou-se o seminário e, posteriormente, a publicação do volume cinco da coleção. Enfim, chegamos ao sexto volume: História, Cidadania e Direitos Humanos.

O lançamento do sexto volume desta coleção coincide com o processo de realização do sétimo seminário, cujo tema será violências. Desta forma, o Centro de Memória Prof^a Batistina Corgozinho apresenta sua contribuição para que a história e a memória do centro oeste mineiro sejam colocadas em questão e, ao mesmo tempo, abre campos para que estudantes, professores e professoras, profissionais que lidam com a memória e com a cultura encontrem espaços para socializar seus estudos, dialogar com seus pares e encontrar novas perspectivas para dar continuidade aos seus trabalhos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaço. In: SILVA, Marcos A. da. (Org.) *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 8.

BARROS, José D’ Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 230-232.

Agradecimentos

Este livro resulta do trabalho de um grande número de pessoas que se envolveram na realização do VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CENTRO-OESTE MINEIRO, realizado entre 30 de novembro de 02 de dezembro de 2016, tendo como tema “História, Cidadania e Direitos Humanos”. Estudantes, professores e professoras, profissionais que atuam em arquivos públicos e outras instituições ligadas à História e à memória nas cidades da região, pesquisadores e pesquisadoras que participaram como ouvintes, apresentando comunicações orais, coordenando grupos de trabalho, entre outras atividades, tornaram possível a sexta edição desse evento que vem sendo realizado desde 2006. Os artigos que compõem o livro resultam dos trabalhos apresentados no seminário e dos debates que se realizaram durante o mesmo.

Agradecer é, pois, uma forma de reconhecer o trabalho realizado: àqueles(as) que disponibilizaram seus textos; ao Grupo Movimento, que contribuiu com a abertura do evento; ao então Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do Estado de Minas Gerais, Nilmário Miranda, que proferiu a conferência de abertura; aos coletivos de mulheres, negros e LGBTQI, que possibilitaram a realização da roda de conversa acerca das lutas em defesa dos direitos humanos; à equipe coordenada pelo professor Carlos Martins Versiani dos Anjos, que apresentou a peça “O Túnel”, encerrando o Seminário.

Agradecemos, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (FADECIT) que viabilizaram a realização do evento.

Nosso reconhecimento também a toda equipe (funcionários, estagiários e bolsistas) que atua no Centro de Memória Prof^a Batinista Corgozinho (CEMUD) pelos inúmeros trabalhos durante a preparação e realização do Seminário e, finalmente, à Assessoria de Comunicação da UEMG – Unidade Divinópolis pela diagramação do texto.

Um trabalho feito a muitas mãos! Marcado pelo compromisso, pela dedicação à pesquisa e pelo afeto que nos torna companheiros e companheiras nas lutas pelo direito à cidadania, pela efetivação dos direitos humanos.

PARTE I
DIREITOS HUMANOS, MEMÓRIA E
HISTÓRIA

Cais do Valongo: relembrar para não reviver

*Nilmário Miranda¹
Leonardo Soares Nader²*

INTRODUÇÃO

Em um passeio com sua família à Cidade Maravilhosa, uma jovem de 14 anos abre a porta do carro. Persuadida pelos pais, se dirige ao museu que decidiram visitar naquele dia. De longe, viu resquícios escavados que não antecipavam nada de interessante: pedras velhas, histórias antigas, gente morta. Meio a contragosto, a jovem passa pela bilheteria, sem saber muito o que esperar. Uma vez dentro, se aproxima do primeiro totem e, meio que por automatismo, aperta o botão. Como se em um passe de mágica, a sala iluminada começa a esmaecer, e a mente da jovem embarca numa jornada que a leva da ilha de Gorée, no Senegal, ao cerne da mais grave mácula existente na história coletiva de nosso país. A cada exibição, quadro, totem e atividade, a jovem experimenta a perspectiva das pessoas escravizadas; desraigadas das comunidades e terras ancestrais; amalgamadas como carga em porões fétidos de navios negreiros; enfrentando viagens funestas onde a morte era uma probabilidade constante e o destino, muitas vezes, desconhecido.

Este destino, a jovem aprenderia, poderia ser Recife, Salvador, Vitória, ou Santos. Mas foi ali, debaixo de seus próprios pés, no Cais do Valongo, ponto de desembarque de quase um milhão de pessoas escravizadas. Poderia imaginar ao seu redor as pessoas desembarcando acorrentadas, propelidas por violência, recebidas com desdém. Examinando a maquete, edifica em sua

¹ Jornalista, Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do Estado de Minas Gerais. Ex-deputado federal, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Ex-Ministro de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Doutorando em Direitos Humanos e Política Global pela Scuola Superiore Sant'anna (Pisa, Itália). Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela UPEACE (2005) e pela Universidade de Oxford (2011). Profissional de direitos humanos com experiência em diversos países e organizações internacionais. Ex-subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no estado de Minas Gerais.

mente o coreto onde ocorriam os leilões de seres humanos, vendidos a compradores que decidiriam sobre a separação de famílias. Escutaria ressoar em seus ouvidos o desespero de uma criança ao ser arrancada dos braços da mãe. Casais, irmãos, comunidades inteiras apartados e enviados aos quatro cantos desta terra.

Neste contexto, entenderia porque o desembarque dos descendentes de europeus se dava em outro lugar, poupando as ricas famílias dos donos de poder de se importunarem com tamanhas cenas de sofrimento. Aprenderia sobre desumanização, coisificação. Refletiria sobre o processo escravagista: sua violência por definição, a renúncia de crenças, culturas e tradições sob pena de açoite. Enquanto jovem mulher, contemplaria a apropriação do corpo da mulher africana escravizada; a apropriação sem nenhuma compensação do fruto do trabalho de homens, mulheres e crianças escravizados; a quem eram negados mesmo os direitos mais básicos, como o da alfabetização. Mesmo sua identidade, seus nomes, eram-lhes retirados e substituídos por nomes de santos cristãos.

Nas dependências daquele espaço, desaprenderia também muitas coisas. Enfrentando o arquétipo do escravo ignorante, veria que muitas das pessoas escravizadas dominavam diversos saberes, que lhes permitiram construir igrejas, portos, fundições de ferro, confecções de roupas, móveis, artesanatos de madeira e ferro e extração de minérios. Concluiria que o desempoderamento não vinha do ventre, mas era imposto pela força.

Veria também documentos da época, mostrando a cumplicidade dos poderes do Estado em cada uma daquelas práticas. Poderia examinar registros históricos de como parlamentares escravagistas exigiam compensação pelo 'prejuízo', pela 'quebra de contrato' quando da abolição. Leria recortes da mídia da época opondo-se a qualquer medida que avançasse a causa abolicionista. E se imaginaria na pele de uma das pessoas escravizadas recém libertas; em um país de 13 milhões de pessoas, onde 8 milhões eram pretas ou pardas, estabelecendo-se em contexto hostil, sem acesso à terra, moradia, educação ou qualquer outra forma de prosperar enquanto cidadãos e cidadãs do Brasil.

Mesmo quando deixasse o local, a visita da jovem não terminaria, pois veria em outro contexto um país onde aos negros se reservam as profissões menos remuneradas, a exclusão das carreiras de Estado, a baixa representatividade em carreiras prestigiadas, como a engenharia e a medicina; e aviltantes desvantagens em termos de moradia, trabalho decente, segurança, liberdade de

culto e acesso à Justiça. Seria confrontada com estatísticas da composição dos três poderes, da distribuição da renda, da mortalidade, da pobreza e nos níveis de educação com recortes étnicos, e aprenderia que os descendentes daquelas pessoas escravizadas ainda são vasta maioria nas cadeias, entre os que habitam as ruas e os que incham os filões de sem-terra e sem casa, no trabalho infantil e no trabalho doméstico adulto.

Escravidão, racismo, machismo, exclusão já não parecem ser história antiga, de gente morta. Passa a ser parte de uma realidade histórica, onde a jovem passa a se enxergar enquanto pessoa, enquanto cidadã, questionando os preconceitos, privilégios e contradições da sociedade onde vive.

O CAIS DO VALONGO ENQUANTO CENTRO DE MEMÓRIA

Usamos a anedota acima para ilustrar nossa visão de que o Cais do Valongo deveria ser o mais importante lugar de memória do país. Junto ao Cemitério dos Pretos Novos, deveria ser alçado ao status de “Monumento da Infâmia” enquanto ainda há tempo de se preservar as lições que ele tem a nos ensinar. Apresentamos o argumento que a memorialização das pessoas, histórias, viveres e saberes que passaram pelo Cais não somente é uma questão de justiça histórica e resgate da humanidade das pessoas que por lá passaram, mas também é uma ferramenta importante de luta no presente, influenciando no futuro que teremos enquanto sociedade. Como disse Giovanni Harvey, o Cais é, “paradoxalmente, um ponto de chegada para o passado, e um ponto de partida para o futuro” (HARVEY, 2017).

De acordo com o estudo de Lima, Sene e de Souza, não se sabe exatamente quando o Cais começou a funcionar. O estudo explica que em 1779 foi tomada a decisão de transferir o mercado de escravos da Rua Direita, – então a principal rua do Rio de Janeiro – para um local periférico na região do Valongo. De acordo com os autores:

O desfile de negros seminus, esqueléticos e pestilentos no centro político, econômico, administrativo e religioso da cidade [...] por certo trazia constrangimento e medo às elites, receosas de serem contaminadas com suas doenças. (LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016)

O complexo escravagista data do final do século XVIII, e contava

com um lazareto para isolamentos, um cemitério e lojas para o comércio de seres humanos. O Cais em si, ao menos formalmente, foi construído em 1811, embora possa ter funcionado informalmente antes disso (LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016). Foi desativado para o comércio de seres humanos em 1831, com a proibição formal do comércio transatlântico de pessoas escravizadas. Continuou, porém, funcionando para o transporte de mercadorias e pessoas até ser reformado e transformado, em 1943, no Cais da Imperatriz. (LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016). Foi aterrado no início do século XX a fim de dar espaço à construção do cais do Rio de Janeiro, para apenas ser descoberto em 2011, com o remodelamento da degradada zona portuária em preparação para as Olimpíadas de 2016. Criou-se, então, uma oportunidade única para que a arqueologia investigasse o local, tido pelos autores como de

indiscutível importância para a comunidade descendente e para a história da escravidão no Brasil, mas, sobretudo, por ele ter sido varrido da memória social brasileira. [É] um poderoso instrumento para recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais (LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016)

Em 20 de Novembro de 2013, no Dia da Consciência Negra no país, as escavações foram declaradas Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) (PORTAL BRASIL, 2017). Começou a somar-se, então, interesse para que o lugar viesse a ser conhecido como patrimônio histórico da humanidade. De acordo com Kátia Boguea, presidente do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “o Valongo merece estar junto de lugares como Hiroshima e Auschwitz para nos fazer lembrar as partes da história da humanidade que não podemos esquecer” (BOGEA, *apud* BBC BRASIL, 2017). No dia 9 de julho de 2017, durante sua 41ª Reunião, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO decidiu incluir em sua lista o Cais do Valongo, sendo o segundo local da cidade do Rio de Janeiro a ser inserido, e o 21º do país. Em nota, a UNESCO declarou que

por sua magnitude, o Cais de Valongo pode ser considerado o lugar mais importante de memória da diáspora africana fora da África [...] o local revelado em 2011 [...] se tornou o maior vestígio material das raízes africanas nas Américas (UNESCO BRASIL, 2017).

O reconhecimento pela UNESCO também atesta que o Cais se enquadra no critério de determinação do patrimônio histórico mundial: “Está diretamente ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional” (UNESCO BRASIL, 2017). Em sua nota, a UNESCO justifica esse enquadramento:

o Cais do Valongo se encaixa neste critério, pois é um exemplo de sítio histórico sensível - que desperta a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lida com a história de violação de direitos humanos. Portanto, o Cais do Valongo materializa memórias que remetem a aspectos de dor e sobrevivência na história dos antepassados dos afrodescendentes, que hoje totalizam mais da metade da população brasileira e marcam as sociedades de outros países do continente americano. (UNESCO BRASIL, 2017)

O próprio dossiê de candidatura enviado pelo IPHAN à UNESCO reconhecia que o achado retratava, “Na região do Valongo, um passado que permanece até hoje” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2017), referindo-se à contínua habitação de pessoas libertas e seus descendentes na região, e a retomada da expressão cultural afro-brasileira naquele ponto (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2017). A existência da comunidade “Pequena África” nos arredores e a lavagem cerimonial conduzida anualmente por religiosas de matriz africana, aponta para um vínculo ancestral e uma conexão histórica contínua. Mas a permanência desse passado transpõe o sentido dado pelo IPHAN em seu panfleto – muito do sofrimento, subalternização, desumanização e desempoderamento que o Valongo simbolizava ainda persiste em nossa sociedade.

O reconhecimento da UNESCO facilita a transformação do lugar em um centro de memória para o Brasil e o resto da humanidade, ajudando-nos a compatibilizar a presente era, da vigência de tratados internacionais de direitos humanos, com uma sociedade onde ainda se fazem presentes, séculos após, as consequências da compra e venda de vidas humanas. Seja pela persistência da discriminação racial, seja pela resiliência das piores formas de trabalho análogas à escravidão; o reconhecimento do que ocorreu enquanto superlativa injustiça histórica é importante para a efetivação dos direitos humanos nos dias atuais.

A jurisprudência dos órgãos internacionais e regionais de direitos humanos tem caminhado no sentido de reconhecer o Direito à Memória como um componente importante do direito de acesso à Justiça. A Declaração de Princípios Básicos da ONU sobre o Direito à Reparação para Vítimas de Violações Egrégias de Direitos Humanos e Violações Sérias de Direito Humanitário, de 2005, estabelece diversas formas de reparação em seu parágrafo 18: restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não-repetição (ONU, 2005). O critério ‘satisfação’ inclui comemoração e tributos às vítimas, e o comentário geral 31 do Comitê de Direitos Humanos da ONU reflete que “onde apropriado, a reparação pode envolver restituição, reabilitação e medidas de satisfação, como desculpas públicas, memoriais públicos, garantias de não-repetição e mudança nas leis e práticas relevantes [...]” (CDH, 2004).

Em casos como *Velazquez Rodriguez e Aloebotoe*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem quebrado progressivamente com o modelo da reparação pecuniária como a única forma de restituição possível, adotando a memória histórica como forma de restituição. (CAMPISI, 2014, p. 70). Mais recentemente, na figura do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, essa tendência tem mudado qualitativamente, de um direito individual à memória, em direção a um concomitante dever coletivo de lembrança. Em uma opinião separada na decisão de 2005 para o caso *Mowiana Community v Suriname*, ele prescreve a superação do conceito de ‘projeto-de-vida’ para incluir também um de pós-vida; do dano espiritual além daquele moral;

É incumbente a todos nós, que ainda estamos vivos, resistir e combater o esquecimento, tão comum em nossos efêmeros tempos pós-modernos. Os mortos precisam de nossa fidelidade, eles são inteiramente dependentes dela. Os deveres dos vivos em relação a eles não se limitam a assegurar o respeito aos restos mortais ou a um funeral digno, mas também incluem lembrança perene. (CANÇADO TRINDADE, 2005)

Maria Chiara Campisi argumenta que a jurisprudência interamericana tem caminhado nesse sentido. Ela argumenta que os tribunais internacionais têm adotado sistemas mais complexos de reparação em reconhecimento às necessidades e peculiaridades das vítimas e dos Estados. Para ela, a obrigação à memória, tem sido progressivamente reconhecida como parte componente

do direito de reparação às vítimas, e devem ser usadas de forma comensurada aos danos específicos causados às vítimas e ao interesse coletivo de prevenir abusos futuros (CAMPISI, 2014, p. 73).

Assim, se estabelece cada vez mais clara a necessidade de responder com memória às violações de direitos humanos do passado. A preservação do Cais do Valongo e seu reconhecimento pela UNESCO são um passo nessa direção, mas o potencial enquanto centro de memória e educação é muito maior.

O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO DIREITO A NÃO SOFRER DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO RACIAL NO CONTEXTO DA UNIVERSALIDADE E INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Quando o Cais do Valongo ainda recebia sua trágica carga, o Direito Internacional era racista, ao menos em retrospectiva. Voluntarista por excelência, a lei das nações refletia o ordenamento jurídico dos povos que a constituíam, mesmo que, à época, apenas os povos ditos “civilizados” participassem desta construção. Dos tempos clássicos, até o ordenamento jurídico internacional moderno, a concepção de escravidão foi perdendo a legitimidade. Da campanha cidadã que levou à abolição inglesa do tráfico de escravos em 1805, até a primeira convenção internacional contra a escravidão em 1924, um conjunto de lutas individuais e coletivas em cada nação – com importantes vertentes na Inglaterra, Estados Unidos, França e Brasil; ajudaram a proscrever a escravização de seres humanos, a ponto de ser considerada hoje uma proibição costumeira de natureza *jus cogens* – a mais alta hierarquia de norma internacional.

Em sua conjuntura atual, a norma é prevista no artigo quatro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que define: “ninguém será mantido em escravidão ou servidão, e o tráfico de escravos será proibido em todas suas formas” (ONU, 1948, art. 4). Esse princípio é implementado pelo artigo 8 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Político, de formulação semelhante; mas que também detalha a proibição do trabalho forçado (ONU, 1966 art. 8). Diversas convenções da Organização Internacional do Trabalho, a mais recente das quais o Protocolo Adicional Contra o Trabalho Forçado, regulam a liberdade, dignidade e salubridade da relação da pessoa humana com o trabalho.

Com relação direta ao passado escravocrata, a proscrição da discriminação racial pelo direito internacional dos direitos humanos

veio para lidar com os modelos estatais, sociais e mentais que justificavam a escravidão, e que ainda hoje alimentam a subalternização de seres humanos com base em raça e etnia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbe qualquer distinção de raça e cor no exercício de direitos humanos, além de garantir o reconhecimento enquanto pessoas, e a igualdade de todos enquanto pessoas perante a lei. O Pacto Internacional reafirma essas normas, mas é na Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, que a matéria encontra seu principal marco regulatório internacional. A convenção define discriminação racial como:

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência com base em descendência racial, ou origem nacional ou étnica que tem o propósito ou o efeito de anular ou tolher o reconhecimento, gozo ou exercício, em pé de igualdade, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outro da vida pública (ONU, 1965 art. 2).

Seus 25 artigos lidam com os difíceis temas de apartheid e segregação racial, proscvem a disseminação de ideias de superioridade ou inferioridade racial, e proíbem distinções de tratamento em diversos direitos específicos. Toma também o importante passo de prever ações reparativas como forma de se atingir a igualdade racial:

Medidas especiais tomadas para o único propósito de assegurar o avanço adequado de certos grupos raciais ou étnicos, ou de indivíduos que requeiram tal proteção, que sejam necessárias a assegurar a tais grupos e indivíduos o gozo e exercício igualitário de direitos humanos e liberdades fundamentais, não serão consideradas como discriminação racial, desde que tais medidas não levem à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais, e que não sejam continuadas após seus objetivos serem atingidos (ONU, 1965 art. 4)

A convenção já foi ratificada por 178 países, inclusive pelo Brasil, que o fez em 1968. Sob a Constituição Federal de 1988, cada uma das provisões deste tratado tem efeito de emenda constitucional, e, portanto, de hierarquia superior às leis ordinárias. Foi inspiração para diversas formas de combate ao racismo, incluindo a criminalização do mesmo e da injúria racial, e mais recentemente

na inclusão de cotas nas universidades e no serviço público. Nas diversas revisões pelas quais o país passou no bojo deste e de outros tratados de direitos humanos, e também na Revisão Periódica Universal, ficou claro que os direitos humanos exigem que essa igualdade seja exercida no mundo real, e não somente na esfera formal. Para entender por que, é importante notar o direcionamento que o movimento de direitos humanos tomou desde então.

É notável que ainda se ensina em algumas escolas de direito no Brasil a chamada “Teoria das Gerações de Direitos”; baseada na fundamentação histórica que os direitos civis e políticos antecedem os econômicos, sociais e culturais; e estes os ambientais, difusos e demais “gerações”. Tal teoria embasa a ênfase em igualdade formal do chamado “argumento americano” (direitos civis e políticos primeiro, depois os econômicos, sociais e culturais); e seu antagonista “argumento chinês”, (direito econômicos, sociais e culturais primeiro; para depois pensar nos direitos civis e políticos) (BADGER, 2009). O Direito Internacional dos Direitos Humanos, porém, rejeita qualquer hierarquização entre os direitos, que agrupa de forma taxonômica apenas para fins de análise. Esse entendimento ficou bem estabelecido a partir da Declaração e Programa de Ação de Viena, em 1993, que todos os direitos são “universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados”, devendo ser tratados pela comunidade internacional de “maneira justa e igual, em pé de igualdade, e com a mesma ênfase”. Ou seja, estando os direitos inter-relacionados, o exercício de um atrelado ao de outro, não há como separá-los ou priorizá-los por categorias. Por esse motivo, é impossível dissociar a eliminação da discriminação racial nas leis e práticas do estado do pleno exercício de direitos econômicos, sociais e culturais sem distinção de raça.

A conferência de Durban, outro marco do movimento de direitos humanos, encontra nas ‘injustiças históricas’ contribuição para a pobreza, marginalização, exclusão social, instabilidade e insegurança afetando os povos de várias partes do mundo (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, parag. 158), atribuiu especial importância para a memória como medida para atingir a igualdade e o pleno exercício de direitos:

Enfatizamos que lembrar os crimes e erros do passado, não importando onde ou quando ocorreram, e inequivocamente condenar as tragédias racistas e dizer a verdade sobre a história, são

elementos essenciais para a reconciliação internacional e a criação de sociedades baseadas em justiça, igualdade e solidariedade” (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, parag. 165)

Assim, fica evidente que a igualdade e o fim da discriminação racial são direitos já conquistados internacionalmente, e que a luta por sua implementação passa também pelo resgate da memória de uma das mais importantes raízes do problema nas Américas. Ficou também claro que a luta por direitos humanos ultrapassa a esfera da discriminação formal, e exige também igualdade real no acesso a direitos. Considerando o discurso recorrente em parcelas da sociedade e mídia brasileira de que não existe racismo no país, ou que este já foi superado; é importante entender as causas e consequências dessa amnésia histórica, suas raízes na escravidão, e seu impacto não somente nos direitos dos negros, mas em todos que vivem em nossa democracia.

OS RETROCESSOS EM DIREITOS, A AMNÉSIA HISTÓRICA E A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA

A urgência da memória é um problema cada vez mais evidente no Brasil. Ao observar a existência de jovens “saudosos” dos tempos da ditadura militar e da ressonância constante de mentiras históricas propagadas sobre e durante este período da nação, cabe-nos alertar para os efeitos ainda maiores que a falta de memória pode ter sobre crimes ainda mais graves, oriundos de um passado ainda mais longínquo. A degradação da situação de direitos humanos do país desde 2015 ameaça ganhos para vários segmentos historicamente marginalizados do país, e principalmente para a população negra, cuja cor de pele ainda funciona como multiplicador de vulnerabilidade: seja sexo, identidade de gênero, orientação sexual, classe econômica, deficiência, idade ou outra forma concebível de discriminação, ela faz sinergia com o racismo, multiplicando seus efeitos.

Será nos negros mais pobres, e nos pobres mais negros, que mais se sentirão os efeitos do congelamento dos gastos sociais, medida criticada pela ONU como “radical, sem nuance ou compaixão” (ALSTON, 2016). Com a terceirização, as reformas trabalhista e previdenciária, a destruição do trabalho digno e seguro afeta todo o país, inclusive grande parcela da classe média branca. Mas, novamente, é nos mais pobres, e nos mais negros, que esse impacto será mais oneroso. Se chegarem ao cúmulo de mudar a

definição de trabalho escravo contemporâneo, retirando dela a jornada exaustiva e as condições degradantes, serão majoritariamente os descendentes das pessoas escravizadas de nosso passado que mais conhecerão a vertente “moderna”, aprovada sem eleições, plebiscitos, ou debate com a sociedade.

A ameaça que a ascensão de uma bancada fundamentalista religiosa representa para o Estado laico significa também a erosão das proteções constitucionais existentes para as religiões minoritárias, entre as quais figuram como as mais ‘demonizadas’ justamente aquelas de matriz africana. A criminalização de movimentos sociais e a violência contra defensores de direitos humanos ameaçam quilombolas, sem-teto e sem-terra. O recrudescimento da ‘guerra às drogas’ e da mentalidade bélica em relação à segurança pública terá o efeito de potencializar a já alarmante mortalidade dos jovens negros, que, apesar de não exatamente se encaixar na definição de genocídio prevista no Estatuto do Tribunal Penal Internacional, divide com ela o volume de sangue atribuído ao termo no imaginário popular. Os avanços da educação, nas medidas afirmativas e no financiamento estudantil, se encontram ameaçados, inclusive pelo patrulhamento ideológico do movimento “Escola sem Partido”, que faz investidas contra o ensino de história africana, do enfoque aos protagonistas negros de nossa história, e das insurreições contra o racismo histórico e contemporâneo.

A Constituição de 1988 foi o grande estuário de convergência de lutas históricas dos negros, das mulheres, dos pobres, do campo e da cidade. Com todas as suas omissões e incompletudes, pode ser considerada fruto de um pacto político e social sem precedentes. É versátil ao receptionar como emendas os tratados internacionais de direitos humanos, o que permite o arcabouço de direitos no Brasil estar entoadado com os melhores padrões e práticas internacionais. É multiétnica ao reconhecer negros e indígenas como parte integrante indiscutível da nação brasileira. Por ser multicultural, por ser laica, abriu portas para que se investisse em políticas públicas de reparação aos incontáveis males que o modelo escravocrata e agrário causa até hoje. Por isso mesmo, está sob ataque dos que pretendem tolher seu poder transformador, podá-la de suas provisões sociais.

Com cada pedra retirada do nosso alicerce de direitos constitucionais, um novo Cais do Valongo está sendo reerguido. Não como plataforma de desembarque ou estrutura física, mas como instituição (i)moral, no solapamento da dignidade do trabalho,

da democracia e do reconhecimento histórico conseguido com luta através dos séculos. A memória serve para incendiar jovens, como a que descrevemos no parágrafo inicial, visitando um futuro centro de memória e revivendo em sua consciência as mazelas da escravidão. Estão presenciando hoje a necromancia da prática, sob auspício de modernização. A memória traz contexto para explicar a convulsão social de certos setores contra cotas, benefícios sociais e proteção contra o racismo, que fazem parte dos mesmos grilhões mentais que embasavam então, e continuam a embasar, a hierarquia racial brasileira. Empoderados pela memória, os jovens enxergam seu papel no contexto histórico, e terão autonomia para decidir sua atuação cidadã nesse sentido, se enxergando como nexo vital e lembrança e a não-recorrência.

Concluindo, defendemos um forte investimento em memória, para contar a história não somente do Cais do Valongo, mas de demais locais de memória histórica que sejam representativos da luta pela construção de uma sociedade de direitos. O preço do esquecimento e da amnésia histórica se faz cada vez mais evidente, e se agiganta comparado ao que custaria investir em tais centros de memória. Nosso projeto de nação democrática está ameaçado, mas relembrar de onde viemos, e como avançamos para chegar até aqui, será essencial para fazer com consciência nossa futura caminhada.

REFERÊNCIAS

ALSTON, P. OHCHR | *Brazil 20-year public expenditure cap will breach human rights, UN expert warns*. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=21006&LangID=E>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

BADGER, E. *Are Economic Rights Fundamental Human Rights? - Pacific Standard*. Disponível em: <<https://psmag.com/economics/economic-rights-human-rights-3723>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

BBC BRASIL. Com o Cais do Valongo, no Rio, Brasil ganha seu 21o patrimônio histórico reconhecido pela UNESCO. *www.bbc.com*, 2017.

CAMPISI, M. C. From a Duty to Remember to an Obligation to Memory? Memory as Reparation in the Jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights. *International Journal of Conflict and Violence*, v. 8, n. 1, p. 62–74, 2014.

CANÇADO TRINDADE, A. A. *Opinião Separada sobre a decisão do caso Moiwana Community, de 2005*, 2005.

CDH. *Comentário Geral 31: Natureza da obrigação legal geral impostas aos Estados-parte do Pacto*, 2004.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. *Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras intolerâncias relacionadas*, 2001.

HARVEY, G. *Cais do Valongo: um alerta à sociedade e ao movimento negro*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/cais-do-valongo-um-alerta-sociedade-e-ao-movimento-negro/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Sítio Arqueológico Cais do Valongo*. IPHAN, , 2017.

LIMA, T. A.; SENE, G. M.; DE SOUZA, M. A. T. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1, 2016.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

ONU. *Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, 1965.

ONU. *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos*, 1966.

ONU. *Declaração de Princípios Básicos da ONU sobre o Direito de Reparação para Vítimas de Violações Egrégias de Direitos Humanos e Violações Sérias de Direito Humanitário*, 2005.

PORTAL BRASIL. *Cais do Valongo é declarado Patrimônio Mundial da Humanidade*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2017/07/cais-do-valongo-e-declarado-patrimonio-mundial-da-humanidade>>.

UNESCO BRASIL. *Cais do Valongo é o novo sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco/>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Justiça de transição: a execução de seus mecanismos no processo de transição no Brasil

Vanuza Nunes Pereira¹

INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriáveis, a mudança de regimes políticos e de concepções de justiça implicam em processos de transições nos quais restam arestas. O século XX, marcado por grandes guerras e conflitos, acompanhou diversos movimentos, com a gradual consolidação de um ideário democrático. E um dos principais instrumentos modernos para lidar com as transições e superar estágios de autoritarismo e violações de direitos humanos, tem sido a Justiça de Transição. Neste sentido, expomos a seguir, brevemente, a genealogia da Justiça de Transição e o seu conceito, seguido de uma síntese sobre a aplicação dos quatro principais eixos da Justiça de Transição no Brasil – Direito à Memória e à Verdade; Reparação; Reformas Institucionais e Justiça/Responsabilização – e os desafios que ainda enfrentamos para a sua consolidação.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SUA GENEALOGIA

A segunda metade do século XX pode ser apontada como um período de enfrentamento e lutas políticas, especialmente entre os anos 1960 e 1980, no Cone Sul da América Latina, marcado por regimes ditatoriais – Paraguai (1954), Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973) e Chile (1973). Após o fim dos regimes ditatoriais na região, os processos transicionais têm sido permanentemente alvos de comparação. Muitas são as discussões em torno dos avanços de certos países e o atraso de outros na revisão do passado, as quais demandam estudos aprofundados e, se necessário, reavaliações dos resultados vivenciados. Ademais, estas discussões também têm avaliado as formas como cada ditadura se estruturou, assim como as relações estabelecidas com a sociedade

¹ Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Itaúna. Assessora da Comissão da Verdade em Minas Gerais.

durante os anos de regime autoritário e, principalmente, como se deu a transição à democracia².

Nos idos das décadas de 1970 e 1980, cientistas políticos, dentre eles destaca-se Guillermo O'Donnell, discutiram o tema das transições de regimes autoritários para regimes democráticos numa perspectiva da transitologia³. Este conceito optava por uma abordagem mais descritiva sobre as transições, sem preocupar-se com o caráter normativo, tal qual aconteceria com a Justiça de Transição. Além disso, vale lembrar que os autores da transitologia priorizaram avaliações a partir de uma ótica de participação dos sujeitos ou atores mais relevantes nos processos políticos transicionais. Para eles, os mais relevantes seriam aqueles responsáveis pelas tomadas de decisões políticas, ou seja, as elites que ocupavam os centros de poder e que influenciavam as escolhas.

Na série de estudos desenvolvidos no âmbito do projeto *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy in Latin America and Southern Europe*, do Woodrow Wilson Center, publicado por Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (O'DONNELL; SCHMITTER, 1986) há, constantemente, a tentativa de produzir uma metodologia própria para lidar com as incertezas que um processo de transição geraria. Assim, apesar da incerteza, poder-se-ia dizer que seria possível verificar: a) uma busca de consolidação da democracia; b) a indeterminação dos eventos deve ser estudada pelos que se envolvem nos estudos dos fenômenos da transição; c) uma metodologia específica deveria ser desenvolvida⁴.

² Para uma análise dos trabalhos que visam explicar as razões dos golpes e a duração das ditaduras ver QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, Brasil e Chile. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. (Orgs.) *História das Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.241-273.

³ O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Trad.: Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. No original: *El estado burocrático autoritário: triunfos, derrotas y crisis*. 2.ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996. A obra, *Transições do Regime Autoritário*, se divide em quatro volumes: América Latina, Sul da Europa, Comparações e Perspectivas e Primeiras Conclusões. No Brasil, foram editados pela Vértice. Sobre o assunto, também ver outros trabalhos, como a coletânea organizada por Paulo Sérgio Pinheiro que reúne artigos de Juan Linz, Guillermo O'Donnell, Eric Hobsbawm, Rudolf de Jong, Francisco Weffort, Boris Fausto e outros: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Ver também: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Trad.: Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁴ MEYER, E. P. N. *Crimes contra a Humanidade Praticados pela Ditadura Brasileira de 1964-1985: Direito à Memória e à Verdade, Dever de Investigação e Inversão do Ônus da Prova*. São Paulo: Comissão Rubens Paiva, 2014.

Posteriormente aos estudos em torno da transitologia, nas últimas décadas, cientistas políticos e juristas se debruçaram sobre o problema das medidas apropriadas para se fazer frente a regimes autoritários e conflitos violentos ocorridos, desenvolvendo reflexões que vieram a integrar o campo e a prática ao qual se deu o nome de Justiça de Transição.

O termo Justiça de Transição, cunhado pela jurista Ruti Teitel, em 1992, em seu projeto e posterior livro intitulado *Justiça Transicional*⁵, atribuiu ao significado do termo transição o componente normativo. Ao destacar as relações entre direito e justiça em momentos de excepcionalidade política, notadamente em transições entre regimes, Teitel priorizou, em sua análise, exemplos do passado recente, especialmente o período que sucedeu a II Guerra Mundial, as democratizações na América Latina nas décadas de 70 e 80 e a onda de liberalizações na Europa do Leste a partir de 1989⁶. Nesta perspectiva, segundo a autora, Justiça de Transição pode ser definida como “uma concepção de justiça associada com períodos de mudança política, caracterizada pela resposta legal na confrontação das irregularidades dos regimes repressores”⁷.

Teitel, ao realizar uma necessária contextualização política das transições, de sua aproximação com o direito e dessa essencial abordagem mais precisa da justiça, esclarece que:

[...]o direito fica preso entre o passado e o futuro, entre um olhar retrógrado e um olhar progressivo, entre retrospectiva e prospectiva, entre o individual e o coletivo. Portanto, a justiça de transição é a justiça associada com seu contexto e circunstâncias políticas. Transições implicam em mudanças de paradigmas no próprio conceito de justiça; ademais, a função do direito é profundamente e inerentemente paradoxal. Em sua função social ordinária, o direito providencia ordem e estabilidade, mas em períodos extraordinários de sublevação política, o direito manteria a ordem enquanto permite a transformação. Portanto, na transição, as instituições e predicados sobre o direito simplesmente não se aplicam. Em

⁵ TEITEL, Ruti. *Transitional Justice*. New York: Oxford University Press, 2000; Neil J. Kritz, ed., *Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon with Former Regime*, 3 volumes. Washington, DC: United States Institute Peace Press, 1995.

⁶ QUINALHA, Renan. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

⁷ TEITEL, Ruti. *Transitional Justice Genealogy*. *Harvard Human Rights Journal*, v.16, p. 69-94, 2003. p. 69.

períodos dinâmicos de fluxo político, uma resposta legal gera um paradigma *sui generis* de um direito transformador⁸.

A partir de experiências do leste europeu, dos totalitarismos, autoritarismo na Europa ocidental, das experiências africanas e latino-americanas, Teitel tratou, ainda, sobre a genealogia da justiça de transição, identificando três fases. A primeira consiste no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o qual criou as bases para a execução da justiça e os seus precedentes, marcada pelo Tribunal de Nuremberg – a autora compreende que o Tribunal refletia um “triunfo da justiça de transição dentro do sistema de direitos internacionais”. Nesse contexto, ocorreu um fenômeno que a autora identifica que não voltaria a ocorrer, em decorrência das condições políticas e do esforço coletivo entre os Estados, gerado pela conclusão de um conflito de escala mundial. Ressalta, ainda, que os juízos do pós-guerra estabeleceram as bases do que se pode compreender como o esquema moderno de direitos humanos.

A segunda fase da justiça de transição liga-se ao processo de democratização conhecido, na expressão de Samuel Huntington, como “terceira onda”⁹. Esta fase diz respeito ao momento pós-guerra fria, associado ao movimento das ondas de transição para a democracia no fim da década de 1980, vinculado aos países da América Latina e aos seus processos de superação dos regimes ditatoriais, mas também à crise do comunismo nos anos 80. Nessa fase a autora expõe que, em razão da bipolarização e da posterior desintegração da União Soviética, os Estados, ao contrário do que se poderia prever, passaram a desenvolver uma ideia de Justiça de Transição como reconstrução nacional. Assim, durante a segunda

⁸ TEITEL, Ruti. *Transitional Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.6. (tradução livre). No original: “Law is caught between the past and the future, between backward-looking and forward-looking, between retrospective and prospective, between the individual and the collective. Accordingly, transitional justice is that justice associated with this context and political circumstances. Transitions imply paradigm shifts in the conception of justice; thus, law’s function is deeply and inherently paradoxical. In its ordinary social function, Law provides order and stability, but in extraordinary periods of political upheaval, Law maintains order even as it enables transformation. Accordingly, in transition, the ordinary intuitions and predicates about Law simply do not apply. In dynamic periods of political flux, legal responses generate a *sui generis* paradigm of transformative Law”.

⁹ HUNTINGTON, S. P. *A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

fase, a preocupação é com os contextos internos e a forma de solução das questões políticas advindas da redemocratização dos países que passaram por regimes autoritários ou conflitos. Tal fase é marcada também por medidas de reparação e instalação de comissões da verdade como mecanismos transicionais¹⁰.

Por fim, a terceira fase é, marcadamente, uma fase de internacionalização. Trata-se das condições atuais de conflito e violência permanente e se estende para a consolidação do conceito de justiça de transição, compreendendo a necessidade de superar as instabilidades políticas, resgatar a memória e reparar o passado. Tal fase é marcada pela aceleração dos processos de Justiça de Transição e sua institucionalização, convertendo-se em um paradigma de Estado de Direito. A autora aponta para o estabelecimento, em nível transnacional, da expansão e normalização da Justiça de Transição, visando dirimir conflitos típicos da contemporaneidade. Podemos citar, no plano supranacional, órgãos como o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia e o próprio Tribunal Penal Internacional que demonstram e criam um acervo mais rico de instrumentos e normas que permitem a consolidação da justiça de transição.

Seguindo uma perspectiva pós-transicional, os atores participantes e os mecanismos utilizados pela Justiça de Transição se expandem para além dos Estados e suas instituições. Tal fato ocorre muitas vezes devido aos empecilhos produzidos pelos próprios Estados, como na hipótese das autoanistias. A participação de atores privados em uma perspectiva pós-transicional é apresentada por Cath Collins, em sua tese de doutorado, defendida em 2005, na Universidade de Londres. Vale ressaltar que Collins apresenta algumas ressalvas ao alcance de tal concepção, conforme exposto a seguir.

O centro de gravidade para a responsabilização judicial em períodos pós-transicionais alterna para a esfera privada e, adicionalmente, adquire um teor de legalidade [legal setting]. Atores privados têm se tornado cada vez mais ativos na busca por responsabilização tanto nas cortes nacionais, quanto internacionais, nos períodos recentes. O espaço que legislações de anistia doméstica

¹⁰ TORELLY, M. D. *Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 110.

deixam para as intervenções de atores privados varia de acordo com o texto da lei – [...] [legislações que] em grande escala não foram abertas para revisão – o mesmo ocorre com a interpretação judicial e a aplicação destas legislações, que provaram ser mais maleáveis. O ativismo possível por atores não-estatais, de um lado, e a atitude das cortes, de outro, se tornam, portanto, centrais para a responsabilização, uma vez que as escolhas políticas [policy choices] foram feitas. (trad. livre)

Entretanto, um estudo mais atento em relação ao que são e como atuam as ‘redes transnacionais’ [closer attention to the what and how of ‘transnational networks’] pode nos levar a questionar quão originais ou influentes tais grupos podem ser; e, em particular a sermos céticos sobre o que eles podem alcançar na ausência de condições domésticas pré-existentes para levar a frente os debates acerca da responsabilização em nível nacional.¹¹

A exposição possibilita compreender o alcance e os limites da Justiça de Transição, na medida em que os atores privados passam a ter maior protagonismo na busca por sua efetivação, no entanto, continua sendo necessária a participação de órgãos estatais ou internacionais para que tais medidas sejam de fato efetivadas. Cath Collins também aponta para a capacidade que o diálogo entre indivíduos, mesmo atuando de forma isolada, tem de alavancar a aplicação de medidas transicionais em relação às organizações tradicionais existentes na terceira fase levantada por Teitel.

Assim, entende-se que Brasil, tal como outros países da América Latina que recentemente passaram por um processo de redemocratização, apresentam aspectos que podem ser relacionados tanto à terceira fase, apresentada por Teitel, quanto à fase pós-transicional, apresentada por Collins. Ao passo que é identificável a institucionalização de mecanismos transicionais pelos Estados, também é possível notar a expansão da atividade de atores privados e o desenvolvimento de redes transnacionais que possibilitam a efetivação da Justiça de Transição.

¹¹ COLLINS, Cath. Post transitional Justice Human Rights Trials in Chile and El Salvador. State College: Penn State University Press. 1ª Edição, 2010, p. 296.

O CONCEITO DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A concepção de Justiça de Transição adotada em relatório pelo Conselho de Segurança da ONU sobre o tema, apresentado em 2004, compreende os processos, os mecanismos internos que a compõem e são empregados para fazer face aos legados dos abusos passados.

A noção de ‘justiça de transição’ [...] compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destruição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos¹².

Entende-se, assim, a Justiça de Transição como o conjunto de medidas e mecanismos associados à tentativa de uma sociedade de lidar com um legado de abusos em larga escala no passado. Dentro de tais mecanismos, pode-se falar em: Direito à Memória e à Verdade; Reformas Institucionais (expurgos no serviço público); Reparções às vítimas e Justiça/Responsabilização (julgamentos individuais de abusos cometidos no período autoritário). Paul Van Zyl acrescenta, ainda, o mecanismo da reconciliação às demais ferramentas da Justiça de Transição.

Ainda segundo, Zyl, os mecanismos da Justiça de Transição almejam:

[...] processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação”. Importante frisar que tais objetivos e a forma de alcançá-los tende a variar, em decorrência do contexto, entretanto, o grau de consenso é maior em relação aos pilares normativos da Justiça de Transição¹³.

¹² ONU, S/2004/616, 2004

¹³ VAN ZYL, P. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflito. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, v. 1, n. 1, p. 24, 2009.

Neste sentido, conforme o já mencionado relatório da ONU, a utilização da Justiça de Transição, quando necessária, o ideal é que seja aplicado em uma perspectiva holística. Ou seja, as estratégias de implantação dos quatro mecanismos da Justiça de Transição precisam estar sob uma abordagem complementar, mútua e em combinação para a efetivação de transição mais próxima do ideal, considerando que a Justiça de Transição envolve um conjunto de medidas que permitem uma efetiva superação do regime autoritário por uma ordem democrática e respeitadora de direitos humanos. Além disso, atenta-se, a discutir no presente, os abusos do passado, contida no adágio adorniano de um novo imperativo categórico, ou seja, em prol de uma tentativa de não repetição no futuro, se deve lembrar para nunca mais acontecer.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL – BREVE SÍNTESE

A Justiça de Transição no Brasil possui diferentes estágios no processo de implementação de seus mecanismos – direito à memória e à verdade; reparação; reformas institucionais e justiça/responsabilização – e muitas das medidas têm sido tomadas tardiamente ou nem mesmo têm ocorrido, quando comparado com outros países da América Latina.

Vale ressaltar: a lei de anistia no Brasil foi um marco legal fundante da transição política. Além do perdão aos crimes políticos e conexos, relativo ao perdão estatal a um determinado grupo de indivíduos, a anistia também previu medidas de reparação. E tais medidas fazem parte do conjunto de mecanismos da Justiça de Transição, a qual possibilita a ampliação do entendimento sobre o papel da anistia política. Podemos citar, como medidas da anistia política no Brasil, por exemplo, a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a finalização do banimento de civis brasileiros, o retorno dos exilados políticos, a reincorporação dos servidores públicos aos quadros pertencentes (muitos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente); o retorno dos estudantes às universidades (muitos estudantes foram expulsos das universidades com base no Decreto-lei 477), dentre outras.

É importante destacar que a lei de anistia no Brasil é fruto de uma reivindicação popular.¹⁴ Em 1975 e 1976, havia um movimento da sociedade civil, liderado por mulheres, em favor da aprovação

¹⁴ Neste sentido confira GRECO, Heloisa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Tese de doutorado em História. UFMG. Belo Horizonte, 2003.

de uma “*anistia ampla, geral e irrestrita*”, caracterizada pela busca da reafirmação das liberdades públicas, civis e políticas.

Considerando as complicações em torno da lei da anistia, mesmo sendo esta o marco do início da redemocratização no Brasil, compreende-se que as transições como um todo não são momentos pontuais e nem mesmo lineares, mas fenômenos complexos que julgam questões de diversas ordens.¹⁵

É bem verdade que a lei de anistia no Brasil marcou o início da redemocratização do país e que ela surgiu a partir de uma intensa e ampla mobilização nacional, como há muito tempo não se via no país. Contudo, não se pode ignorar que esta anistia veio ainda na vigência da ditadura militar brasileira, em um contexto de ações reconhecidas no âmbito da liberalização, ou seja, uma distensão política controlada pelo Estado autoritário, liberalização aqui entendida como:

No momento inicial da transição, no qual se desencadeia um processo de redefinição e de extensão de direitos, em que apenas algumas liberdades parciais e restritas, típicas do liberalismo clássico, seriam salvaguardadas. Dentre essas “conquistas civilizatórias”, podem-se apontar as “liberdades de expressão, organização e participação política”¹⁶.

Assim, mesmo considerando complementares os quatro eixos estruturantes da Justiça de Transição, compreendendo que cada um deles tem um papel importante no processo de tornar efetivo os direitos que estes representam, para uma melhor compreensão, os mecanismos serão expostos separadamente.

REPARAÇÃO

Contata-se que, com o processo de distensão do governo militar do Brasil, caracterizado pelo perfil gradativo, lento e – segundo os líderes militares – seguro, a partir de 1979, com a promulgação da lei de anistia (lei nº 6.683/79), o primeiro mecanismo de Justiça de Transição implantado no país foi a reparação.

Segundo Silva Filho, a reparação:

¹⁵ QUINALHA, Renan. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: outras Expressões; Dobra Editorial, 2013, p. 79.

¹⁶ Idem, p. 181.

[...] traz à tona o direito de indenização por parte daqueles que foram perseguidos e prejudicados pela ação repressiva do Estado, tanto no aspecto econômico como no moral, apontando para a necessidade do reconhecimento do papel político exercido pelos que sentiram a mão pesada do poder público¹⁷.

O mecanismo reparação da Justiça de Transição, após a edição da Constituição de 1988, foi revestido enquanto garantia constitucional, sendo assegurado a amplos setores atingidos pela repressão militar, não mais somente no setor público, mas também no setor privado¹⁸.

No âmbito do executivo do Governo Federal do Brasil, outras medidas de reparação também foram implantadas com as comissões de reparação. A primeira delas, em 1995, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, “limitada ao reconhecimento da responsabilidade do Estado por mortos e desaparecidos e a localização dos restos mortais”¹⁹. E em 2002, a segunda, a Comissão de Anistia, “direcionada a reparar os atos de exceção, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas, sequestros, compelimentos à clandestinidade e ao exílio, banimento, expurgos estudantis e monitoramentos ilícitos”²⁰.

REFORMAS INSTITUCIONAIS

As reformas institucionais têm por finalidade dar fim à herança autoritária e constituir uma cultura e instituições democráticas em uma determinada sociedade que tenha saído de um regime autoritário e esteja em processo de transição para a democracia. Assim como reestabelecer a confiança dos cidadãos em suas

¹⁷ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate justtransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

¹⁸ ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e justiça. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 216.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibidem.

instituições públicas, promovendo a proteção aos direitos humanos, tônica antagônica àquela praticada durante os regimes autoritários. Tais reformas são importantes uma vez que, através delas, todos os outros fundamentos da Justiça de Transição poderão ser alcançados.

Podem ser citadas como exemplo de reformas institucionais: as reformas do Poder Judiciário, expurgos de agentes públicos responsáveis por graves violações de direitos humanos, reformas legais, reforma educacional, dentre várias outras. A reforma educacional, por exemplo, pode ocorrer no âmbito do ensino da História, uma das possibilidades seria trazer para a sala de aula as descobertas apresentadas no relatório das comissões da verdade.

No entanto, a reforma institucional ainda enfrenta dificuldade de concretização de suas medidas no Brasil devido à existência de setores conservadores que mantêm alguma cota de poder no organograma do Estado. Entretanto, não se pode desconsiderar que foi possível a implantação de algumas medidas, como a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), dos DOI-CODI e DOPS e das divisões de segurança e informações (DSI's), além de algumas políticas em torno da pauta de direitos humanos.

Diferentemente do Brasil, a Argentina, tomou medidas que culminaram em reformas institucionais e expurgos de agentes do regime autoritário, logo depois da redemocratização do país. O então presidente eleito, Alfonsín, ordenou o julgamento de membros das três primeiras juntas militares, o qual culminou na condenação de Jorge Rafael Videla, Roberto Eduardo Viola, Emilio Eduardo Massera, Armando Lambruschini e Orlando Ramón Agosti. O tribunal também ordenou processar e investigar altos funcionários que ocupavam comandos nas zonas e subzonas em que foi dividido o território argentino durante os anos do regime, além de todos aqueles que tiveram qualquer tipo de responsabilidade operacional em ações repressivas.²¹

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Na perspectiva de combater a falta de acesso às informações, o direito à memória e à verdade a respeito do que possa ser descoberto sobre as práticas do regime repressivo ou as ações de seus

²¹ Vale lembrar que depois de uma revolta das Forças Armadas da Argentina foram promulgadas a Lei do Ponto Final e da Obediência Devida (Leis de Anistia da Argentina). Atualmente estão extintas as duas leis.

agentes é também um dos eixos estruturantes da Justiça de Transição. Este mecanismo de fundamenta como parte de um conjunto de medidas e mecanismos associados à tentativa da sociedade de lidar com um legado de abusos em larga escala cometidos no passado.

Separar o conceito em duas chaves – Direito à Memória e Direito à Verdade – mesmo acreditando que ambas estão fortemente entrelaçadas e dependentes, possibilitará uma melhor compreensão dos termos. Pode-se entender, assim, o Direito à Verdade como a “necessária investigação para que as circunstâncias das graves violações de direitos humanos ocorridas em meio a situações de violência massiva na sociedade, [...], possam ser esclarecidas e conhecidas, bem como os autores e vítimas de tais atrocidades”²². E o Direito à Memória, como a necessidade de recordar fatos gravosos, tendo como prioridade ética o testemunho das vítimas. Pois é através da memória dos resistentes, vítimas e familiares, sinalizando repúdio a violações de direitos humanos cometidas no passado, que poderemos ter uma reflexão sobre a sua importância em lembrar para nunca mais acontecer²³.

Em se tratando das medidas tomadas no âmbito do Direito à Memória e à Verdade no Brasil, além da extensa produção bibliográfica desenvolvida por ações da Comissão de Anistia, o instrumento mais emblemático foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Constituída por iniciativa da Presidência da República, a CNV foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 2011, em um contexto de busca pela “descortinação” de casos e de agentes da política de repressão, pelo resgate da memória e da verdade sobre a ocorrência de violações de direitos humanos durante o governo de exceção brasileiro.

Hannah Arendt defende que, a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, com a qual pretendemos contribuir, exerce uma espécie de “força coercitiva”²⁴ sobre a objetividade, na promoção e no esclarecimento das práticas autoritárias e/ou coniventes das entidades burocráticas, tantas vezes acobertadas pelo discurso da neutralidade equidistante.

²² SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate justicialista: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015, p. 51.

²³ Idem.

²⁴ ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.46.

JUSTIÇA E RESPONSABILIZAÇÃO

As iniciativas de judicialização da Justiça de Transição adotadas em diferentes contextos se baseiam, em sua maioria, nos parâmetros do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.

A atuação do judiciário como mecanismo da Justiça de Transição, se faz fundamental, no âmbito da esfera penal, ou seja, em ações voltadas à responsabilização (punição) criminal dos autores de graves violações de direitos humanos e, além disso, na esfera civil, isto é, nas diversas ações não penais relativas a outras medidas de Justiça de Transição.²⁵

Segundo Emilio Peluso N. Meyer:

[...] pode-se dizer que a judicialização da justiça de transição remete à busca por implementar medidas transicionais por meio de provimentos ou decisões do Poder Judiciário. De início, é necessário considerar que estamos diante de um caminho em que se discute a legitimidade da atividade jurisdicional: com efeito, em grande número de casos, o que está envolvido nesse fenômeno é a consolidação e efetivação de direitos fundamentais e direitos humanos definidos em Constituições e normas de Direito Internacional de Direitos Humanos²⁶.

No entanto, mesmo havendo uma importância real na responsabilização judicial dos perpetradores de direitos humanos para as sociedades que vivenciaram regimes autoritários e/ou conflitos, este mecanismo da Justiça de Transição continua sendo limitado e até mesmo impedido. Impedindo, assim, a possibilidade de se tornar efetivo o direito à justiça²⁷.

Ocorre que durante os regimes autoritários foram editadas leis que limitaram a possibilidade de julgar e condenar os responsáveis

²⁵ OSMO, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016, p. 24.

²⁶ MEYER, Emilio P. N. Judicialização da Justiça de Transição: impactos a partir e sobre o constitucionalismo contemporâneo. In: *Impacto das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Coordenadoras: Flávia Piovesan; Inês Virginia Prado Soares. Salvador: Ed. JusPOdivm, 2016, p. 106.

²⁷ OSMO, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016, p. 30.

pelos danos causados às vítimas dos crimes perpetrados pelos regimes.

No caso brasileiro o papel de obstaculizar a judicialização e ações penais contra perpetradores de direitos humanos, durante a ditadura militar (1964-1985), fora executado em parte pela Lei de Anistia de 1979 (nº 6.683/1979). A Lei alterou os pressupostos da Anistia para impunidade e esquecimento, ao contrário de uma anistia baseada em verdade e justiça. No Art 1º da Lei, declara-se:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política²⁸.

Importante pautar que a Lei nº 6.683/1979, por meio da anistia aos crimes conexos, estendeu os efeitos da anistia para agentes estatais perpetradores de graves crimes contra a humanidade, iniciando um debate que resta inacabado. A validade de leis de anistia que blindam os autores de graves violações de direitos humanos de responsabilização, editadas durante os regimes de exceção, permanece desafiada por diversos atores – instituições, perseguidos políticos, familiares de vítimas, ativistas, juristas – na busca por justiça em relação às violações de direitos humanos cometidas durante os períodos ditatoriais.

Contudo, em 2007, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados no Brasil resolveu levar essa questão para ser debatida frontalmente pelo Poder Judiciário. O caminho escolhido foi o de levar o debate ao Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo que o mesmo declarasse a ausência de conformidade à Constituição da interpretação que permitia a autoanistia, vedando a responsabilização de agentes públicos por graves violações de direitos humanos

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm.

praticadas na ditadura. Isso foi feito por meio da Arguição Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF nº 153).

No entanto, o STF, em relação à ADPF nº 153, proferiu sua decisão por dar validade a uma lei imposta durante a ditadura militar, permitindo que permanecessem impunes agentes públicos responsáveis pelos mais atrozes atos praticados com o uso do Estado.

A questão da validade da Lei de Anistia do Brasil também fora objeto de julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CteIDH). A Corte, em sentido adverso ao entendimento do STF, estipulou que a referida lei não poderia constituir óbice para a investigação em relação às graves violações contra os direitos humanos perpetrados pela ditadura brasileira.

Segundo o Relatório da Rede Latino Americana de Justiça de Transição (RLAJT):

No Brasil, a Lei de Anistia permanece vigente e continua sendo aplicada pelo Judiciário para impedir a responsabilização penal de agentes de Estado que praticaram graves violações de direitos humanos. O Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou, em decisão de 2010 na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, ser essa interpretação compatível com a Constituição. Conforme a análise crítica do Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, [...] prevaleceu a perspectiva da anistia como um pacto – no qual não se poderia mexer sem se comprometer a estabilidade democrática –, sem se levar em conta o direito internacional – conforme o qual determinados crimes são imprescritíveis e insuscetíveis de anistia – ou se reconhecer o direito de resistência.²⁹

Dada sua manifesta incompatibilidade com a Convenção Americana, as disposições da Lei de Anistia brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos carecem de efeitos jurídicos. Além disso, acredita-se, que a atual lei se configura como um verdadeiro obstáculo para a identificação e punição dos responsáveis por violações de direitos humanos durante o regime militar.

²⁹ OSMO, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016, p. 42.

CONCLUSÃO

O que se pode concluir de tudo o que foi exposto é que no Brasil, em relação à existência e à funcionalidade dos mecanismos da Justiça de Transição, a aplicação, quando existente, tem se mostrado lenta e limitada. Principalmente, quando avaliado sobre a perspectiva e atuação dos movimentos sociais que defendem a temática da Justiça de Transição, os quais têm demandado a formação de uma *memória coletiva* que não seja o resultado de um *esquecimento obrigado*, mas, sim, de um exercício ativo de constante diálogo público com o passado.

Assim, acredita-se, ser direito de todos os cidadãos brasileiros conhecerem o passado sombrio vivenciado no país, durante os anos de regime militar e, além disso, ter ciência sobre as instituições e agentes envolvidos em práticas nocivas.

Efetivar a Justiça de Transição é condição indispensável para uma sociedade mais justa e madura que seja capaz de rememorar sua história, acreditar no sistema judiciário – sem a desconfiança que o sentimento de impunidade pode trazer –, ressignificar e compreender o que os resistentes e vítimas do regime militar vivenciaram e ter instituições públicas formadas por agentes comprometidos com uma sociedade justa e com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e justiça. *In: A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 216.
- ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- COLLINS, Cath. *Post transitional Justice Human Rights Trials in Chile and El Salvador*. State College: Penn State University Press. 1ª Edição, 2010.
- HUNTINGTON, S. P. *A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- LEMOS, Tayara Talita. *Memória, perdão e promessa: justiça de transição constitucionalismos transicionais*. Tese (Doutorado) – Programa

de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

MEYER, Emilio Peluso N. *Crimes contra a Humanidade Praticados pela Ditadura Brasileira de 1964-1985: Direito à Memória e à Verdade, Dever de Investigação e Inversão do Ônus da Prova*. São Paulo: Comissão Rubens Paiva, 2014.

_____. *Judicialização da Justiça de Transição: impactos a partir e sobre o constitucionalismo contemporâneo*. In: *Impacto das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF*. Coordenadoras: Flávia Piosevan; Inês Virginia Prado Soares. Salvador: Ed. JusPOdivm, 2016, p. 106.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

_____. *B.A: Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários*. São Paulo: Ed. Vértice/R.T, 1987.

_____; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988 [1986].

_____. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OSMO, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, Brasil e Chile*. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. (orgs.) *História das Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: Contornos do Conceito*. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Universitário, 2013.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

_____. *Transitional Justice Genealogy*. *Harvard Human Rights Journal*, v.16, p. 69-94, 2003.

TORELLY, M. D. *Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VAN ZYL, P. *Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades*

Pós-Conflito. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, v. 1, n. 1, p. 24, 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team={67064208-D044-437B-9F24-96E0B26CB372}>>.

Dizer o indizível – A música como mediadora da inclusão social de pessoas portadoras de transtorno mental

Virgínia Raimunda Ferreira¹

José Heleno Ferreira²

Sou louco e tenho por memória
Uma longínqua e infiel lembrança
De qualquer dita transitória
Que sonhei ter quando criança.

Depois, malograda trajetória
Do meu destino sem esperança,
Perdi, na névoa da noite inglória,
O saber e o ousar da aliança.

Só guardo como um anel pobre
Que a todo o herdado só faz rico
Um frio perdido que me cobre

Como um céu dossel de mendigo,
Na curva inútil em que fico
Da estrada certa que não sigo.
Fernando Pessoa
24/09/1923

INTRODUÇÃO

Este artigo é um exercício de leitura crítica da prática de Serviço Social na política pública de saúde mental e está vinculado a uma rememoração da história vivida junto a pessoas portadoras de transtorno mental³. Esta rememoração histórica ocorre pela

¹ Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985), Especialista em Políticas Públicas de Saúde e o Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). Docente no curso de Serviço Social na UEMG - Divinópolis e assistente social na Prefeitura de Divinópolis, MG. E-mail: virginiarai@yahoo.com.br

² Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC). Professor UEMG – Divinópolis. E-mail: zeheleno.ferreira@gmail.com

³ A denominação “pessoas portadoras de transtorno mental” - foi adotada na Lei Federal Brasileira de Saúde mental 10.216, em vigência deste abril de 2001.

mediação da demanda de um outro – a pessoa portadora de transtorno mental, que necessita ser reconhecida como pessoa, condição esta anterior à de doente mental. Este é o percurso que se faz ao longo deste texto que não busca explicar o contexto do “doente mental”, mas relatar uma experiência de inclusão social através da música.

Os relatos aqui apresentados terão como pano de fundo as histórias vivenciadas junto a integrantes do Coral Ser-Sã, ora denominado Grupo Movimento, que será apresentado na segunda parte do texto. É nossa pretensão contar as histórias vividas no processo de reconstrução, de ressignificação da vida de quem ora escreve, de quem está no lugar do portador de transtorno mental, com o objetivo de produzir bens coletivos junto a seus inspiradores e a quem conosco partilhar da leitura desse trabalho.

Para isso, rememoraremos de maneira breve os aspectos históricos, a partir de Foucault, que levaram o louco a ser excluído e levado aos porões dos manicômios. Em seguida, uma também breve incursão na política de saúde mental brasileira, passando pela reforma psiquiátrica para contextualizar a história ora trazida como forma de reflexão e tentativa de dizer o indizível na experiência com as pessoas portadoras de transtorno mental.

A INVISIBILIZAÇÃO DA LOUCURA

Ao longo de centenas de anos, a loucura tem sido considerada o lado obscuro da humanidade, onde devemos depositar tudo aquilo que desprezamos, tudo aquilo, que enojamos e queremos expurgar, afastar de nós. Rememorar a história da loucura e seus desdobramentos na realidade contemporânea, nos ajudará na compreensão do constructo da loucura em nossa cultura, bem como os modos e consequências dos tratamentos propostos.

UMA BREVE REMEMORAÇÃO DA HISTÓRIA DA LOUCURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

A loucura nem sempre teve a exclusão como seu “lugar natural”; os loucos eram respeitados em sua individualidade, em sua singularidade. Foi a partir do momento em que houve uma reestruturação do espaço social, dos valores morais e as condutas sociais alteradas, que os loucos deixaram de ser tratados como “célebres”, como transeuntes e foram impedidos de circular como

pessoas livres que faziam parte das cidades. Eles foram encerrados nos hospitais, junto dos inválidos, dos miseráveis, dos mendigos e o critério utilizado para a definição de quem deveria ser excluído foi o econômico e o moral. E o hospital, longe de ser lugar de tratamento, era o lugar supremo da exclusão, da reclusão, do afastamento, do isolamento.

(...) Estas casas (hospitais) não têm vocação médica alguma; não se é admitido aí para ser tratado, mas porque não se pode ou não se deve mais fazer parte da sociedade. O internamento que o louco, juntamente com muitos outros, recebe na época clássica não põe em questão as relações da loucura com a doença, mas as relações da sociedade consigo própria, com o que ela reconhece ou não na conduta dos indivíduos⁴.

O internamento passou a funcionar como medida econômica, social e punitiva – os loucos passaram a ser nocivos, os “a-sociais”; e a loucura passou a fazer parte do horizonte marginal, do horizonte do pecado e da culpa. Deveriam ser privados da liberdade e viver de maneira indigna, segregados como “animais de estranhos mecanismos”.

Em seu *Rapport sur le service des aliénés*, Desportes descreve os alojamentos de Bicêtre tal como existiam ao final do século XVIII:

O infeliz, que por mobília tinha apenas esse catre coberto de palha, vendo-se espremido contra a muralha, na cabeça, nos pés ou no corpo, não podia gozar do sono sem ser molhado pela água que vertia dessa montanha de pedra.

Quanto aos de Salpêtrière, o que tornava sua habitação ainda mais funesta e frequentemente mais mortal é que no inverno, quando das cheias do Sena, os cômodos situados ao nível dos esgotos tornavam-se não apenas bem mais insalubres como, além disso, refúgio para uma multidão de grandes ratos que à noite se jogavam sobre os infelizes ali presos, roendo-os onde podiam; encontravam-se muitas loucas com os pés, as mãos e o rosto dilacerados por mordidas muitas vezes perigosas, muitas das quais morreram.⁵

⁴ Foucault, 1991, p. 54

⁵ Foucault, 2000, p. 165.

Os loucos, então, associados aos pobres, aos incapazes, aos de menos valia, aos impuros e endemoniados, foram, durante algum tempo, vistos como iluminados, mas num mundo de mistérios insondáveis e inexplicáveis.

Aos poucos esses seres “devassos” foram sendo inseridos no mundo da medicina e a loucura reconhecida como doença. Porém, uma pergunta se faz necessária: como a loucura passou a ser reconhecida como doença se o louco só o é, aos olhos do outro, na sua des-razão?

Segundo Foucault, Descartes e Montaigne lançaram suas dúvidas quanto à loucura:

A razão me mostrou que condenar de modo tão resoluto uma coisa como falsa e impossível é atribuir-se a vantagem de ter na cabeça os limites e os marcos da vontade de Deus e o poder de nossa mãe natureza, e no entanto não há loucura mais notável no mundo que aquela que consiste em fazer com que se encaixem na medida de nossa capacidade e suficiência.⁶

No século XVII, inúmeras casas de internamento foram criadas, destinadas a todo tipo de pessoas que se portavam de maneira “pouco razoável”. Os internamentos eram feitos de modo arbitrário e “a loucura esteve ligada a essa terra de internamentos e ao gesto que lhes designava essa terra de internamentos como seu local natural”⁷.

Ainda segundo Foucault, podemos colocar como marco de referência o ano de 1656, quando foi decretada a fundação do Hospital Geral, em Paris. Em nome de uma reforma, diversos hospitais foram colocados sob administração única e não se estabelece nesse lugar nenhuma função médica, antes, trata-se de “uma instância da ordem, da ordem monárquica e burguesa”⁸

Foucault ainda ressalta o papel da Igreja nesse processo da “ordem” burguesa. Ela não fica atrás, ao contrário, cria instituições hospitalares e congregações que se propõem finalidades semelhantes aos Hospitais Gerais e, lá, só são recebidos aqueles encaminhados “por ordem do rei ou da justiça”⁹.

⁶ Montaigne *apud* Foucault, 2000, p. 53.

⁷ Foucault, 2010, p. 55.

⁸ Foucault, 2000, p. 57.

⁹ *Idem*, p. 61.

Os “Hospitais Gerais” têm a função de abrigar mão de obra barata. Ainda, durante muito tempo, para onde eram levadas as pessoas desempregadas, ociosas, vagabundos. “A alternativa é clara: mão-de-obra barata nos tempos de pleno emprego e de altos salários; e em período de desemprego, reabsorção dos ociosos e proteção social contra a agitação e as revoltas”¹⁰.

Conta-nos a história que durante a guerra, na França, um manicômio foi bombardeado e muitos loucos conseguiram escapar da morte e também do manicômio, já que este ficou inteiramente danificado. Mas não era possível, naquele momento se preocupar com o paradeiro dos loucos – eram tempos de guerra... Terminada a guerra, a provável pergunta foi feita: onde foram parar os loucos? E muitos deles estavam vivendo nas proximidades do manicômio e trabalhando como qualquer outra pessoa.

Esses fatos foram anunciando as contradições quanto aos “tratamentos” propostos e pensados para os loucos. E a loucura, “no internamento, criou parentescos novos e estranhos. (...) uma espécie de assimilação obscura; (...) estabeleceu com as culpas morais e sociais um parentesco que não está talvez prestes a romper”¹¹.

Ter o louco como semelhante nos assusta, nos remete ao âmago de nossas dúvidas, de nossos medos e angústias. Nada mais “seguro”, para nós, que deixá-los à parte para que não nos ameacem, para que não nos coloquem em frente de nós mesmos, abalando nossas certezas cristalizadas, arraigadas, inabaláveis. “(...) Se a loucura conduz a todos a um estado de cegueira onde todos se perdem, o louco, pelo contrário, lembra a cada um sua verdade”¹².

Muitos são os exemplos e evidências de exclusão dos considerados “a-sociais”. No século XVII, o mar passou a ser o que conduzia os loucos para sempre. Através da “Nau dos Loucos”, tiravam-nos do trânsito da cidade, lançavam-lhes extra-muros de suas cidades. Já não podiam mais ser transeuntes, mas, errantes de terras distantes, desconhecidas, longínquas, para que nunca mais voltassem”¹³.

Como pudemos ver, a história da loucura, vem deixando marcas visíveis e invisíveis na pessoa do então intitulado doente mental, seu saber dominado, sujeitado, não reconhecido como saber oficial da cultura. No caso específico do manicômio (“casa dos

¹⁰ Ibidem, p. 78.

¹¹ Foucault, 1991, p. 55.

¹² Foucault, 2000, p. 19.

¹³ Idem, p. 14.

loucos”), ocorre uma deshistorização do próprio “louco”, que se torna segregado e seu saber, dominado, porque sepultado e mascarado, seja por “coerências funcionais ou sistematizações formais” e, ainda com Foucault, são os conteúdos históricos que possibilitam a crítica ao manicômio porque “podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar”¹⁴.

Entendemos que o saber dominado do psiquiatrizado é desqualificado enquanto uma desrazão e conseqüentemente o conteúdo histórico, que habita a moral interior do portador de transtorno mental foi “sepultada”, “mascarada”, para forçosamente entrar em sintonia com a realidade da instituição funcional, formal, instituição que segrega o “sujeito de experiência”, que possui uma história, uma vivência, mas que é negada e rotulada enquanto uma não razão.

Foucault ressalta ainda que este saber sepultado ou dominado carece de ser exteriorizado junto à cultura oficial. É fundamental, portanto, fazer o confronto, debatendo o significado da psiquiatria convencional e fazer uma revolução, uma mudança radical no modo de funcionar do manicômio. Entendemos que este saber desqualificado e sepultado pode ser, na interioridade dos manicômios, a potência vital, o “germe” desencadeador da mudança, e não somente, a rigor, o saber funcional oficial.

A psiquiatria alternativa, em sintonia com este conteúdo histórico sepultado se torna a mediadora na exteriorização do sofrimento e da dominação vivida pelo “sujeito de experiência” – o portador de transtorno mental. Assim, a cultura oficial carece de repensar a sua relação com o “diferente”, o qual deve ser visto não como uma ameaça constante, mas um sujeito portador de uma experiência que necessita ser incorporada. Contudo, esta incorporação demanda um suporte a ser refletido com uma estrutura de serviços que comportem os “diferentes”, com suas contradições, pessoais subjetivas, que se fazem e se fizeram em sua história de vida pessoal e intransferível.

BREVE HISTÓRICO DESSA HISTÓRIA NO BRASIL

Em 1967, o Estado brasileiro passa a subsidiar o desenvolvimento de um amplo setor privado de assistência médica. No campo da saúde mental, a associação dessa política privatizante com

¹⁴ Foucault, 1979, p. 170.

o não reconhecimento da cidadania do portador de sofrimento mental e a conseqüente ação tuteladora do Estado, respaldado por uma legislação discriminatória, permitiu e incentivou o florescimento de um vasto sistema de hospitais psiquiátricos particulares. Essa ação, consolidou e fortaleceu, ainda mais, o modelo asilar, que exclui o portador de sofrimento mental do convívio social e o discrimina. O portador de sofrimento mental que, nas décadas anteriores, foi considerado improdutivo, tornou-se importante instrumento de lucro fácil para o setor privado de prestação de serviços de saúde.

... A instituição hospitalar psiquiátrica pode funcionar com um número reduzido de especialistas, salários baixos, ausência de aparelhagem sofisticada, grande número de pacientes e com retornos garantidos e o mínimo de capital de giro. Configura e justifica-se o alto grau de internações nesse setor e, conseqüentemente, os elevados investimentos do Estado para manter a política hospitalocêntrica, segregadora e alienante¹⁵.

Na década de 1970, Franco Basaglia chega em Trieste, norte de Itália, iniciando um trabalho de desmantelamento da estrutura manicomial da cidade, o que influenciou todo o mundo. Os reflexos desta mudança não demoram a chegar no Brasil, em sintonia com as lutas contra a ditadura civil-militar e pela redemocratização do país.

A partir de meados da década de 70, tem início no país o processo de transição democrática, com a mobilização da sociedade civil frente ao Estado Militar. É no bojo desse processo de luta pela democracia política no Brasil que se organiza um movimento pela conquista da saúde como direito universal dos cidadãos e um dever do Estado. Dele fazem parte, fundamentalmente, professores e estudantes universitários, profissionais da área da saúde, do movimento sanitarista, sindicalistas, setores da Igreja e movimentos populares, além de outros segmentos organizados da sociedade¹⁶.

Em janeiro de 1979, realizou-se o Iº Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, em São Paulo, seguido por seminários

¹⁵ Pereira, 2001, s/p.

¹⁶ Idem. s/p.

e supervisões realizadas pelo psiquiatra Franco Baságlio. Em 1986, realiza-se a VIII Conferência Nacional de Saúde. Uma proposta nacional de reforma sanitária, considerada um marco histórico na luta pela construção do Sistema Único de Saúde, com significativa mobilização da sociedade.

Em 1987, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental e, em 1989, o Projeto de Lei Paulo Delgado foi apresentado à Câmara dos Deputados, propondo mudanças radicais na legislação psiquiátrica vigente. Esse projeto de lei, tornou-se importante catalisador das discussões do movimento antimanicomial, no Brasil. Ainda em 1989, temos a intervenção no hospital psiquiátrico de Santos, SP. – Casa Anchieta. Esta intervenção é apontada como marco decisivo para a viabilização e legitimidade da luta, para o fim dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços orientados pelo respeito à cidadania dos portadores de sofrimento mental. Nesse mesmo ano de 89, foi também realizado o II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, que propôs importantes mudanças no fundamento e ética da assistência psiquiátrica.

A luta antimanicomial que se articulava no Brasil estava em consonância com o movimento em nível internacional. Em 1990, realizou-se a Conferência de Caracas, que se tornou referência fundamental para o processo de transformação do modelo de atenção à saúde mental que se desenvolve, hoje, no país, modelo esse pautado no resgate de dignidade e cidadania do portador de sofrimento mental. Um ano depois, temos a Declaração da ONU “A proteção a pessoas acometidas de transtorno mental e a melhoria da assistência”, publicada em 17 de dezembro de 1991.)

Em 1992, a IX Conferência Nacional de Saúde aprovou o fortalecimento da luta pela vida, ética e municipalização da saúde, com ênfase no controle social, definindo o nível local como estratégico na democratização do Estado e das políticas sociais. Ainda em 1992, precedida por 24 conferências estaduais e, aproximadamente, 150 conferências municipais, foi realizada a II Conferência Nacional de Saúde Mental, em Brasília. Nesta Conferência ficou estabelecido o “Dia 18 de maio” como dia nacional de luta por uma sociedade sem manicômios. Uma conquista para os que, mesmo excluídos e individualizados como foram, os doentes mentais, a seu modo e do jeito possível, lutaram pela vida e ainda lutam, mesmo em situação de opressão suprema, vencendo a luta pela vida, a cada dia.

A EXPERIÊNCIA COM A MÚSICA – UMA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL

“Há segredos que se ocultam de teorias; assuntos do humano que há no ofício do pesquisador e que somente o pensar sobre a prática pessoal revela¹⁷.” O que nos diz Brandão (1983) a partir de seus estudos sobre a pesquisa participante instiga-nos a romper com a concepção dicotômica da realidade dividida entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, bem como a questionar o mito da racionalidade absoluta e a supremacia de uma razão instrumental e pragmática. Somente a partir deste ponto de partida torna-se possível olhar para a pessoa com sofrimento mental como uma pessoa, antes de vê-la como um “doente mental”, acreditar e apostar noutras possibilidades de manifestações da razão e da condição humana. Tais princípios são o suporte para o trabalho com pessoas com transtorno mental a partir da música, numa perspectiva da inclusão social, que aqui se relata.

Antes de tudo, faz-se necessário afirmar o quanto tal trabalho muito ensinou ao longo de muitos anos a todos e todas que dele participaram. Uma vivência muitíssimo rica e geradora de frutos. O ponto de partida foi a criação do “Coral Ser-Sã”, experiência que se deu no final de 1997, no Serviço de Saúde Mental em Divinópolis, no mesmo ano de inauguração do Serviço. Naquele momento, os/as profissionais do Serviço de Saúde Mental estavam resgatando muitas pessoas que, durante anos, só conheciam o caminho do manicômio. Pessoas que, devido a suas trajetórias de vida e de tratamento psiquiátrico, se mostravam assustadas, debilitadas, embotadas, com pouco contato social e, algumas delas, até então, aprisionadas em suas casas. Muitas foram as buscas domiciliares, bem como muitas foram as histórias de superação por parte dessas pessoas.

Ao iniciar a Oficina de Coral, cujo objetivo era possibilitar a ressocialização, foram priorizados aqueles que, pela trajetória de vida e tratamento, estavam mais vulneráveis. Foi longo o tempo de encontros para cantar e conversar até que o grupo avaliasse que tinha condições de se apresentar publicamente.

Alguns dos cantores, tinham ainda um grande embotamento afetivo, não aceitavam cuidados pessoais e se mostravam descalabelados, desdentados. A primeira apresentação do Coral Ser Sã, numa escola pública, revelou uma surpresa inesquecível: um dos

¹⁷ Brandão, 1983, p. 07.

integrantes reencontrou sua professora do primeiro ano primário. Os dois se emocionaram muito e esta emoção contagiou a todos que lá estavam. Pode-se afirmar que o encontro, o reconhecimento reafirmou para aquela pessoa com transtorno mental e também a todos os demais membros do Coral, a condição de ser humano, com uma história individual, com lembranças a serem guardadas e reveladas, aquecendo o coração diante das dificuldades encontradas no cotidiano de lutas contra o preconceito, a discriminação e a exclusão. Essa apresentação foi o primeiro impulso para continuar com a oficina de canto.

Retornando da apresentação, aquele que havia se encontrado com sua professora, disse: “Eu nunca podia imaginar que eu veria minha professora novamente e além disso, ela me reconheceu, lembrou meu nome! Foi muito bom entrar para esse coral. Será que vou encontrá-la novamente?” Por vários ensaios ele falava do encontro e sempre dizia que tínhamos que cantar bonito para a próxima apresentação.

A segunda apresentação foi extremamente marcante e um marco decisório para continuarmos o trabalho, o que se deu a partir da atuação de uma das integrantes, que viveu grande parte de sua vida dentro de um manicômio. Seu contato com as pessoas era parco e sua fala, sempre carregada de incongruências. Enquanto estava no Serviço, andava o tempo todo. No dia dos ensaios, por várias vezes, ela entrava, ficava poucos minutos, saía, andava por perto, voltava. Fazia esse trajeto várias vezes. A cada uma das vezes que ela entrava na sala, alguém colocava na sua frente a pasta com as letras das músicas, e ela sequer olhava. Essa mesma história se repetia semanalmente. Nessa apresentação,

Quando começamos a cantar, para nossa surpresa e alegria, ela cantou lindamente todas as músicas, e de cor, com o coração. Foi uma bela apresentação. Muitos se emocionaram e o coral foi aplaudido de pé. Antes de sairmos, essa mesma paciente - pessoa desdentada, descabelada, descuidada - deu um passo à frente e falou para todos em alto e bom tom: - “Meu pai trabalhava na “Rede” e minha mãe era costureira, eu gostava de ver ela costurar...” S. S. contou-nos um pouquinho de sua história. Sorriu um sorriso de um dente só e saiu. Não tivemos dúvidas, valia a pena insistir, ensinar, aprender, cantar!¹⁸

¹⁸ Ferreira, 2014, p. 95

A partir dessa experiência, foi escolhido, com a participação de todos, um nome para o coral: Coral Ser-Sã”.

Muitas são as histórias vividas nesse período, bem como experiências de inclusão social que se evidenciaram no reconhecimento familiar e comunitários dos integrantes, agora, como “cantores de coral” e não mais como doentes mentais; retorno aos espaços de trabalho, livre trânsito nos espaços da cidade, como igrejas, bibliotecas, escolas etc.

Faz-se relevante resgatar ainda uma história. Um dos integrantes do Coral Ser-Sã vivia em cárcere privado, quando da inauguração do SERSAM/CAPS. Ele foi resgatado e passou a participar do coral. Alguns anos depois, numa das apresentações, em um Congresso Nacional de Saúde Mental, ele fez um solo, que silenciou uma plateia de quase mil pessoas, sendo em seguida, longamente aplaudido, de pé, pelo público presente. Essa história marcou grandemente sua vida. Foram meses ensaiando e no ensaio seguinte, ele disse: “Depois que nós chegamos de Belo Horizonte, eu não conseguia dormir. Fiquei lembrando de tudo ... foi bom demais! Nem parece verdade, mas é verdade!” (M.R.F) E foram meses contando e recontando os detalhes da apresentação, sempre que encontrava alguém disposto a ouvi-lo.

Após as apresentações, eles falavam muito. Contavam histórias de suas vidas, antes nunca contadas. Alguns falavam da consciência do desamor de seus familiares porque tiveram a experiência do amor na interação com o público, sempre muito receptivo. As apresentações lhes proporcionavam a experiência real de pertencer-se, de pertencer a um grupo social intitulado “coral”. Essa pertencência social nesses momentos, era mais marcante que a marca da loucura e da exclusão, pois a experiência no real é confrontada com a experiência pessoal/subjetiva, propiciando uma possível transformação, individual/coletiva.

Essa experiência das apresentações se dava como a realidade agindo no ser e o ser agindo e interagindo na realidade, transformando-a e transformando-se.

El hombre se dirige a la realidad para buscar un apoyo en ella, y a su vez esta realidad tiene gran riqueza de notas, las cuales son una talificación del momento de realidad, y por tanto quedan determinadas por este momento como posibilidades en la realización. La inserción de estas posibilidades en la realización de mi persona es la probación física de realidad. El hombre, haciendo religadamente su propia persona, está haciendo

la probación física de lo que es el poder de lo real. Es la probación de la inserción de la ultimidad, de la possibilitación y de la impelencia en mi propia realidad. Al hacerme realidad personal soy pues una experiencia del poder de lo real, y por tanto de “la” realidad misma¹⁹.

Outro aspecto que podemos observar nessa experiência é o fato de que cada pessoa, na sua individualidade, na sua pessoalidade, na sua história, apreende o vivido de maneira particular, única – cada um voltou para si, na experiência vivida, que é única e que se torna coletiva quando compartilhada com os demais. Eles acolheram a realidade vivida como possibilidade para a transformação pessoal, – tornavam-se outros de si, a cada apresentação, pois, segundo Magalhães,

Pode-se, então, falar de um corpo alquebrado na dor e no sofrimento, que ao mesmo tempo que se mostra vibrante no exercício lúdico da confirmação da vida, num esforço de superar o declínio da existência finita. Este é o confronto vida e morte que se projeta no tempo instante. Esta é a intimidade da luta que se trava na finitude provisória, o que envolve um terceiro olhar, quebrando a cumplicidade eu-tu. O em si nada mais é que o corpo na sua intimidade particular, que se projeta no para si, na exterioridade da relação ser-mundo, envolvendo o outro olhar. Portanto existe sempre no movimento de confirmação ser mundo, num esforço de superação da passividade, da morte, onde o humano se descobre como possibilidade capaz de vencer a morte. De fato, o ser é a consciência do mundo enquanto corpo e espírito envolto na reflexão e no agir, o que se mostra na relação eu-mundo²⁰.

Maria Cristina S. Magalhães lembra Paul Ricoeur ao afirmar que é a realidade da consciência interior do sujeito que busca o reconhecimento de si mesma no tempo interior e exterior, onde a totalidade do real experimentado envolve o dado puro e o campo de significação. Este reconhecimento se processa na história narrada e na sua leitura onde entra em jogo o corpo e a palavra, não só a palavra oral, mas a palavra traduzida na cultura, nos contos, na poesia, no teatro, no cinema, na arte no esporte, no lazer, na

¹⁹ Zubiri, s/d, p. 92.

²⁰ Magalhães, 2002, s/p

dança, na música. Dentro deste contexto se prioriza o mundo imaginário, subjetivo, entrando em cena o sentido da construção positiva da fantasia, permitindo recriar o tempo convencional. “Como se refere Paul Ricoeur, esta é a chamada utopia positiva, que busca reconstruir a história crítica. É uma via que transcende a fantasmagoria do delírio patológico, a utopia negativa, que marca a saída do sujeito da concretude do real²¹” (MAGALHÃES, 2002).

O “Coral Ser-Sã” findou suas atividades no CAPS Divinópolis, em 2011 e outras histórias podem ser consultadas em Ferreira (2009/2014, 95).²²

Em março de 2012, foi fundado o “Grupo Movimento”, não mais pertencente ao serviço público, mas como um grupo independente, cujos integrantes, em sua maioria, os mesmos do Coral Ser-Sã. Os encontros se davam em espaço cedido pela Paróquia Santo Antônio, no coração da cidade de Divinópolis. O lugar foi muito importante, pois precisávamos garantir que o mesmo fosse de fácil acesso para todos.

Iniciamos nossas atividades primando por um trabalho cultural/musical com o objetivo de consolidar a inserção social conquistada pelos integrantes do “Coral Ser-Sã”. Nestes últimos cinco anos, o Grupo Movimento se consolidou enquanto um coral independente, um espaço para a convivência de seus membros e para a construção de pertencimento a um grupo social. Cada apresentação constituía-se como uma vitória diante das dificuldades enfrentadas pelos membros do grupo, muitos deles, já com muitos problemas de saúde.

No dia 30 de novembro de 2016, o Grupo Movimento apresentou-se na abertura do VI Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro, promovido pelo Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD) – UEMG – Unidade Divinópolis, cujo tema foi História, Cidadania e Direitos Humanos. Em maio de 2017, nova apresentação na abertura da 15ª Semana de Museus – IBRAM, promovida em Divinópolis também pelo CEMUD. Na ocasião, considerando o tema da Semana de Museus – Dizer o indizível através dos museus – foi organizada uma exposição contando a história dos vinte anos de trabalho do coral, inicialmente como Coral Ser-Sã, posteriormente, como Grupo Movimento.

²¹ Idem, s/p

²² Ferreira, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – OS PERIGOS DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

O ser humano carrega em si uma complexidade, um conjunto de histórias que construíram sua essência, sua personalidade. Histórias essas sempre relacionadas aos grupos sociais aos quais pertencem e, ao mesmo tempo, à individualidade de cada um. Reduzir um ser humano, um grupo social, um povo a uma única história é alimentar os preconceitos e estereótipos acerca dos mesmos.

Uma história única acerca de um povo ou de um grupo social, ao longo da história da humanidade, tem sido a marca da dominação de um povo sobre outro, de um grupo social sobre outro. Assim foi com os negros africanos, reduzidos a escravos; com os ameríndios, reduzidos a selvagens e indolentes... Assim é, na contemporaneidade, com os mendigos, com todos aqueles e aquelas que vivem à margem do sistema econômico.

A história da loucura, como já discutido neste texto, buscou também reduzir as pessoas com transtornos mentais a uma única coisa: o louco, o incapaz, o “sem-razão”, o alienado. Este reducionismo nega ao indivíduo suas próprias histórias, sua condição de ser humano, seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, a história do Coral Ser-Sã, atualmente Grupo Movimento, relatada neste trabalho constitui-se como uma experiência exitosa de negar uma história única acerca daqueles e daquelas que sofrem transtornos mentais. Uma experiência que revelou ser possível, através da música, como também poderia ser através de outras metodologias, desde que tivessem como princípio a afirmação do indivíduo como ser humano, sujeito de direitos na sua individualidade e no grupo social a que pertence, ressignificar histórias de exclusão e construir novas possibilidades de vida.

Os membros do Grupo Movimento deixaram de ser “os loucos”, ou melhor, deixaram de ser “apenas” os loucos. São, agora, membros de um grupo organizado, que se reúne para cantar, que se organiza para fazer suas apresentações públicas. Têm uma história para contar acerca disso. E a partir do fio dessa história, cantada e contada, novos fios, novas histórias vão sendo tecidas. É possível, então, se afirmar como ser humano, é possível sonhar. E realizar esses sonhos, ainda que sob as limitações de um cotidiano marcado pela negação dos sonhos. Enfim, é possível acreditar e construir um outro mundo, apostar na utopia!

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1983.

FERREIRA, V.. *Inserção social e saúde mental: uma possibilidade por meio da música*. En Revista Espacios Transnacionales [En línea] No. 2. Enero-Junio 2014, Reletran. Disponible en: <http://www.espaciostransnacionales.org/segundo-numero/reflexiones-2/insercaosocial/>

FOUCAUT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Traduzido do original francês – *Maladie Mentale et psychologie* de Presses Universitaires de France, Paris. Direitos reservados às Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ. Brasil, 1991.

FOUCAUT, Michel. *História da Loucura*. Direitos reservados em língua portuguesa à Ed. Perspectiva, 6 ed. São Paulo, Brasil, 2000.

FOUCAUT, Michael. *Microfísica do Poder*. 15 ed. São Paulo: Edições Graal, 1979.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. *Uma contribuição à reflexão coletivizada na semana do Serviço Social, na Escola de Serviço Social*. PUC Minas/BH, 16 de maio de 2002.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. *A Fenomenologia do Corpo, em Merleau Ponty, uma influência na escuta em Serviço Social*. PUC Minas/BH, 16 de maio de 2002).

PEREIRA, William César Castilho. *Nas Trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

PESSOA, Fernando. Sou louco. Disponível em <www.jornaldepoesia.jor.br/index40.html>. Acesso em 27.08.17.

ZUBIRI, Xavier. *El Hombre y Dios*, p. 92, 2º p.

Programa Mais Educação e educação das pessoas em situação de pobreza: evidências em um paradigma

Bárbara Ramalho¹

INTRODUÇÃO

A educação é recorrentemente reclamada enquanto um direito a ser conquistado pelas pessoas em situação de pobreza de nossa sociedade. Não há dúvidas de que temos ainda muito o que avançar no que diz respeito à seguridade de acesso e permanência das crianças e jovens de camadas populares à escola. No entanto, se faz urgente também discutir a qual educação, ou melhor, a qual projeto educacional estes estudantes devem ter direito.

Com vistas a contribuir para este debate, no presente artigo tomaremos o Programa Mais Educação (PME) - ação de ampliação da jornada escolar e das dimensões educativas nas escolas públicas brasileiras gestadas pelo Governo Federal -, enquanto objeto de discussão. Isto por compreendermos que a trajetória cursada pelo Programa cuja vigência foi de cerca de nove anos, conforme se fará mais claro ao longo do texto, reflete os dilemas vivenciados pela educação das pessoas em situação de pobreza.

O debate aqui pretendido será orientado pelas abordagens dos dois paradigmas presentes na agenda educacional nas últimas, pelo menos, seis décadas: de um lado, o do Desenvolvimento e, do outro, o da Educação para Todos. Tendo em vista a incidência do Programa Mais Educação em escolas públicas atendendo, portanto, a sujeitos de camadas populares, será o viés da relação entre educação e pobreza aquele privilegiado nesta abordagem.

No que diz respeito à organização do texto, primeiro nos dedicaremos à abordagem dos referidos paradigmas para, posteriormente, a partir deles, analisar o Programa Mais Educação. Mais

¹ Doutoranda e Mestre em Educação (FaE UFMG)

do que destacarmos importantes eventos relativos à política, importou-nos também elucidar os precedentes que possibilitaram sua emergência.

O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA SUPERAÇÃO DA POBREZA

Advinda da economia, a Teoria do Capital Humano surge na década de 1950 nos Estados Unidos e tem em Theodore W. Schultz seu principal expoente. No âmbito educacional, a Teoria se traduz no cálculo da taxa de retorno dos investimentos que o Estado realiza na educação.

Com o objetivo de conhecer a taxa de retorno dos investimentos em educação no Brasil, o estudo citado [*As causas do crescimento econômico* (Langoni, 1974)] trata da estimativa dos custos diretos e, ainda, da estimativa da renda perdida durante a escola, considerando o fluxo dos beneficiários para obter resultados que comprovem a eficácia da educação para o crescimento econômico (OLIVEIRA, 2010, p.192).

Ao comprovar o retorno dos custos do Estado relativamente à educação para o próprio país transformando, assim, os ‘gastos’ educacionais em ‘investimentos’, a Teoria do Capital Humano impulsionou o crescimento de ofertas educativas nos contextos de sua incidência. Ou seja, promoveu, em certa medida, uma democratização do acesso da população às instituições educacionais sob a crença de que seria a escolarização o principal meio de ascensão dos países periféricos à posição de países centrais. Ou seja, em seu âmbito, à educação restaria a responsabilidade de desenvolver o país e, obviamente, os seus cidadãos, o que significaria, entre outras coisas, combater a pobreza. Uma crença de matriz desenvolvimentista.

A educação, nesse cenário, é compreendida como um instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza. Era necessário, para se atingir o desenvolvimento pleno, que os países subdesenvolvidos tomassem atitudes severas em relação à miséria, entendida como ameaça constante à democracia. A educação é assim concebida como um instrumento econômico indispensável ao desenvolvimento, ao progresso (OLIVEIRA, 2010, p. 207).

No caso brasileiro, a Teoria do Capital Humano tem lugar num

contexto em que ao Estado são atribuídas funções econômicas mais ativas. Cenário em que o planejamento ganha centralidade e, por consequência, também a coleta, a sistematização e a análise de informações que o subsidiem. Justificando, por exemplo, o protagonismo assumido, desde então, pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no país. Nessa perspectiva, os sentidos e os contornos assumidos pela educação a partir da Teoria do Capital Humano tornaram-na objeto não de seus especialistas (pedagogos, educadores etc.) e/ou daqueles que a compõem amplamente (a comunidade escolar como um todo). Na concepção em que o desenvolvimento encontra-se atrelado à formação escolar dos sujeitos, são os economistas os responsáveis por estabelecerem agendas e ações educacionais. De modo que a natureza da educação passa a não ser mais política ou social, mas técnica.

São diversas as críticas possíveis a essa concepção de educação. Entre outras, destacamos aqui o modo como concebe a pobreza, bem como a perspectiva com que a combate.

No âmbito da Teoria do Capital Humano observa-se um silenciamento quanto à problematização da pobreza, sua origem e implicações. Tal como propõe Parada (2001, p.68), “esta teoria, dicho de modo simple, considera a la pobreza como un fenómeno que ocurre porque las personas no han adquirido las habilidades cognitivas básicas para ser exitosas en el mundo”. Uma ótica, no mínimo, meritocrática e, portanto, excludente”.

Associada a este entendimento encontra-se, como anteriormente dito, a crença de que seria a educação – na verdade, a escolarização – um contexto privilegiado de combate às condições precárias de vida e de promoção do desenvolvimento. Estratégia que desconsidera outras variáveis que são determinantes no alcance de melhores condições de vida, como é o caso do desemprego estrutural tratado por Oliveira (2010).

Ainda que passadas cinco décadas desde a formulação da Teoria do Capital Humano, nos dias atuais observam-se resquícios de seus pressupostos em agendas e ações governamentais. Os caminhos assumidos pelo Programa Mais Educação, a serem discutidos neste texto, reiteram a sua forte presença no imaginário educacional.

O ACESSO À EDUCAÇÃO ENQUANTO GARANTIA DE DIREITO

Assentada sob o paradigma da igualdade de oportunidades

escolares como meio de combate à pobreza, a Teoria do Capital Humano perde vigor ao longo das décadas finais do século XX. Estudos longitudinais, como o *Relatório Coleman*, publicado na década de 1960 nos Estados Unidos, já denunciavam o peso da origem social sobre as experiências escolares dos indivíduos. A partir de formulações como estas passa-se a questionar, sobretudo por meio da Teoria da Reprodução, que tem em Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (1975) seus principais expoentes, a suficiência da democratização do acesso à escola para a superação das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, um novo paradigma passa, a partir dos anos 1990, a orientar a educação: o da equidade sob a perspectiva de uma Educação para Todos². De modo que “la masificación y el cambio en la morfología social de los alumnos han producido una especie de terremoto en las prácticas escolares, en las identidades y subjectividades de los protagonistas (docentes, alumnos y demás) y en el sentido de la misma experiencia escolar”. (TEDESCO, 2011, p. 35).

A partir de uma perspectiva decolonialista, Miguel Arroyo (2015) e Adriana Puigrós (2010) argumentam sobre a histórica invisibilização a que coletivos sociais, étnicos, raciais e de gênero, entre outros, foram submetidos ao longo da construção dos Estados latino-americanos. Não gozando, em muitos casos, sequer do *status* de cidadãos. Mais do que isto, os autores denunciam a presença dessa matriz de pensamento excludente na própria construção da educação popular latino-americana.

(...) el derecho a la educación, desde las primeras ocasiones en que fuera enunciado, fue herido mediante explicaciones sobre inferioridades culturales adquiridas e insuperables, deficiencias voluntarias, preferencias personales, situaciones sociales. La versión más complaciente fue el desarrollismo, que suscribía la convicción de que los pueblos latinoamericanos eran atrasados y tenían que adoptar el modelo de los países que habían triunfado. El derecho a la educación de nuestros pueblos se reducía a la sustitución de las propias culturas por la cultura dominante. (PUIGRÓS, 2010, p.18).

Até a história da nossa educação pública, mínima, elementar, doada pelas elites aos grupos

² “Educação para Todos” foi o tema da conferência mundial organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seu órgão vinculado à educação, o UNIFEC, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990.

segregados teve como referente as formas hegemônicas de segregação social e racial dos grupos discriminados e as formas hegemônicas de pensar os destinatários dessa educação pública mínima: os trabalhadores empobrecidos, os negros, os camponeses. A histórica visão negativa e inferiorizante desses grupos sociais e raciais e de seus filhos/as marcou e continua marcando a lenta garantia do seu direito à educação. Esses grupos sociais foram mais do que meros destinatários das ações educativas. Eles foram o referente, a medida de qual educação, de qual escola, de qual sistema escolar mereciam no padrão de poder-saber e de qual lugar lhes cabia nesse latifúndio do poder. O nosso sistema de educação carrega as marcas da velha e persistente segregação social e racial. Consequentemente, a pergunta sobre em que tempos estamos na garantia do direito à educação exige perguntar-se em que tempos estamos na história da segregação social e racial. (ARROYO, 2015, p.32).

De modo que, conforme afirma Arroyo (2015) “a história dos tempos insatisfatórios na garantia do direito à educação coincide com a história dos tempos insatisfatórios do reconhecimento positivo dos coletivos populares” (p.23). Reflexões que nos levam a compreender que o direito ou a negação à educação não assentam-se em uma dimensão individual, tal qual supunha-se no paradigma anterior, mas, ao contrário, coletiva.

À construção de uma educação equitativa, além do reconhecimento dos sujeitos a que se destina, uma outra questão é posta: se não mais pela entrada no mercado de trabalho, pela promoção do desenvolvimento econômico, como medir a efetivação deste direito? A efetividade de uma ‘Educação para Todos’ poderia ser medida a partir de algum efeito educacional como, por exemplo, as mais do que conhecidas por nós, educadores, avaliações em larga escala? Ou não, poderia ela ser interpretada a partir do simples acesso a instituições de ensino (tal como entendia-se no paradigma anterior)? Por fim, estaria o direito à educação numa perspectiva equitativa relacionado a uma forma específica de experiência educativa?

Embora considerados indicadores importantes, para McCowan (2011) tomar o alcance de metas e resultados enquanto “termômetro” relativamente à efetivação do direito à educação pode resultar na limitação do processo educativo. Isso porque saberes outros, não previstos nas metas, por exemplo, podem emergir durante o processo educativo e não serem nela contemplados.

No que diz respeito à tomada do acesso à escola enquanto indicador do direito à educação, é curiosa a postura adotada pela autora na medida em que desnaturaliza a relação estabelecida entre educação e escola. Para ela, a instituição escolar e a educação não são necessariamente coincidentes.

(...) Igualar a educação à escolaridade tem uma limitação óbvia. Se imaginarmos ambas em um diagrama de Venn, veremos que uma parte significativa de cada uma se situa fora do domínio da outra. Muito do que se passa na escola não é educação (por exemplo, o ato de tomar conta das crianças, a garantia de alimentação, os cuidados de saúde e algumas tarefas menos agradáveis, como controle social e doutrinação, sem esquecer o que Dore (1976, p. xi) chama de “mero ganho de qualificação”), e grande parte do processo educativo não se dá na escola ou universidade, mas nas famílias, grupos comunitários, instituições religiosas, bibliotecas, campanhas políticas etc. (MCCOWAN, 2011, p.12).

Seria, portanto, sob a ótica dos processos educacionais que, na concepção de McCowan (2011), a efetivação dos direitos educacionais deveriam ser analisados. Para ela, por exemplo, mais do que a aferição dos resultados referentes ao aprendizado da leitura e da escrita dos sujeitos, o direito à educação efetiva-se e pode ser verificado pelos seus modos de engajamento no processo de alfabetização.

Considerando as limitações e a própria resistência da instituição escolar em avançar no sentido de promover experiências educacionais significativas e considerando que a chamada ‘educação não-formal’, em muitos casos, apresenta êxito neste sentido, a autora propõe três possíveis meios de efetivação do direito à educação na perspectiva da garantia de processos educacionais relevantes: a abolição da necessidade da certificação formal na sociedade, tornando os indivíduos livres para optarem ou não pelo ingresso nas instituições escolares; a modificação da educação de forma que, além da almejada certificação, forneça experiências necessárias a uma aprendizagem significativa; ou a garantia de que as pessoas tenham acesso tanto a uma educação formal quanto a uma educação não formal de alta qualidade.

No presente texto, compreendemos ser o Programa Mais Educação um meio de promoção da educação a partir dos coletivos historicamente aliados da tradicional cultura escolar sob a

perspectiva da equidade. A proposta de incorporação dos saberes desses grupos nas ações do Programa é evidência disto. Ademais, tomamos o PME como uma ação educacional ímpar, na medida que, conforme será discutido a seguir, quando de sua origem, a centralidade encontrava-se na promoção de experiências educacionais significativas para os seus destinatários, não resumindo-se ao alcance de resultados acadêmicos. Perspectiva que é negada a partir da reformulação do Programa que passa, inclusive, a denominar-se Novo Mais Educação (PNME).

PROGRAMA (NOVO) MAIS EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9394/96) e a Constituição Federal de 1988 construídas e publicadas entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 1990, período em que, conforme anteriormente assinalado, o paradigma da equidade começa a ganhar força, considera-se, abriram caminhos para que, no início dos anos 2000, um Programa como o Mais Educação encontrasse lugar e ressonância.

O 205º Artigo da Constituição Federal de 1988 apresenta uma concepção alargada de educação que extrapola a perspectiva de preparação dos sujeitos para o exercício de uma atividade laboral ou de acesso ao mundo do trabalho, a saber: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). É possível afirmar, portanto que no âmbito da Carta Magna brasileira considera-se papel da educação o desenvolvimento não apenas de uma dimensão do sujeito, mas de sua totalidade, remetendo assim a preceitos de uma educação integral. Mais do que isto, é preciso destacar a presença da perspectiva da universalidade da educação expressa neste artigo, que certamente incorre em riscos, mas que resulta numa grande contribuição: a de desconstrução da educação enquanto privilégio de alguns.

No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), promulgada oito anos mais tarde do que a chamada Constituição Cidadã e em forte diálogo com essa, destaca-se aqui o reconhecimento em seu bojo da educação enquanto um fenômeno que extrapola os saberes escolares, desvinculando assim educação e escolarização.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Além disso, a LDB 9.394/96 estabelece a ampliação progressiva da jornada escolar diária dos estudantes do Ensino Fundamental, a critério dos estabelecimentos de Ensino: “Art. 34. A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

O Programa Mais Educação³ (PME) não foi a única ação de Educação Integral vigente no Brasil (2011), mas, certamente, a de maior abrangência, quer no que diz respeito à extensão territorial de atendimento, estando presente em todos os Estados do país, ou no que se refere ao número de estudantes atualmente atendidos, cerca de 4,4 milhões⁴.

O Programa tem sua origem em 2007, tendo sido instituído pela Portaria Normativa Interministerial Nº. 17 de 24 de abril desse mesmo ano e caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ampliação da jornada escolar diária dos estudantes de escola públicas brasileiras para, no mínimo, sete horas diárias. Além disso, se propõe a ampliar os saberes difundidos no contexto escolar promovendo ações que se localizam em seis áreas de saberes denominadas no âmbito do Programa de macrocampos, a saber: Acompanhamento Pedagógico; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica; Educação em Direitos Humanos; Esporte e Lazer, Promoção da Saúde.

Em seu âmbito, as atividades são realizadas no contraturno escolar e a participação das escolas e das famílias não é compulsória, mas por adesão. Quando de sua elaboração, escolas localizadas em contextos de alto índice de vulnerabilidade e de maior população eram aquelas prioritariamente atendidas.

³ O Programa Mais Educação foi subsidiado pelo governo federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

⁴ Segundo dados do Inep constantes em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6Ahj/content/matriculas-em-educacao-integral-apresentam-crescimento-de-41-2

Considera-se ser a referência aos objetivos do Programa elucidativa para análise do projeto educativo a partir do qual este foi gerado. Nessa perspectiva, as finalidades da ampliação da jornada escolar diária dos estudantes das escolas públicas eram, de acordo com o Artigo segundo da Portaria Interministerial N^o17 de 24 de abril de 2007:

I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa;

II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;

III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidades voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida;

IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade;

VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos

sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e VIII - prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados de modo a estimular novas tecnologias e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria. (BRASIL, 2007).

A leitura de tais objetivos nos permite afirmar que, quando de sua formulação, a centralidade do Programa encontrava-se na promoção de processos educativos significativos (McCOWAN, 2011). Os itens segundo e quinto são elucidativos desta concepção. Mais do que isto, nos parece bastante propício afirmar, sobretudo tendo como referência o item quarto, que a concretude dos sujeitos, inclusive a histórica negação de direitos a que foram submetidos, ocupam um importante lugar no PME.

Ao ampliar os saberes para além dos tradicionalmente escolares, o Programa sinaliza novamente para o desenvolvimento de uma ação educativa com vistas à promoção de uma experiência significativa para os sujeitos a que se destina.

§ 2º A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades. (BRASIL, 2010).

Além disto, com este movimento, o PME, por um lado, garante aos sujeitos de camadas populares saberes a eles historicamente negados e, por outro, possibilita que sua cultura passe também a compor o universo escolar. Contudo, conforme assinalado no início deste texto, a trajetória assumida pelo Programa e, sobretudo, os caminhos por ele trilhados nos últimos três anos evidenciam um descompasso em relação à perspectiva presente quando de sua formulação e aquela mais recentemente figurada.

Um primeiro elemento a ser apontado na trajetória recente do PME enquanto sinal de retrocesso em relação à sua proposta inicial são os atrasos na destinação das verbas para sua execução. Já em 2014, escolas e municípios denunciavam a inadimplência do Governo Federal no que tange à transferência da segunda parcela da verba destinada à execução do Programa, uma realidade que se repetiu durante todo o ano de 2015. A não garantia dos

recursos públicos para o desenvolvimento do Programa que, até então, vinha desfrutando de altos investimentos e de grande visibilidade política, constitui-se numa primeira evidência da sua perda de força enquanto projeto educacional no país.

Outra evidência (ou causa) da perda de força do Programa no cenário educacional – e do projeto educativo que representava – foi a divulgação, em outubro de 2015, pela Fundação Itaú Social, do *Relatório de Avaliação Econômica e Estudos Qualitativos: Programa Mais Educação*⁵ cujos resultados apontavam para inexistência de impactos positivos da participação no Programa Mais Educação sobre a aprendizagem, em Língua Portuguesa e em Matemática, dos estudantes. À época, a pesquisa foi fortemente criticada por estudiosos da Educação Integral, motivando, inclusive, a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal naquele mesmo mês.

A chegada de Aloízio Mercadante ao ministério da educação, neste mesmo período, e com ela, a promessa de revisão do Programa Mais Educação sob o foco da promoção da melhoria da aprendizagem nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, confirmariam os retrocessos que vinham se desenhando no que tange à garantia do direito à educação por meio de processos educativos diferenciados para crianças jovens de camadas populares. Já em seu discurso de posse, o então ministro anunciou os resultados por ele esperados no que tange à Educação Integral.

Em 2012, tive a honra de lançar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com foco na capacitação de professores e professoras alfabetizadores. Foram concedidas mais de 318 mil bolsas de capacitação para professores de alfabetização, e foram mobilizados 15,9 mil professoras e professores orientadores. Para avaliarmos a progressão de nossas crianças, criei a ANA, a Avaliação Nacional de Alfabetização Censitária. Ao final do primeiro ciclo de avaliação, constatamos que o ritmo de avanço ainda é muito insuficiente. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa terá que ser revisto. A parceria com as Universidades requalificada e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação precisam ter uma participação e engajamento direto nesta ação

⁵ O relatório completo encontra-se Disponível em: http://www.redeitausocial.deavaliacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/relat_Mais_Educa%C3%A7%C3%A3o_COMPLETO_20151118.pdf.

estratégica. Ao mesmo tempo, outro reconhecido programa complementar na formação de professores, o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), que atende hoje 90 mil bolsistas, retém apenas 18% de seus egressos como professores da educação básica pública. Vamos rever o PIBID. Vencido o desafio da cobertura nacional, precisamos tornar mais efetivos os nossos programas de qualificação de professores, que precisam estar mais articulados com as necessidades de nossos estudantes e com outros esforços conduzidos pelo Ministério da Educação. Por exemplo, a educação em tempo integral, que hoje beneficia mais de 58 mil escolas (60 mil escolas, são 58 mil do Mais Educação + 2 mil Ensino Médio Inovador), também não está tendo o resultado previsto. As escolas em tempo integral precisam estar focadas no esforço da aprendizagem nas áreas básicas do conhecimento. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o PIBID e o Mais Educação vão ser reestruturados e serão replantados em 2016 de forma totalmente integrada e coordenada, com foco na aprendizagem e reforço escolar em língua portuguesa e matemática. (Excerto do discurso de transmissão de cargo do ministro Aloízio Mercadante em 07/10/2015).

Cerca de seis meses depois, a promessa tomaria forma por meio da Resolução N^o 2 de 14 de abril de 2016 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que versa sobre a destinação de recursos financeiros para as atividades de Educação Integral desenvolvidas no âmbito do Programa Novo Mais Educação.

O item um do Parágrafo Primeiro do segundo Artigo da Resolução legisla sobre a prioridade do atendimento pelo Novo Mais Educação de escolas cujos estudantes tenham alcançado baixo rendimento na Prova Brasil.

§ 1^o A adesão será disponibilizada no PDDE Interativo em fases, da seguinte forma:

I - a primeira fase priorizará as escolas cujos estudantes obtiveram baixo rendimento na Prova Brasil, conforme relação a ser publicada pela SEB/MEC e homologada pela secretaria de educação à qual cada escola se vincula. (FNDE, 2016).

Assim, se inicialmente eram as condições de existência dos sujeitos que orientavam os contextos de incidência do Programa, por meio dos indicadores de vulnerabilidade, agora são os seus desempenhos acadêmicos que o fazem.

Em diálogo com esta perspectiva é redigida a sessão denominada “Do Plano de Atendimento da Escola” da Resolução. É nela que consta a obrigatoriedade não apenas da oferta do macrocampo Acompanhamento Pedagógico no âmbito do Programa Novo Mais Educação, tal qual o era na versão anterior, mas da destinação de, no mínimo, seis horas semanais para a atividade, a saber: “§ 3º As atividades selecionadas no Plano de Atendimento da Escola deverão compor a jornada escolar mínima de 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo que a atividade de que trata o § 1º deverá ter carga horária de 6 (seis) horas semanais” (FNDE, 2016).

Além disso, segundo o documento, serão os estudantes que alcançam baixo desempenho acadêmico nas avaliações próprias da escola em Língua Portuguesa aqueles que devem ser prioritariamente atendidos pelo Programa Novo Mais Educação. O que quer dizer que, já no filtro da escola, outra ‘seleção’ deverá ser realizada.

Optando por uma focalização no atendimento dos estudantes que ignora as suas condições precárias de vida e de acesso aos mais diversos direitos e evocando a tradição escolar enquanto estratégia, os contornos assumidos pelo Programa Novo Mais Educação remetem claramente ao paradigma desenvolvimentista que, paradoxalmente, se mostra bastante atual. Nele, a pobreza e suas consequências, como por exemplo, o ‘insucesso’ acadêmico, são interpretadas enquanto questões individuais sendo, portanto, individual e, isoladamente tratadas. Além de não ser possível ignorar o fato de que por detrás das ações empreendidas está a crença na educação escolar enquanto meio de superação das desigualdades - uma quimera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas vivenciados pelo Programa Mais Educação materializado em sua reformulação, modificando seu nome, mas, mais do que isto, sua concepção, conforme apontado no início deste texto, é representativo dos projetos em disputa no que tange à educação das pessoas pertencentes às camadas populares no Brasil. Nesse sentido, o combate a um Programa de Educação Integral mais próximo do equitativo paradigma de uma “Educação para Todos” anuncia o avanço de abordagens conservadoras no contexto educacional.

Além de evidenciar tais disputas, os caminhos assumidos pelo Programa Mais Educação – que foi gestado e gerido até início do

ano de 2016 no âmbito de um governo de esquerda –, denunciam a incapacidade ou, no mínimo, a fragilidade do governo progressista que dele esteve à frente durante oito anos em promover uma real mudança no paradigma educacional e de legitimar uma agenda própria que favoreça a população pobre do país. Resultado de uma agenda de conciliações.

Cenário que em um governo de pautas conservadoras, tal qual o que assume, ilegitimamente, o país em maio de 2016, tende a ser ainda mais nebuloso. O que se torna evidente na medida em que consideramos que juntamente da reformulação do PME serem também propostas a equivocada Reformulação do Ensino Médio e a proposição de uma restrita Base Nacional Curricular Comum. Ações essas assentadas, direta ou indiretamente, sob a Teoria do Capital Humano e, por consequência, na lógica desenvolvimentista.

Nessa perspectiva, há de se ter em vista que não é apenas o Programa Mais Educação que está sendo posto atualmente em xeque, mas o projeto educativo emancipatório para as pessoas em situação de pobreza que representou.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? *Educação em Revista*. Belo Horizonte. V.31, n.º3, pags15-47. Julho/Setembro, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- FNDE. *Resolução no. 2 de 14 de abril de 2016*. Destina recursos financeiros às escolas do Programa Mais Educação. Brasília: Conselho Deliberativo, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 1996*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Portaria Normativa Interministerial No. 17 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília: Senado Federal, 2007.
- BRASIL. *Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Senado Federal, 2010
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas da educação brasileira: mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada*

no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2011.

GLUZ, N. Movimientos sociales los avances y las contradicciones en las luchas por el reconocimiento oficial. In: GLUZ, N. *Las luchas populares por el derecho a la educación: experiencias educativas de movimientos sociales* Buenos Aires: CLACSO, 2013, pp. 83-91

McCOWAN, T. *O direito universal à educação: silêncios, riscos e possibilidades*. Praxis Educativa. Universidade de Ponta Grossa, v.6., n.º1, jan-jun, 2011.

OLIVEIRA, D. A. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 210-269.

PARADA, M. B. Educación y pobreza: una relación conflictiva. In: ZICCARDI, A. (Compiladora). *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PUIGGRÓS, A. Avatares y resignificaciones del derecho a La educación em América Latina. In: *Docência*. Año XV, no. 40. Santiago de Chile: Colégio de Profesores, mayo, 2010.

TEDESCO, J.C. Los desafíos de la educación básica en el Siglo XXI. *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 55 (2011), pp. 31-47.

Perspectiva histórica das correlações existentes entre direitos humanos e as relações étnico-raciais

Simone Maria dos Santos¹

Ana Paula Gonçalves Pinto²

Marlon Henrique Ferreira³

Em um contexto de hipermodernidade ou globalização, ou seja, de intensa interligação comercial e cultural entre os países no âmbito global (LIPOVETSY, 2011; IANNI, 1998), a perspectiva de refletir sobre as conexões existentes entre direitos humanos e as relações étnico-raciais, a partir de uma compreensão histórica desta interligação, tem o objetivo de lançar luz sobre os novos nexos decorrentes desta relação na contemporaneidade. Para tanto, em um primeiro momento, cabe ressaltar que, apesar da expressão “direitos humanos” e da ideia de “raça” serem inovações que emergiram na modernidade, é possível estabelecer conexões entre os princípios fundadores dos direitos humanos e a questão da alteridade, antecedentes históricos dos termos em questão, que devem ser pensados com o nascimento dos próprios grupamentos humanos.

O primeiro ponto a ser ressaltado para uma compreensão das conexões supracitadas é o fato de que os grupamentos humanos, ao mesmo tempo em que se assumiram enquanto seres diferentes dos outros animais, com a prática de ritos próprios da humanidade,

¹ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Relações Étnico-Raciais com Mestrado e Doutorado em Sociologia e Pós-Doutorado no Programa de Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Mestra em Matemática e Estatística, Professora dos cursos de: Serviço Social, Engenharias, Matemática, Ciências Biológicas, Química, Pedagogia e Educação Física da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais Divinópolis/MG. Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Relações Étnico-Raciais.

³ Licenciando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis. Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Relações Étnico-Raciais.

com representações sociais de comemoração do nascimento e de despedida dos mortos, também passaram a perceber e a classificar a alteridade (MONTERO, 1997). Dito de outra forma, a percepção da humanidade entre os grupos também trouxe à tona a pluralidade e as diferenças entre eles.

Sob este prisma, no contexto histórico, as primeiras manifestações dos direitos humanos foram princípios morais e religiosos providos de inspiração divina que passaram a reger a conduta das pessoas. Como exemplo, é possível citar “Os Dez Mandamentos” (1706 a.C); o Código de Hamurabi (por volta de 1700 a.C); a Lei das XII Tábuas (em torno de 450 a.C), entre outros. Ainda na Idade Antiga, de forma pontual, é possível ressaltar uma segunda manifestação dos direitos humanos, com o nascimento das cidades greco-romanas.

A partir da emergência da *polis* grega nasce, também, a noção de direitos dos cidadãos, ou seja, direitos daqueles que eram membros da cidade, que possuíam cidadania, cuja prerrogativa essencial, no período, era a isegoria, igual liberdade de palavra nas assembleias (COMPARATO, 1993). Mesmo que no contexto a ideia de cidadania fosse restrita, pois se aplicava apenas aos iguais, excluindo mulheres, jovens, pobres e escravos (COMPARATO, 1993), ainda assim é um antecedente histórico importante para os direitos humanos conforme seu desenvolvimento na modernidade. No tocante à questão da alteridade, os gregos percebiam e classificavam a diferença, ou seja, povos que possuíam outros deuses, outras características físicas, como os “bárbaros” (MONTERO, 1997), considerados seres humanos, mas naturalmente, desiguais.

Assim, em consequência da maneira muito própria dos gregos entenderem o mundo, provinha a percepção deles sobre a desigualdade natural entre os seres humanos. A primeira ideia fundamental para o pensamento grego era de que o universo seria cósmico, ordenado, um grande espaço organizado onde cada coisa teria um lugar próprio e uma finalidade a cumprir. Dito de outra forma, ao universo cósmico corresponderia a noção de sistema, um todo constituído por unidades funcionalmente interdependentes e interconectadas. Como corolário, cada ser humano teria um lugar natural no mundo, o que contribuiria para o funcionamento do todo. A partir desta percepção do mundo é que Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, livro I, pontuava que a igualdade não existiria na concretude da vida, ou seja, na realidade, no mundo da vida, só existiriam singularidades (ARISTÓTELES, 2014). Nestes termos, justificava-se a escravidão.

Por sua vez, na Idade Média, onde se tinha o predomínio da Igreja, Santo Tomás de Aquino (1225-1274) tomou a vontade de Deus como fundamento dos direitos humanos, condenou as violências e discriminações, ressaltando que o ser humano tinha direitos naturais que deveriam ser sempre respeitados (DALLARI, 1999, p. 54). Ainda no período, a “Magna Carta”, 1215, na Inglaterra, foi um documento importante enquanto antecedente histórico dos direitos humanos, na medida em que limitou o poder dos monarcas e trouxe consigo a proteção de direitos tais como a existência do *habeas corpus* que, na contemporaneidade, é uma garantia constitucional a favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, por parte de autoridade legítima (TOURINHO FILHO, 1997, p. 516).

No que diz respeito à diferença, a adoção do cristianismo por quase todas as nações europeias deslocou a imagem da alteridade da barbárie para todos aqueles considerados inimigos da fé, também chamados de hereges ou pagãos. Assim, se fez presente uma discussão que, mesmo não tendo tido grande repercussão no período, se tornaria de fundamental importância no que diz respeito à maneira como a diferença foi historicamente tratada no Ocidente, a saber, a questão dos direitos dos infiéis.

Os sacerdotes responsáveis por versar sobre os direitos canônicos diferenciavam os infiéis em três categorias: aqueles que não tinham conhecimento dos princípios da fé; os que blasfemavam contra tais princípios e os gentios. Os dois primeiros ainda poderiam ser submetidos às leis da igreja; por outro lado, aos gentios eram destinadas apenas a violência da guerra e a morte. Esta questão dos direitos dos infiéis “não teve tempo para desenvolver-se, tendo sido abortada prematuramente pela invasão otomana e mongol, que isolou a Europa do Oriente” (MONTERO, 1997, p. 52). Assim, em um primeiro momento, no geral, sobre o contexto europeu da Idade Média é possível afirmar que todas as pessoas eram consideradas seres humanos, mas desiguais em virtude da vontade de Deus.

No entanto, a partir do século XV começaram a serem alterados os conceitos que os europeus tinham sobre o mundo, consequência das mudanças ocorridas desde então, tais como o desenvolvimento da divisão do trabalho com base na associação ser humano máquina; a aparição de uma sociedade de mercado separada de toda hierarquia social rígida; a industrialização que levou à cisão da natureza e da sociedade, o surgimento do Estado nacional centralizado; a reforma protestante que cindiu ao meio a

unidade da fé cristã e a secularização da cultura e a racionalização da técnica, entre outras. Todos estes fatores exigiram um novo olhar sobre o ser humano, a sociedade e a história (DOMINGUES, 1991). Estes traços considerados característicos da modernidade e a partir dos quais se anunciavam a emancipação do ser humano, assim como uma nova forma de racionalidade e de inteligibilidade, constituíram-se enquanto um sistema de valores e com base neles a modernidade se estabeleceu e se assumiu como um modelo cultural.

Filósofos, religiosos, pensadores e moralistas, de uma forma ou de outra, se juntaram, com o intuito de levar este sistema de valores, mesmo que fosse através da violência, a outras partes do mundo. Nestes termos, é de grande importância ressaltar a imagem progressista que estes indivíduos tinham de seu modo de estar no mundo, de interpretar e produzir realidade. A partir do momento em que este tipo de imagem se estabelecia, considerava-se missão do Ocidente dominar a Natureza e outros grupos sociais. Desta forma, justificava-se a colonização dos povos ditos “primitivos” ou “atrasados”, uma vez que eles se beneficiariam dos progressos da civilização. Em outras palavras, a modernidade pensada enquanto sistema de valores, enquanto ideologia, tinha como lícito o uso da violência no intuito de implementar a escrita, o mercado, o Estado e a história em sociedades consideradas “primitivas”.

Desta forma, diante da intensificação da colonização africana, da descoberta da América e do caminho para as Índias pelo Pacífico, a atitude ocidental diante da diferença mudou (MONTERO, 1997). Com a descoberta do Novo Mundo, o debate sobre os direitos dos infiéis apresentava-se sob outros termos. O conteúdo destes novos termos não versava sobre as categorias nem sobre a punição aos inimigos da fé, mas, sim, sobre uma possível definição em relação à humanidade dos índios ali encontrados, os então chamados “selvagens”. Esta passou a ser uma questão jurídico-política bastante expressiva na Espanha do século XVI. Em um primeiro momento, não foi preciso estabelecer um consenso em torno da conversão dos índios à fé cristã, uma vez que eles nada sabiam do cristianismo. No entanto, era necessário estabelecer um consenso em torno da legitimidade da escravização dos índios. Para tanto, Juan Sepulveda e o padre Bartolomeu de las Casas estabeleceram uma controvérsia. Sepulveda, numa tentativa de justificar a escravidão, admitia “a inferioridade e perversidade naturais do aborígene americano”, ressaltando que eles seriam

“seres irracionais” e ainda que “os índios seriam tão diferentes dos espanhóis como a maldade é da bondade e os macacos, dos homens” (COMAS, 1960, p. 14). Em outro extremo, o padre Bartolomeu de lãs Casas defendia a ideia de que todos os agrupamentos humanos seriam constituídos de pessoas iguais, não havendo “homúnculos” ou “meio-homens”, os quais seriam obrigados a seguir ordens de outros seres humanos (COMAS, 1960, p. 14).

Esta discussão, apesar de restrita à Espanha, tornou-se pertinente porque, ao se definir os termos da humanidade de membros de um grupo social com o qual se entrava em contato produzia-se, ao mesmo tempo, uma legitimidade em torno de várias ações em relação a este grupo social. Desse modo, se os índios fossem considerados “irracionais” como propunha Sepulveda, seriam incapazes de decidir por si mesmos o que fazer e o que sentir e, portanto, seria necessário estabelecer uma tutela permanente dos europeus para lhes mostrar o caminho e ajudá-los a entender seus próprios sentimentos. Ao contrário, se fossem considerados seres humanos no mesmo nível dos espanhóis, como propunha Bartolomeu, essa tutela não seria permanente e duraria o tempo necessário para que os índios assimilassem os pressupostos da civilização ocidental.

Ainda sobre a questão, durante os séculos XVII e XVIII, com a estruturação dos fundamentos filosóficos e políticos da modernidade, ou seja, o pensamento individualista e racionalista moderno, dos quais Descartes e a filosofia do Iluminismo eram representativos (BAUDRILHARD, 1982), a discussão sobre a humanidade dos “selvagens” novamente se propagou em outros níveis. Na vasta reflexão dos filósofos das Luzes sobre a diferença de uma maneira geral, perpetuou-se a ideia da unidade da espécie humana. No entanto, o importante, neste período, não era definir os termos da humanidade dos membros dos grupos sociais com os quais se entrava em contato e em embate, tornava-se premente expandir os valores ocidentais a outras partes do mundo.

A crença nos poderes da razão permitia aos filósofos iluministas teorizarem sobre a busca dos indivíduos pela perfeição. Dessa forma, outros grupos sociais seriam capazes de se libertar do que os iluministas consideravam seus preconceitos religiosos, sociais e morais, se eles passassem a perseguir o conhecimento, as ciências, as artes e o padrão moral das civilizações ditas mais adiantadas, ou seja, entendidas como sinônimo da civilização europeia. Nestes termos, a imagem da alteridade era deslocada do dito “selvagem” para o “primitivo”. Assim, no século XIX, a noção de

“primitivo” desenvolveu-se com a teoria da evolução das espécies, através da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), uma vez que filósofos e estudiosos do período tentaram aplicar o método das ciências naturais às ciências humanas e inauguraram uma forma de pensar sobre a alteridade fundamentada nesta teoria, onde o ser humano “primitivo” tornava-se ancestral do ser humano “civilizado”. Neste sentido, outra vez na história, em um novo contexto, se reinventa outra justificativa para a escravidão.

Assim, cabe pontuar que, desde o momento em que os grupos humanos começaram a se encontrar e a lutar uns com os outros, eles começaram igualmente a fazer escravos (OLIVER, 1994). A literatura sobre o tema aponta que as relações entre as formas sociais escravagistas e aquelas que eram escravizadas foram, na prática, relações desiguais, brutais, descontínuas e circunstanciais (COMAS, 1960; MONTERO, 1997; RODRIGUES, 1999). No entanto, o que é necessário ressaltar para o entendimento da correlação entre direitos humanos e relações étnico-raciais na modernidade é o fato de que somente a partir da experiência colonial emerge o fenômeno da escravidão “racial”, ou seja, a ideia de “raça”, com realce nos caracteres físicos dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à cor da pele, se constituindo enquanto instrumento privilegiado dos grupos sociais escravagistas e de seus defensores na classificação da diferença.

Dito de outra forma, na medida em que as relações de classe entre senhores e escravos, mantidas tanto pela prática quanto pela ideologia, tornavam-se a base da relação de produção escravista, o universo social da colônia permitia, em um primeiro momento, a redução de outros povos à condição de escravos e aos escravos africanos também foi imposta a condição de “negros”, comum à maioria dos escravos, submetidos todos a senhores “brancos”. A construção pragmática da ideia de negro, uma invenção da situação colonial, permitiu à maioria dos colonizadores imputar aos escravos traços somáticos e traços de caráter. Como corolário, entre os senhores e os escravos e, mais tarde, entre os indivíduos em geral, surgiu um modo diferente de relação social a partir da qual as variações fenotípicas foram ressaltadas, ao ponto de serem, muitas vezes, a base para suas ações e reações (CASHMORE, 2000). Noutros termos, a colonização reordenou a percepção da diferença na ideia de “raça/cor”.

Neste sentido, na modernidade, compreendida enquanto um modo de civilização, um modo de estar no mundo, de interpretar

e produzir realidade que nasce em um tempo e em um espaço determinados, que também se constituiu enquanto um projeto, uma vontade orientada para o objetivo de levar este modo de estar no mundo específico para outras partes do mundo (BAUDRILLARD, 1982), emerge a expressão “direitos humanos” e ideia de “raça/cor”, esta última, precisamente no período colonial. Em relação aos direitos humanos cabe, ainda, apontar como um dos seus antecedentes históricos importantes: a laicização do direito natural apregoado, em um primeiro momento, por Santo Tomás de Aquino. O processo foi iniciado pelo jurista Hugo Grócio (1583-1645) com o entendimento de que determinados direitos são inerentes ao ser humano por decorrerem simplesmente de sua natureza humana (FERREIRA, 2000).

A partir dos antecedentes históricos citados e da aprovação por parte de diferentes culturas e Estados, foi possível a emergência dos direitos humanos compreendidos enquanto uma série de princípios básicos e irrenunciáveis aos indivíduos, que guia a ordem jurídica e são preconizados enquanto ideal a ser atingido por todos os povos e todas as nações (PINHEIRO, 2002). Os múltiplos instrumentos internacionais de proteção a esses direitos foram construídos na perspectiva de uma unidade fundamental de concepção e propósito, partindo do pressuposto de que os direitos a serem protegidos são inerentes a todos os seres humanos, ou seja, anteriores e superiores ao Estado e a todas as formas de organização política. Consequentemente, as iniciativas de proteção a tais direitos não se exaurem na ação do Estado (PINHEIRO, 2002), ocupando posição de destaque na agenda internacional da passagem do século XX para o século XXI.

Uma vez apresentada a origem dos Direitos Humanos em sua dimensão histórica cabe, também, ressaltá-los enquanto um universo de declarações e de leis. Para tanto, primeiramente, é preciso apontar que a consolidação do Estado-nação se fez em consonância com o processo histórico de monopolização da violência física no âmbito do poder central (TILLY, 1996). A principal característica dos estados modernos é a separação entre o espaço público e o privado, sendo definido como a única entidade capaz de criar normas jurídicas. Por sua vez, os códigos passam, definitivamente, a ser o instrumento coletivo de referência legal. Exemplo significativo do fato supracitado é a Declaração de Direitos ou *Bill of Rights* (1689), dotada de 13 artigos que limitavam o poder real, subordinando-o ao parlamento e regulamentando o princípio da legalidade (TILLY, 1996). De forma pontual, tal declaração tinha

como alvo a independência do parlamento, contribuindo, de maneira definitiva, para a separação dos poderes.

Particularmente, a Declaração do Estado da Virgínia (1776) ou Declaração dos Direitos, seguida pelos nove estados independentes antes mesmo de adotarem suas constituições políticas, é considerada a primeira Declaração de Direitos Fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Mais tarde, mais precisamente em agosto de 1789, na França, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Por sua vez, a Constituição Francesa de 1848 tinha por princípio a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade e incorporou algumas das reivindicações econômicas e sociais da burguesia e do povo, sem, no entanto, incluir as mulheres no que se refere à igualdade dos direitos. Apesar da ressalva, estes instrumentos jurídicos foram importantes na medida em que marcaram a defesa do reconhecimento, de maneira geral, do indivíduo e sua individualidade, constituindo-se na vertente liberal e individualista da história dos Direitos Humanos (FRANZOI, 2003).

No entanto, as liberdades e os direitos individuais foram amplamente violados antes e depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que tornou este momento histórico um paradigma para o debate em torno dos Direitos Humanos. Após a guerra, cresceram os movimentos em prol da perspectiva de que os Estados tinham que prestar contas à outra instância a respeito da maneira como tratavam seus cidadãos. Neste sentido, em 1948 foi elaborada a Declaração dos Direitos Humanos, introduzindo avanço e reconhecimento, de forma específica, simbólica e jurídica, fomentando as características individuais e coletivas que deveriam ser garantidas. Em outras palavras, o núcleo do conceito direitos humanos, como valor fonte, teve sua fundamentação no reconhecimento da dignidade e do valor inerente à pessoa humana (PIOVESAN, 1997), justificando a universalidade, indivisibilidade e interdependência desses direitos.

A universalidade é a expressão do reconhecimento de que todas as pessoas têm direitos, na medida em que todas são seres humanos, nestes termos, são inerentes a cada ser humano. A percepção de que o indivíduo é sujeito de direitos por ser uma pessoa, e não somente por ter nascido ou ser membro reconhecido de um determinado Estado, flexibilizou a noção tradicional de soberania e consolidou a ideia de que o indivíduo é um sujeito de direitos no âmbito internacional (PIOVESAN, 1997). A indivisibilidade implica na percepção de que a dignidade humana

está relacionada a uma gama ampla de direitos, sendo necessário relacionar direitos civis e políticos com direitos econômicos, sociais e culturais e a dignidade da pessoa humana. Assim, a “Declaração de 1948 combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade” (PIOVESAN, 2005, p. 45). Por fim, a interdependência aponta para o fato de que os direitos fundamentais estão vinculados uns aos outros, não podendo ser vistos como elementos isolados, mas, sim, como um todo, um bloco que apresenta interpenetrações (IKWA; PIOVESAN; ALMEIDA e GOMES, 2006).

A ideia de dignidade humana está atrelada a uma perspectiva de igualdade muito peculiar que permite o reconhecimento de diferenças, tais como aquelas relacionadas ao gênero, à “raça”, à idade, concedendo, a qualquer ser humano, o caráter de fim em si mesmo e não de mero meio para outros fins (PIOVESAN, 2005). Tal reconhecimento emerge diante da constatação da diferença existente entre igualdade formal, perante a Lei, e uma igualdade substantiva, ou seja, uma igualdade que diz respeito à concretude da realidade social, tornando necessário pontuar as especificidades dos sujeitos de direito. Sob este prisma, determinados grupos ou determinadas violações de direitos necessitam uma resposta específica e diferenciada. Dito de outra forma, houve a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade (PIOVESAN, 2005). Destacam-se, assim, vertentes no que tange à concepção da igualdade: a igualdade formal, importante no seu tempo para a abolição de privilégios; a igualdade substantiva enquanto ideal de justiça social e distributiva, orientada pelo critério socioeconômico e, também, orientada para o reconhecimento das identidades, ou seja, pautada pelos critérios de gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia, entre outros (PIOVESAN, 2005).

Neste momento, cabe pontuar que, como dito anteriormente, a colonização reordenou a percepção da diferença na ideia de “raça”. Este conceito, exaustivamente debatido na literatura sobre o assunto não mais se sustenta, ou seja, a concepção de “raça” como tipo biológico não tem fundamentação científica (MUNANGA, 1986; MONTERO, 1997; REIS, 1999). No entanto, é possível pensar no termo como uma construção social e histórica que diz respeito, ainda na atualidade, a fenômenos sociais decorrentes de hierarquizações nos termos de diferenças culturais e até mesmo físicas, que representam disputas materiais e simbólicas entre os diferentes grupos que compõem as diferentes sociedades. Nestes termos

é que as relações étnico-raciais se relacionam, na contemporaneidade, com os direitos humanos, não enquanto um dado biológico, ou uma unidade essencial, na medida em que não há nada a respeito da condição de ser negro, branco ou mestiço que aglutine, naturalmente, entre si, todos os negros, brancos ou mestiços. Mas como termos que representam fenômenos, relações que estruturam desigualdades simbólicas, culturais, sociais e econômicas, não enquanto normas ou regras escritas e visíveis, mas por orientações tácitas presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais, públicos e privados, onde religiões de matriz africana, jovens negros, cotistas, mulheres negras se tornam agentes preferenciais de um conjunto de instituições que os representam de forma negativa, tendo como corolário ações discriminatórias em relação aos mesmos.

Com o intuito de combater tais fenômenos e com o reconhecimento de iguais direitos na diferença, a Constituição Brasileira de 1988 foi a primeira a estabelecer a prevalência dos Direitos Humanos como princípio do Estado Brasileiro em suas relações internacionais. Dessa forma, o Estado se comprometeu a respeitar e a contribuir com a promoção dos direitos humanos de todos os povos, independentemente de suas nacionalidades. Dito de outra forma, o Brasil se uniu à comunidade internacional, assumindo com ela e perante ela a responsabilidade pela dignidade de toda pessoa humana. Esse processo era condizente com a afirmação do Estado Democrático de Direito constitucionalmente pretendido. Assim, a Constituição Brasileira apresenta um acentuado número de leis que procuram garantir os direitos individuais e de grupos vulneráveis.

De forma específica, no que diz respeito às relações étnico-raciais e aos direitos humanos, é possível apresentar a Lei nº 1.390 de 1951 – Lei Afonso Arinos, como a primeira a caracterizar o racismo como contravenção penal. Assim, somente com a Constituição de 1988, vários anos após a abolição da escravatura, o racismo foi elevado a crime, inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. Cabe pontuar que a contravenção penal é um delito de gravidade inferior ao crime, não atendendo, desta forma, ao mandamento constitucional recém-promulgado. A fim de conferir cumprimento ao dispositivo constitucional, surgiu a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 – Lei Caó. Tal lei é assim conhecida por ter sido proposta pelo deputado Carlos Alberto de Oliveira, que definiu os crimes resultantes de preconceito de “raça” ou cor. Essa lei é o principal instrumento jurídico dos brasileiros na luta pela

punição dos crimes decorrentes do racismo, preconceito e discriminação racial no Brasil.

Também cabe ressaltar que a referida Lei foi corrigida por outra: a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, que modificou os artigos 1º e 20º e revogou o Artigo 1º da Lei nº 8.081 e a Lei nº 8.082, de 3 de junho de 1994. A Lei Caó introduziu o Artigo 140 do Código Penal, cujo parágrafo 3º tipifica a injúria com utilização de elementos relacionados à “raça”, cor, etnia, religião ou origem e determina as penas de todos os crimes referidos. De forma específica, a injúria qualificada é tipificada popularmente como injúria “racial” e tem como pena a reclusão de um a três anos e multa. Em suma, é possível afirmar que o arcabouço da lei complementar nº 7.716/89 tipifica os crimes de preconceito, abrangendo o racismo em vários aspectos. Contudo, em relação à discriminação “racial”, o aparato repressivo-punitivo tem se mostrado insuficiente para enfrentar tal forma de discriminação. De um lado, torna-se necessário subsidiar o aparato jurídico para que os diferentes agentes tenham efetivamente condições de responder à gravidade do racismo. No mesmo sentido, cabe aprimorar e fortalecer o aparato repressivo, tornando o racismo agravante de crime. É necessário ir além da punição e investir, também, na promoção. Sendo assim, o combate à discriminação torna-se insuficiente se não se verificam medidas voltadas à promoção da igualdade “racial”.

O grande desafio que se coloca, a partir do quadro histórico de declarações e leis no âmbito internacional e nacional, é como atuar para que o reconhecimento dos direitos humanos, no que diz respeito às relações étnico-raciais, promova ações que sejam eficazes na geração de políticas públicas e que, concretamente, tais ações contribuam para o empoderamento da população afro-descendente e a mudança dos graves indicadores sociais no que diz respeito à “raça/cor” (IBGE, 2010). Na contemporaneidade, as reivindicações dos movimentos negros, entre outros, contribuíram para o nascimento da Lei nº 10.639, sancionada em 2003. Ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica. Por sua vez, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, modificou a redação da Lei nº 10.639 de 2003, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O campo educacional é um dos caminhos necessários a serem trilhados para a efetivação de direitos, e um elemento importante

na construção da identidade nacional e valorização cultural das diversas etnias que compõem o povo brasileiro. Nestes termos, é possível afirmar que os instrumentos jurídicos supracitados normatizaram as lacunas das declarações e leis no âmbito internacional e nacional dos direitos humanos ao tornarem obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica brasileira. No entanto, as transformações no âmbito legal não constituem em si, transformações na realidade. Sendo assim, existem desafios para a implementação das Leis. A título de exemplo, cabe pontuar os problemas encontrados no âmbito do campo da História. Este destaque se justifica na medida em que a área é uma das três colocadas em relevo para a efetivação dos marcos legais (LOPES, 2011).

Assim, aspectos importantes para serem ressaltados no intuito de problematizar a efetivação de uma educação antirracista são os currículos de História das Universidades brasileiras, que não contemplam as novas abordagens propostas na lei; a ausência de livros didáticos, que tratem da questão de forma apropriada e a falta de preparo dos professores de História para ministrarem a disciplina com qualidade. Dos desafios colocados, é possível eleger a formação de professores com a maior agravante. Ocorre que as formações dos currículos de História das Universidades brasileiras são calcadas no caráter europeu, originado da forte influência da historiografia francesa, inglesa e alemã (LOPES, 2011). Como corolário, as complexidades das bases historiográficas presentes nos currículos que formam os professores dificultam o apontamento de um novo arranjo curricular, devido ao fato de a estrutura base dos componentes curriculares ainda ser construída a partir do modelo tradicional de recorte temporal (LOPES, 2011). Sendo assim, cabe o questionamento se não seria pertinente o rompimento com a periodicidade linear de pré-história, antiga, medieval, moderna e contemporânea para um currículo transversal, admitindo-se as especificidades da lei. Desta forma, outra base curricular nas Universidades constituiria uma base sólida para a ruptura dos paradigmas do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira.

Em outras palavras, a partir do entendimento de que os processos de formação de professores e professoras, assim com a pesquisa acadêmica e a produção de material didático são campos de tensões e de relações de poder, as Lei nº 10.639/03 e 11.645/08 podem ser tomadas como instrumentos que apontam uma construção histórica alternativa, diferente da perspectiva eurocêntrica

dominante. Isto significa que ao invés de tentar incluir a África e a questão “racial” no Brasil no esquema desenvolvido para explicar de forma linear o progresso civilizatório do Ocidente, a questão é propor alternativas a esta perspectiva, no intuito de construir histórias contextuais que, articuladas em rede, permitam uma visão mais ampla sobre o mundo (GOMES, 2008). Neste sentido, o debate deve considerar a construção de projetos educativos emancipatórios visando, de forma específica, a promoção e formação de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Assim, analisar historicamente a correlação existente entre os direitos humanos e os fenômenos decorrentes das relações étnico-raciais, a partir de uma reflexão comprometida com a ação transformadora significa tornar visível e compreensível os mecanismos que, ao longo do tempo, integram de forma hierarquizada os negros e os índios na sociedade brasileira. Apesar de, historicamente, o poder público atuar de forma sistemática e programada para que, após a abolição, este tipo de integração desigual fosse possível. Como exemplo, desses mecanismos é possível citar a Lei das Terras, o trato da questão fundiária como uma questão de polícia e a política de incentivo à imigração europeia. Também é possível apontar, especialmente a partir do século XX, ações que procuram relacionar de forma propositiva os direitos humanos e as questões étnico-raciais.

As Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 são bons exemplos de instrumentos que podem contribuir para que as relações étnico-raciais não sejam ressaltadas e ganhem importância significativa na estruturação das desigualdades simbólicas, culturais, sociais e econômicas estabelecidas na contemporaneidade. Se forem bem aplicadas, elas podem subsidiar ações articuladas que tenham impacto na qualidade de vida dos afrodescendentes. Apesar do entendimento de que políticas universalistas, como, por exemplo, o aumento da qualidade de ensino das escolas públicas, serem necessárias, é preciso ter ciência de que não são suficientes. No que diz respeito aos direitos humanos e às relações étnico-raciais também é preciso levar para dentro das escolas, de forma positiva, a cultura dos afrodescendentes e colocá-la em contato com a pluralidade cultural mundial. Na formação dos professores, além dos direitos humanos, são necessários cursos sobre o que, de fato, seria a educação para a diversidade, a contextualização histórica do

surgimento dos aglomerados e construção da identidade dos jovens negros. Várias outras ações, focalizadas, podem ser pensadas no intuito de garantir a efetivação dos direitos humanos relacionado às questões étnico-raciais.

Enfim, torna-se lícito afirmar que as correlações existentes entre direitos humanos e as relações étnico-raciais devem ser vistas como parte de um movimento mais amplo que envolve diversas disputas por recursos simbólicos e materiais entre diferentes grupos sociais assimetricamente situados dentro das sociedades. Neste sentido, em um contexto de hipermodernidade, mais que em outras épocas, deve se ter claro que a expressão “direitos humanos” e as relações “étnico-raciais” devem ser entendidas como construções históricas realizada pelos povos, produtos de uma série de lutas travadas em diferentes momentos históricos. Como corolário, o reconhecimento da universalidade dos direitos humanos e a garantia desses direitos na diferença, ou seja, na especificidade das relações étnico-raciais, precisam continuamente ser defendidos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: Biennale de Paris. La modernité ou l'espritdutemps. Paris, EditionsL'Equerre, 1982, p. 1. Texto polycopiado traduzido por Lea Freitas Perez e Francisco Coelho dos Santos.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-norma-pl.html>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- _____. *Lei Nº 11.645 de 10 de Março de 2008*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília DF.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- COMAS, Juan. Os mitos raciais. In: *Raça e Ciência*. São Paulo: Editora Perspectiva. UNESCO, 1960.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Nova Cidadania. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 85-106, Apr. 1993.
- DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1999.

- DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- FRANZOI, Jackeline. *Dos Direitos Humanos: breve abordagem sobre seu conceito, sua história e sua proteção segundo a Constituição Brasileira de 1988 e no nível internacional*. Revista Jurídica Cesumar, v.3, n.1, 2003.
- FERREIRA, Manoel. *Direitos Humanos Fundamentais*. Editora: Saraiva, 2000.
- FERREIRA, Manoel G. et. alli. *Liberdades Públicas*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.
- GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- IANNI, Octávio. As Ciências Sociais na Época da Globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n.37. São Paulo Jun. 1998.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.Censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 agos. 2017.
- IKWA, Daniela; PIOVESAN Flávia; ALMEIDA, Guilherme e GOMES, Verônica. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR*. Abril-Julho, 2006.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Trad. Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 207 p.
- LOPES, Dougllas. Educação e Diversidade Cultural: Os desafios para o currículo de História no ensino básico brasileiro. *Espaço do currículo*, v.4, n.1, pp.92-99, março a setembro de 2011.
- MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 49, novembro 1997, pp. 33-46.
- MUNANGA, Kabenguele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Ed. Jorge Zahar, 1994.
- PINHEIRO, Sérgio; GUIMARÃES, Samuel. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- _____. *Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos*.

Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr., São Paulo, 2005.

REIS, Elisa. Reflexões sobre o Homo Sociologicus. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, n.11, v.4, 1989.

RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TOURINHO FILHO, Fernando. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 1997.

Imagens dos primeiros diálogos do Grupo de Trabalho Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual no Centro-Oeste Mineiro

Arnaldo Mesquita Santos Júnior¹

José Heleno Ferreira²

Marília Fraga Cerqueira Melo³

Michele Mariano Rodrigues⁴

Nilmar José da Silva⁵

Ricardo Luiz Alves Pimenta⁶

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) constituem o Sistema Conselhos, criado pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977 e que tem as funções de orientar e disciplinar o exercício da profissão.

Em 22 de março de 1999, o CFP editou a Resolução CFP N° 001/99 (CRP 04, 2015, p. 77) que estabelece normas de atuação para psicólogos e psicólogas em relação à Orientação Sexual afirmando que a homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão.

¹ Psicólogo@. Pós-graduand@ em Psicologia Social pela Universidade de Araraquara. Graduand@ em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: arnaldojunior.luz@gmail

² Filósofo. Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC). Professor UEMG Divinópolis. Email: zehelena.ferreira@gmail.com

³ Psicóloga. Mestre em Saúde Pública. Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, Psicologia Clínica e Psicologia Escolar e Educacional. Conselheira do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de MG. E-mail: mariliafcm@gmail.com

⁴ Psicóloga (UEMG). Pós-graduanda em Saúde do Adolescente pela Universidade Federal de São João del-Rei, CCO. E-mail: mmarianorodrigues4@gmail.com

⁵ Psicólogo (UEMG). Filósofo (PUC-MINAS). Especialista em Docência do Ensino Superior (ALFA). E-mail: psicologonilmar@gmail.com

⁶ Psicólogo. Psicanalista. Especialista em Saúde Mental. Mestrando em Psicologia - Processos Psicossociais/Estudos Psicanalíticos - PUC Minas. Membro Fundador do Grupo de Estudos em Psicanálise - Itaúna/MG. Professor no Curso de Psicologia da Faculdade Divinópolis/FACED. E-mail: pimentapsi@yahoo.com.br.

A Resolução, em seu artigo 3º, proíbe que psicólogos e psicólogas exerçam qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, proibindo qualquer ação coercitiva que busque orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

O parágrafo único do referido artigo estabelece que psicólogos e psicólogas não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Desta forma, o CFP (2017), pautado nos princípios éticos, científicos e filosóficos da Psicologia, destaca sua finalidade de:

(...) orientar as(os) profissionais psicólogas(os) para uma atuação pautada no reconhecimento de que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade, promovendo a superação de preconceitos e discriminações. As homossexualidades não devem ser tratadas como patologias, distúrbios ou perversões e, portanto, não são cabíveis quaisquer práticas que proponham seu tratamento ou cura. (CFP, 2017)

Para o Sistema Conselhos em Psicologia (CFP, 2017), “a orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso”. Assim, a resolução tornou-se um instrumento bastante relevante no combate ao preconceito, corroborando com as pesquisas científicas sobre a não patologização das homossexualidades.

Embora a publicação esteja vigente há dezoito anos, Projetos de Decreto Legislativo em 2009 (PDC 1.640/09), 2011 (PDC nº 234/2011), 2014 (PDC nº 1.457/2014) e 2016 (PDC nº 539/2016) se constituem em propostas parlamentares contrárias à Resolução do CFP. Tais projetos defendem a prática de terapias de “cura gay” e demonstram o grau de conservadorismo político mesclado ao fundamentalismo religioso que impera no legislativo brasileiro.

Os direitos humanos e as políticas públicas sofrem ameaças e retrocessos com este quadro institucional presente no Brasil. E esta investida das forças conservadoras e retrógradas tem alcançado êxitos. Entre eles, pode-se citar o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), aprovado em 25/06/2014, que suprimiu a questão de gênero e de diversidade sexual, acarretando a exclusão, nos planos municipais e estaduais, desta abordagem. Durante o processo de elaboração dos planos decenais de educação, em

nível federal, bem como nos níveis estaduais e municipais, ocorreram protestos e manifestações por setores conservadores em todo o país contra a “ideologia de gênero”⁷ nas escolas. Destaca-se que a Comissão de Direitos Humanos do CFP manifestou-se publicamente quanto às supressões no PNE por representarem significativo recuo no âmbito dos Direitos Humanos, uma vez que, ao retirar do texto “a menção explícita ao preconceito e discriminação em razão de origem ou pertencimento regional, étnico-racial, de gênero ou sexualidade, uma pluralidade de vozes e olhares foram silenciadas” (CFP, 2014).

É importante destacar aqui que a escola, lugar por excelência da educação, é também um espaço de produção dos sujeitos e suas subjetividades, e como nos lembra Guacira Louro (2001), o gênero e a sexualidade estão na escola porque fazem parte dos sujeitos, independentemente de haver aula de educação sexual, discursos ou intenção manifesta de se falar neles.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais e transexuais no Brasil, realiza o levantamento de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Registra-se que a Secretaria de Direitos Humanos, em 2013, utilizou os dados coletados pelo GGB no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil. Desde o início da pesquisa, há 37 anos, 2016 registrou o maior número de assassinatos, com 347 mortes no país. O GGB afirma que a cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado, vítima da “LGBTfobia”. Minas Gerais ocupa o quinto lugar nesse ranking, com 21 mortes. O próprio GGB ressalta que os números são subnotificados, já que faltam estatísticas oficiais. Em 2017, os dados recolhidos extraoficialmente pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS – MG) e pela Associação Nacional de Travestis (ANTRA)⁸, apontam que até julho foram assassinadas 114 pessoas trans e travestis, sendo 14 em Minas Gerais.

A região centro-oeste de Minas Gerais compõe-se de 56 municípios, sendo Divinópolis a maior cidade, com uma população

⁷ Para saber mais sobre conferir a cartilha da professora Jimena Furlani: FURLANI, Jimena. *Ideologia de Gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view

⁸ Dados obtidos com a vice-presidenta do Cellos-MG e representante da ANTRA em Minas Gerais, Anyky Lima.

estimada em 2016 de 232.945 habitantes (IBGE, 2017). Em setembro de 2013, o Conselho Regional de Psicologia, atendendo a reivindicação de psicólogos e psicólogas da região, instalou um escritório setorial em Divinópolis para atender as demandas de 91 municípios.

Em junho de 2015, o prefeito de Divinópolis, após intenso lobby de grupos ligados ao Poder Judiciário, a organizações religiosas e outros, vetou, no Plano Decenal Municipal de Educação, os pontos referentes à diversidade que abrange a questão racial e as questões de gênero, etnia, grupos LGBT, deficientes, indígenas e de outros grupos socioculturais como conteúdos multi e transdisciplinares, como também a diretriz que visa reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro, das mulheres, dos movimentos LGBT, da pessoa com deficiência, dos indígenas e outros grupos socioculturais. A discussão acerca da chamada “ideologia de gênero”⁹ no processo pedagógico foi calorosa, revelando o ditame dos discursos do conservadorismo e fundamentalismo religioso, do androcentrismo e do sexismo.

Pode-se afirmar que tais discursos são imperativos, alienantes e adoecedores, revelando um cenário que fere as diretrizes dos direitos humanos, com sujeitos sem autonomia e, sobretudo, adoecidos pelo engessamento de conceitos tão importantes e tão pouco esclarecidos, como o conceito e a noção de gênero, sexualidades e identidades.

O GRUPO DE TRABALHO: PSICOLOGIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Neste cenário, iniciou-se um movimento de interessados e interessadas em discutir as questões de gênero e diversidade sexual na região do centro-oeste mineiro. Configurou-se assim um grupo de interlocução com a finalidade de oficializar um Grupo de Trabalho (GT) do CRP-MG, intitulado: GT: Gênero e Diversidade Sexual na intenção de desconstruir os conceitos de gênero, sexualidades e identidades e seus desdobramentos nas diversas instâncias existenciais do sujeito e do desenvolvimento humano.

⁹ Para saber mais sobre conferir a cartilha da professora Jimena Furlani: FURLANI, Jimena. “*Ideologia de Gênero*”? *Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view

Acredita-se que seja necessário retomar a construção conceitual de gênero, pois para o saber da psicologia esta temática é dialógica, transversal, cultural e aponta para a necessidade de questionar o lugar dos discursos androcêntrico, sexista e heteronormativo e, assim, indagar os efeitos que estes têm na sociedade, na comunidade, nos dispositivos educacionais, de saúde, de assistência social, e sobretudo na subjetividade do indivíduo, tendo sempre como fio condutor a pauta dos direitos humanos.

A temática do gênero aponta para a discussão não somente da pauta LGTB, mas também das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiência, da 'vocação das mulheres' e dos trabalhos destinados a elas. Ou seja, compreende-se que tal temática precisa ser amplamente discutida para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, e inclusive para o entendimento das diversidades sexuais.

Tal situação decorre da predominância e do engessamento do discurso androcêntrico, um discurso que supervaloriza o pensamento masculino, ou seja, um pensamento cercado de princípios conservadores, moralistas e machistas (ANDRADE; SANTOS, 2013, p.27). E que podem ser denunciados pela taxa de feminicídios do Brasil – 4,8 para 100 mil mulheres –, a quinta maior no mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016¹⁰.

As Diretrizes Nacionais do Feminicídio, publicação do Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Justiça, apresentam que os dados apontados pelo Mapa da Violência sobre homicídios de mulheres em 2015 revelaram que de 1980 a 2013 o quantitativo de mortes de registradas correspondeu a mais de 106 mil mortes violentas de mulheres em todo o país. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 mortes no ano de 1980 para 4.762 em 2013, com um crescimento de 252% nesse período (BRASIL, 2016, p.14). Nas palavras de Andrade e Santos, (2013, p.28),

Entendemos que a Psicologia deve assumir o compromisso social de promover discursos alternativos que questionem a ordem dominante que oprime muitas mulheres, jovens, negras(os),

¹⁰ Dados obtidos no site oficial da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.

a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBTTTT, dentre outras categorias, identificando e desconstruindo estruturas sociais e práticas pessoais e profissionais que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social. É sobre esse aspecto que se pauta a importância de discutir gênero na Psicologia em suas diversas áreas de saber e atuação.

Através das primeiras interlocuções dos diversos profissionais envolvidos: psicólogos, psicólogas e discentes, docentes do ensino médio (de escolas municipais e estaduais), docentes de ensino superior, representantes do CRP/MG, representantes dos movimentos e grupos militantes, percebeu-se a junção errônea da temática gênero, diretamente acoplada à questão da sexualidade e da orientação sexual para a grande maioria das pessoas comuns, educadores e profissionais constituídos em seus diversos campos do saber, o que apresenta uma ‘imagem’ a ser desmitificada. Que ‘imagem’ se tem sobre o conceito de gênero?

Por meio dos encontros, percebeu-se a necessidade de discutir, conhecer, analisar, traçar objetivos e ações para que a ‘imagem’ acoplada de gênero, sexualidades e identidades sejam desconstruídas e ampliar a discussão sobre gênero na construção da identidade humana e suas implicações nos direitos humanos. Acredita-se que são necessárias ações e dialogias que desconstruam estas imagens, que segregam, excluem, categorizam, normatizam corpos e sujeitos, contribuindo para o adoecimento psíquico dos indivíduos.

Percebeu-se a necessidade de retomar os temas que atravessam as questões de gênero e seus desdobramentos, como o corpo, as identidades, a relação trabalho/salário para homens e mulheres, a violência contra a mulher, a autonomia sobre os corpos, o aborto, os direitos sexuais e reprodutivos, o conceito de família, masculinidades e feminilidades, a violência contra as pessoas LGBT, o acesso das pessoas LBGT aos dispositivos da educação, saúde e assistência, entre tantos outros desdobramentos.

Assim, Andrade e Santos (2013, p.29) destacam que, promover uma discussão sobre gênero nos convoca ao desafio de transversalidade. É preciso estudar gênero como uma categoria social que influencia ativamente no dia a dia das pessoas, pois todas(os) nós somos “enquadradas(os)”, ainda antes de nascermos, como homem ou mulher e “formatados”, ao longo da vida, à luz desse “enquadre”.

Apesar de a temática do GT ser gênero e diversidade sexual, a imagem distorcida sobre o conceito de gênero nos provocou reflexão. As discussões sobre gênero que, *a priori* imaginávamos bastante desenvolvidas, eram ainda muito pouco conhecidas e debatidas no centro-oeste mineiro, seja dentro do campo de saber e práticas da psicologia, seja nos outros mais diversos possíveis.

Assim, faz-se necessário retomar as discussões acerca do conceito de identidade, um dos conceitos mais discutidos por diversas abordagens e áreas do conhecimento que se esforçaram ao longo da história do pensamento em explicá-lo, a partir de diferentes concepções, mas que não conseguiram abarcar a amplitude deste conceito. Conforme Lima (2011, p. 166), essa dificuldade advém, sobretudo, do aparente paradoxo conceitual que a raiz da palavra sugere: de seres e objetos semelhantes entre si e distintos de outros. A concepção de identidade perpassa pelo processo de identificação ao que é semelhante, mas que ao mesmo tempo se refere a algo único e que o diferencia dos demais.

Esse processo encerra em si elaborações complexas nas quais se entrelaçam elementos psicossubjetivos e elementos sócio-objetivos (LIMA, 2011, p. 167) e a partir dessa perspectiva, “a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 14). Assim, o processo de construção de identidade se refere a algo que assemelha os seres a outros, mas que traz em si algo de intrínseco, particular e de significado subjetivo para cada ser, permitindo assim que cada um se construa de maneira única.

Nesse sentido, não é possível que seja construída uma concepção de identidade única e comum a todos os seres, pois está intrinsecamente entrelaçada ao que é particular e subjetivo de cada ser, o que permite que uma gama de identidades seja construída. Segundo Lima (2011, p. 167), durante seu desenvolvimento o indivíduo vai acumulando e hierarquizando progressivamente uma variedade de valores, buscando ampliar o sentido de identidade, o que acaba repercutindo na aceitação de si, levando-o a perceber-se e avaliar-se continuamente em termos de capacidades e de atitudes, de gostos e interesses, de qualidades e defeitos e de imagens sociais.

Conforme Lima (2011, p. 167), a percepção corporal se refere a outro elemento que se soma ao processo de construção identitária, pois é por meio dela que um indivíduo interage e se relaciona

com outros, sendo que o modo como cada um se sente em relação ao próprio corpo e o modo como é visto e percebido por outros interfere nesse processo identitário.

Nessa relação de construção identitária, na qual o corpo tem um papel fundamental, a identidade corporal também se refere a uma identidade sexual. Somos chamados a nos reconhecer desde pequenos como meninas ou meninos; e enquanto adultos como homens ou mulheres. No entanto, a identidade sexual não se refere somente ao sexo anatômico com o qual nascemos. A identidade sexual é construída também a partir da identificação (ou não) com o sexo anatômico com o qual nascemos e com a identificação (ou não) com o significado social associado a cada sexo. É nesse sentido que os conceitos de identidade, gênero e diversidade sexual se interligam (...) (LIMA, 2011, p. 168).

Gêneros, segundo Butler (2013), são os significados culturais assumidos pelos corpos e, sendo assim, não se pode dizer que ele decorra do sexo desta ou daquela maneira, como algumas teorias naturalistas querem dizer, quando dizem que isto ou aquilo é modo de ser/fazer-se menina ou menino. Pensando-se então em corpo sexuado e gênero culturalmente construído, esta autora nos apresenta uma descontinuidade desta lógica associativa dos únicos dois gêneros, colados ao sexo, para fazer pensar na possibilidade de uma multiplicidade de gêneros. Desta forma, o gênero é uma identidade construída e mantida pela reiteração e repetição de normas que se cristalizam, como se fosse uma verdade carnal, incontestável.

Segundo o pensamento de Butler (2001; 2013), o gênero está imbricado nos discursos que o fazem, assim como o sexo e a sexualidade, pois, como diz Salih (2013, p. 68), a filósofa, em seu livro “Problemas de Gênero”, o gênero e o sexo situam-se no contexto dos discursos pelos quais eles são enquadrados e formados, de modo a tornar evidente o caráter construído (em oposição a “natural”) de ambas as categorias.

Em contrapartida a este enquadramento imposto através do binômio “menino ou menina”, a teoria *queer*, por exemplo, apresenta-se como uma âncora que fundamenta a flexibilidade da sexualidade enquanto uma instância que não é permanente, mas que tal como o ser humano, evolui e constitui-se no *vir-a-ser*. “O *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade,

mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (SALIH, 2015, p.19), ou seja, ele questiona e destrona a perspectiva androcêntrica.

Outro ponto relevante de desconstrução nesta teoria é que enquanto as pesquisas e estudos mais tradicionais feitos sobre gênero, gays, lésbicas e a própria teoria feminista apontam para o pressuposto de que há a existência de “o sujeito gay”, “o sujeito lésbico” e etc, o *queer* empenhe-se justamente no rompimento das mesmas. Quando as categorias gay e lésbica são inseridas neste movimento rumo à desconstrução, trata-se de considerá-las, tal como as categorias de masculino e feminino, como aquelas que estão dentro de uma espécie de pacote, via discurso social, sexuais e generificadas, o que também é fruto de normatizações que ainda estão pautadas pelo que prega a cultura hétero.

É também este o percurso pelo qual o GT: Gênero e Diversidade Sexual tem se proposto a percorrer, levando em conta os abusos que estão engendrados no discurso social que mortifica, aprisiona e categoriza os indivíduos, objetificando-os. A generificação, mesmo que por hora utilizada como recurso para a inserção social (pensemos na necessidade de constante modificação da sigla LGBTQ), corre o risco de propagar o enquadramento, aqui denunciado, que despersonaliza e coloca o sujeito em posição de foraclusão. Portanto, discutir gênero está para além de promover “o gay”, “a lésbica”, “o homem”, “a mulher”, mas é fomentar a promoção daquele que transcende as categorias: *o sujeito*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 2017, um encontro de um grupo de convidados e convidadas mobilizados pela conselheira Marília Fraga, do CRP, em parceria com a Faculdade Divinópolis/FACED, através do professor e psicólogo Ricardo Pimenta, reuniu dez pessoas que trabalham ou têm engajamento com as discussões e/ou militância relativas a gênero e diversidade sexual no centro-oeste. O encontro abordou o trabalho do CRP MG através de comissões e grupos de trabalho, as intenções do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual e o planejamento de atividades.

Em abril de 2017, uma oficina coordenada pelo professor Ricardo Pimenta abordou o tema “Construção coletiva dos objetivos e ações do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual” e contou com dez participantes, com a proposta de elaborar coletivamente a ementa e ações do GT. Desta forma, o GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual buscou embasar-se na intenção de

efetivar as orientações do CRP/MG. Foram construídos os objetivos e ações aqui enunciados.

Dos objetivos:

a. caracterizar a problemática do gênero no contexto das construções histórico-sócio-culturais da diferença entre os sexos; fugindo assim do determinismo anatômico-biológico e avançando na compreensão das construções identitárias e subjetivas e na defesa da dignidade e dos Direitos Humanos;

b. desconstruir o discurso de naturalização dos papéis femininos e masculinos, bem como os estereótipos relacionados às identidades de gênero que geram exclusão social, promovendo espaços de discussão nos mais diversos setores sociais;

c. promover o diálogo entre sujeitos sociais e coletivos, possibilitando a pesquisa e a interlocução entre os dados coletados e o poder constituído, dando visibilidade à demanda de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, impactando diretamente nas questões relacionadas ao processo de elaboração de políticas públicas, e outros campos do saber, possibilitando a discussão quanto ao acesso das mulheres e pessoas LGBTQI's, no acesso à saúde, à educação, à assistência social, ao mercado de trabalho, aos dispositivos da comunidade, entre outros;

d. promover diálogos com os demais GTs do CRP centro-oeste, devido à transversalidade das questões de gênero, bem como buscar interlocução com os grupos, coletivos e expressividades de mulheres e LGBTQI's de Divinópolis e região;

e. situar a problemática do poder nas relações de gênero e, por conseguinte, o complexo fenômeno da violência de gênero: a violência social e simbólica; o feminicídio; a homotransfobia; a despatologização das identidades trans; dos direitos sexuais e reprodutivos, do aborto e dos diversos arranjos familiares, entre outros.

Das ações:

a. rodas de conversas (Ambiências Acadêmicas – Espaços Públicos);

b. Seminário de Estudos Sistemáticos;

c. cursos;

d. oficinas;

e. simpósios acadêmicos;

f. construção de um blog que se constitua como espaço de divulgação da temática e principalmente, como espaço para denúncias relacionadas ao machismo, homofobia, sexismo, misoginia;

g. criação de uma ONG relacionada à temática do GT.

Após esta construção, a proposta de criação do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual na região centro-oeste foi apresentada para apreciação da diretoria do XV Plenário do CRP MG. A proposta foi aprovada e a Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual endossou e orientou o grupo proponente.

Em 10 de junho de 2017, o “GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual” foi oficializado na região centro-oeste, no evento Psicologia em Foco, com o Tema: “Gênero, Diversidade Sexual e Identidades: conhecer para atuar”. O evento, promovido pelo CRP MG, foi realizado em parceria com a FACED, aberto ao público, divulgado no site do CRP, redes sociais, faculdades e endereços eletrônicos, contou com a presença de sessenta e nove pessoas de diversos municípios da região.

Acredita-se que a partir deste evento o GT tenha iniciado, prudentemente, discussões que problematizam a ‘imagem’ vigente do cenário atual: a de pessoas e instituições que, pelo efeito dos discursos do conservadorismo e fundamentalismo religioso, do androcentrismo e do sexismo, possuem conceitos distorcidos sobre gênero, sexualidades e identidades.

Assim, o GT dará continuidade aos encontros promovendo discussões e ações que fortaleçam a luta pela despatologização e desnaturalização das identidades de gênero, direcionadas à inclusão e respeito para com as diferenças e diversidade sexual, promovendo o protagonismo, a garantia de direitos e a elaboração de estratégias de enfrentamento mediante situações de violência e preconceitos ainda existentes.

Desta forma, o GT acredita que são necessárias ações e dialogias que desconstruam esta ‘imagem’ construída em torno da noção de gênero, de sexualidades e de identidades, tendo, sempre, como pauta, os *humanos e os direitos*, para o empoderamento da luta pelos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. SANTOS, Helena Miranda dos (Org.). *Gênero na psicologia: articulações e discussões*. Salvador. CRP-03, 2013.

BRASIL. *Lei 13.005/2014, Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências PNE (2014-2024)*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.005-2014?OpenDocument. Acesso em 21/07/2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos

Humanos; Secretaria de Políticas para Mulheres. Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Investigar, processar e julgar com perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>. Acesso em 28/07/2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In.: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

Centro Oeste MG TV Integração <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/06>> Acesso em 23/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Conselho Federal de Psicologia repudia PDC nº 539/2016*. Site do CFP, 2017. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/nota-de-posicionamento/>. Acesso em: 27/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota pública: Comissão de Direitos Humanos do CFP manifesta preocupação em relação à mudança no texto do PNE*. CFP, 2014. Disponível em: www.site.cfp.org.br/r/pne-2. Acesso em 23/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 4ª REGIÃO (MG). *Guia para o exercício profissional: psicologia: legislação, orientação, ética, compromisso social*. 4ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP). *Oficina de Construção coletiva dos objetivos e ações do GT: Gênero e Diversidade sexual*. Realizada em 08 de abril de 2017, das 09:00 às 12:00 horas. Escritório Regional – Centro Oeste do CRP/MG em Divinópolis: CRP-04, 2017.

Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. <http://www.crpmg.org.br/GeraConteudo.asp?materialID=1807> Acesso em 22/07/2017.

DESCHAMPS, J-C; MOLINER; P. *A identidade em Psicologia social: dos processo identitários às representações sociais*. Trad. Maria Lúcia M. Endlich Orth. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). <https://grupogaydabahia.com.br/> Acesso em 22/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(IBGE). <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=minas-gerais|divinopolis> Acesso em 22/07/2017.

Lima, R. L. *Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões*. Em Pauta, 2011; 9(28), 165-182.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MOTT, Luiz, MICHELS, Eduardo e Paulinho. *Relatório 2016 assassinatos de LGBT no Brasil*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> Acesso em 23/07/2017.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em 27/07/2017.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Trad. e Notas: Guacira Louro Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Trad. e Notas: Guacira Louro Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Agricultura familiar sustentável e segurança alimentar

Márcia Helena Batista Corrêa da Costa¹

Sandra Meire Guimarães²

Joice Alvarenga Borges Carvalho³

Thauany Gonçalves Melo⁴

INTRODUÇÃO

O tema Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável tem se apresentado como pauta relevante nos debates e nos procedimentos sobre políticas nacionais e internacionais. A questão se apresenta como um desafio para o alcance de níveis de qualidade não apenas na produção de alimentos, mas também na equidade do acesso à alimentação adequada, com vistas ao enfrentamento da fome, sem perder de vista a busca de alternativas de produção em equilíbrio com o meio ambiente.

Em contexto mais amplo, destacam-se ações e posicionamentos políticos de instituições supranacionais como a FAO, a Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar dos países Sul-americanos – Programa UNASUL e as Diretrizes para o apoio à Agricultura Familiar nos estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Destacou-se como recorte da pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq entre 2014 e 2016⁵, atuação dos agricultores familiares no município de Divinópolis (MG) por meio da APRAFAD - Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis e Região, organização que tem qualificado a produção familiar pelo apoio técnico-administrativo dado aos produtores e por gerir os processos de comercialização via PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

¹ Doutora em Ciências Sociais – UNICAMP e professora/UEMG.

² Mestre em Ciências Sociais – PUCMinas e professora/UEMG.

³ Mestre em Desenvolvimento Regional pela UEMG.

⁴ Aluna de Engenharia Civil pela UEMG.

⁵ Chamada MCTI/Ação Transversal -CNPq N° 82/2013 -Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA -Linha 2: Educação e Atenção Nutricional Articulado a Ações de Segurança Alimentar e Nutricional para Promoção da Alimentação Saudável.

A pesquisa, ao aprofundar estudos sobre a Agricultura Familiar no município, destacou a atuação da APRAFAD devido a Associação garantir o acesso dos produtores ao mercado institucional e o abastecimento das escolas públicas, com reflexos diretos na elaboração dos cardápios. Dessa forma, objetivou-se por meio da pesquisa compreender aspectos da produção, comercialização, e a capacidade de incorporação de valor aos produtos por parte dos agricultores familiares.

Contatou-se que o nível de organização dos produtores, via APRAFAD no município, favorece a qualificação da produção. Há receptividade por parte dos agricultores sobre se alcançar um tipo de desenvolvimento que integre elementos da produção com aspectos da vida social e cultural, com vistas ao alcance de boas práticas no campo do equilíbrio ambiental.

O tema apresenta-se multidimensional e exigiu uma abordagem investigativa capaz de integrar saberes. Por isso, a equipe se constituiu de professores-pesquisadores e alunos de diferentes áreas do conhecimento, tais como Ciências Sociais, Serviço Social, Saúde e Engenharias.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR, ALGUMAS REFLEXÕES

As projeções para a produção de alimentos e para o crescimento da população mundial indicam um cenário caótico de insustentabilidade ambiental. A segurança alimentar e nutricional dos povos, especialmente dos países periféricos, fica sob a ameaça da crescente escassez dos recursos naturais como a terra produtiva e a água, do aumento da população global, aumento do consumo massificado de alimentos industrializados e crescente urbanização. Dados do Banco Mundial indicam que entre 2010 e 2050 a população crescerá 33% no mundo, passando de 6,9 (2010) para 9,1 bilhões de habitantes (2050). Para cada 70 habitantes das cidades haverá 30 pessoas produzindo alimentos no meio rural em 2050. Situação inversa à da década de 1960, quando havia 67 pessoas produzindo alimentos para si e para 33 consumidores urbanos (ONU, 2013).

Neste contexto, a Segurança Alimentar e Nutricional, passa a ocupar o centro das discussões. O conceito de segurança alimentar é recente, originou-se na Europa no início do século XX, em referência à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação. Traduziu uma crescente preocupação diante dos efeitos

sociais e econômicos devastadores e imediatos das duas grandes guerras. Dessa forma, após a 2ª Guerra Mundial, houve um compromisso internacional formalizado por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujos objetivos eram de evitar novos conflitos mundiais na proporção das duas grandes guerras e assegurar direitos individuais, políticos e sociais a todos, dentre esses direitos, o de alimentação.

No Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) foi instituída no ano de 2006, por meio da Lei Federal n. 11.346, que visa assegurar o direito de todos ao

acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis⁶

Todavia, o direito à alimentação só foi assegurado constitucionalmente no ano de 2010, por meio da Emenda Constitucional n. 64, de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Em Minas Gerais, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi implantada por meio da organização do Sistema Estadual com o propósito de ser uma política transversal na qual os órgãos dos governos federal, estadual, municipal e as organizações civis poderiam ou deveriam atuar conjuntamente em prol do desenvolvimento e efetivação desse sistema nos municípios, a partir de uma estrutura de governança instalada no âmbito do governo estadual. Importante salientar que a Política de Segurança Alimentar em Minas Gerais foi concebida a partir da marcante atuação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, tendo sido aprovada em Conferência Estadual relativa ao tema.

Cabe ressaltar a iniciativa do Conselho Estadual de realização da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, responsável por aprovar o Plano de SANS de Minas Gerais, efetivado via Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e

⁶ Lei nº 11.346/2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em jan. 2017

Educar (PECNE). O Programa Cultivar, Nutrir, Educar foi concebido para funcionar sustentado no tripé setorial e foi idealizado como um instrumento de efetivação da política estadual, integrando as três áreas: agricultura, saúde e educação. Embora atualmente fragilizado, o Programa em sua concepção representou a tentativa do governo estadual de criar mecanismos de interlocução entre órgãos de governo responsáveis separadamente por ações nas áreas da Saúde, da Educação e da Agricultura Familiar. A governança do Programa, ou melhor, a forma de integração entre os setores se efetivaria, de acordo com a proposta, por meio da institucionalização de Comitês Gestores nas esferas estadual e municipal.

Para Lunardi e Santos (2000), foi na década de 1990 que o termo agricultura familiar ganhou evidência no Brasil com o intuito de caracterizar um segmento produtivo e social da sociedade rural, pois, até então, para este mesmo público eram utilizados principalmente outros dois termos: pequena produção ou produção camponesa.

Chayanov (1974), citado por Lunardi e Santos (2000), definiu a agricultura familiar como sendo aquela que não contrata força de trabalho exterior, que detém a posse de certa extensão de terra e de seus próprios meios de produção, e que, às vezes, se vê obrigada, para a sua continuação, a empregar parte de sua força de trabalho em outras atividades externas à propriedade.

No âmbito da relação entre segurança alimentar e educação, um marco legal determinante foi a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2006b). O Programa, desde 2009, por intermédio da Lei Federal nº 11.947/2009, em seu artigo 14, determina que no mínimo 30% do total do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM DIVINÓPOLIS

O PECNE foi implantado em sete mesorregiões do estado, a experiência de Divinópolis consta como parte da região Centro-Oeste. Importante destacar que a cidade de Divinópolis é referência nessa região do estado e possui 213.016 habitantes. A taxa de urbanização do município é de 97,4%, com 207.516 pessoas vivendo na área urbana e 5.500 na área rural (IBGE, 2010). Localiza-se

na região administrativa do Alto do São Francisco 2 e mesorregião Oeste de Minas, situado a 120 Km de Belo Horizonte, capital do estado.

De acordo com diagnóstico de revisão do Plano Diretor Participativo de Divinópolis, as culturas mais comuns no município são as temporárias. O setor segue padrão dos municípios mineiros, destacando-se “o milho como a cultura que mais ocupa as terras agricultáveis com 77% da área plantada, seguido pela cultura da cana de açúcar (12%) e feijão (5%), que, em sua grande maioria, tem presença de atividades que envolvem pequenos agricultores” (Diagnóstico de Revisão do Plano Diretor Participativo de Divinópolis, 2013, p. 115).

Resultados de estudos e de análise de dados secundários mostram que a agricultura familiar desempenha papel relevante no cenário da produção agrícola do município de Divinópolis. No município, segundo informações do ano de 2012, da Secretaria Municipal de Agronegócio, mais de 40% da alimentação escolar origina-se da agricultura familiar.

O censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 indica que a agricultura familiar de Divinópolis ocupava 1.519 pessoas, o que representava 60,9% do total da mão de obra rural ativa do município. As propriedades rurais de agricultura familiar ocupam 33,2% da área rural total de Divinópolis, registrando tamanho médio de 16,06 hectares, menor que a média nacional (18,37 hectares) e mineira (20,22 hectares)⁷

Existem 44 comunidades rurais em Divinópolis subdivididas em duas regiões de planejamento: Noroeste Rural e Sudoeste Rural. As duas regiões compreendem uma área de 493,24 km² (DIVINÓPOLIS, 2009). Os principais aglomerados da região Noroeste Rural do Município são Amadeu Lacerda, Djalma Dutra, Branquinhos, Quilombo, Córrego Falso, Choro e Costas; na região Sudoeste Rural são Buritis, Ferrador e Cacôco de Baixo; em todas as comunidades predominam o sistema alimentar de produção familiar. Essas comunidades estabelecem relação próxima

⁷ CARMO, Lélío Nogueira; TEIXEIRA, Maria Antonieta; GUIMARÃES, Sandra Meire *et al.* Configuração Territorial de Divinópolis documento eletrônico). Disponível em <https://planodiretordedivinopolis.files.wordpress.com/2013/04/configurac3a7c3a3o-territorial-de-divinc3b3polis-revisado.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2015.

com a zona urbana do município em graus diferenciados, fato que gera interferências e mútuas determinações tanto no ambiente rural como no urbano. Nessas comunidades são mantidas tradições de cultivo e de manifestações culturais, principalmente as de caráter religioso, além de relações de interação social marcadas pelos vínculos comunitários.

De acordo com informações do Engenheiro Agrônomo da EMATER, o município possui muitos produtores que se classificam como agricultores familiares, mas muitos não possuem a Declaração de Aptidão exigida pelo PRONAF (DAP), em decorrência de vários motivos. Alguns não possuem documento da propriedade, outros avaliam que o processo para a obtenção da DAP é muito burocrático. Há certo temor em relação a financiamentos, indicação de avalistas, alguns preferem realizar o investimento com recursos próprios.

Neste artigo, consta estudo da agricultura familiar em Divinópolis, analisada por meio da atuação da Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis e Região (APRAFAD). Essa organização dos agricultores existe desde 2007, portanto recente, mas já desempenha importante papel no incremento da produção familiar, na mediação interinstitucional, destacando-se o papel da Associação junto às escolas, viabilizando o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar no município. A organização desenvolve trabalho de orientação dos pequenos produtores familiares sobre os mecanismos estabelecidos pelo governo federal de apoio à agricultura familiar no Brasil. Além do PNAE, a Associação acompanha os produtores no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e sobre a compra direta, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A EMATER assessora a APRAFAD com vistas a fortalecer a assistência técnica e apoiar a entidade para a comercialização de seus produtos nos mercados institucional e não institucional. Constatou-se que a EMATER tem atuação direta junto aos produtores, orientando-os e incentivando-os a aprofundarem vínculos via associativismo e cooperativismo.

No âmbito do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir, Educar a APRAFAD participou do Comitê Gestor⁸ que representa um

⁸ O Comitê Gestor Local também foi tratado como um grupo de interesse, composto por representantes das secretarias de Saúde, Educação e Agronegócios, a Associação dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis

espaço importante de interlocução entre os segmentos envolvidos na Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município, política delineada tendo como referência a política do estado. Nas reuniões do Comitê, cada setor representado apresentava suas dúvidas, dificuldades e expectativas. Nessa esfera pública aconteceram debates importantes, foram definidas propostas de enfrentamento de problemas relacionados à produção e à alimentação escolar, dentre outros, e foram intercambiadas informações entre os participantes. Essa experiência de espaço público compartilhado pelas organizações de governo e da sociedade foi determinante para que o diálogo entre esses atores fluísse e favorecesse ações compartilhadas. Os temas debatidos incluíam questões fundamentais para a política de segurança alimentar e nutricional do município.

Constatou-se, no desenvolvimento do estudo, o quão importante é a existência de um espaço público democrático que funcione como ambiente de compartilhamento entre órgãos de governo responsáveis pela segurança alimentar, educação e saúde, além das organizações civis, tal como a APRAFAD. Esferas como o Comitê Gestor garantem o debate aberto, o fluxo de ideias, de informações e o debate de questões que favorecem tomadas de decisão relativas às políticas públicas e ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional sustentável em nível local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável tem se apresentado como tema relevante na formulação de políticas públicas locais, regionais e nacionais, e tem sido pauta de debates no âmbito internacional. O tema SANS tornou-se um desafio para os governos e para a sociedade civil, pois contempla não apenas a produção de alimentos e a equidade do acesso à alimentação adequada, com vistas ao enfrentamento da fome, mas também, a busca de alternativas de produção em equilíbrio

(APRAFAD), o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEAS), da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS Centro-Oeste), o Instituto Mineiro de Agricultura (IMA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), o Serviço de Inspeção Municipal, e o Núcleo de Saúde Coletiva da FUNEDI.

com o meio ambiente. A pesquisa em SANS desenvolvida em Divinópolis voltou-se para a análise da organização dos agricultores familiares no que se refere à produção, comercialização e capacidade de incorporação de valor aos produtos. Buscou-se compreender a relação entre a agricultura familiar e a Educação, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, como um programa concebido para assegurar a qualidade e a adequação dos alimentos obtidos da agricultura familiar para a alimentação escolar. A pesquisa teve como orientação metodológica a Avaliação de Quarta Geração, fundamentada no paradigma construtivista.

Resultados do estudo, com o foco na atuação da APRAFAD, indicam a não aplicação e até o desconhecimento de práticas agroecológicas na produção familiar local e regional. Os agricultores familiares são levados a atender uma demanda maior do que a capacidade que possuem de produzir e enfrentam problemas, tais como falta de mão-de-obra, pouca assistência técnica, crise hídrica e o uso de agrotóxicos. Verificou-se também que a agricultura familiar no município apresenta dificuldades no campo da gestão das propriedades e prevalece tendência de produção pouco diversificada.

Há necessidade de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, inclusive sociais, que favoreçam a inovação, bem como de se incrementar espaços democráticos de compartilhamento, como foi o Comitê Gestor. A inovação é aqui entendida como possibilidade inventiva e criativa que valoriza saberes, tal como exposto por Furtado (1982 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 66) que enxerga desenvolvimento principalmente como um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, trata-se de um processo social e cultural e, só secundariamente, econômico.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Anônio C. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Trabalho apresentado no Curso “Experiências e Políticas de Desenvolvimento Regional” – Programa de Governança Democrática, Curitiba, 18-20 de maio, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe

sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2006b

CARMO, Lélío Nogueira; TEIXEIRA, Maria Antonieta ; GUIMARÃES, Sandra Meire, *et al.* Configuração Territorial de Divinópolis. Disponível em <https://planodiretordedivinopolis.files.wordpress.com/2013/04/configurac3a7c3a3o-territorial-de-divinc3b3polis-revisado.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2015.

FAO/INCRA. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, mar. 2000.

GERGOLETTI, Ivan Ferdinando. Produção de alimentos: uma análise comparativa de cenários na perspectiva da sustentabilidade ambiental. Santa Bárbara d'Oeste, SP: 2008.

ONU. Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2013 Nações Unidas, Nova Iorque. Versão portuguesa publicada por UNRIC, Lisboa: junho 2013.

GUBA, Egon G; LINCOLN, Yvonna S. Avaliação de Quarta Geração. Tradução Beth Honorato. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar - primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Censo demográfico.. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LUNARDI, Suzana Medianeira; SANTOS, Antônio Carlos dos. O programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: uma análise na perspectiva dos agricultores familiares. Revista de Administração da UFPA, v.2, n.2, 2000. p.16-33. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/28479/o-programa-de-gestao-agricola-da-extensao-rural-do-rio-grande-do-sul-e-santa-catarina-uma-analise-na-perspectiva-dos-agricultores-familiares>. Acesso em: 06 fev. 2015.

ONU. Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf>. Acesso em: 20 dez 2015.

Entre história, evidências, testemunhos e memória: as políticas de memória e identidade

Flávia Lemos Mota de Azevedo¹

O que é a história? Pergunta difícil de responder, ainda mais se levarmos em conta que existem diversas perspectivas teórico-metodológicas que discutem seu estatuto e sua cientificidade. Talvez, a melhor pergunta não seja o que é a história, pois se pode esboçar uma resposta, quiçá um pouco simplificada, que seria a narrativa sobre o passado. Portanto a questão que deve ser feita, na verdade, é qual o tema da história, qual é o seu objeto?

A resposta para tal questão não é unívoca. De acordo com Aristóteles, na *Poética*, o tema da história é o contingente, o acidental, fortuito, portanto, o particular. É a partir desta constatação que o filósofo afirma ser a poesia mais séria, pois ela é universal e a história particular. Para o filósofo, a história não trata dos aspectos constitutivos do homem, sua trama não possui nem necessidade, nem verossimilhança; narrando o acidental, não pode ser considerada um discurso sério. Hannah Arendt concorda com o acento no particular quando confronta a ideia de história antiga e moderna, principalmente no que se refere à ideia moderna de ‘processo’:

O que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras.²

O relato histórico, desde a sua constituição, percorreu inúmeros caminhos, direções e escopos. Entretanto, tal fato não deve ser

¹ Mestre em História pela Universidade de Brasília – UnB. Professora e Coordenadora do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho – CEMUD – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Divinópolis.

² Hannah Arendt, *O conceito de história: antigo e moderno*, p. 72.

considerado como ausência de projeto e objetivos desta disciplina. Seu aspecto movente e movediço, na verdade, pode e deve ser considerado como um elemento fundamental de sua vitalidade e criatividade, na medida em que pode ser apreendido como ‘um sinal, um indício’ da historicidade própria do relato. É a partir dessa perspectiva que a historiografia constituiu-se como um campo fértil de investigação, que nos diz muito sobre as condições de produção – pressupostos teórico-metodológicos do momento da escrita, conceitos operacionalizantes, ambiente intelectual, entre outros – de determinadas análises. Dessa forma, nenhum texto histórico deve ser considerado e sopesado fora do seu regime de historicidade³, pois ele é resultado do que Michel de Certeau designa de *operação historiográfica*, uma vez que a análise é decorrência de uma “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita. Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”⁴. O poeta inglês T.S.Eliot apresenta essa ideia de forma magistral, quando afirma que:

o sentido histórico supõe uma percepção, não apenas do que é passado do passado, como também daquilo que permanece dele; o sentido histórico leva um homem a escrever não só com sua própria geração entranhada até a medula, mas ainda com a sensação de que toda a literatura da Europa desde Homero, e dentro dela toda a literatura de seu país, possui uma existência simultânea e compõe uma ordem simultânea. O sentido histórico é, ao mesmo tempo, o que torna um escritor profundamente consciente de seu lugar no tempo, da sua própria contemporaneidade.⁵

Nos últimos decênios assistimos à memória desenvolver-se como uma temática profícua, ocupando um espaço vigoroso no debate intelectual. Nesta trajetória, a memória tornou-se plural, tanto no que diz respeito às diferentes disciplinas – como a história, literatura, sociologia, psicologia, entre outras – que discutem

³ Cf discussão apresentada por François Hartog no livro *Regimes d'historicité, présentisme et expériences du temps*, publicado em 2003 pela Editions du Seuil. Segundo Hartog o conceito de regimes de historicidades, pode ser entendido de duas maneiras: numa acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e o elabora; numa acepção ampla, serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. p. 66.

⁵ ELIOT, T. S. *apud SAID, Edward W. Cultura e imperialismo*, p. 34.

seu papel, constituição, estatuto e limites; quanto à pluralidade da memória. A ‘memória nacional’ não é mais unificada, agora ela é folheada, desdobrada numa trama plural, acomodada num cruzamento de diferentes vozes, narrativas, apropriações e sentidos. Consequentemente, novos atores, antes relegados ao silêncio, entraram em cena, tanto como reconhecimento de uma ‘realidade’ multifacetada, quanto da multiplicidade de visões plausíveis proporcionadas pelo compartilhamento de uma mesma cultura. Carlo Ginzburg, em seu livro *O Queijo e os Vermes*, mostrou magistralmente, a partir da história de um simples moleiro do século XVI – Menocchio – as diferentes possibilidades de intersecções da experiência humana num mesmo quadro cultural, num relacionamento circular de influências recíprocas – o que Bahktin definiu como *circularidade cultural*⁶. Há que se reconhecer, portanto, a impossibilidade de um discurso unívoco e uma memória privilegiada, afirmando, antes, a existência de várias memórias, relatos. Não obstante, afirmar uma multiplicidade de memórias e experiências não significa alegar uma impossibilidade de coerência. Tal conexão é produzida pelo compartilhamento de uma grade comum, a língua e a cultura que “oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”⁷.

A historiografia, ao longo do século XX, passou por diferentes crises, reformulações, “viradas”, cujos questionamentos, em larga medida, estão centradas, nas últimas décadas, na questão da memória, do testemunho, dos “lugares de memória”. Tais debates inscrevem-se igualmente em torno da escrita da história, do esquecimento, do perdão e, especialmente, do tempo, do regime de historicidade, da dilatação do presente, de um presente onipresente. Dentre esses debates destacamos, ao mesmo tempo, os “usos do passado”, o papel do historiador e os desafios relativos ao seu trabalho na contemporaneidade: julgar ou compreender?

Nos últimos anos, em diferentes países, foram promulgadas leis que interferem na escrita da história – na medida em que

⁶ Cf discussão apresentada por Bahktin em *Cultura popular na idade média e renascimento*. A ideia de ‘circularidade’ tem a vantagem de não hierarquizar as relações, como até então se fazia. A cultura, de acordo com essa proposição, move-se de baixo para cima, como também de cima para baixo, não sendo possível extrapolar na tentativa de perceber um movimento dominante, mas, antes, caracteriza-se pela plasticidade.

⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. p. 20

versam sobre a apropriação de ações / acontecimentos do passado e que pretendem indicar qual a abordagem pertinente de acordo com conceitos atuais, como por exemplo, a ênfase dada aos Direitos Humanos. Na França, a lei *Gayssof* levou, nas palavras de Pierre Nora, a uma “retroatividade sem limite e à vitimização generalizada do passado”⁸. Para Nora, tais legislações são perigosas, na medida em que impõem uma interpretação do passado, e que podem levar a ver a história como uma longa sequência de crimes contra a humanidade⁹. Para o autor, essas discussões, inscritas sobretudo entre os anos 70 e 90, acerca da dilatação e fecundidade da memória, tiveram um importante papel na produção historiográfica contemporânea, no entanto, tal ímpeto, hoje, tem se mostrado perigoso, na medida em que assistimos, cada vez mais, a pressões ligadas às memórias de grupos interessados em fazer prevalecer sua leitura particular. Assim,

Passamos de uma memória modesta, que não demandava mais que reconhecimento, respeitada, integrada ao grande registro da história coletiva e nacional, a uma memória essencialmente acusatória e destruidora desta história. Impondo a uma interpretação geral uma visão particular e distorcida. Impaciente de ver sua própria versão oficializada e protegida pelo baluarte da lei republicana.¹⁰

Esse momento memorial e as leis memoriais, ainda de acordo com Nora, se levado às últimas consequências no sentido de tribunal da história, uma vez que indicam a interpretação pertinente de “um passado”, levariam não só à negação da história, ao anacronismo, mas especialmente a uma tentação a-histórica¹¹. É partindo desta constatação que Nora defende a liberdade do trabalho do historiador, de sua responsabilidade cívica, da liberdade intelectual e das liberdades públicas num Estado democrático. Essa possibilidade de contaminação do trabalho do historiador se faz sentir, particularmente, na sociedade atual, tanto no que diz respeito à utilização quanto à generalização de valores e ideais que são datados. Isto é, o direito dos indivíduos, o direito e o dever de memória, mormente aqueles relacionados aos “momentos

⁸ Nora, Pierre. “*Malaise dans l’identité historique*”, p. 13.

⁹ Ver discussão pp. 13-14.

¹⁰ Idem, p. 16-17.

¹¹ Idem, p. 20.

traumáticos”, devem ser historicizados, ou seja, não se deve esquecer que esses valores não estiveram “sempre aí”, porquanto essas ideias têm uma longa história. Para Nora, assistimos hoje a “uma surda contaminação operada entre a memória e a moral; e a memória tem transformado a história”¹².

Tais questões nos remetem aos usos políticos do passado, da memória, do testemunho, dos eventos traumáticos. E é sobre este último que assistimos a um debate acerca tanto da construção do conhecimento histórico, quanto do papel do historiador e da história na sociedade contemporânea. Tais querelas envolveram historiadores e filósofos, na França e na Alemanha, e reverberaram nas reflexões sobre a escrita da história e na possibilidade de representação do passado. Tais discussões também nos remetem necessariamente à apreensão do tempo na contemporaneidade. De acordo com François Hartog, vivemos num regime de historicidade *presentista*¹³, presente perpétuo, um presente que não passa. Ao explicitar tal questão, Hartog afirma que um regime de historicidade pode ser compreendido de duas formas. Numa acepção restrita, seria como uma sociedade lida com seu passado e como este é tratado. Numa acepção larga, o regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana¹⁴. É por essa dupla característica que o regime de historicidade nos interessa particularmente, pois conduz à reflexão sobre os usos do passado e o seu lugar hoje. Qual é o lugar designado pela sociedade atual ao seu passado? É, portanto, a partir dessa ‘nova’ relação estabelecida com o tempo, que podemos perceber uma distância enorme se instituir entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Tal afastamento característico do regime *presentista*, que nos leva a assistir uma “obsessão” pelo passado, por “um passado que não quer passar”, nas palavras de Ernst Nolte, ou “um passado que não passa”, conforme Henry Rousso. Como diz Hartog, um presente monstro, de onde não cessamos de olhar nem adiante, nem atrás, mas sem sair de um presente que temos como nosso único horizonte¹⁵, é esse presente monstro que coloca a memória no cerne dos debates.

O passado agora nos é dado como radicalmente outro, opaco: é este mundo que estamos separados

¹² Idem, p.19.

¹³ HARTOG, François. *Régimes d'historicité*

¹⁴ Idem, p.19

¹⁵ Idem, p. 217.

para sempre. O presente já não é a passarela entre passado e futuro, tornou-se um presente dilatado” que é – quase – o único responsável pelo sentido da experiência temporal: a solidariedade do passado e do futuro foi substituída pela solidariedade do presente e da memória.¹⁶

Tal relação com o passado, presente e futuro conduz a uma série de debates em torno dos crimes contra a humanidade perpetrados, sobremaneira, pelo nazismo, mas igualmente por regimes autoritários em outras regiões do globo, debatendo-se a questão do perdão, do esquecimento, da anistia, da lembrança, da memória, do testemunho e da escrita da história. Marie Cuillerai¹⁷ explicita os termos do debate entre Habermas e Paul Ricoeur sobre a dupla competência do historiador, autor e investigador da História. Ela nos mostra o cruzamento entre as reflexões desses filósofos sobre o tratamento da historiografia alemã sobre a Shoah, evidenciando que os dois autores propõem uma interpretação próxima, e ao mesmo tempo divergente, de uma narrativa crítica sobre a história. Habermas diz que a historiografia baseada numa ideia lugar/edificação da identidade de Estado-nação, em valores universalizantes, é incapaz de dar conta de uma reconciliação, em particular por ser esta reconciliação baseada numa continuidade, uma vez que a unidade política e a identidade nacional não são duas faces de uma mesma realidade alemã. Para o autor, o problema da continuidade, da identidade não compete à historiografia nacional. De acordo com Habermas, existe uma tendência apologética na historiografia alemã contemporânea ao historicizar a reconciliação da memória coletiva. Tal tendência turva a compreensão do passado, e a produção historiográfica acaba por sofrer influências de objetivos estranhos da integridade científica, em especial a reconciliação de uma comunidade.

O autor propõe aos historiadores uma apropriação crítica do passado, crítica das tradições e um bom uso da memória. No entanto, apesar de demandar dos historiadores uma leitura crítica do passado, seu problema não é especificamente o trabalho historiográfico, pois para ele a distância que se estabeleceu entre o historicismo e o nacionalismo não permite mais um retorno a uma identidade que se constitui pela história nacional. É neste ponto

¹⁶ DELACROIX, DOSSE, GARCIA. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*, pp. 364-365.

¹⁷ CUIILLERAI, Marie. *L'irréconcilié: histoire critique aux marges de l'amnistie*.

que ele propõe substituir essa “identidade nacional” pela ideia de cultura política, na medida em que a edificação de uma unidade política deve estar fundada não sobre uma identidade calcada nas “origens” daquela comunidade e, sim, sobre um patriotismo constitucional¹⁸. Para tanto, seria através do entrecruzamento da cultura política que organiza a vida coletiva e institucional e o testemunho crítico de uma disciplina histórica que não se perde nas origens, no simbólico, e no tecido da memória¹⁹ que se constituiria a unidade. Para Habermas, a “catástrofe moral” é responsabilidade mais do futuro do que do passado, uma maneira de viver democraticamente a cidadania, e “é através da nação cultural alemã que se pode forjar um engajamento ancorado nas convicções favoráveis aos princípios constitucionais universalistas”²⁰. Consequentemente, a comunidade e sua identidade se teceriam na adesão aos valores constitucionais.

Já para Ricoeur, a prática democrática só é possível se a crítica histórica que funda esta cultura política não sacrificar o momento no qual se ligam verdade histórica e democracia. Ricoeur, então, discute não a adesão aos valores constitucionais como constituição de uma comunidade e identidade, mas como se forja tal cultura política, esse sim, seria o lugar e possibilidade do discurso histórico, a partir tanto do estatuto da verdade na pesquisa histórica quanto de uma vigilância reflexiva na operação de escrita da história. Para tanto, a representância se mostra como um referencial extratextual, como aquele que garante a referencialidade e a “verdade” própria do discurso histórico. Dizer a verdade em história supõe confrontar o paradoxo de um vetor ao qual chamamos de narração, construção do enredo, narrativa, que conduz ao referente e, ao mesmo tempo, àquilo que compromete a total visibilidade dessa produção. Assim, a representância é tomada pelo destinatário da representação, estabelecendo um pacto entre o escritor e o leitor, insistindo, assim, na característica intersubjetiva do representado e da verdade distinguida pela representação na linguagem e pela comunicação²¹. O historiador não é nem um fabricante de mitos, nem apologista da história nacional. O contrato estabelecido pela representância assinala o lugar do cidadão

¹⁸ Idem, pp. 102-103

¹⁹ Idem, p. 102.

²⁰ HABERMAS *apud* CUILLERAI, p. 104.

²¹ CUILLERAI, p. 112.

como um terceiro no tempo: seu olhar se estrutura a partir de sua própria experiência, instruído diversamente pelo julgamento penal e pela pesquisa histórica publicada. De outro lado, sua intervenção não é jamais acabada. A todos os olhares lhe resta o último arbítrio. Somente a convicção do cidadão justifica, em última instância, a equidade do procedimento penal no recinto do tribunal e a honestidade intelectual do historiador frente aos arquivos²².

Assim, o pluralismo de leituras reflete a própria sociedade e liberta a leitura moralizante do trabalho do historiador, não é ele que impõe um “olhar”, uma interpretação. Assim, vemos com clareza a importância destacada por Michel de Certeau sobre a operação historiográfica: um túmulo, uma sepultura, também uma forma de honrar e dar lugar aos mortos, mas especialmente, em tempos de um presente onipresente, dar um lugar ao futuro.

O lugar dispensado à memória e à história indica igualmente novos debates em torno das questões nacionais e identitárias, pois o questionamento da historicização da memória remete à sua ascensão à “verdade”, depreende-se do estatuto de material e fonte do historiador e se torna autônoma, é esse movimento que se denomina momento memorial. Tal promoção da memória, do dever de memória deve ser percebida como efeito de um momento histórico específico, na confluência tanto da necessidade de reflexão dos eventos traumáticos, da ascensão dos anônimos e dos excluídos da história, como da “moralização” e judicialização do passado. Apesar do reconhecimento da importância da memória, tanto na cena pública quanto para a história, não se deve naturalizá-la, nem apropriar-se numa perspectiva ingênua, como se dela pudessemos depreender o puro “acontecido”, como se ela pertencesse a um outro lugar, quando na verdade sua força se funda no presente. O trabalho sobre a memória deve levar em conta suas sucessivas reelaborações, “a memória coletiva é entendida como uma reconstrução, um remanejamento das representações do passado pelos grupos e pelas sociedades, a partir de suas necessidades presentes: a história da memória coletiva é uma *história dos usos do passado*”²³. Esse afastamento da memória é fundamental, na medida em que retoma a função crítica da história e do seu

²² RICOEUR *apud* CUIILLERAI, p. 110.

²³ DELACROIX, DOSSE, GARCIA. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*, p. 361.

característico distanciamento, tal posicionamento é que permite a disciplina ser mais autônoma das questões identitárias e políticas a que se ligam o “dever de memória”, deste modo “é necessário promover um autêntico dever de história, que parte da memória, dela se nutre, mas sabe tomar a distância necessária em relação a ela”²⁴.

Tais questões nos remetem ao papel da história e do historiador. Marc Bloch, em sua *Apologia da História*, abordou as relações (perigosas) entre o passado e o presente, dizia ele que a história se faz a partir do presente, são as questões, os problemas do presente que nos conduzem ao passado. Tal proposição reverberou e reverbera ainda nas produções historiográficas, no entanto quando nos detemos em alguns usos do passado presente em trabalhos de pesquisa atuais, percebemos que não se pautam exatamente naquilo que Bloch exortava, uma vez que em alguns casos essa relação se estabelece a partir de um julgamento “moralizante” dos eventos passados. Não obstante, o que Bloch sinalizava como papel da História era a compreensão. Ginzburg, em seu livro *Le juge et l'historien*, nos mostra como a análise empreendida do que ele denomina “acontecimentos inexistentes” por Bloch em *O Reis Taumaturgos* nos oferece um bom exemplo desta opção:

Esses acontecimentos fantasmagóricos tornaram-se historicamente significantes por sua eficácia simbólica, quer dizer por uma imagem que se faz de uma multidão de indivíduos anônimos. É difícil de imaginar qualquer coisa mais afastada da historiografia moralizante inspirada por um modelo judiciário.²⁵

No entanto, Ginzburg afirma que tal separação operada por Bloch encontra-se hoje numa situação mais complexa. A análise de Ginzburg se desenvolve essencialmente sobre a noção de prova, para o italiano o trabalho do juiz e do historiador se fundam sobre a possibilidade de provar. Este será o ponto nevrálgico da crítica de Ginzburg acerca de certa produção historiográfica recente:

Para numerosos historiadores, a noção de prova não está mais na moda, da mesma forma que a verdade, a qual ela está ligada por um lugar histórico (portanto, não necessário) muito forte. As

²⁴ JOUTARD *apud* DELACROIX, DOSSE, GARCIA. op. cit, p. 370.

²⁵ Ginzburg, p. 21

razões desta desvalorização são numerosas e não são todas de ordem intelectual.²⁶

Ainda segundo Ginzburg, tal fato se deve ao sucesso exagerado que obteve o conceito de “representação”. Tal noção, de acordo com o historiador, levou ao exame da fonte histórica exclusivamente nela mesma, e não de onde ela fala. Desta forma, a análise se debruça sobre as fontes como testemunhos de representações sociais, mas recusando-se a possibilidade de analisar tal narrativa entre estes testemunhos e as realidades que eles designam ou representam, como não são evidentes, sua definição como reflexo é para este historiador uma “ingenuidade positivista imperdoável”, pois “nós bem sabemos que todo testemunho é construído segundo um código determinado: alcançar a realidade histórica (ou a realidade) diretamente é, por definição, impossível.”²⁷ Tal perspectiva, para Ginzburg, seria um ceticismo radical insustentável, tanto do ponto de vista da existência, quanto do ponto de vista lógico. É, portanto, contra este ceticismo que o autor se debruçará sobre a questão da prova e da verdade, parte integrante do trabalho do historiador. E é especialmente sobre a questão da prova, sua definição, seus usos que ele reflete no que diz respeito ao trabalho do juiz e do historiador. Mais uma vez Ginzburg se refere a Bloch para falar da separação profunda entre o juiz e o historiador, pois “não é mais possível, hoje em dia, obter uma prova; e quando a encontramos, o resultado revelará sempre a probabilidade e não a certeza”²⁸. Tal perspectiva marca de forma indelével o trabalho historiográfico, sempre uma aproximação.

François Hartog, também, se dedicou a refletir sobre essa relação entre o historiador e o juiz, no entanto o fez de uma perspectiva diferente do italiano. De acordo com o francês: “a questão do juiz e do historiador ganhou importância por ocasião de diferentes processos, em particular, aqueles que se referem a crimes contra a humanidade e em função da judicialização manifesta do espaço público”²⁹. Sua análise se desdobra sobre o problema da *evidência*, sobre como o historiador faz ver. Hartog reflete sobre a questão da evidência e do testemunho, fazendo o percurso das diferentes apropriações no trabalho historiográfico. Para o autor,

²⁶ Idem, p. 22.

²⁷ Idem, p.23.

²⁸ Ginzburg, p. 24

²⁹ Hartog, F. *A evidência da história*. p. 230

a historiografia do século XX se caracteriza por um paradigma do vestígio, e nesse se inscreve desde Auschwitz a “maré viva em relação à memória que invadiu o mundo ocidental.”³⁰ Tal “maré” pode ser percebida através de diferentes contornos como a questão memorialista, os lugares de memória de Pierre Nora, ou na proeminência do lugar da testemunha no espaço público, explicitando o momento contemporâneo que vive tanto a urgência de dar o testemunho quanto a sua transmissão. E é sobre este ponto que Paul Ricoeur apresenta o testemunho como “uma estrutura de transição” e questiona a “relação fiduciária, constitutiva da credibilidade do testemunho”³¹. Para Hartog esta questão do testemunho é um ponto fundamental da crítica a essa “profusão e autoridade da memória”, pois

A testemunha de hoje em dia é uma vítima ou o descendente de uma vítima. Esse estatuto de vítima serve de suporte à sua autoridade e alimenta a espécie de temor reverente que, às vezes, a acompanha. Daí, o risco de uma confusão entre autenticidade e verdade, ou, pior ainda de uma identificação da segunda com a primeira, no momento em que deveria ser mantida a separação entre a veracidade e a confiabilidade, por um lado, e, por outro, a verdade e a prova.³²

É sobre esse debate do testemunho, da memória, do julgamento moral e midiático que se articula a questão (tentação) da epistemologia histórica e de sua autonomia, recusando a história judiciária e o imperativo da memória para restituir a complexidade da história, pois o escopo de verdade da produção de conhecimento em história não pode ser subordinado nem à lógica jurídica nem à memorial. Tais questões nos apresentam o debate no âmbito europeu.

No Brasil, vivemos também um momento de debate acerca da memória e da história, em especial da história recente: o período entre 1964 e 1985, a Ditadura civil-militar. Tal debate nos inscreve também neste momento memorial e nos usos do passado. A memória da ditadura se tornou um grande campo de disputa e de autoridade. Assim, podemos entrever a questão da Lei da Anistia e os debates e limites da instalação da Comissão da Verdade Nacional,

³⁰ Idem, p. 227.

³¹ Idem, p.227.

³² Idem, p.227

assim como das comissões que se instalaram em diferentes Estados e instituições. Tal debate nos conduz a um momento de disputa política do país, que também diz respeito a uma reelaboração da nossa memória nacional e de nossa identidade.

Tais questões no levam, no Brasil, a refletir sobre as políticas de memória, sobre qual passado voltamos o nosso olhar, qual movimento de distanciamento e aproximação fazemos em relação à construção do passado no nosso presente. A partir dessa questão, nos deteremos nas políticas de salvaguarda da memória e dos testemunhos de diferentes grupos que o Ministério da Cultura e suas autarquias, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN e o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM adotaram no Brasil a partir de 2000. De 2003 a 2016, as políticas adotadas pelo Ministério da Cultura no Brasil dirigiram seu olhar àqueles grupos e processos antes relegados ao apagamento e ao silenciamento. A partir de 2004, com a promulgação do Programa Cultura Viva, assistimos à elaboração e implementação de uma política cultural que dirigiu seu olhar para grupos que até então não tinham reconhecimento institucional e que, portanto, não conseguiam acessar os editais, financiamentos e fomentos. Mas, mais importante que o acesso ao financiamento, o reconhecimento dessas manifestações como referências culturais foi fundamental.

No que diz respeito às políticas de registro e salvaguarda da memória de natureza imaterial, em 2000 a promulgação do Decreto nº 3.551 instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Mas foi a partir de 2004, e em especial a partir dos editais de 2005 do IPHAN que tal política começa a se efetivar. A publicação do IPHAN de 2016, denominada, *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005 a 2010*, mostra na diversidade dos projetos executados, a importância do patrimônio imaterial na valorização e diversificação de grupos, saberes, fazeres e tradições como patrimônios importantes e que devem ser salvaguardados. Tal perspectiva de proteção diz respeito tanto ao seu caráter – vivo e cotidiano – como enquanto acervo de memória a ser preservado. Quanto aos resultados das ações entre os anos 2005 e 2010, o presidente do IPHAN enfatiza a importância dessas ações para diferentes grupos e comunidades:

Ao longo destes anos grupos sociais variados (indígenas, afro-brasileiros, imigrantes, comunidades tradicionais, entre outros), em diversas localidades

brasileiras, foram beneficiados por meio dos Editais do PNPI. Como está demonstrada na presente publicação, uma gama diversificada de ações foi realizada com impactos bastante positivos: os detentores dos bens culturais percebem-se mais valorizados tanto individualmente quanto coletivamente; reafirmam a importância de sua prática como elemento fundamental para a constituição de sua identidade e como forma de ampliação de sua inserção em circuitos socioculturais e econômicos mais amplos. A mobilização comunitária em torno de aspectos referenciais da cultura e memória tem deflagrado processos mais amplos de valorização e revitalização do seu patrimônio cultural imaterial.”³³

No que diz respeito à política de museus, em 2009 foi criado o IBRAM, órgão que passa a ser responsável pela elaboração e implementação da Política Nacional de Museus (PNM) e a administração de 30 museus no país. No mesmo ano de sua instituição, lança o Programa Pontos de Memória. O programa, de acordo com o IBRAM, tem como objetivo reunir

um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira³⁴.

Tal iniciativa foi muito importante por reconhecer diferentes iniciativas de recolhimento, guarda e difusão da memória de grupos e comunidades, antes invisibilizados. O programa, nos seus editais, já reconheceu 362 pontos em diferentes regiões do país, trazendo para o cenário dos museus brasileiros uma institucionalização de experiências diversas que, de certa forma, rompeu com as políticas anteriores dos museus no Brasil, trazendo à cena novas experiências museais e também uma política de valorização da diversidade cultural brasileira.

³³ IPHAN, *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005 a 2010*, Brasil, 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/pnpivol1.pdf>

³⁴ IBRAM, *Histórico, Programa Pontos de Memória*, disponível em <http://www.museus.gov.br/acesoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>

Em relação aos programas aqui apresentados, a partir de 2016, com a mudança de governo, assistimos ao retraimento dos editais e das ações do Ministério da Cultura e, inclusive, neste processo, o próprio Ministério da Cultura vê a sua existência ameaçada. Diante dessa mudança política, nos perguntamos: em que medida os programas de memória do Brasil estão à mercê das mudanças de governo? Tal questão nos remete novamente aos problemas relativos aos usos do passado. A pergunta que permanece é: em que medida o movimento iniciado em 2004 frutificará em direção também ao questionamento da identidade nacional e de nossa relação com o nosso passado? Assim, como, em que medida a ampliação e institucionalização dos programas de patrimônio imaterial e também as políticas de museologia social impactam a construção da identidade brasileira e de sua história?

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005 a 2010*, Brasília: IPHAN, 2016.
- CUILLERAI, Marie. "L'irreconcilié: histoire critique aux marges de l'amnistie", in S. Wahnich, *Une histoire politique de l'amnistie*. Paris: PUF, 2007, p. 93-119.
- DELACROIX, DOSSE, GARCIA. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Le juge et l'historien*. Paris: Éditions Verdier, 1997.
- HARTOG, François. *Evidência da história - O que os historiadores veem*. Belo Horizonte, 2011.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Le Seuil, 2003.
- IBRAM, Histórico, Programa Pontos de Memória, disponível in <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>
- NORA, Pierre. "Malaise dans l'identité historique", in *Liberté pour l'histoire*. Paris: CNRS Éditions, 2008, p. 11-24.
- RICOEUR, Paul. *História, memória e esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

Educação em direitos humanos – Contra a violação de direitos e a criminalização da juventude

*José Heleno Ferreira¹
Isabela Brant Lopes Leite²*

INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos, em sua concepção moderna, surgiram como forma de proteger os cidadãos do arbítrio do Estado, garantir condições materiais básicas de sobrevivência e, mais adiante, garantir condições gerais de vida em sociedade. O princípio que norteia os direitos humanos é o da dignidade, “fundamento de todo o sistema dos direitos fundamentais, no sentido de que estes constituem exigências, concretizações e desdobramentos da dignidade da pessoa e que com base nesta é que devem aqueles ser interpretados” (CARVALHO, 2007, p. 549).

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada com o objetivo de afastar por completo o caráter autoritário que imperou no país durante a ditadura civil-militar. Estão contemplados em seu texto todos os direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos, inclusive a garantia plena de instrumentos que permitam o exercício da democracia direta. Contudo, observa-se que nem sempre esses instrumentos são utilizados, ou sequer conhecidos pela população, o que limita o exercício pleno da cidadania. Além disso, o desconhecimento acerca dos direitos humanos alimenta o ciclo de violações, especialmente quando se trata das camadas mais vulneráveis da população.

A partir da análise de dados coletados por diversos órgãos estatais e organizações não governamentais, é possível identificar que os jovens brasileiros, principalmente os negros e pobres, compõem a parte da população mais sujeita aos riscos sociais gerados pela desigualdade que impera no país. Eles e elas estão mais sujeitos à violência e não têm acesso pleno aos direitos individuais e

¹ Doutorando em Educação (PUC – MG). Professor UEMG Divinópolis. Coordenador do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD) – Email: zehelena.ferreira@gmail.com

² Graduada em Pedagogia (UEMG) – Email: isabela.brant@gmail.com

sociais garantidos formalmente a todos os cidadãos e cidadãs. Ao mesmo tempo, são o grupo com menor acesso à educação e, conseqüentemente, aquele que possui menos informação a respeito dos próprios direitos. É fundamental, portanto, estabelecer uma política de educação em direitos humanos que alcance todos os estratos sociais, com o objetivo de formar cidadãos e cidadãs combativos e transformadores.

Nesse sentido, o projeto de extensão “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química: Escolarização e Cidadania”, proposto com o objetivo de garantir o direito à escolarização dos adolescentes em tratamento de dependência química na comunidade terapêutica Missão Maria de Nazaré, surgiu como uma oportunidade para ampliar o conhecimento desses jovens sobre a questão dos seus direitos, que são frequentemente violados, na tentativa de lhes devolver autoestima e disposição para promover mudanças em suas vidas e na vida de suas comunidades.

DIREITOS HUMANOS

Direitos Humanos são os direitos do homem e da mulher. São aqueles direitos inerentes à pessoa humana, que visam resguardar a sua integridade física e psicológica perante seus semelhantes e perante o Estado em geral, de forma a limitar os poderes das autoridades, garantindo, assim, o bem-estar social através da liberdade, igualdade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação.

A noção de Direitos Humanos é ampla e complexa e relativamente recente na história. Os três tratados fundamentais para a construção da concepção atual de Direitos Humanos são a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datada do período da Revolução Francesa (1789), a constituição da Independência dos Estados Unidos da América, de 1787 e, o mais recente, adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que esta apresenta a noção mais contemporânea acerca dos Direitos Humanos, que podem se distinguir entre direitos de primeira, segunda e terceira geração.

Os direitos da primeira geração ou direitos de liberdade foram os primeiros reconhecidos pelos textos constitucionais e são fruto das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. Compreendem direitos civis e políticos inerentes ao ser humano e oponíveis ao Estado, visto na época como grande opressor das

liberdades individuais. Incluem-se nessa geração o direito à vida, segurança, justiça, propriedade privada, liberdade de pensamento, voto, expressão, crença, locomoção, entre outros. Por outro lado, os direitos sociais, considerados direitos humanos fundamentais de segunda geração, para além dos direitos políticos e individuais, são fruto de outro processo histórico, especialmente das sociedades ocidentais e buscam atender as necessidades materiais dos indivíduos em sociedade. Surgiram após a segunda Guerra Mundial, com o advento do Estado de Bem-Estar Social. São os direitos econômicos, sociais e culturais que devem ser prestados pelo Estado através de políticas de justiça distributiva. Abrangem o direito à saúde, trabalho, educação, lazer, repouso, habitação, saneamento, greve, livre associação sindical etc. Finalmente, os direitos da terceira geração ou direitos de fraternidade/solidariedade são considerados direitos coletivos por excelência e estão voltados à humanidade como um todo. Nas palavras de Paulo Bonavides, são

... direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Têm por primeiro destinatário o gênero humano mesmo, em um momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta (BONAVIDES, 2003, s/p.).

Incluem-se aqui o direito ao desenvolvimento, à paz, à comunicação, ao meio-ambiente, à conservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade, entre outros. Fala-se ainda em uma quarta dimensão, fruto da globalização dos direitos fundamentais, cujo objetivo é o de torná-los universais no campo institucional, quais sejam: o direito à informação, ao pluralismo e à democracia direta.

Apesar de presentes nas legislações de quase todas as nações, ainda hoje observa-se que a materialização plena dos direitos fundamentais se apresenta como um desafio à humanidade. O “Informe anual 2016/2017: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo”, produzido pela ONG britânica Anistia Internacional, revela que o Brasil, mesmo após o fim do período militar (1964-1985), é um país em permanente violação dos direitos humanos. A morte de jovens negros, de homossexuais e pessoas trans, as execuções extrajudiciais, os abusos policiais, a falta de transparência e a vulnerabilidade dos defensores dos direitos humanos em áreas rurais ocorrem livremente, sem que as autoridades tenham

se mobilizado de forma efetiva para mudar o cenário (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

Os jovens brasileiros fazem parte de um dos grupos mais vulneráveis às violações dos direitos humanos. Dados oficiais, bem como diversas pesquisas realizadas por organizações não governamentais espalhadas pelo mundo comprovam essa afirmação. Grande parte desses jovens está privada de direitos básicos como moradia, acesso à saúde, muitos estão fora da escola e inseridos na criminalidade desde muito cedo, estando sujeitos a situações de imobilidade social associadas à pobreza e à miséria, quando não a situações extremas que levam à alienação e, no limite, à morte.

Jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aqueles que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY *et al.*).

Dentre as 56.000 pessoas (em média) que são assassinadas anualmente no Brasil, 53% são jovens, sendo que, destes, 77% são negros e 93% são homens, em sua grande maioria moradores de periferia e favelas, o que coloca o homicídio doloso como a primeira causa de morte entre jovens negros e pobres (FARIAS, 2016). Ainda sobre violência sofrida pelos jovens brasileiros, a PNAD 2009 indicou que cerca de 1,9% dos adolescentes entrevistados entre 12 e 17 anos já haviam sofrido algum tipo de agressão física. Desses, 60% eram negros e 40% brancos. Do total de jovens agredidos, 2,8% dos brancos e 4% dos negros tiveram como último agressor um agente policial ou de segurança privada. Contudo, a grande maioria das agressões foi cometida por familiar ou pessoa próxima. Os dados ainda apontam que muitos dos jovens não chegam a reportar as agressões sofridas à autoridade policial e os motivos variam entre negros e brancos. Enquanto os jovens negros alegam “medo de represália”, “falta de provas”, “não era

importante” ou “não queria envolver a polícia”, os jovens brancos alegam que a “polícia não quis fazer o registro” ou que “não acreditam na polícia” (IBGE, 2009).

As justificativas dos jovens para não denunciar as agressões sofridas se explicam também pela ineficiência dos órgãos públicos em realizar e concluir as investigações no país. Apenas 5 a 8% dos homicídios, em média, são investigados. Ainda, importante observar que parte das agressões sofridas pelos jovens é cometida pela própria polícia e, segundo pesquisa recente da ONG *Human Rights Watch*, “há má vontade do Ministério Público em investigar esses casos [de execuções policiais] e que normalmente as investigações só avançam quando há interesse social e pressão por parte da mídia” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016, s/p).

No que diz respeito ao uso de drogas, novamente temos os jovens como população mais vulnerável. Dados do CREAD-MG (Centro de Referência Estadual em Álcool e Drogas de Minas Gerais) apontam que 86,7% dos dependentes químicos são do sexo masculino e 78,6% se tornaram usuários entre as idades de 5 e 17 anos. Ainda, 49% não concluíram o ensino fundamental. Dessa forma, a partir dos dados coletados pelo órgão entre 2004 e 2016, foi possível concluir que os usuários do estado de Minas Gerais são predominantemente homens, com baixa escolaridade, desempregados e de baixa renda. A grande maioria iniciou o consumo na infância ou adolescência e possui pelo menos um familiar usuário ou dependente (ESTADO DE MINAS, 2017).

Quanto à questão do trabalho e escolarização, a PNAD 2013 apresenta dados que novamente comprovam a vulnerabilidade social dos jovens pobres, especialmente os negros. No ano pesquisado, dos 10,6 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, mais de um milhão não estudavam nem trabalhavam e nem estavam procurando emprego. A maioria desses jovens tinha características em comum: 64,87% são negros, 58% são mulheres e 83,5% são pobres e vivem em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo. No caso dos jovens que só trabalham (cerca de 584,2 mil na semana pesquisada), 70,65% são homens, 61,46% são negros e 63,68% são pobres. Por fim, entre os que conciliam trabalho e estudo, o perfil se repete: maioria do sexo masculino (60,75%), negros (59,8%) e pobres (63,03%). Ainda, os dados da pesquisa apontam que a grande maioria desses jovens não chega a receber um salário mínimo por mês e exerce atividade laboral informal (IBGE, 2013).

Todos os dados apresentados acerca de trabalho, educação e

vitimização demonstram que a promoção de direitos fundamentais como o direito à vida, e dos direitos sociais preconizados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de educação, profissionalização, saúde, esporte, cultura, lazer, e viver em família é o caminho para combater a violência e a criminalidade e garantir a inclusão social. Todavia, o que se observa é a priorização de discussões que visam criminalizar ainda mais os jovens e privá-los de seus direitos, como a proposta de emenda constitucional 171/1993, que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a despeito de somente 0,013% dos 21 milhões de adolescentes brasileiros (PNAD/IBGE, 2012) cumprirem medida socioeducativa de privação de liberdade por atos infracionais análogos ao homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal. Isso indica que os atos reprováveis cometidos pelos jovens brasileiros têm baixa representatividade nos altos índices de violência. Por outro lado, o que se conclui a partir das demais informações aqui citadas, é que parte expressiva dos jovens está desprotegida das políticas públicas e dos direitos sociais básicos dispostos na legislação nacional, e que são muito mais vítimas dos abusos do que autores dos atos de violência.

Recente pesquisa, intitulada “A Formação de Jovens Violentos - Estudo sobre a Etiologia da Violência Extrema”, do sociólogo Marcos Rolim, através de entrevistas realizadas junto a adolescentes que atualmente cumprem medidas socioeducativas e jovens que cumprem penas por crimes violentos e tráfico de drogas nos presídios do Rio grande do Sul, concluiu que a evasão escolar é característica comum entre os adolescentes e jovens entrevistados e que “o treinamento violento” (ROLIM, 2016) preenche o espaço antes ocupado pela educação formal. Dados oficiais do PNAD 2014 confirmam a conclusão de Rolim. Ao mesmo tempo em que 16% dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola (IBGE, 2014), deixando o Brasil com uma das três piores taxas de evasão escolar entre os 100 países do mundo com maior IDH, atualmente, como visto, esses jovens são as principais vítimas de violência no país. Dessa forma, é possível verificar a relação estreita entre evasão escolar e criminalidade, deixando esses jovens ainda mais vulneráveis e sujeitos à violação de toda a sorte de direitos.

Fica claro, portanto, como a vulnerabilidade desses jovens se retroalimenta na medida em que um menor acesso à educação leva a uma maior vulnerabilidade e a maior vulnerabilidade restringe o acesso à educação. Além disso, barreiras que impedem oportunidades disponíveis no campo da saúde, lazer, cultura facilitam

a cooptação desses jovens pelo crime organizado, pois este representa uma alternativa de mobilidade social para os jovens pobres e moradores das periferias das grandes cidades, mesmo expostos aos riscos relacionados à prática criminosa. Para além da questão financeira, os jovens marginalizados buscam no crime organizado uma relação de pertencimento, de participação em grupos sociais que possibilitem que ele saia do anonimato e da indiferença, ou seja,

... a violência e o delito na adolescência suburbana podem ser entendidos como respostas ao desprezo ou à indiferença a que estão submetidos os adolescentes moradores do outro lado da cidade e, neste caso, são manifestações de esperança, pois mesmo que seja por arrombamento, eles buscam inventar outro espaço, outras regras de deslocamento de lugar (OLIVEIRA, 2001, s/p).

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Pesquisa realizada em 2013 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) junto aos jovens que abandonaram a escola apontam que a educação tradicional não tem obtido sucesso em mantê-los estudando e, a despeito do senso comum, o trabalho não é o único motivo pelo qual esses jovens deixaram de frequentar a escola. Entre os demais motivos apontados estão a falta de utilidade prática das disciplinas tradicionais, como física, química e biologia, o baixo uso das tecnologias comuns aos jovens fora do cotidiano escolar, as altas taxas de reprovação e a dificuldade em acompanhar o ritmo da classe e, por fim, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias desses jovens (CEBRAP, 2013).

Portanto, a educação ofertada aos jovens em situação de vulnerabilidade social precisa fazer sentido para eles. Um aspecto relevante da educação que é negado a esses jovens é justamente o conhecimento a respeito de seus direitos humanos fundamentais, pois sua realidade não é a mesma de um jovem de classe média. Enquanto o jovem branco de classe média e alta pode passar a vida toda sem sofrer qualquer ataque aos seus direitos, um jovem em situação de vulnerabilidade vive em permanente violação de seus direitos fundamentais, o que garante a manutenção de seu *status quo*.

As realidades são diferentes. Conhecer química e física perde importância diante das circunstâncias em que eles vivem. Antes das disciplinas tradicionais, é necessário conhecimento sobre sua

humanidade e dignidade, o que, em razão da omissão do Estado, não lhes é ensinado. É necessário compreender esses jovens como sujeitos ativos que, diante das desigualdades sociais e culturais vivenciadas em seu meio social, sejam capazes de construir um modo próprio de se relacionar e transformar suas comunidades e a sociedade em que estão inseridos.

Uma educação em direitos humanos se baseia na necessidade de formação constante de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio da defesa, promoção e vivência dos valores ligados ao respeito, à tolerância, ao reconhecimento, às diversidades (étnicoracial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras), à solidariedade, à cooperação, à paz, à liberdade, à igualdade, ao diálogo, dentre outros, necessários para a construção de uma sociedade mais fraterna. Conforme disposto no PNEDH, a educação é tida como um “direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos” (BRASIL, 2013, s/p).

Nesse sentido, a educação em direitos humanos deve ser ação permanente adotada pelo poder público e pelos gestores educacionais, garantindo aos educandos conhecimento amplo sobre cidadania, democracia e seus direitos fundamentais. Além da conscientização acerca dos direitos, é necessário que eles façam parte do cotidiano desses jovens, de suas vidas e suas práticas diárias. Ampliar o repertório acerca das questões que dizem respeito à violação e à promoção dos direitos humanos é fundamental ao processo de construção de cidadania.

ADOLESCENTES EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O município de Divinópolis, de acordo com os dados do Censo de 2010, possui 213.016 habitantes. Desse total, 40,8% não possuem o ensino fundamental completo (inclusos, nesse percentual, os analfabetos). Apenas 49,11% dos jovens de 18 a 20 anos possuem o ensino médio completo e, entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 68,60% concluíram o ensino fundamental³.

³ Os dados estatísticos apresentados neste trabalho foram colhidos no site www.atlasbrasil.org.br, publicação sob responsabilidade do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. Acesso em 09.05.15.

Embora o município, assim como todo o País, tenha universalizado a oferta do ensino fundamental, não há dados confiáveis acerca da evasão escolar (em torno de 1,49% no final do ensino fundamental). A inexistência de um levantamento socioeconômico da realidade dos adolescentes, bem como a ausência de políticas públicas de acompanhamento dos alunos evadidos não permitem afirmar com segurança dados acerca da realidade desses meninos e meninas. Essa situação foi problematizada pelo Fórum Municipal de Educação de Divinópolis e expressa do Plano Decenal Municipal de Educação 2015-2024, com o apontamento de metas a serem alcançadas no enfrentamento desse problema.

No Brasil, o contato com as drogas começa cedo. O II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) estima que 45% dos usuários de cocaína e crack experimentaram alguma dessas drogas antes dos 18 anos. No caso da maconha, o número chega a 62%. O estudo, realizado em 2012 pelo Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas, indica que 3% dos adolescentes brasileiros já usaram crack ou cocaína e 4% da população nessa faixa etária já experimentaram maconha alguma vez na vida.

Outro fator que contribui para aproximar os jovens em idade escolar das drogas é o fácil acesso. Uma pesquisa do QEDU: Aprendizado em Foco, divulgada em fevereiro de 2013⁴, revela que mais de um terço das escolas públicas brasileiras apresenta tráfico de drogas nos arredores. Uma das consequências desse cenário, apontadas por especialistas que participaram do estudo, é a evasão escolar.

Diante da precariedade das políticas públicas no enfrentamento desse problema, as comunidades terapêuticas, grande parte delas ligadas a grupos religiosos (católicos ou evangélicos), têm se revelado, em diversos municípios brasileiros, alternativas para o tratamento da dependência química para adolescentes. Em Divinópolis, o Projeto Talita Cumi acolhe adolescentes com idade entre 12 e 18 anos incompletos, de ambos os sexos, em duas unidades, num período de nove a doze meses, de forma voluntária, por demanda espontânea. A Comunidade Terapêutica possui uma abordagem ampla de tratamento intensivo através dos serviços de atenção em regime residencial de caráter transitório para uso e abuso de substâncias psicoativas⁵.

⁴ www.quedu.edu.br, acesso em 09.05.15.

⁵ As informações acerca da Comunidade Terapêutica presentes neste projeto foram repassadas pela coordenadora do Projeto Talita Cumi e podem ser verificadas através do sítio www.mariadenazare.com.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) todos os adolescentes têm direito à escolarização e a dependência química não altera essa realidade. Nesse sentido, é preciso garantir ao adolescente envolvido nesse processo a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos ou, o mais comum, a reinserção no espaço escolar. Para um dependente químico, estar dentro da escola é mais do que aprender português, matemática ou geografia – é voltar à rotina de estudos e ser reinserido no contexto escolar que, em grande parte dos casos, há muito foi abandonado. Especialmente para esse público, é essencial que o ensino seja palpável, e que os educadores e educadoras busquem aproximar o conteúdo à realidade do aluno. Além disso, há que se compreender o processo educacional como algo mais amplo que o processo de escolarização.

O Ministério da Educação não possui uma determinação específica para a internação por dependência de drogas. Determina, contudo, que a articulação para que isso ocorra, nesses casos específicos, ficaria a cargo das secretarias municipais e estaduais de educação, que atenderiam à demanda dos centros de internação.

O projeto de extensão “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química: Escolarização e Cidadania”, em execução desde 2015, com apoio do PAEX – UEMG, apresentou a oportunidade de desenvolver junto aos adolescentes internos da comunidade terapêutica Missão Maria de Nazaré essa necessária educação voltada para a ampliação de conhecimentos sobre direitos humanos.

A proposta inicial feita aos adolescentes seria a de apresentar os direitos humanos no âmbito constitucional e, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, após um primeiro encontro, os próprios jovens começaram a sugerir tópicos para discussão. Através de atividades dinâmicas, leitura e produção de textos, buscamos apresentar os conceitos básicos relacionados aos Direitos Fundamentais dispostos na Constituição Federal do Brasil. Os adolescentes se mostraram bastante interessados em conhecer a legislação em vigor no país, especialmente as que protegem os adolescentes. Discutimos também os programas de redução das desigualdades sociais, tais como as ações afirmativas, o Mais Médicos, o Bolsa Família etc.

A leitura dos dispositivos constitucionais que elencam os princípios que regem os direitos fundamentais fez surgir muitos pontos de interesse e foi possível discutir sobre racismo, discriminação em razão de gênero e orientação sexual, entre outros, mas o

que despertou maior interesse foi a questão do Direito Penal. Os adolescentes fizeram muitos questionamentos sobre as experiências vivenciadas por muitos deles, quando do cumprimento de mandados de busca e apreensão pela polícia, ou do cumprimento de medidas socioeducativas impostas a eles, em razão de infrações cometidas antes da internação. Nesse momento, foi possível levantar questões tais como a violência policial, frequentemente vivenciada pelos adolescentes dependentes químicos.

Através de uma dinâmica de grupo em que foram apresentadas frases retiradas das redes sociais, tais como “direitos humanos para humanos direitos”, “direitos humanos é coisa de quem gosta de defender bandido”, “os direitos humanos foram conquistados mediante muita luta popular”, entre outras, os internos foram convidados a expressar se concordavam ou não com as sentenças e justificar sua resposta com base nos conhecimentos adquiridos nos encontros anteriores. Ao final, os jovens compreenderam que, a despeito de terem ou não cometido alguma infração, são sujeitos de direitos e cidadãos que devem participar integralmente da vida em sociedade.

Contudo, foram as produções de textos sobre o tema pelos adolescentes que revelaram a dimensão da exclusão social e marginalização da maioria deles. Os relatos sobre agressões e violência são frequentes. Em comum a todos está o sentimento de esquecimento, de invisibilidade, de não ser visto pela sociedade como sujeito de direitos.

Apesar do curto espaço de tempo, é possível observar que os encontros têm provocado uma pequena mudança. Muitos dos adolescentes já fazem planos para o futuro e dentre esses planos está o de voltar para a escola e encontrar trabalho, como forma de melhorar suas condições de vida.

CONCLUSÃO

Diversas pesquisas realizadas no país nos últimos anos revelam o quão alarmante é a situação de risco social em que vivem os jovens brasileiros. Eles são vítimas tanto da omissão quanto da ação direta do poder público, que além de negar-lhes condições mínimas de dignidade, não lhes garante sequer a vida. Além da violência, que parece atingir de forma mais contundente os jovens que qualquer outra camada da população, o Estado busca cada vez mais suprimir seus direitos fundamentais, através de medidas como o projeto de emenda constitucional que prevê a

redução da maioria penal, a iniciativa “escola sem partido”, o congelamento dos gastos públicos com saúde, educação e outros serviços por vinte anos, as reformas trabalhista e previdenciária, entre outras.

Embora as lutas em defesa dos direitos humanos no Brasil sejam muitas e haja uma pluralidade de bandeiras sendo erguidas por movimentos sociais e sociedade civil organizada, tais movimentos são geralmente limitados a uma elite politizada e não são eficientes no que diz respeito ao engajamento da grande maioria da população, que continua essencialmente marginalizada e alienada.

Através do projeto “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química: Escolarização e Cidadania”, surgiu a oportunidade de apresentar o conteúdo acerca dos direitos humanos aos adolescentes, buscando ampliar sua visão sobre si mesmos, o conhecimento sobre seus direitos e o exercício da cidadania. Na medida em que os adolescentes passam a conhecer e discutir acerca dos direitos que deveriam exercer, mas deles estão sendo constantemente privados, abre-se o caminho para a construção de sua identidade e para a quebra de paradigmas estabelecidos pelo senso comum, que engessam os adolescentes na condição de vulnerabilidade social em que nasceram.

Dessa forma, busca-se dar aos adolescentes os instrumentos para que possam sair da condição de atendidos pelas políticas públicas de assistência e passem a multiplicar o conhecimento construído em suas comunidades, promovendo as mudanças necessárias para enfrentar as desigualdades sociais, os preconceitos e as discriminações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M *et al.*. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe anual 2016/2017: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/relatorio-anual-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20162017/>. Acesso em 17 de julho de 2017.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2003

BORGES, Pedro. *Cracolândia: da Guerra às Drogas ao Genocídio*

Negro. Disponível em <https://ponte.org/cracolandia-da-guerra-as-drogas-ao-genocidio-negro/>. Acesso em 18 de julho de 2017.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: SDH/CNEDH/MEC/MJ/Unesco; São Paulo: SMDHC, 2013.

BRASIL. IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Governo Federal. *PNAD 2009*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 de julho de 2017.

BRASIL. IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Governo Federal. *PNAD, 2012*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 de julho de 2017.

BRASIL. IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Governo Federal. *PNAD, 2013*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 de julho de 2017.

BRASIL. IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Governo Federal. *PNAD, 2014*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 de julho de 2017.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (lei 8.069/90). Brasília/DF, Conanda, 2000.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Kildare Gonçalves Carvalho. *Direito Constitucional*. 13. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 549

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. TORRES, Haroldo da Gama. FRANÇA, Danilo. *Os Jovens e o Gargalo do Ensino Médio Brasileiro*. São Paulo: Seade, 2013. Disponível em: http://64.237.45.166/bv/arquivos/239_artigo.pdf. Acesso em 27 de julho de 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DATASUS. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Óbitos por causas externas - Óbitos p/Ocorrência, por Cor/raça, segundo Faixa Etária (15 a 29 anos), Grande Grupo CID10: X85-Y09 - Agressões, Brasil, 2015. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

EVANS, Sarah. *Crack: Reduzir Danos - Lições brasileiras de saúde, segurança e cidadania*. Open Society Foundations, 2017. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/reports/crack-reduzir-danos/pt>. Acesso em 18 de julho de 2017.

ESTADO DE MINAS. Pesquisa aponta que maioria de usuários conhecem as drogas na infância e adolescência. Publicado em 04

de maio de 2017. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/05/04/interna_gerais,866979/pesquisa-aponta-que-maioria-de-usuarios-conhecem-as-drogas-na-infancia.shtml. Acesso em 26 de julho de 2017.

FARIAS, Lindbergh. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Assassinato de Jovens*. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=1905&tp=4>. Acesso em 18 de julho de 2017.

IHA - ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. Homicídios na Adolescência no Brasil: IHA 2012. SDH/Unicef/Observatório de Favelas/LAV-Uerj. Brasília. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2016: Brasil. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285573>. Acesso em 20 de julho de 2017.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/producao/producao-cientifica/>. Acesso em 26 de julho de 2017.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Direitos Humanos no Brasil 2007. Disponível em: <https://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatorios-portugues/55-direitos-humanos-no-brasil-2007.html>. Acesso em 20 de julho de 2017.

ROLIM, Marcos. *A Formação de Jovens Violentos: Estudo sobre a etiologia da violência extrema*. 1 ed. Rio Grande do Sul: Appris, 2016. SDH – Secretaria de Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. OLIVEIRA, Raíssa Menezes de. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20. Acesso em 27 de julho de 2017.

WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em 18 de julho de 2017.

PARTE II
HISTÓRIA REGIONAL

Paisagem cultural e memória: fragmentos da memória sobre o Largo do Rosário em Divinópolis

João Ricardo Ferreira Pires¹

A modesta reflexão que apresento aqui é fruto das discussões teóricas e metodológicas que a equipe do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD), da qual faço parte, vem desenvolvendo dentro dos campos da memória e da preservação do patrimônio documental da nossa região. De um ponto mais pragmático, é o resultado, em forma de texto, da comunicação que apresentei na abertura da 14ª Semana de Museus organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em maio de 2016, cujo tema era *Museus e Paisagens Culturais*. Além disso, está em diálogo direto com as imagens da exposição *Paisagens e Patrimônios em destruição e reconstrução: o Largo do Rosário*, uma das atividades que apresentamos na referida Semana. Na verdade, gostaria de pensar esse texto como um grande comentário à exposição. Encerrando essa apresentação dos motivos desse texto, gostaria de reforçar que ele faz parte de uma problemática que há muito tempo me angustia: a destruição do patrimônio construído de Divinópolis. Parece-me ser uma sina da nossa cidade: a destruição como signo da modernidade. No caso que analisarei aqui, pelo menos, a destruição foi sendo ressignificada com novos usos.

Com base na premissa do clássico dos estudos sobre a paisagem, o livro *Paisagem e Memória*, de Simon Schama, apresento uma colagem de fragmentos da memória sobre a praça do Mercado antes da construção do próprio, durante o período da Igreja, do Cemitério e do Largo. Pretendo mostrar, tal como Schama, que uma determinada paisagem é um conjunto de lembranças e esquecimentos. Mostrar as várias formas da cultura humana moldando uma determinada região, um determinado lugar, em suma, uma paisagem cultural. Assim, faço um pequeno exercício com o tema da Semana de Museus. Qual é a premissa? “Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetada

¹ Mestre em História UFMG. Professor UEMG Divinópolis. Pesquisador CEMUD.

sobre mata, água e rocha. Tal é o argumento deste livro” (SCHAMA, 1996, p. 70). Tal será nosso argumento: o Largo do Rosário e seu entorno são o que as memórias e as práticas que se ocupam daquele espaço dizem. O Largo, antes de ser ruas e construções, é cultura.

Mesmo que a obra de Simon Schama aprofunde a percepção cultural, as memórias de uma paisagem natural, ele nos serve como base conceitual, pois as camadas de memória, as várias manifestações culturais também estão presentes nas paisagens urbanas, nas praças e lugares de convivência social, como é a paisagem em questão aqui. Além disso, o que faz Schama é escavar a história e a memória de várias regiões da Europa atrás dos sentimentos, percepções, representações a respeito das florestas, dos rios, das montanhas. Guardadas as proporções e o largo marco temporal de Schama, é o que farei com uma paisagem cultural divinopolitana.

Outra referência complementar a Schama é o texto *O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG*, da professora Batistina. Mais que uma referência, sem esse texto não existiria o meu. Dele tirei vários dos trechos aqui apresentados. Dele tirei o *insight* de apresentar uma determinada paisagem urbana e as várias camadas de significações, ocupações, memórias, silêncios que ela traz na sua própria morfologia. Ou seja, as paisagens culturais e como se dão as várias experiências dos grupos humanos que passam, ocupam, se relacionam com a paisagem. Mas vamos a algumas definições do que seja paisagem e do que seja paisagem cultural.

Tomemos a geografia como exemplo por ser campo de estudos muito relacionado com a noção de paisagem. Poderíamos escolher a história da arte e analisar a longa tradição de pintura de paisagem e seus desdobramentos sociais. Poderíamos escolher a sociologia, a antropologia das paisagens. Poderíamos escolher a geologia, a arqueologia, a história das paisagens. São muitos os campos que se aventuram a entender as paisagens. Escolhi a geografia nesse ponto para diversificar meu olhar de historiador, para produzir em mim mesmo e, quem sabe no leitor, uma mudança de perspectivas teóricas, uma mudança nas possibilidades heurísticas da análise de um tema.

Há, nos estudos geográficos, uma área chamada geografia cultural que, penso, nos habilita profundamente a entender a relação entre natureza e cultura, entre as formas sociais e culturais e sua expressão no ambiente natural. Fornece elementos para rompermos com os dualismos da nossa tradição ocidental que, para se perpetuar e manter sua autoimagem, precisou produzir uma

separação brutal entre o que é natural do que é cultural, como se fossem opostos. Temos aqui uma questão filosófica, sociológica, histórica profunda que não discutirei, pois não é do escopo desse texto. Mas era preciso dizer, pois o conceito de paisagem cultural, para ser operatório, pressupõe que não há essa separação brutal, que as transformações culturais deixam marcas na paisagem natural.

Dentro desse campo da geografia cultural há um estudo, publicado pela primeira vez em 1925, intitulado *A Morfologia da Paisagem*, de Carl O. Sauer, que virou a referência fundamental no nascedouro desse campo de estudos por conter uma definição cultural do que seja uma paisagem geográfica. Uma de suas definições de paisagem, que para ele é um meta-conceito da geografia:

Paisagem é o equivalente inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente, e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo, físicas e culturais (SAUER: 2004, p.23).

Dois importantes livros que fazem parte de uma coleção de publicações de geografia cultural nos orientaram nesse trabalho. Além disso, são referências importantes na discussão conceitual de paisagens, bem como estão na lista bibliográfica elaborada pelo IBRAM para a 14ª Semana de Museus. São eles: *Paisagem, tempo e cultura* e *Paisagem, Imaginário e Espaço*, ambos organizados por Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. São de uma importante coleção de Geografia Cultural e trazem vários aspectos dessa questão da paisagem, da apreensão e uso da paisagem pelos homens hoje e durante toda a história. Do primeiro, por exemplo, retiramos algumas noções: a ideia da paisagem como marca e como matriz, como marca, símbolo de uma dada sociedade, como matriz dos esquemas de percepção e organização do mundo, numa palavra, como matriz geradora de uma dada cultura. A paisagem não é apenas cultural, ela estrutura uma dada cultura. Ainda do primeiro livro temos as várias discussões sobre o que caracteriza uma paisagem como símbolo, como se apresenta essa simbolização e como ela pode ser interpretada e vivenciada. Questões importantes quando tomamos a paisagem aqui em questão como uma experiência cultural. Do segundo livro, é importante chamar

atenção para a noção da imaginação das paisagens, ou seja, para que uma dada região física, um dado lugar material se torne um objeto cultural é preciso que ele seja imaginado pelas pessoas que o usam, o ocupam. Dessa forma, a questão da imaginação social conforme discutido pelas ciências sociais se torna um conceito operatório para demonstrar o cultural nas paisagens físicas. Desse segundo livro, temos também a discussão sobre o sujeito que constrói a paisagem, que as paisagens são culturais apenas e quando determinados sujeitos a organizam dessa forma

Nossa paisagem aqui – o Largo do Rosário – está pensada no entrelaçamento entre as dimensões simbólicas (as crenças e sentimentos de quem por lá passava) e a histórica (as mudanças, tanto físicas quanto culturais, de 1850, quando foi construída a igreja, até 1957, quando foi destruída). Sem esquecer que isso tudo altera a morfologia desse lugar. O espaço físico não é obra apenas da natureza indeterminada, mas obra, também, das culturas determinadas. O Largo do Rosário é aqui pensado como uma cena, como uma unidade visual que traz consigo todo um aparato cultural e da memória. “A paisagem, de fato, é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual” (CROSGROVE, 2004, p. 98)

O local está intimamente ligado à festa do Rosário e à sua igreja construída em 1850, pois a matriz já não comportava essa festa.

As paisagens não existem a priori, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade. Em diferentes períodos históricos, o olhar lançado sobre o meio elege e inventa paisagens em uma construção social que não cessa. Por meio da habilidade humana, a natureza é transformada em objetos culturais. O que a natureza sugere, o imaginário social traduz e transforma em artefatos (Pereira Leite, 1998: 56). (LUCCHIARI: 2001, 22)

Como a imaginação da população divinizopolitana, principalmente de seus grupos socialmente desfavorecidos, transformou o Largo do Rosário em paisagem cultural? Como transformou a paisagem urbana de pedras, ruas, casas, na memória dos cheiros, das danças e orações do Rosário, dos namoros na praça, no abandono do prédio da Igreja e várias outras desse novelo sem fim? Como passamos do material, da forma arquitetônica, para as práticas culturais inscritas nessa forma? Como opera a imaginação social nesse caso? O que foi lembrado e o que foi esquecido?

Encerrando essa parte conceitual, não podíamos deixar de fora

a definição estatal-institucional. O IPHAN, na luta pela preservação, criou a chancela de paisagem cultural em 2009. Instrumento diferente do tombamento e do registro. Conforme os documentos legais de criação, “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Com base nesses pressupostos da geografia cultural, da história das paisagens e nos textos legais da preservação da paisagem cultural escavamos a memória do Largo do Rosário. Memória que demonstra como esse determinado lugar se tornou uma paisagem cultural da nossa cidade. Vamos, então, ao palimpsesto da memória, aos fragmentos da cultura humana que tornam o Largo do Rosário uma paisagem cultural divinopolitana, citados do texto da professora Batistina e de outros.

Segundo os comentários das pessoas mais antigas, nascidas e criadas aqui (...) em 1850 já se homenageava a N.S. do Rosário, protetora dos negros cativos, no grande largo da igreja. Januário Rocha, torneiro mecânico, já um antigo aposentado da também antiga E. F. Oeste de Minas, viveu mais de cem anos, foi por muitos anos capitão dos moçambiqueiros aqui em Divinópolis e nos contava belas histórias do passado desta terra, mais precisamente aquelas relacionadas à Oeste de Minas, Reinado e à igreja do Rosário. Então, dizia ele: os festejos de N. S. do Rosário eram abrilhantados pelos blocos dos marujos e pelos moçambiqueiros, formados naquele tempo exclusivamente por dançarinos da raça negra porque a festa era uma homenagem dos negros a N. S. do Rosário. Atualmente, todo mundo entra na dança de Reinado sem distinção de raça, cor, sexo ou idade. Naquele tempo passado, há muitos anos, os uniformes dos foliões eram rigorosamente impecáveis, instrumentos bem afinados, sanfona de oito baixos, reco-reco, tambores ou caixas, violas e gargantas afinadas para duetar uma boa cantoria. Ao redor da igreja foi reservada uma grande área de terra chamada de Largo do Rosário, para no futuro ser organizada uma grande e majestosa praça que receberia o mesmo nome da igreja: Praça do Rosário. Mas, muitos anos se passaram e a organização da praça não aconteceu.” (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho à professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Marquemos com esse depoimento da memória que as festas do Rosário já eram feitas antes de 1850, que é quando começou a se organizar para a construção da Igreja. Além, é claro, do tom saudosista que a memória quase sempre professa quando é algo que lhe toca. É quase unânime que as memórias que temos registradas tomam a festa do Rosário como algo que vem perdendo seus valores tradicionais. Essa é sempre uma questão importante a se tratar: como os sentimentos pessoais dos depoentes alteram e conformam tanto o conteúdo quanto o estilo das memórias. Portanto, encontraremos sempre nas memórias um certo tom de lamúria, de desabafo perante as mudanças que a história produz. É como se marcar, falar de uma memória fosse uma vingança contra a história, contra aquilo que a história, com o passar dos anos, vai sempre destruindo.

Os negros eram enfeitados pelos seus senhores e os fazendeiros tinham gosto em ver os seus escravos dançando em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. (...) Começavam as danças dentro da igreja: congo, catupé etc. Às vezes, saíam em volta da igreja, visitando os festeiros, para se alimentarem ou para ganharem presentes. À tardinha, uma mesa era posta dentro da igreja, onde se assentavam à sua volta, o Vigário, o Capitão da Mesa e os festeiros eleitos para aquele ano e começava-se a leitura das dádivas. (...) Se um fazendeiro desse uma quantia maior para Nossa Senhora do Rosário (...) seu nome ia ser gritado pela voz do Vigário. (...) Neste momento, havia gritos, vivas, o sino repicava, os negros dançavam e lançavam desafios pelos feitos de generosidade de seus senhores e o padre, sorridente, agradecia (...) (AZEVEDO & AZEVEDO, 1988, p. 45/46)

Segundo a memória popular, portanto, pelo menos desde 1850, havia manifestações religiosas e sociais ligados à comunidade negra (escravos e livres) na atual Praça do Mercado. Não podemos aqui desenvolver e nem temos elementos ainda para isso, mas ficam algumas perguntas: como nos negros livres e libertos ocupavam esse espaço? Quais são os elementos culturais negros presentes nessas festas? Poderíamos afirmar ser o Largo do Rosário, naquele tempo, uma daquelas tantas Áfricas existentes nas cidades coloniais e imperiais, locais quase que livres do mando senhorial, locais de expressão da agência dos que legalmente e culturalmente não deveriam tê-la? Ou ainda, o que faziam os negros naquele lugar para além das suas festas religiosas? O que

escondiam da vida cotidiana dos negros do passado esse lugar? Revoltas individuais ou coletivas foram tramadas naquele lugar? São perguntas que poderiam enriquecer a historiografia cultural da escravidão na nossa localidade. Fica como sugestão de pesquisa.

E, o cemitério, o que dizem os fragmentos da memória?

Em 1875, o pequeno e único cemitério do adro da Matriz do Divino Espírito Santo já não comportava mais os constantes sepultamentos. O Padre Paulino, de comum acordo com os órgãos competentes e com o povo, decidiu construir o segundo cemitério na Praça do Rosário, isto é, no largo do Rosário, ao lado da igreja. Convocou o povo em geral para a luta e numa batalha acirrada entre homens, mulheres e crianças baldeando pedras nos ombros e na cabeça, sendo as maiores, mais pesadas, no carro de bois, conseguiram em pouco tempo construir os muros do novo cemitério com pedra seca empilhada, que recebeu o nome de cemitério do Rosário. O cemitério novo, a exemplo do velho, passou também a pertencer à matriz e administrado pelos padres da paróquia principal, como era de praxe naquele tempo, creio que pelo menos em toda Minas Gerais. Esse cemitério permaneceu ativo por um pouco mais de cinquenta anos e inclusive suportou a gripe espanhola de 1918 que levou para o seu interior centenas de corpos abatidos pela cruel epidemia. Em 1925, já bem povoado pelos túmulos de obra de arte, reduziu consideravelmente o espaço de terra destinado às sepulturas baixas para a pobreza. Nestas circunstâncias só teria vaga garantida aos proprietários dos túmulos. (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho, a professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Desse depoimento ficamos sabendo a organização para a construção do cemitério, ficamos sabendo das disputas sociais por espaços no cemitério. É preciso lembrar que o local do sepultamento tinha uma importância cultural muito maior na sociedade oitocentista.

Os frades franciscanos chegaram aqui em 1924 e assumiram a paróquia até 1944, quando foi inaugurado o Convento de Santo Antônio. E eles, sem outra alternativa viável para resolver o problema grave dos cemitérios, foram ao Prefeito Sr. Olímpio Moreira Vasconcelos pedir providências urgentes no sentido de construir o 3º cemitério,

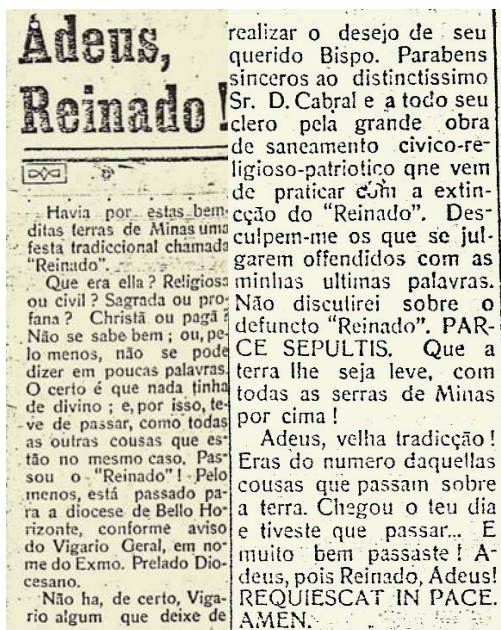
ainda em 1925. As obras foram iniciadas no fim do ano de 1925 e ficaram concluídas no início de 1926 do que hoje tem o nome de cemitério do Centro. Quem construiu o cemitério foi um pedreiro de nome José Nogueira, e durante os trabalhos ele sempre dizia aos colegas que ele seria o primeiro corpo sepultado naquele cemitério. No dia da inauguração, após os festejos e os bate papos dos puxa saco, José Nogueira suicidou e foi realmente o primeiro sepultado no cemitério que ele mesmo acabara de construir. A partir dessa data, o cemitério do Rosário só aceitava o sepultamento de quem fosse proprietário de túmulo. Mas, com o decorrer dos anos ele foi ficando de certa forma, meio desprezado. Alguns moradores da circunvizinhança foram carregando as pedras dos muros para fazer alicerce de barracão e quando o padre deu por fé, o cemitério estava no aberto. Foi construída uma cerca de arame farpado no lugar do muro, para evitar que as sepulturas fossem pisoteadas e os túmulos derrubados pelos animais que pastavam livremente nas ruas da cidade." (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho a professora e pesquisadora Batinista Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Dessa passagem, gostaria de retirar a informação que o cemitério foi ficando desprezado. A memória sobre o lugar diz que aos poucos ele foi sendo abandonado, desprezado e que quando da sua destruição total, em 1957, já estava em ruínas. Seria esse desprezo uma metáfora do desprezo geral da sociedade pelos escravos? Seria esse desprezo obra de quem? Dos que antes ocupavam e faziam suas festas ali, do poder público que deveria zelar pelo local? Ou ainda, seria fruto da especulação imobiliária que produz grandes espaços desvalorizados para depois poder comprá-los e fazer construções que sejam depois revalorizadas? Não tenho a resposta, mas fica também, como uma possível ideia de pesquisa: o que levou o Largo do Rosário e seu entorno perder valor simbólico e material? Agora, vamos dar um salto cronológico e sair do século XIX e ir ao início do XX.

Durante as primeiras décadas do século XX houve forte campanha da Igreja Católica contra toda manifestação com ascendência africana com base numa luta para, segundo os termos da época, purificar o catolicismo. Tal processo culminou em forte perseguição às festas do Rosário. Com apoio da polícia e das elites, provocou uma marginalização dessas culturas, mas nunca o seu

desaparecimento, o que pode ser constatado pela prática ainda constante. Na sequência, apresento trecho das cartas do bispo Cabral e matérias de jornal que falam sobre esse período. Não temos como qualificar como ficou a ocupação cultural do Largo do Rosário durante esse período, mas levando em conta que todos dizem que a igreja e o cemitério do Largo estavam abandonados quando da sua destruição é possível inferir que a marginalização da festa tenha também atingido sua paisagem. Mas é apenas uma hipótese.

Pelo correio, sem saber a procedência, recebi o programma incluso no que se dão pormenorizadamente todos os detalhes da Festa do Rosário em Divinópolis! Este programma está em flagrante e provocante desrespeito às determinações dos Srs. Arcebispos desta província eclesiástica embora ali se façam menção de confissões e (comemorações?) “aos chamados Reis, Rainhas, príncipes e princezas do Rosário”, as festas religiosas de permeio com as festas de rua, tudo isso não passa de um desfarce com que ahi se desrespeita acintosamente as determinações da autoridade eclesiástica! Rogo a V. Rcia uma explicação se é possível encontra-la para semelhante desprezo da autoridade nesta parochia confiada ao zelo dos queridos Padres Franciscanos. (...) tenho tentado até ao sacrificio para separar (?) o culto religioso destas extravagâncias que se não poderão mais justificar no seio de uma população culta e sinceramente religiosa. Desta attitude não me afastarei jamais. Espero encontrar nos nossos caros vigários os dedicados cooperadores da minha acção e não os fermentadores de festas como esta em inteira desharmonia com a orientação seu humilde Prelado. Haveremos de combinar do conjunto de medidas para que tais abusos se não repitam e para que os nossos caros Padres Provincianos sejam apresentados como modelo de acatamento e submissão ao seu obscuro arcebispo. (DIVINÓPOLIS. Arquivo do Santuário de Santo Antônio. Carta de D. Antônio do Santos Cabral a Frei Rodrigo. 21 de agosto de 1927) Retirado de: LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290)



JORNAL O CLARÃO – Órgão Oficial da União dos Moços Católicos. “Adeus, Reinado!”. Divinópolis, aprox. jul. 1923. Fonte: Museu Histórico de Divinópolis. Divinópolis, M.G. Retirado de: LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290)

Chegando ao final da nossa viagem pela memória e paisagem divinopolitana, vamos ao período da destruição do Largo conjuntamente com a igreja e o cemitério para dar lugar ao Mercado Municipal. O antigo dando lugar ao novo. Só não podemos esquecer que na modernidade o que é novo rapidamente se torna antigo e o Mercado também viveu seu período de esquecimento. E, ao que parece, vive um momento de revalorização.

Nossa paisagem cultural, portanto, é um rico mosaico para a questão da destruição, reconstrução dos patrimônios, um dos temas que quisemos realçar na Semana de Museus. Que esse modesto exercício sirva para nossa reflexão sobre como podemos usar e preservar nossas paisagens sem que necessariamente congelemos a cena, encerremos toda a diversidade patrimonial em apenas um aspecto. Que o Largo do Rosário que teve tantas e diversas vidas continue a nos lembrar que o tempo passa, mas as culturas podem permanecer.

Em 31/01/1955 tomou posse como prefeito eleito pelo povo, o Engenheiro Dr Luiz Fernandes de Souza. De imediato ele projetou a construção do primeiro mercado municipal de Divinópolis e o local ideal seria sem dúvida a Praça do Rosário onde estavam implantados o cemitério e a igreja, ambos já bem velhos, em ruínas. Na certa, estes dois elementos históricos iriam ser demolidos e eu ouvi comentários que o prefeito Dr. Luiz ofereceu lote de graça no cemitério novo aos proprietários de túmulos no cemitério velho do Rosário para construção de túmulos novos e trasladar os restos mortais dos seus familiares. E o prefeito Dr. Luiz deu início às obras de construção do mercado, creio que em 1956. O trator estava demolindo os túmulos e o Sr. Bernardino Machado foi chegando com um sanfonão de oitenta baixos, sentou-se no barranco e ficou ali olhando o trator derrubar túmulos e revirar sepulturas. Quando o trator mandava pro ar o solado de uma botina velha, ele chorava em voz alta e dizia: meu Deus do céu, é a botina do meu pai. Quando arancava um crânio, um osso do braço ou da perna, ele chorava e dizia: esses ossos são do meu pai. Coitadinho. Bernardino chorou, chorou muito e depois sentou o dedo no sanfonão e tocou valsas sentidas do Zequinha de Abreu. Finalmente, ele dormiu debruçado sobre a sanfona e naquela respiração profunda, o som acompanhava o ritmo da respiração, fazendo: fom, fom, fom, fom. A igreja de N. S. do Rosário teve o mesmo fim do cemitério. Os marginais e vândalos arrombaram as portas e faziam da igreja um verdadeiro motel, praticavam ato sexual na presença das imagens dos Santos. Um determinado dia, um dos vigários da Matriz do Espírito Santo flagrou um soldado da polícia militar, com uma virgem menor de idade dentro da igreja, comunicou o fato ao comando e o soldado foi expulso da corporação e o pai da menina ainda fez o casamento deles na marra. E o fim da igreja foi mesmo a demolição. (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho à professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992)

Antigos moradores de Divinópolis contam uma história de que, em um certo dia, um soldado seduziu uma mulher dentro desta igreja, e esta foi excomungada e ficou anos abandonada, até que em um certo dia o Dr. Luiz Fernandes de Souza, engenheiro da Prefeitura, mandou que ela fosse

demolido juntamente com um cemitério que existia ao lado para a construção do mercado municipal. A demolição desta igreja e principalmente do cemitério provocou muita polêmica aos moradores de Divinópolis, porque os restos mortais que existiam neste cemitério foram transportados para outros cemitérios e os parentes e amigos destes falecidos não aceitavam de maneira alguma a ideia de transporte destes corpos. O Cruzeiro foi uma lembrança das missões de 1875 colocado no Largo do Rosário, local onde se situavam o cemitério e a Igreja do Rosário. O Cruzeiro foi retirado depois da demolição da igreja e cemitério. (Texto sem autoria no acervo do Museu Histórico de Divinópolis. Retirado do texto: O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG)

Para concluir quero reforçar que tal reflexão é bem inicial, que não pretende esgotar as possibilidades conceituais com o Largo do Rosário, ela foi sim um comentário, como disse antes, sobre a exposição na Semana de Museus. Muitos pontos ficam por desenvolver. Muitos pontos foram apontados no próprio texto para serem desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Francisco G. & AZEVEDO, Antônio Gontijo. *Da História de Divinópolis*. Divinópolis, 1988.
- CORGOZINHO, Batistina M. de Sousa. O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG. In: CORGOZINHO, Batistina M. de Sousa; FERREIRA, José Heleno; ARRUDA, Lúcia Maria Silva. *História e Memória do Centro-Oeste Mineiro 4: cidades centenárias: desenvolvimento regional e inclusão social*. 1 ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2013, p. 54-94.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. *Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião*. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290.
- SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto

Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 12-74.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf.

O *DOPS* em Divinópolis: repressão ao comunismo na década de 40

Carlos Martins Versiani dos Anjos¹

Charles Ishimoto Aquino²

Encontra-se disponível sob a guarda do Arquivo Público Mineiro uma rica e diversificada documentação do *Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG*, que permite municiar melhor as investigações sobre o embate político-ideológico da década de 1940 no município de Divinópolis, principalmente no que se refere à repressão ao antigo *Partido Comunista do Brasil* (PCB). Diante da vasta documentação, agora liberada pelo Estado, nosso olhar de investigadores pode percorrer os passos que a polícia especial do *DOPS/MG* então realizou, no processo repressivo desencadeado contra o comunismo e o *Partido Comunista do Brasil*. No acervo estão documentos como: correspondências policiais; correspondências pessoais de operários; relatórios sobre a Rede Ferroviária Mineira de Viação e sobre o Partido Comunista do Brasil; descrições de ações da Liga Anticomunista; jornais e panfletos da época; registros de propagandas políticas; depoimentos de profissionais liberais, entre outros. Investigamos esse processo político ocorrido em Divinópolis com base na documentação disponibilizada pelo *Arquivo Público Mineiro*, procurando contribuir para o resgate da Memória e da História política do Centro Oeste Mineiro, no final da primeira metade do século XX.

¹ Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1989). Professor universitário desde 1995, lecionando principalmente na área da História e da Cultura Brasileira. Atualmente, é professor da UEMG- Divinópolis e professor substituto do Departamento de História da UFMG. Tem vários artigos publicados em revistas científicas.

² Graduando em História UEMG/Unidade Divinópolis. Pesquisador em arquivos de documentação contemporânea do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG Pesquisador do Arquivo Histórico de Pitanguí MG, trabalhando com a leitura paleográfica; a organização, catalogação e conservação; o tratamento e divulgação de documentos dos séculos XVIII, XIX e XX.

O Brasil da década de 40 foi um período conturbado politicamente. Ao mesmo tempo em que o trabalhismo e o sindicalismo se desenvolviam atrelados aos braços do Estado Getulista, crescia a participação popular na política a partir de partidos organizados, sindicatos e associações independentes. No ano de 1946, já sob o governo Dutra, panfletos da *Liga Anticomunista de Divinópolis* são distribuídos nas ruas da cidade, anunciando o “inimigo” nacional. Estes impressos ilustrados carregavam avisos divulgando a

...guerra sem quartel ao comunismo e seus exércitos de bandidos, salteadores, assassinos e violentadores de mulheres indefesas e honestas (...) não é possível o povo desta cidade permitir jamais que esses imundos comunistas espancadores de representantes diplomáticos da Pátria, sujem nossas praças públicas com suas babas peçonhentas, em propaganda desagregadora dos costumes e da fé religiosa do brasileiro.³

Nesse período, inicia-se uma violenta perseguição aos comunistas divinopolitanos. Uma agressiva querela panfletária era distribuída pela *Liga Anticomunista de Divinópolis* por toda a cidade, para tentar impedir o progresso do partido no município, sempre trazendo, ao final, os seguintes dizeres: “Viva o Brasil! Morra o Comunismo!”⁴ A polícia do DOPS⁵ esteve presente nestes acontecimentos, realizando relatórios, investigações e acompanhando o quadro político, tendo como suporte a polícia local do município.

³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem 64 – Panfleto. Assina o panfleto o autoproclamado “Anti-Comunista Número Um”, Diaulas Ferreira.

⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem 65 – Panfleto.

⁵ O serviço de polícia política do Estado de Minas Gerais remete ao ano de 1927 a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. Este órgão possuía como principais atribuições a manutenção da ordem pública, a garantia dos direitos individuais e a investigação de crimes contra a vida e a integridade física. Após sua extinção, em 1931, as funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político foram transferidas para a Delegacia de Ordem Pública (DOP). No ano de 1956, a antiga delegacia deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), que tinha como atribuições gerais a prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social; a fiscalização do fabrico, importação, exportação, comércio e uso de armas, munições, explosivos e produtos químicos; a fiscalização das estações ferroviárias, rodoviárias e aeroportos, além da expedição de salvo-conduto em caso de guerra. “ APM, Fundo DOPS. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=19.

Com todas as dificuldades, o *Partido Comunista de Divinópolis* tentava criar espaços para o debate ideológico, acompanhando o envolvimento crescente do povo nos movimentos políticos, com a ocupação nas ruas, passeatas, comícios e manifestações revolucionárias; um sentimento de resistência e mudança pairava entre as pessoas. Com a deflagração do processo eleitoral e a instalação da Assembleia Constituinte, em 1946, o PCB ganhava espaço político e se fortalece. No dia 23 de dezembro daquele mesmo ano, às 20 horas, foi realizado em Divinópolis um comício do *Partido Comunista do Brasil*, na Praça da Estação, tendo como representante maior do PCB no evento o deputado João Amazonas, candidato dos trabalhadores cariocas ao Senado Federal. Neste comício, além do deputado, estavam presentes Armando Ziller, presidente do Sindicato dos Bancários e candidato a deputado estadual; Roberto Carneiro, Engenheiro da Rede Ferroviária; o professor Fábio Teixeira, também candidato a deputado estadual por Divinópolis; os quais iriam discursar sobre vários problemas tais como:

...as péssimas instalações sanitárias das oficinas da Rede, as suspensões arbitrárias e injustas impostas aos ferroviários, o pagamento dos domingos, dias santos e feriados, a falta de pagamento do Abono Família, a falta de leite aos soldados, a falta de água, as feiras livres, a carestia da vida, a distribuição de terra aos camponeses, a libertação de nossa indústria do capital financeiro colonizador e vários outros, entre os quais o Abono de Natal.⁶

A tentativa de obstruir o comício era realizada por meio de discursos e panfletos, pelo então autodenominado anticomunista “Número Um”, senhor Diaulas Pereira, que neste caso não lograva êxito. Alertado da vinda de reforços policiais para “garantir as imunidades parlamentares a João Amazonas”, trazendo “ordens severíssimas para evitarem a perturbação da ordem no comício”, Diaulas Pereira avisa aos amigos e correligionários para não comparecerem naquele dia ao local do comício dos “desprezíveis comunistas”, mas convoca uma reação: “Infelizmente não é possível demonstrarmos a nossa repulsa pelos vermelhos inimigos de Deus e da Pátria. Faremos em dia a seguir uma demonstração contra essa corça desagregadora”.⁷

⁶APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 67 – Panfleto.

⁷APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 69 – Panfleto.

O comício fora realizado, portanto, pelo Partido Comunista, sem ocorrências de impedimento ou agressões. Já no início do ano de 1947, no dia 14 de janeiro, às 19 horas, seria realizado outro comício do PCB, num coreto de praça no centro da cidade, novamente com a presença de Fábio Teixeira e Armando Ziller, ambos candidatos a deputado estadual por Divinópolis. Ao iniciarem o comício, os oradores se viram impedidos de continuar, pois pedras e bombas foram lançadas no local; um dos agressores, “Sebastião de Oliveira, mais conhecido por Sebastião Cabeçudo”⁸, foi detido e levado para a delegacia da cidade. Ao ser interrogado, o agressor confessou ser do movimento Integralista, partido que, àquela época, liderava no Brasil os movimentos contra o Partido Comunista, se apresentando, na retórica e nos símbolos utilizados, bem próximo aos partidos nazifascistas europeus.

Nessa atmosfera política, os militantes do *Partidão*, como era então chamado o Partido Comunista, também reagiam aos ataques panfletários dos anticomunistas, distribuindo papéis para a população explicando quem eram e o que propunham para o governo, alegando que havia sido construída toda uma distorção negativa do partido e de seus integrantes. Estavam convencidos que não iriam se intimidar por ameaças “fascistas” e que estariam lutando pelos direitos do povo, agindo corretamente diante da Lei e seguindo a linha da ordem e tranquilidade.

A Guerra Fria avançava no país e argumentos inflamados em defesa da segurança nacional alegavam que os comunistas eram uma ameaça e trariam o caos ao país. Em consequência desses discursos e da aliança de setores políticos, econômicos e militares, o *Partido Comunista do Brasil* teve seu registro cassado no dia 7 de maio de 1947. Mas a proibição e a repressão que se seguiu, não impediram e nem fizeram calar as vozes nas ruas de Divinópolis; o povo que se mostrara adepto ou simpatizante das ideias comunistas considerava as atitudes do Governo um golpe à democracia e à liberdade de expressão. A propaganda comunista continuaria, mesmo clandestina, na tentativa de criar novos espaços para o debate político.

No ano de 1949, no dia 22 de fevereiro, o Delegado Adjunto de Polícia, Sr. Abel Jacinto Ganem Júnior, recebia na delegacia o senhor Luiz Gonçalves da Fonseca Silva, alfaiate, residente à Rua Goiás, número 547, para ser interrogado e prestar declarações

⁸.APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 59 – Serviço de Investigações – Controle.

referentes a uma encomenda que estava endereçada à sua alfaiataria, a qual, antes de seguir ao seu destino, fora apreendida pela polícia. O material tinha sido levado à delegacia de polícia da cidade e, aberto o pacote, descobriu-se que eram boletins considerados subversivos. Natural da cidade de Itaúna, Luiz Gonçalves da Fonseca Silva, ainda no interrogatório, reconheceu que havia recebido e que recebia ocasionalmente os boletins, que eram do Jornal do Povo, de Belo Horizonte, mas declarou que

...não é comunista fichado e nem pertence a nenhum núcleo, pois já não existe nenhum; que é simpatizante do comunismo e que tem ideia do ideal comunista; que não acha ser o comunismo tão prejudicial ao nosso país, pois se em outros países não vem sendo prejudicial, nem tanto poderá ser no nosso.⁹

Conforme depoimento do alfaiate, quem recebera em mãos a dita mercadoria, na sua alfaiataria, foi o empregado José de Oliveira; mas o destinatário final, aquele responsável pela distribuição dos boletins, seria José Sanches, residente na cidade, ferroviário da Rede Mineira de Viação, antigo secretário da “Célula Comunista” de Divinópolis.¹⁰ No mesmo dia, seriam interrogadas então as duas outras pessoas citadas na declaração de Luiz Gonçalves: o ferroviário José Sanches Ferreira e o empregado José Sebastião de Oliveira. Ao ser interrogado, Sanches disse que era ferroviário da Rede Mineira de Viação da cidade de Divinópolis há mais de trinta anos e que exercia também o cargo de escriturário. Sanches declarou que:

...vinha fazendo a distribuição do Jornal do Povo, nesta cidade, até antes de ser o mesmo empastelado; que era o encarregado da distribuição do dito jornal nesta praça; que de fato vem recebendo alguns jornais e boletins por intermédio de Luiz Gonçalves.¹¹

Todavia, o declarante isentou o alfaiate Luiz Gonçalves de qualquer trabalho de panfletagem, afirmando apenas que o conhecia e que o mesmo simplesmente recebia os boletins, pela razão prática

⁹APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 18,19 – Termo de Declarações, Folha nº 5.

¹⁰ Ibidem.

¹¹APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 22, 23 – Termo de Declarações, Folha nº 7.

de ser a sua alfaiataria vizinha ao Correio. Sanches afirmou ainda que, enquanto secretário da Célula Comunista, quando o partido estava na legalidade, era responsável pela distribuição dos boletins, mas que hoje não exerceria mais esta atividade.¹² Já no interrogatório de José Sebastião Oliveira, natural de São Gotardo, o mesmo confirmou que trabalhava como alfaiate, empregado de Luiz Gonçalves, desde o ano de 1943, e que

...há bem tempo Luiz Gonçalves da Fonseca Silva, vem recebendo boletins e cartas de Belo Horizonte, correspondências estas que são procuradas na alfaiataria pelo ferroviário José Sanches, que as correspondências e boletins são entregues mesmo por Luiz ao senhor Sanches; que também algumas vezes, de ordem de Luiz Gonçalves, entregou embrulhos de boletins a José Sanches.¹³

José Sebastião disse não saber se seu patrão teria ideias comunistas e que naquele dia “recebeu dois amarrados de boletins”¹⁴ na própria alfaiataria, colocando-os embaixo do balcão, conforme tinha o costume. Mas que o delegado, ao chegar, fez a apreensão dos boletins e realizou a detenção de Luiz Gonçalves. O declarante ainda disse que recebera várias vezes boletins no próprio estabelecimento de trabalho, sendo estes depois entregues a Sanches. Afirmou que os papéis sempre vinham com conteúdos escritos falando sobre greves na cidade de Lafaiete e na Rede Mineira de Viação em Divinópolis.

O Delegado Adjunto Abel Jacinto Ganem Júnior, após interrogar Luiz Gonçalves da Fonseca Silva, José Sanches Ferreira e José Sebastião de Oliveira, realizou um relatório qualificando o material apreendido de “boletins subversivos”¹⁵. Relatou também que somente foi possível a realização da operação de apreensão do pacote devido às informações fornecidas pelo chefe dos Correios e Telégrafos, o senhor José Jorge Júnior, de Belo Horizonte, o qual, “tem prestado bons ofícios a esta delegacia”¹⁶.

¹² Ibidem.

¹³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 25,26 – Assentada, Folha nº 8.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Legislação Federal da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935: Define crimes contra a ordem política e social. Capítulo III Art.23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular.

¹⁶ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 42 – Relatório, Folha nº 21.

O pesquisador Carlos Ignácio Pinto, bacharel em história pela USP, em sua pesquisa sobre a imprensa “subversiva” no Brasil da década de 30 e o papel dos boletins, diz que os mesmos “são apreendidos em grande número pela Polícia da Ordem Social, o que demonstra a intensidade com a qual são publicados”. O pesquisador ressalta ainda que estes boletins trariam várias informações e que sua pesquisa tem como objetivo “compreender o caráter específico dos boletins, bem como sua produção, distribuição e a constância dos conteúdos.”¹⁷ Já no artigo a “Imprensa Irreverente e Tipos Subversivos”, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro chama atenção para a cumplicidade entre o governo brasileiro à época e as correntes de extrema direita, como os integralistas:

O fato de alguns jornais circularem livremente – como foi o caso dos periódicos nazistas, fascistas e integralistas – demonstra que imperavam certas formas de negociação entre a elite governante e as correntes representativas do pensamento da extrema direita. [...]. Editados em diferentes idiomas e representando múltiplas ideologias, os jornais ditos “subversivos” eram apreendidos como provas comprometedoras do crime político, de acordo com a lógica da desconfiança adotada pelas autoridades policiais. Uma palavra ou uma imagem eram suficientes para transformar aquelas páginas de papel em manuais de revolução.¹⁸

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 1949 era estampada na primeira página do Jornal do Povo, de Belo Horizonte, a notícia com o título “Assaltado o Jornal do Povo – Crime Contra a Democracia e a Liberdade”, informando que o jornal fora invadido por cerca de 30 pessoas fardadas de Oficiais da Polícia Militar e que a imprensa livre no Brasil era vítima de mais um criminoso atentado das forças antidemocráticas. Segundo a matéria, o funcionário que estava no local dissera que

...de revólver na mão, ameaçando-me, exigiram que eu dissesse o que não sabia. Enquanto isso, iam empastelando tudo. As caixas de tipos foram esparlhadas pelo chão; todas as gavetas de “bureaux”

¹⁷.PINTO, Carlos Ignácio. A imprensa subversiva no Brasil da década de 1930: O papel dos Boletins. Disponível em:<<http://www.klepsidra.net/klepsidra15/boletins.htm>>.

¹⁸.CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imprensa Irreverente, Tipos Subversivos. In: CARNEIRO, Maria L. T. e KOSSOY, Boris. (Orgs) *A Imprensa confiscada pelo DE-OPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.19-20.

foram arrobadas, chegando à máquina impressora que estava sendo ajustada para que fosse rodada a última parte do “Jornal do Povo, tiraram as chapas de páginas, destruindo as completamente, rasgaram toda a edição da primeira parte “Jornal do Povo”, que se encontrava pronta e jogaram areia na máquina, quebrando algumas peças a fim de impedir que ela funcionasse. Os assaltantes fardados de oficiais davam ordens – Quebrem tudo. Não deixem nada. Quero ver este jornal publicar mais alguma coisa sobre nós.¹⁹

O Jornal responsabilizou, por este ataque contra a imprensa, o governador de Minas Gerais, Dr. Milton Campos, alegando que seria mais um crime que repugnava a consciência e a dignidade da população do Estado. Após o atentado na Gráfica Neptunia Ltda, que editava o Jornal, encontravam-se no local várias pessoas, entre funcionários do estabelecimento e curiosos, e alguns foram entrevistados. Disseram estarem assustados com tamanha violência e o sentimento geral era de revolta contra este ato de opressão à liberdade. Alguns transeuntes próximos ao local foram entrevistados pelos funcionários do jornal e assim se expressaram:

‘Eles fazem isto porque o Jornal do Povo é o único que diz a verdade e não deixa passar de liso as bandalheiras deles, não querem deixar o pobre ter jornal’, dizia um rapaz empregado de uma garagem. Uma velha que parava com sua cesta embaixo do braço falou que era isto mesmo, ‘eles não querem deixar o pobre ter jornal, mas Deus há de ajudar que o jornal sai de novo. Quando eu precisei fazer uma reclamação contra o meu senhorio, o único jornal que deu foi o Jornal do Povo e por isto é que eles querem queimar o jornal’. Um estudante conversava em voz alta com grande indignação: ‘Se isto é democracia a Alemanha de Hitler era então a super democracia. Estou mais que revoltado. Isto leva o nosso governo a condição de um chefe de cangaço estúpido e selvagem’.²⁰

Com este artigo quisemos trazer um pouco dos conflitos políticos que ocorreram em Divinópolis, que na verdade reproduzem a luta ideológica que então perpassava o Brasil e o mundo, no período da chamada Guerra Fria. Ressalta-se a importância da

¹⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem, 47.

²⁰ Ibidem.

abertura dos arquivos do extinto *DOPS*, visando garantir a preservação e acesso à documentação ocorridos a partir da promulgação da Lei 10.360/1990²¹, que determinava a transferência de documentos para APM, entretanto, esta Lei havia sido descumprida e somente no ano de 1998 parte da documentação havia sido entregue. No mesmo ano, era instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como *CPI do Dops*, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para apurar denúncias sobre incineração dos arquivos originais e através do relatório desta comissão, conseguem com sucesso resgatar vários documentos que estavam ainda sob a guarda da Polícia Civil.

No ano de 2004, o processo de catalogação dos documentos estava liberado para consulta no APM, somente a partir do ano de 2012 ficou disponível na internet. E por fim, no ano de 2013, era elaborado um *Relatório Final*²² pela Comissão Parlamentar de Inquérito, para decidir qual seria o destino final dos documentos do *DOPS* e após 90 dias, pelo Decreto 46.143²³ assinado pelo governador do Estado de Minas Gerais, era “determinando a transferência dos arquivos remanescentes do extinto *DOPS* ao Arquivo Público Mineiro”²⁴. Isso nos permitiu rastrear e resgatar esta página importante da História de Divinópolis e da região centro-oeste. Com o artigo e a divulgação dos documentos que fundamentaram essa escrita, queremos, sobretudo, fomentar a produção de novas pesquisas, que possam desvelar com mais amplitude a realidade política de Divinópolis e região em meados do século XX, e sua inserção dentro do contexto nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais – ALMG: Lei Estadual 10.360. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=10360&comp=&ano=1990>>. Acesso em: 18/11/2016.

ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais – ALMG: Decreto 46.143. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>

²¹ Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG.

²² *Ibidem*.

²³ Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG.

²⁴ Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2013/03/25_materia_especial_dops_cpi.tres.html>.

completa/completa.html?tipo=DEC&num=46143&comp=&ano=2013>. Acesso em: 18/11/2016.

ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais – ALMG: Relatório Final. Disponível em:<http://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/noticias/pdf/relatorio_CPIDops_mar13.pdf>.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO (Org.), Maria Luiza Tucci (Org). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

LEGISLAÇÃO Informatizada - Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 - Publicação Original. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10/10/2016.

PINTO, Carlos Ignácio. *A imprensa subversiva no Brasil da década de 1930: O papel dos Boletins*. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra15/boletins.htm>>. Acesso em: 14/10/2016.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/APM – DOPS – Fundo Departamento de Ordem Política e Social: Rolo 067, Pasta 4600, Imagens: 18,19,22,23,25,26,42,47,59,63,64,65,67,69. Arquivos da Polícia Política. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php>>. Acesso em: 01/10/2016.

ANEXOS



Anexo 1: APM – Fundo DOPS/ MG, Rolo 067, Pasta 4600, Imagem 63 – Panfleto.

Operários! Camponeses! Povo Anti-Comunista de Divinópolis

Não o sabemos! Os nazi-comunistas empregam todos os meios possíveis para vos enganar. Esta vez recorreram ao «Cristianismo» totalmente desconhecido na Rússia, em que reles o pagãoismo completo, onde reina o ritualismo, onde aos 13 anos de idade todas as crianças são máis, onde não há casamento indissolúvel. Os nossos comunistas aqui, estão querendo pregar o Cristianismo, e o próprio Luiz Carlos Prestes expressou-se ainda há poucas semanas em seu discurso no Senado: «O Marxismo para nós é uma ciência, ciência baseada no materialismo, e por isso, eu Luiz Carlos Prestes sou marxista. **SOU ATEU.** Vejam como os traidores conhecem a doutrina do **ATEU PRESTES!**»

Os traidores podem falar tudo menos em moral e Cristianismo. Porque os comunistas rejeitam a própria ideia de Deus, arremetem furiosamente contra a religião, põe-se ateus, e assim é o comunismo na Rússia, na China, na Espanha, no México, na Jugoslávia, na Índia e **TAMBÉM NO BRASIL.**

BRASILEIROS, AMANTES DA VOSSA PATRIA.

Neste momento é de suma sinceridade! Porque é preciso levantar a voz para denunciar de novo os crimes hediondos perpetrados pelos comunistas em novembro de 1935.

É preciso levantar a voz para proclamar que, apesar das ridículas declamações comunistas, apesar dos seus esforços para desviar a atenção da opinião pública e para enganar os incautos, **OS FATOS SÃO FATOS E OS FATOS** ai estão e registar esta treva, da verdade histórica, a saber: Que os comunistas, aqui como por toda parte têm as mãos manchadas de sangue, derramado cristão-asc

mente para implantar a escravidão e imoralidade.

É preciso repetir mais uma vez e sempre, que esta verdade histórica é a única que nos pode dar uma ideia exata do que pretendem realmente os comunistas, do que produzem realmente os comunistas.

Povo Cristão e anti-comunista

O Partido Comunista do Brasil, fiel à sua linha política e machivévica prescrita por Stalin e executada pelos comunistas da nossa terra, procura apenas a desonestidade, imoralidade, o banditismo, e escravizar todos os operários. Eles dizem: «Amassai-vos uns aos outros.» e eles praticam: «Amassai-vos uns aos outros.»

Eles falam em Cristianismo, e na praça vermelha do Kremlin em Moscou construíram uma estátua em honra de Judas, que traiu o Mestre.

Eles falam em caridade, e na Rússia impera o «Olho por olho, dente por dente.»

Mas já estão contando outra novidade. Cuidado, vós melhores comunistas. Se o Luiz Carlos Stalin souber que vocês estão pregando o Evangelho, pregando o Cristo, vocês irão para a Sibéria. Vocês não têm competência para isto! Nós seguimos o Cristo, e por isso somos Cristãos. Vocês seguem Stalin e Prestes, dois ateus por consequente, vocês também são ateus e nada mais.

BRASILEIROS! Ainda é tempo! Anai a terra em que nascesteis. Anai-a, escolhendo os vossos candidatos no meio dos bons brasileiros, mais não compacteis com a traição comunista de 1935, e não com a nova que está sendo preparada pelos feios brasileiros, fascistas e comunistas.

Viva o Brasil!! Morra o Comunismo.

LIGA ANTI-COMUNISTA DE DIVINÓPOLIS

19-12-1946

Anexo 2: APM – Fundo
DOPS/MG, Rolo 067, Pasta
4600, Imagem 65 – Panfleto.

Crítica ambiental no pensamento de Raimundo José da Cunha Matos¹

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral²

Eder Jurandir Carneiro³

INTRODUÇÃO

A história ambiental configura-se como um dos campos de produção das ciências sociais que mais cresce na atualidade. Por meio de um diálogo multi e interdisciplinar, seus estudos incorporam uma impressionante variedade de métodos e temas que buscam compreender, entre outras questões, as relações que envolvem o homem e o “mundo natural”. Para Donald Worster (199, p. 04), o domínio de objeto da História Ambiental deve cingir-se às relações entre as práticas sociais e o “mundo natural” ou natureza, isto é, “o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente [...] as energias autônomas que não derivam de nós [...] que interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições.” Estaria excluído, assim, o ambiente construído pela ação humana. Para O’Connor, com quem concordamos, “en un enfoque materialista realmente activo hay, sin dudas, ‘energías autónomas que no se derivan de nosotros’, pero la mayoría de esas energías han sido modificadas en pequeña o gran escala por la acción humana”

¹ A pesquisa recebeu apoio financeiro da Universidade Federal de São João del-Rei.

² Graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2012), Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2015), Mestrado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ (2016), Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Bolsista CAPES. É integrante do Grupo de Pesquisa em História do Lazer (HISLA) da Universidade de Minas Gerais.

³ Possui doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei. Trabalha na área de Sociologia dos Conflitos Ambientais, mais especificamente sobre as desigualdades e conflitos envolvidos nos processos de construção e apropriação de territórios urbanos. É coordenador do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del-Rei (grupo de pesquisa).

(O'CONNOR, 2001, p. 77). Por essa razão, no âmbito desse artigo, utilizaremos sempre entre aspas a expressão “mundo natural”.

De acordo com O'Connor (2001, p. 14-15), o surgimento da disciplina está diretamente relacionado aos conflitos sociais decorrentes da mercantilização do meio natural, dentro da nova economia global que se configurou inicialmente nos anos 60, criando uma base essencial para movimentos de resistência verde, justiça ambiental e outros movimentos preocupados com o “mundo natural”. Esses movimentos e conflitos, por sua vez, são inerentes ao estágio atual de desenvolvimento histórico do capitalismo, fortemente caracterizado pela “capitalización de la naturaleza, o la creación de una naturaleza específicamente capitalista, y las luchas por la misma [...] que ha ‘producido’ la historia ambiental.” (O'CONNOR, 2001, p. 03).

De outra parte, algumas transformações internas ao campo do conhecimento, tais como a ideia de que a ação humana produz impacto sobre o “mundo natural”, a revolução nos marcos cronológicos e a visão da natureza como um processo histórico de construção e reconstrução, também foram decisivas para convergir atenções sobre o “mundo natural” e seu lugar na vida humana (PÁDUA, 2010, p. 83). Nesse sentido, os novos ares decorrentes dos processos sociais e epistemológicos ressoaram sobre um importante grupo, designados por Worster (1991, p. 198-199) como “os novos reformadores”. Inicialmente, foram os cientistas naturais que lideraram o “novo paradigma”, favorecendo um entendimento “ecológico” da sociedade e culturas humanas. Porém, o movimento logo ocupou espaço nas preocupações dos cientistas sociais, que buscaram incorporar o viés natural ao seu repertório legítimo de pesquisa (DRUMOND, 1991, p. 04). Ao se transformar em um dos principais campos de investigação dentro do meio acadêmico, a história ambiental permitiu evidenciar o espaço onde se desenvolve uma extensa rede de interações sociais e afetivas. Segundo O'Connor (2001, p. 08), “La historia ambiental es, en pocas palabras, la historia del planeta y de su gente, de la vida de otras especies y de la materia inorgánica, en la medida en que estas han sido modificados por las producciones materiales y mentales de los seres humanos [...]”.

Todavia, apesar de nas duas últimas décadas observarmos o afloramento de uma diversidade de estudos que se dedicam às discussões envolvendo a disciplina, os trabalhos ainda são pouco numerosos e carecem de refinamento teórico e desenvolvimento de conceitos específicos e operatórios (MARTINS, 2007, p. 73). No

Brasil, em particular, a escassa produção de trabalhos empíricos fora determinante para que a crítica diante dos “problemas ambientais” fosse identificada como um fenômeno contemporâneo, uma consequência das transformações “objetivas” e “subjetivas” que acompanharam a expansão do mundo “urbano-industrial”. O fenômeno era entendido como uma realidade recente, importada por meio da difusão do debate europeu e norte-americano das últimas décadas. No entanto, nos últimos anos uma nova historiografia vem retrocedendo em alguns séculos a cronologia dos debates ambientais, provocando profundas reinterpretações sobre as origens e a identidade das atuais representações sobre a chamada “questão ambiental” (PÁDUA, 2004, p. 10).

Um dos principais trabalhos, dentro dessa nova historiografia, é a obra de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, que faz uma consistente análise de como reflexões ambientais sobre o Brasil já se faziam presentes nos séculos XVIII e XIX. Segundo Pádua (2004, p. 10-14), desde as últimas décadas do século XVIII havia um grupo de intelectuais preocupados com a transformação do “ambiente natural” brasileiro, com um forte viés científico e pragmático. A gênese desse grupo possui dois epicentros: a Universidade de Coimbra, no período posterior à reforma de 1772, quando o ensino superior português buscou se aproximar das novas ideias de filosofia natural e economia política que então se desenvolviam na Europa, e a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. De acordo com o autor, alguns jovens da elite social do Brasil que começaram a afluir em direção a Coimbra para realizarem seus estudos de nível superior, constituíram uma “elite intelectual” que assumiria posição de destaque no processo de renovação científica e econômica da então colônia portuguesa. Foi no interior dessa “elite intelectual” que emergiram os fundadores da crítica ambiental no Brasil.

Inserindo-se nesse complexo processo de rediscussão que envolve a presença do debate ambiental sobre o Brasil na virada do século XIX, este artigo tem por objetivo analisar a obra do militar, político e intelectual luso-brasileiro, Raimundo José da Cunha Matos “Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)”, sobretudo, as preocupações do autor com diversos fenômenos que ocorriam na província mineira, no início do século XIX, hoje socialmente consagrados como “problemas ambientais”.

Ao longo desse texto, também utilizamos as aspas na expressão “problemas ambientais”, para indicar o efeito simbólico por

ela exercido de ocultação de seu caráter de constructo social. O uso do termo se presta à estratégia discursiva de apresentar dadas situações como problemáticas em si mesmas, ocultando o fato de que elas são problemáticas *para* determinados agentes, podendo mesmo afigurar-se como soluções para outros agentes. Assim, por exemplo, o despejo de resíduos tóxicos num corpo hídrico pode se constituir num “problema” para populações que se abastecem dessas águas, mas pode ser uma solução para a indústria que realiza o despejo e, com isso, diminui custos de produção. A instituição de determinados processos ou situações como “problemas ambientais”, isto é, públicos, que merecem atenção e intervenções (principalmente, do Estado) resulta de um “trabalho” de construção social. Nas palavras de Bourdieu (2010, p. 37-38):

[...] o problema [...] foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo da construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções etc., para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar publicamente... ou mesmo um problema oficial, objeto de tomadas de decisões oficiais, e até mesmo de leis e decretos [...] dotados dessa espécie de universalidade que lhes vem do fato de estarem garantidos pelo Estado.

Assim, o uso de aspas na expressão “problemas ambientais” indica que os analistas evitam tomar como dadas as pré-construções dos “problemas sociais” ao invés de tomá-los como problemas sociológicos, isto é, como processos que devem ser explicados em sua gênese e desenvolvimento como *conflitos ambientais* (ACSELRAD, 2004).

Doravante, a obra de Cunha Matos insere-se no escopo dos relatórios e memórias, bem mais números a partir de fins do século XIX, elaborados por funcionários e eruditos a serviço dos governos, cujo cotejamento permite acesso a uma série de informações acerca de algumas especificidades de um dado período, e conseqüentemente, configurando-se como uma significativa fonte para pesquisas em história ambiental. Estes trabalhos apresentam descrições detalhadas sobre diversos processos que se relacionam com o “mundo natural”, por exemplo, aspectos físicos de

algumas regiões do Brasil, técnicas agrícolas e de mineração empregadas pelas populações, volume de plantações, criações e indústrias, além de informações sobre minerais, plantas e animais.

Contudo, cabe ressaltar que ao trabalhar com esse tipo de fonte, o historiador ambiental deve estar atento ao fato que, muitas dessas obras foram produzidas por determinação oficial. Nessa ótica, Martins (2007: 58) nos alerta que:

Em geral, estas memórias e relatórios tiveram sua produção motivada por decisões muito específicas: o estado queria promover a exploração de novas partes do território e de recursos naturais valiosos; a necessidade geopolítica de esquadriñar áreas fronteiriças e adequadamente de potências rivais; a modificação de padrões (técnicos, legais e organizacionais) da exploração econômica de certos recursos, visando reverter quedas nos rendimentos obtidos.

Além da análise da obra de Raimundo José da Cunha Matos, a pesquisa entrelaçou uma bibliografia de suporte referente à história ambiental e o surgimento da crítica ambiental no Brasil. Mesmo que os trabalhos envolvendo o debate ambiental brasileiro na virada do século XIX, ainda sejam pouco numerosos, foi possível, por meio da pesquisa bibliográfica, construir um escopo teórico que serviu como parâmetro para dialogar com as informações obtidas no texto de Matos.

CUNHA MATOS NO CIRCUITO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES

No início do século XVIII, o universo europeu, inspirado pelo desenvolvimento das luzes, se tornou palco de uma rede internacional de informantes composta por militares, viajantes, funcionários das coroas e comerciantes, encarregados de fornecer às potências europeias do período informações sobre os diversos climas e populações coloniais. Com a finalidade de racionalização das práticas administrativas, uma das principais motivações para o surgimento dessa rede foi a necessidade de aprimoramento do conhecimento científico para exercer maior controle sobre as riquezas naturais e territórios de possessões, em meio a uma forte concorrência imperial das principais potências expansivas. Segundo Lorelai Kury (2004, p. 110-111), o iluminismo não se caracterizou apenas como um movimento no campo das ideias e da filosofia,

mas também por um conjunto de práticas administrativas executadas, em geral pelos Estados, visando racionalizar o funcionamento da sociedade, controlar populações e potencializar a produção e o fluxo de mercadorias.

A partir da segunda metade do século XVIII, em resposta à lógica competitiva instalada naquela conjuntura, as preocupações com a racionalização do manejo do “mundo natural” ganham maior visibilidade em Portugal, principalmente por meio da influência do italiano Domenico Vandelli, que se estabeleceu naquele país durante o governo do Marquês de Pombal. Vandelli se tornou um animador científico e cultural, participando ativamente da criação de jardins botânicos e da Academia Real das Ciências, passando a difundir o ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu e Buffon com a doutrina fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária. Como observa Pádua (2004, p. 14-15), a partir da década de 1780, Vandelli começou a publicar vários textos criticando a destruição ambiental em Portugal e em suas colônias. O caso brasileiro mereceu sua especial atenção devido aos desmatamentos que estavam destruindo muitas espécies da flora ainda desconhecidas pela ciência.

Raimundo Matos foi herdeiro da tradição formada pela Academia Real das Ciências, da qual foi leitor de inúmeras memórias. Inserido nesse processo de fomentação de pesquisas e dados sobre populações coloniais, produziu suas primeiras memórias e descrições na África, no Arquipélago de Nova Guiné, onde passou 19 anos de sua vida. De acordo com Bianca de Queiroz (2009, p. 22-23), muitos trabalhos descritivos e de memórias produzidos no período configuraram-se como alguns dos principais registros das novas propostas de rearticulação do Estado português:

O esforço de recuperação econômica do Reino por meio do aproveitamento de suas potencialidades naturais constituiu-se, assim, na problemática mobilizadora do pensamento ilustrado acadêmico lusitano. Os intelectuais esforçavam-se na identificação de uma série de problemas setorializados na esfera produtiva e na circulação, o que além de servir como norte para a abrangência temática das Memórias, também confirmava o diagnóstico decadentista, extraído da empírica averiguação dos vários setores da vida material do país.

Iniciando seu vínculo com o Brasil no ano de 1817, Raimundo Matos aqui aportou para participar da ação militar contra a Revolução

Pernambucana. Constituiu uma brilhante carreira política e intelectual, abraçou a causa da emancipação política apoiando a permanência de D. Pedro I, foi governador de Armas da Província de Goiás e assumiu, em março de 1826, a cadeira de deputado na corte do Rio de Janeiro. Participou ativamente da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria e Comércio, em 1827, e foi peça fundamental na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, favorecendo o estabelecimento de caminhos mais institucionais para o debate ambiental brasileiro. Viveu no Brasil até 1839, ano em que faleceu, porém, em sua passagem pelos trópicos, produziu importantes trabalhos de pesquisa, descrevendo minuciosamente características topográficas e o estado do comércio e da economia das várias regiões por onde passou. Sua principal obra foi *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837), iniciada, provavelmente, em 1831 (MATOS, 1981, p. 18-26). Seu estudo tornou-se o mais completo repositório de informações sobre a província mineira no período, apresentando um gigantesco esforço de pesquisa, fornecendo importantes dados sobre as mais diversas áreas da experiência humana em sociedade, incluindo o “mundo natural”.

CRÍTICA AMBIENTAL NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

O surgimento do que se poderia chamar de uma crítica ambiental brasileira no interior de um seletivo grupo de intelectuais, que entre o final do século XVIII e primeiros anos do século XIX produziram seus primeiros trabalhos relacionados ao tema, apresentava em sua formulação teórica, um caráter essencialmente pragmático e progressista. Segundo Pádua (2004, p. 15-18), apesar de algumas diferenças de posicionamento sobre certos aspectos, como as estratégias relacionadas ao tratamento dos “problemas ambientais” e da escravidão, é possível afirmar que o denominador comum entre os diferentes pensadores era a consideração de que o uso do “mundo natural” deveria ser “administrado”, à luz da ciência, como recurso escasso (quantitativa e qualitativamente) frente a determinados objetivos, sobretudo, políticos e econômicos. Tal tradição foi predominante e encontrou em vários intelectuais, espalhados por diferentes províncias, um expressivo rol de observações. Esse viés “desenvolvimentista” se configurou de forma clara na obra de Raimundo Matos. Sua percepção e crítica frente à destruição ambiental na província mineira foram marcadas pelo valor econômico que representava o “mundo natural” e como ele

deveria ser submetido a técnicas menos destrutivas, embasadas no progresso e no avanço tecnológico.

Na introdução de seu trabalho, Raimundo Matos relata uma série de disciplinas científicas usadas na análise do campo mineral, vegetal e animal, tais como a mineralogia, a botânica e a zoologia, cujo uso apenas se principiava nas pesquisas realizadas dentro do território brasileiro. Segundo Matos, holandeses e franceses, em seu pouco tempo de dominação colonial no Brasil, produziram mais informações de história natural que os portugueses em mais de duzentos e cinquenta anos de colonização. Nesse ensejo, o intelectual constatou que tal defasagem de estudos foi provocada pela proibição, que perdurou por séculos, da presença de filósofos estrangeiros na colônia e pela falta de motivação dos naturalistas brasileiros que, “acomodados em seus interesses particulares”, evitavam expor-se aos “riscos iminentes das corridas por montes e vales e das epidemias devastadoras” (MATOS, 1981, p. 33). Tentando sensibilizar as autoridades do período sobre a importância dos estudos de naturalistas no território brasileiro, o intelectual teceu a seguinte crítica:

[...] A Província conta com alguns naturalistas no seu seio, mas o governo tem deixado de animá-los: ou esses mesmos naturalistas não têm mais do que ser empregados; e se o foram, tratam mais dos seus interesses individuais do que da aplicação a um estudo de que lhes resultam imensas fadigas; ou não se sabia serem apreciados. [...] Permita Deus que o governo abra enfim os olhos e que o Brasil não censure o seu desleixo, quando vir tantos ilustres naturalistas atravessando, esquadrinhando e descrevendo aquilo que não devemos ignorar; e que assim nos lancem no rosto a nossa indiferença, ou a nossa barbaridade. (MATOS, 1981, p. 33).

No período em que Matos iniciou suas pesquisas, a província mineira havia passado por um intenso processo de degradação das florestas e do solo, intensificado pelo aumento populacional ocorrido após os primeiros achados auríferos no final do século XVII. Apenas um século após os primeiros achados, o esgotamento do ouro nas áreas de exploração havia deixado, como herança, vastas terras revolvidas, montes de cascalhos e uma enorme erosão em virtude das crateras abertas na mata (MARCONDES, 2005, p. 57). Os avanços da agricultura e da pecuária também contribuíram para a rápida transformação do “mundo natural”, mudando de forma acentuada a paisagem mineira.

Nessa direção, os “problemas ambientais” decorrentes da degradação da fauna e flora mineira, receberam espaço privilegiado nas observações de Matos, que procurou propor uma série de mudanças de hábitos e uma participação mais efetiva por parte do poder político. Um dos “problemas” detectados por Matos foi a deterioração das florestas, intensificada, mormente, pela derrubada das matas e pelas queimadas:

As matas e bosques desta província têm sofrido os mais cruéis estragos pelas mãos do homem: as imensas derrubadas feitas para plantações, fornalhas e carvoeiras, e as subsequentes queimadas dos troncos e raízes, em grande parte extinguiram a força de sua reprodução. Por este motivo, terras imensas que outrora formavam uma continuada floresta, acham-se convertidas em campos de erva gramínea, capim ou em capoeira fraca e rara, que apenas serve para entrelaçar as cercas e para outros insignificantes edifícios rústicos ou urbanos. Em vários lugares em que antigamente existiam largas matas virgens, acham-se os moradores obrigados a procurar madeiras para as suas obras, na distância de muitas léguas. As árvores são cortadas quase sempre sem respeito à estação, à sua qualidade, ao seu valor e o emprego que se lhes poderia dar. Até hoje não foram proibidos de fato estes excessos, nem os proprietários obrigados a plantarem uma árvore quando derrubam outra, e por isso supondo eles, quando descobriram a província, terem bosques e madeiras para largos séculos, acham-se privados há muito tempo daqueles recursos de que inconsideradamente não cessaram de abusar. (MATOS, 1981, p. 287-288).

Matos detectou que esses desmatamentos contribuíam, na mesma medida, para o aquecimento da província. No período que autor confeccionou sua obra, algumas teorias acerca dos processos de aquecimento, por exemplo, as teses do “dessecamento” e das “torrentes”, transmitidas por meio de pesquisas de importantes nomes, como Chateaubriand e Humboldt, circulavam entre os intelectuais brasileiros (PÁDUA, 2004, p. 174-177). Na perspectiva de Matos, tal fenômeno estava diretamente relacionado com a degradação do “mundo natural”, gerando uma preocupante mudança climática:

O clima da Província de Minas Gerais é sumamente benigno à conservação animal e vegetal [...] As localidades, contudo, influem muito na natureza

do clima de maneira que, enquanto em um terreno se experimenta grande frio, em outro pouco distante se sofre infinito calor. Isso procede da altura das terras, da direção das montanhas, das gargantas ou desfiladeiros que elas formam, da densidade das matas e da quantidade e qualidade das águas que regam ou se acham estagnadas nas terras.

Nota-se que no tempo presente há muito menos frio do que nos tempos passados. Talvez isso proceda da derrubada das matas, da consequente existência de mais largas campinas e do escalvamento das montanhas – que recebendo violentos raios do sol, refletem-se em diversos sentidos e produzem calores insuportáveis.

As queimadas dos campos ainda aumentam estes incômodos nos tempos secos.

Antigamente caía neve em lugares que agora apenas aparecem geadas. As águas estagnadas em algumas montanhas gelavam mais de duas polegadas de grossura. No dia de hoje o fenômeno do gelo é raríssimo e apenas gelam na grossura de meia polegada as águas que têm muito pouca profundidade e se conservam paradas em montanhas muito altas (MATOS, 1981, p. 217).

A agricultura então praticada foi percebida pelo intelectual como inadequada e foram enumeradas diversas causas que obstaculizavam seus progressos. A escravidão foi um dos elementos debatidos por Matos, que se mostrava contrário ao seu uso. Para ele, os escravos não se preocupavam com o melhoramento e prosperidade de seus senhores, trabalhando apenas para evitar os castigos físicos e maus tratos. Outro ponto diagnosticado foi a falta de maquinários e a ausência de escolas e sociedades de agricultura que pudessem apresentar memórias sobre o melhor método de beneficiar terrenos, climatizar plantas exóticas e conhecer as estações e os lugares mais próprios para fazer sementeiras e plantações. Entre outros problemas, Matos cita a formiga carregadeira, que causava “horrríveis estragos” às plantas, às árvores e aos edifícios; a falta de prêmios aos agricultores que obtinham grandes produções; o recrutamento que afastava trabalhadores por muito tempo de suas terras e a “preguiça” de muitos, que viviam a peregrinar com suas violas, divertindo-se e alimentando-se a custo de proprietários.

Estes são os obstáculos que até agora se tem oposto ao melhoramento da agricultura da província, donde se colige que os trabalhos agrícolas se

reduzem unicamente a roçar, derrubar o mato, ajuntar a madeira e queimá-la (a isto se chama fazer coivara), cavar a terra onde e quando necessário, plantar e semear sempre, ou mudar as plantações e sementeiras, colher, secar e empaio-lar. Os instrumentos de que para tudo isto se servem, constam simplesmente de machado ou foices roçadeiras, enxadas, pás e algum arado simples. Muitas poucas pessoas fazem uso de estrumes artificiais, a regra é muito pouco praticada, ou seja, tirando água dos rios por meio de represas ou açudes e valos, ou por máquinas hidráulicas [...] As terras, por falta de estrumes e outros benefícios, tornam-se quase improdutivas no fim de duas ou três sementeiras, e para se cultivarem novamente, exigem ficar de pousio por alguns anos até adquirir forças novas (MATOS, 1981, p. 294).

A queima da erva dos campos, realizada no final de março, período em que as chuvas diminuía, também foi alvo de críticas, sobretudo, por serem feitas quase sempre sem cautelas. Tal prática provocava um imensurável dano às matas, aves e quadrúpedes, principalmente quando o fogo era tocado pelo vento forte. Nas palavras de Matos (1989, p. 218-219):

[...] Então se destrói ou se abrasa uma imensa quantidade de aves e quadrúpedes ainda tenros que não podem abrigar-se da impetuosidade e furor das chamas. Então se incendiam as matas, abrasam edifícios e perigam viandantes que o acaso expõe a sotavento e na direção das queimadas [...] Durante as queimadas, um imenso número de gaviões e outras aves de rapina voam por cima, aos lados e pelo meio dos turbilhões de fumo e fogo para fazerem presa nos pássaros, insetos e répteis que procuram escapar do incêndio que os persegue.

Outro “problema” diagnosticado por Raimundo Matos foi a distribuição das sesmarias, pelas quais, pessoas poderosas por pertencimento familiar ou pela posse de riquezas, obtinham muitas léguas de terra sem que as demarcassem ou cultivassem, tornando-se senhores de imensos terrenos pelo único título de ocupação. Segundo Matos, a doação absoluta destas terras iria contra os princípios da economia da Fazenda Nacional, que poderia ter altos lucros com a venda das terras do Império, que estavam sendo distribuídas gratuitamente. Observando os “efeitos terríveis”

causados ao “mundo natural” pela facilidade com que se concediam as sesmarias, Matos evidenciou que o problema seria sentido por muitos anos:

Os sesmeiros derrubaram e queimaram as matas, não beneficiaram os terrenos, e quando lhes faltava espaço necessário para as plantações, abandonaram as sesmarias ou vendiam-nas por pouco mais de nada, e iam requerer nova sesmaria ou apossavam-se de terreno em outro lugar; é por isso que a maior parte daqueles homens, construíram para sua habitação apenas uma insignificante barraca de pau-a-pique e varas atravessadas revestidas de barro e cobertas de sapé ou folha da palmeira; é por isso que se encontram tantas taperas ou casas abandonadas junto e longe das estradas; é por isso, finalmente, que no dia de hoje as madeiras de construção encontram-se unicamente nos matos virgens, nas encostas das serras, a muita distância dos lugares povoados. A relaxação tem chegado a ponto tal que até mesmo logradouros das povoações têm sido concedidos em sesmarias, e quase sempre a homens poderosos (MATOS, 1981, p. 290-291).

Contudo, cabe destacar que por mais que Matos tenha realizado uma série de críticas sobre vários temas relacionados ao “mundo natural”, por exemplo, os desmatamentos, as queimadas, o aumento das temperaturas e a distribuição das sesmarias, todos em consonância com o desenvolvimento técnico das práticas agrícolas e pastoris, focando no aumento das receitas das autoridades políticas, essas preocupações, na visão de Matos, assim como na de outros intelectuais que produziram memórias e relatórios no período, se orientavam mais por considerações morais do que pela análise racional e empírica. Nessa medida, desconsideravam a lógica das relações sociais econômicas e de poder específicas em que se localizam aqueles agentes. Assim, por exemplo, a condenação das práticas agrícolas então vigentes, assim como dos procedimentos de concessão de sesmarias, que demandavam a destruição extensiva de matas e florestas, não considera que tais práticas resultavam dos interesses concretos da Coroa em estabelecer, principalmente nas áreas de avanço da fronteira de povoamento, potentados que, aquinhoados igualmente com patentes militares, cuidassem de empreender o controle social sobre as classes subalternas, sobre indígenas etc. Com efeito, o pequeno reino português, lidando com escassez de recursos econômicos

e de força de trabalho, necessitava estabelecer relações de confiança e lealdade com os grandes proprietários de terra, os quais, por sua vez, realizavam, com proveitos próprios, a empreitada da colonização.

Da mesma forma, a “crítica ambiental” formulada por Matos e outros autores do período não levam em conta que a prática da agricultura extensiva, como a destruição de matas e ressecamento de corpos hídricos, assim como o alto grau de concentração da propriedade fundiária – para a qual o instituto e a prática das doações de sesmarias contribuíram fortemente –, respondiam à lógica da economia colonial, que consistia em impor às classes dominantes a disputa pelo acúmulo de terras e escravos, condição, no contexto, essencial para a preservação e ampliação de seu poder econômico e político.⁴

De sorte que não surpreende que, como reconhece Pádua, “a vontade de combater a destruição ambiental [...] chocava-se com o interesse imediato da elite socioeconômica do país.” (PÁDUA, 2010, p. 32). Para evitar conotações substancializadoras, poderíamos dizer que outras formas de apropriação das condições naturais (como as que, certamente, eram praticadas pelos povos indígenas do período) se chocavam com a lógica das relações de produção então vigentes. Não é por outra razão que as propostas de cunho “ambiental” elaboradas por Matos e pelos autores estudados por Pádua (entre os quais se destaca, sem dúvidas, a figura de José Bonifácio) permaneceram totalmente irrealizadas. Faltava-lhes base sócio-histórica objetiva, assim como ocorria àqueles a quem Marx e Engels denominavam “socialistas utópicos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das grandes virtudes da história ambiental é evidenciar como as tramas são constituídas no interior de um ambiente que dialoga e interage, não podendo ser separado por meio de uma dicotomia entre homem e natureza. Nesse sentido, as diferentes relações que envolvem a sociedade humana e o “mundo natural” encontrou no pensamento de Raimundo José da Cunha Matos um espaço privilegiado, merecendo uma ampla investigação por parte do autor. Suas observações, análises e propostas de mudança do manejo com as matas e criaturas da província mineira nas

⁴ A esse respeito, veja-se Cabral (2010).

primeiras décadas do século XIX, evidenciam como os diferentes níveis da experiência humana devem dialogar entre si: o campo político, econômico, social e cultural não está à margem do campo ambiental.

Embora as abordagens apresentadas neste artigo possuam caráter introdutório, sugerem, todavia, a abertura de uma multiplicidade de caminhos analíticos que ainda podem ser percorridos no sentido de desvelar as interações com “mundo natural” imbuídas nos discursos dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XIX. Somente com a produção de novas investigações será possível encontrar elementos inéditos referentes à gênese e ao desenvolvimento histórico da crítica ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004, pp. 13-35.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*, v. 24, n. 39, p. 113-133, 2008.

DRUMOND, José Augusto. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, suplemento 1, p. 109-29, 2004.

MARCONDES, Sandra Amaral. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

O’CONNOR, James. Que és la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?

In: *Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): "A pena e a espada a serviço da pátria"*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2009.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Respeitável público, o circo chegou! Uma análise da apropriação dos espetáculos circenses no Oeste de Minas Gerais (1888-1930)¹

Rosana Daniele Xavier²

INTRODUÇÃO

O circo configura-se como uma linguagem artística plural, os elementos presentes em seu espetáculo incluem uma diversidade de modalidades, por exemplo: atos acrobáticos, músicas, danças, jogos cômicos, teatro, exposições de habilidades humanas e feitas por animais. Isso pode variar de acordo com a época, região e artistas que o compõem. Representa uma manifestação fundamental na formação da cultura brasileira, pois devido à sua base itinerante, pode exercer influência em várias partes do território. Adaptando seu espetáculo aos aspectos locais e culturais do Brasil, levando diversão a um grande número de pessoas às quais, em alguns casos, não chegava outra atividade de divertimento.

A produção científica acerca do circo no Brasil vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. Entretanto, quando comparada a outras formas de manifestações culturais – como o teatro, cinema e a indústria da música – possui caráter reduzido. Segundo a historiadora Ermínia Silva, ainda pouco se escreve sobre o circo no Brasil, apesar de sua posição de destaque no processo histórico da produção cultural brasileira. Contudo, essa carência de trabalhos não se deve à falta de documentação envolvendo os circos e sua inserção no cotidiano das cidades brasileiras, mas pode estar associada ao desinteresse de historiadores e cientistas sociais,

¹ A pesquisa recebe apoio financeiro da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – FUNEDI (2013). Mestranda em História pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

sobretudo, pela antiga visão do circo como expressão da cultura rural “atrasada e alienada” ou “espetáculo de periferia” nas grandes cidades. Somente a partir da década de 1980 o circo se consolidou no universo acadêmico brasileiro, momento em que se ampliaram e diversificaram as produções científicas sobre os estudos da cultura popular, conjuntamente ao crescimento de interesse e reflexões sobre o patrimônio e o corpo.³

No intuito de inaugurar a produção de trabalhos acadêmicos sobre os circos na região, o presente artigo tem como objetivo trazer algumas análises preliminares sobre a chegada e a apropriação dos espetáculos circenses no oeste mineiro, tomando como estudo de caso a cidade de Oliveira entre os anos de 1888 a 1930, recorte no qual os circos obtiveram uma grande penetração social entre os assistentes oliveirenses.

O *corpus* documental da pesquisa tem como centralidade um conjunto de periódicos dos jornais “Gazeta de Oliveira” e “Gazeta de Minas” produzidos na cidade de Oliveira entre 1888 a 1930. O jornal “Gazeta de Oliveira” foi fundado em 04 de dezembro do ano de 1887 pelo português Antônio Fernal, sendo o primeiro jornal impresso da cidade. Devido à grande aceitação pública alcançada logo nos seus primeiros anos, inclusive com circulação na corte do Rio de Janeiro, o proprietário mudou o nome do jornal para “Gazeta de Minas” em 1º de janeiro de 1899. Tal documentação nos concede diversas informações sobre a chegada de circos na cidade, dias de apresentações, programas, sequência das atrações, a composição do elenco, elogios, críticas e uma diversidade de comentários. Além dos periódicos, outras fontes auxiliaram na realização dessa pesquisa, dentre as quais podemos citar: os documentos produzidos pelos órgãos municipais, livros de memorialistas e a bibliografia referente à história da ferrovia e do circo no Brasil.

A CIDADE DE OLIVEIRA

No final do século XIX, a cidade de Oliveira caracterizava-se como um pequeno núcleo de comércio rural na região do oeste de Minas Gerais, responsável pela administração política das freguesias de Santo Antônio do Amparo, Japão, Cláudio, Passatempo e São Francisco de Paula. No ano de 1888, o município possuía

³ Ver discussão em ROCHA, 2003.

aproximadamente 26.213 pessoas distribuídas entre as seis freguesias. A sua economia girava em torno de atividades como a agricultura, pecuária e comércio feito com algumas regiões vizinhas, por exemplo, exportava-se gado para o Rio de Janeiro, porcos para São João del Rei, Ouro Preto, Sabará e açúcar para outros municípios vizinhos.⁴ A estrutura urbana de Oliveira constituía-se de aproximadamente mil casas, vinte e duas ruas⁵, a praça do Cruzeiro, a praça da Matriz e a praça do Rosário. Tais praças eram pontos preferencialmente escolhidos para se armarem os circos de cavalinhos. Além disso, havia um casarão – onde funcionava a câmara municipal –, um quartel e uma cadeia.

Apesar de o espaço urbano já contar com alguma movimentação, a cidade ainda não possuía características típicas dos centros urbanos mais proeminentes, por exemplo, água encanada e com tratamento, iluminação pública, e ruas com calçamentos⁶. Esse cenário começou a ser modificado a partir de junho de 1888, momento em que foi inaugurada a primeira estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM – na cidade de Oliveira. A obra para a chegada do novo empreendimento foi anunciada nas páginas de um jornal local da seguinte forma:

Estradas de Ferro Oeste de Minas – Estão começadas as obras da estação Oliveira nesta cidade e já se acham bem adiantados os trabalhos do assentamento da ponte de ferro no rio Jacaré, distante desta cidade cerca de duas léguas. Espera-se, pois, que brevemente se faça a inauguração de toda a estrada, notando-se desde já na nossa cidade mais movimento e animação no comércio e na lavoura, sinais precursores de que para Oliveira vai começar uma nova era de prosperidade⁷.

De fato, a inauguração da estação da estrada de ferro em Oliveira representou o início de um novo tempo para as pessoas que vivenciaram aquele momento, conduzindo o desenvolvimento econômico, industrial e demográfico, além de facilitar a abertura de vias de comunicação com outros centros proeminentes, como

⁴ Cf. Notas sobre o município da Oliveira. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 15 jan. 1888, p. 01.

⁵ De acordo com FONSECA, 1961, p. 149.

⁶ Cf. Anúncios. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 18 mar. 1888. p. 03; A ilustríssima Câmara Municipal. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 10 nov. 1889, p. 03.

⁷ Cf. *Gazeta de Oliveira*. Oliveira, 22 abr. 1888.

Belo Horizonte, São Paulo, e em especial, o Rio de Janeiro, capital política do Brasil. Conjuntamente à instalação dos primeiros ramais ferroviários, a cidade recebeu o primeiro telégrafo. Como efeito, teve a comunicação favorecida, pois desde setembro de 1889 todas as estações da estrada de Oeste de Minas estavam autorizadas a receber e transmitir telegramas, não só para o Brasil, mas também para outros países⁸, facilitando a chegada de notícias, jornais e revistas vindas de outras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora, Ouro Preto e Belo Horizonte. A circularidade de informações favoreceu para que o número de periódicos produzidos na cidade aumentasse significativamente. Se anteriormente à instalação dos ramais ferroviários existia apenas o *Jornal Gazeta de Oliveira* (1887), agora a cidade podia contar com vários outros nomes, dos quais podemos citar: *O Estandarte* (1888), *A Borboleta* (1890), *A Bobina* (1891), *A Luta* (1893), *A Democracia* (1894), *O Astro* (1894), *O Mimo* (1894), *A Pérola* (1895), *O Lírio* (1895), *A Tribuna* (1895), *A Gazetinha* (1897), *O Oliveirense* (1900) e *O Operário* (1914).

No bojo do encurtamento das distâncias geográficas, desenvolvimento demográfico e crescimento da economia, o espaço urbano também precisou se adaptar. Os administradores da cidade buscaram gradativamente inserir Oliveira no contexto da “modernidade”⁹, iniciando um processo de transformações em sua estrutura urbana, comandado pela elite local e divulgado pela imprensa da cidade. Tal como foi observado pelo historiador Daniel Amaral (2016), a iluminação elétrica; o ringue de patinação; a quadra de basquete; as praças ajardinadas; a arborização das principais ruas da cidade; a capina e a varredura do perímetro urbano central são apenas alguns dos exemplos que foram observados para imiscuir no espaço urbano de Oliveira os elementos inerentes ao processo da uma suposta modernidade almejada por parte da autoridades e elite local. Nessa direção, diversas outras práticas

⁸ Cf. Telegraphos. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 01 set. 1889, p. 02.

⁹ Cf. A modernidade é entendida neste trabalho tal como foi exposto por Fredric Jameson: “a modernidade seria a descrição de como as pessoas modernas veem a si mesmas [...]. Esse sentimento moderno parece agora consistir na convicção de que nós mesmos somos de certo modo “novos”, que uma nova era está começando, que tudo é possível e que nada pode jamais ser o mesmo novamente; e nós também não queremos que nada seja novamente o mesmo. Nós queremos fazer o novo, nos livrar de tudo o que for velho: objetos, valores, mentalidades e maneiras de fazer as coisas [...]” (JAMESON, 1996, p. 314).

de divertimento despontaram na cidade de Oliveira na virada do século XIX, das quais podemos citar: a patinação, o *football*, o cinema, as noites no Café Club ao som de bandas de música, a peteca no jardim da praça da Matriz e a inauguração da primeira casa de bilhar de Oliveira¹⁰. Essa nova sociabilidade ligada ao divertimento oliveirense é explicitada por um cronista da imprensa local: “os passeios públicos, os theatros, os cafés etc. são elementos da vitalidade de um povo. Cidade sem estes complementos é uma roça”¹¹.

É nesse contexto que o frenesi e a ampla penetração social provocadas pela passagem de diversas trupes circenses na cidade de Oliveira passaram a dialogar ativamente com esse novo *modus vivendi* introduzido na pequena cidade do interior mineiro na virada do século XIX. Mais do que apenas um desdobramento dessas transformações urbanas e socioculturais sofridas pela cidade após a comunicação ferroviária, a presença marcante do circo, gradativamente, adquiriu uma série de especificidades ao dialogar com diferentes atores sociais, promovendo uma ampla rede de sociabilidade entre artistas e o público espectador.

“UM SURPREENDENTE ESPETÁCULO”: CIRCULARIDADE E DINAMISMO CULTURAL

Em Oliveira, o circo corresponde historicamente a um elemento significativo nas vivências de divertimento da cidade pelo menos desde meados do século XIX. Segundo um memorialista da cidade, as primeiras visitas iniciaram no ano de 1842 com a chegada da “Companhia de Equitadores do Circo Olímpico”, dirigido pelo artista Alexandre Luarte¹². De acordo com Ermínia Silva, esse foi o primeiro circo que se apresentou no Brasil como uma companhia “equestre”, tendo o primeiro registro de exibição encontrado na cidade de São João del Rei no mesmo ano em que esteve em Oliveira¹³. Tal fato coloca Oliveira como uma das primeiras cidades do Brasil a receber um circo na modalidade “equestre” de que se tem registro¹⁴. Devido à indisponibilidade de fontes, não podemos afirmar ao certo como foi feito o transporte das

¹⁰ Cf. Bilhar. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 ago. 1898, p. 01; Sports. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 06 jun. 1920, p. 02.

¹¹ Cf. Semana a semana. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 03 nov. 1907, p. 01.

¹² Cf. FONSECA, 1961, p. 50.

¹³ SILVA, 2007, p. 64.

¹⁴ Lowande, forma correta do nome, de acordo com Silva (2007), teria sido o primeiro proprietário de origem norte-americano que chegou ao Brasil.

primeiras companhias até a localidade, porém, a bibliografia referente à história dos circos no Brasil nos leva a inferir que as primeiras companhias que chegaram na região tiveram o seu transporte realizado por meio de carros e carroças puxados por animais de carga. De acordo com a pesquisa realizada pela historiadora Regina Horta Duarte, desde o início do século XIX era habitual a presença de companhias de circo no interior de Minas Gerais, cuja presença foi registrada em artigos de jornais anunciando o acontecimento, relatos de memorialistas e mesmo leis regulamentadoras de exposições de espetáculos¹⁵.

É possível dizer que até meados do século XIX os circos usavam como principal meio de transporte carros de bois e carroças puxadas por animais e, depois, as viagens eram feitas através dos rios e ferrovias¹⁶. Quando o transporte fluvial e os trilhos não estavam disponíveis, os circenses, em seu nomadismo, eram dependentes dos animais para movimentar-se. Levando consigo seus carregamentos, outros animais para exibição, artistas, e todo material – como a lona, o mastro, as bancadas, e equipamento para a armação e funcionamento do circo eram depositados nos “vagos carros de boi”, que poderiam demorar cerca de dias para chegar nas pequenas cidades do interior do Brasil¹⁷. Sobre esse papel da ferrovia para o transporte dos circos no Brasil, numa entrevista concedida pelo célebre circense Benjamim de Oliveira¹⁸, podemos observar um pouco a relação dos circenses com as ferrovias, a partir da história do circo em que ele trabalhou: “Com o *Spinelli* [...] andei por todo o Brasil e quanta coisa eu vi... Vi o Curral del Rey se tornar Belo Horizonte! Vi cidades nascerem. E os trilhos chegarem às povoações nas pontas de trilhas por aonde íamos à procura de público”¹⁹.

No dia 03 de maio de 1894, a “afamada” companhia equestre e ginástica Pery & Coelho ofereceu seu primeiro espetáculo na

¹⁵ DUARTE, 1995, p. 15.

¹⁶ SILVA, 2007.

¹⁷ DUARTE, 1995, p. 34.

¹⁸ Benjamim de Oliveira (1870-1954) nasceu em 11 de junho de 1870 em Minas Gerais, na região onde hoje fica Pará de Minas, ainda jovem fugiu com a trupe que passou pela sua cidade, atuou como acrobata, ginasta, músico, cantor, autor, ator e palhaço, é considerado o exclusivo criador do circo-teatro, chegando a apresentar-se na corte do Rio de Janeiro. Para saber mais sobre a vida de Benjamim de Oliveira ver tese de doutorado de Daniel Marques da Silva em SILVA, 2004.

¹⁹ ABREU, 1963, p. 85-86.

cidade de Oliveira, onde, segundo o cronista que acompanhou os trabalhos do circo, o público havia se “deleitado” devido ao seu conjunto de “habilidades e aptidões artísticas”²⁰. Após uma série de cinco espetáculos, a companhia partiu com suas atrações para a Estação de Henrique Galvão e, posteriormente, para o distrito de Carmo da Mata, cuja previsão de retorno a Oliveira estava marcada para o dia 22 de maio, pretendendo oferecer já no dia seguinte uma série de novos espetáculos. Por este dado podemos conjecturar uma impressionante velocidade no deslocamento desta trupe, uma vez que a mesma, no período de apenas um mês, visitou por duas vezes a cidade de Oliveira, passando no mesmo ensejo pelos distritos de Henrique Galvão e Carmo da Mata. Na mesma medida, chama atenção o fato dos artistas Pery & Coelho terem escolhido como itinerário três localidades que contavam com estações ferroviárias pertencentes à Estrada de Ferro Oeste de Minas, o que nos proporciona uma robusta evidência de que tais artistas viajaram com sua companhia no interior dos vagões ferroviários. Se voltarmos um pouco na história dos meios de transporte usados pelos circenses, veremos que seria inviável uma locomoção tão rápida de um município a outro, necessitando um tempo mais longo para tal incursão se não fosse feita por meio dos vagões da ferrovia.

Pelo transporte ferroviário, todo material necessário para armação e funcionamento do circo passou a ser transportado de uma cidade a outra, diferentemente do que ocorria anteriormente onde o material não era reaproveitado, configurando assim o “circo volante”²¹. A EFOM, além de favorecer a comunicação entre o interior e a capital, escoar a produção agrícola e industrial, possibilitou que inúmeras mercadorias fossem transportadas em seus vagões, dentre elas o próprio material para armação de circo de cavalinhos²², juntamente com os animais, quando houvesse,²³

²⁰ Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 06 mai. 1894, p. 01.

²¹ A partir dos estudos de Silva (2006), três tipos de arquitetura de circo existiram durante a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, *tapa-beco*, o *pau-a-pique* e o *pau fincado*, nascido da configuração “pau ficando”, o “circo volante” trata-se de quando o material usado na construção do circo passou a ser transportados pelos circenses. Podemos especular que a mudança da arquitetura do circo foi substituída devido ao desenvolvimento do transporte feito pelas ferrovias.

²² Podemos encontrar no livro de MAIA, 2009, p. 68-70, algumas mercadorias que constam no guia de tarifa das mercadorias transportadas pela estrada de ferro oeste de minas, disponível no arquivo público mineiro.

²³ *Gazeta de Oliveira*, 07 jul. 1888, p. 04.

contribuiu para um dos pontos mais importantes dos circos brasileiros, o nomadismo.

Para podermos dimensionar o desenvolvimento da linha férrea como condição propulsora para ampliação das possibilidades de circulação das companhias circenses em Oliveira, antes da instalação dos primeiros ramais da estrada de ferro em Oliveira, conseguimos obter registro sobre a passagem de circo na cidade somente em dois momentos, no ano de 1842 e em 1887²⁴. Já em oito anos após a chegada da EFOM, foram encontrados dezoito registros de circos que passaram pela cidade no período. Alguns fazendo temporadas menores, como o período que o “Circo Pery e Coelho” esteve em Oliveira, durante cerca de vinte e um dias²⁵. Outras companhias prolongaram tanto a sua estadia na cidade que a própria população aclamou para que se retirassem da cidade, a exemplo de um cronista que, por meio do jornal local, faz uma crítica ao circo do Sr. Barros. Segundo o autor, “devia dar por encerrada a série de espetáculos que pretendia exhibir nesta cidade” pois o “repertório de seus artistas está esgotado e não mais satisfaz ao nosso público”²⁶.

Entre os circos que estiveram em Oliveira, podemos citar: *Circo Equestre União Artística* (1892), *Circo Equestre* (1894), *Circo Pery & Coelho* (1894), *Grande Circo de Touradas* (1894), *Circo Franco-Brasileiro* (1894), *Grande Circo Nacional* (1895), *Circo Itália Brasil* (1897), *Circo Estrella do Amazonas* (1898), *Circo Spinelli* (1900), *Circo Paraense* (1902), *Circo Sul-Americano* (1906), *Circo Flor do Brasil* (1907), *Circo Austriaco* (1910), *Circo Colombo* (1911), *Circo Teatro Paulistano* (1915) e *Circo Norte Americano* (1917)²⁷. A estrada de ferro permitiu uma

²⁴ Anúncios. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 out. 1887, p. 04.

²⁵ Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 06 abr. 1894; Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 27 mai. 1894.

²⁶ Circo. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 25 nov. 1894, p. 02.

²⁷ Ver respectivamente: Companhia Equestre União Artística. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 05 jun. 1892. Circo Equestre. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 30 dez. 1894. Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 13 maio. 1894, p. 02. Circo Franco-Brasileiro. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 01. Grande circo nacional. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 abr. 1895, p. 02. Grande Circo de Touradas. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 dez. 1984, p. 04. Circo Itália Brasil. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 26 set. 1897, p. 02. Circo Estrella do Amazonas. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 ago. 1898, p. 01. Circo Spinelli. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 29 ago. 1900, p. 02. Circo Paraense. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 31 ago. 1902, p. 01. Circo Sulamericano. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 20 abr. 1906, p. 01. Circo Flor do Brasil. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 dez. 1907, p. 01. Circo Austriaco. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 13 mar. 1910, p. 01. Circo Colombo. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 12 fev.

maior estruturação do circo, podendo transportar mais artistas, maior número de animais e mercadorias de diversão. Tal circularidade de circos por Oliveira e localidades a ela adjacentes pode ser evidenciada por meio de várias notas presentes nos periódicos oliveirenses sobre grupos artísticos cujos nomes levam a crer que eles vinham de diferentes pontos do país e até mesmo do exterior, por exemplo, “Circo Paraense”, “Circo Austríaco”, “Circo Pavilhão Japonês”, “Grande Circo Itália-Brasil”. Em 1894, o “Grande Circo de Touradas” era descrito por um cronista local como sendo protagonizado por toureadores vindos da Espanha²⁸. No ano seguinte, o jornal comunicava que “brevemente” estaria na cidade o circo “Companhia Equestre-Lombarda”, de origem italiana²⁹. Já em 1896, o “Circo Japonês” ganhou uma coluna completa sobre o espetáculo apresentado na cidade, que segundo o jornal “literalmente enchia o espaçoso circo levantado na praça da Matriz” e contava com a participação de artistas de origem japonesa:

[...] Dentre os trabalhos apresentados, que agradaram muito quasi todos, destacam-se os do artista japonês D. Franco Alimeeche que arrancou da plateia os mais vivos e entusiasticos aplausos – justos e mui merecidos, porque realmente D. Franco soube ser um cavalheiro delicado, de finíssimo, trato e artista sublime, admirável e consumado. [...] Aproveitem nesse caso os serviços de José Capêda, que apesar de não falar bem o português, é muito mais espirituoso e agrada mais o público³⁰.

Assim, podemos inferir que se os artistas não fossem de fato estrangeiros, possuíam ligações ou ascendência em outros países. Ainda podemos dizer que o circo possibilitou o contato dos habitantes do interior mineiro com culturas estrangeiras, como as diferentes línguas faladas pelos circenses de diversas nacionalidades europeias. Muitos dos circos que estiveram em Oliveira também se apresentaram em diversas outras praças pelo país afora. A exemplo, o “Circo Spinelli”, cuja nota publicada no dia 22 de

1911, p. 01. Circo Teatro Paulistano. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 28 nov. 1915, p. 01. A tela, a scena e o circo. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 14 jan. 1917, p. 01. Grande Circo de Touros. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 04.

²⁸ Cf. Grande Circo de Touros. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 04.

²⁹ Circo. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 14 abr. 1895, p. 03.

³⁰ Circo Japonês. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 jun. 1896, p. 02.

julho de 1900 no período *Gazeta de Minas*, trazia as seguintes informações:

Estreiou hontem nesta cidade, com um bem organizado espectáculo, a conhecida e afamada companhia equestre e gymnastica, de que é director o estimável cavalheiro sr. Affonso Legran Spinelli. A companhia traz um elenco de 22 artistas, d'entre alguns são reconhecidos muito mérito. O palhaço Benjamim espirituoso e delicado, trouxe o publico em constante hilaridade [...] ³¹.

A companhia de Affonso Spinelli percorria cidades brasileiras desde o ano de 1893. Em 1896 esse mesmo circo estava armado em um bairro do Rio de Janeiro. Apresentava-se em várias cidades, como São Paulo, Porto Alegre, mas principalmente no Rio de Janeiro, tornando-se uma referência importante na cultura brasileira ³².

Nessa direção, as notícias sobre chegada de companhias circenses eram publicadas nas páginas dos jornais com antecedência, sinalizando para quais tipos de espetáculos essas trupes ofereceriam e após a realização dos espetáculos a concorrência recebida. Em outubro de 1910, por exemplo, um cronista da imprensa oliveirense destacou a grande concorrência obtida pelo “Circo Mineiro”, dando mostras do grande alcance social de suas apresentações:

Retirou-se d'esta cidade, onde esteve por duas vezes, a companhia cujos Directores são os srs. Mendes & Villela, bastante conhecidos e populares no Estado, gozando a companhia do melhor conceito. [...] E a prova teve-a nesta cidade, havendo noites de enchentes no circo, aliás grande, com espaço para mais de novecentas pessoas ³³.

Sobre algumas questões inerentes às diferentes formas de apropriação e o uso do circo como veículo propagador e em diálogo com elementos da cultura local, em 1910 o “Circo Mineiro” realizou um espetáculo em “benefício” da Santa Casa de Misericórdia que, segundo um cronista local, deu “um bonito resultado”, cuja mesa administrativa da instituição pedia ao jornal “interpretes de sua gratidão para com a companhia pelo seu generoso

³¹ Circo Spinelli. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 jul. 1900, p. 02.

³² SILVA, 2007, p. 138.

³³ *Gazeta de Minas*. Oliveira, 16 out. 1910, p. 01.

acto de philanthropia, assegurando que esse acto ficará registrado na Santa Casa". O espetáculo em "benefício" constituía assim uma prática exercida pelos grupos circenses, cuja renda da noite destinava-se a pessoas escolhidas pelos proprietários das próprias companhias. Contudo, cabe destacar que tais "benefícios", em muitas situações, eram usados pelos circenses como uma forma de estabelecer vínculo com as populações locais.

Mais do que oferecer espetáculos e destinar rendas a instituições locais, os processos de apropriação e adaptação do circo na cultura local também podem ser percebidos nos espetáculos, cujas atrações incluíam em seu repertório atividades promovidas por agentes e elementos da cultura de Oliveira. No ano de 1928, por exemplo, entre os diversos espetáculos promovidos pelo "Circo Estrella de Minas" na cidade, ocorreu uma luta de *box* entre um amador local e um campeão da cidade Lavras, sendo a grande atração promovida pela companhia:

PUGILISMO

Realizou-se ante-ontem na arena do Circo Estrella de Minas um animado match de box entre os amadores srs. Jubert de Souza, campeão de Lavras e Sebastião Rosa, desta cidade. O jogo que se desenvolveu cheio de lances sensacionais, terminou com a victoria do boxeur oliveirense por pontos. Actuou como juiz nessa pugna o sr. Jorge Simão³⁴.

Dessa forma, o circo estruturava-se como um acontecimento artístico variado, sujeito a inúmeras influências de linguagens, justamente por haver uma preocupação dos circenses em adequar o espetáculo ao gosto dos habitantes das cidades em que se apresentavam. Em um anúncio publicado no jornal "Gazeta de Minas" em 1894, o "Grande Circo de Touradas" chamava os fazendeiros e pessoas que tivessem "bois bravos que queiram alugá-los para os trabalhos"³⁵. O valor a ser pago pelo aluguel seria de \$ 20 réis para cada dia de apresentação. Percebemos, uma vez mais, a busca de elementos locais para a integração do espetáculo. O grande interesse da população e as repercussões provocadas pelo circo em Oliveira pode ser percebida em junho de 1918, quando o espetáculo promovido pela companhia "Pavilhão Brasil Japonez", provocou tamanho furor entre seus apreciadores, que foi necessário,

³⁴ Gazeta de Minas. Oliveira, 08 jan. 1928, p. 02.

³⁵ Grande Circo de Touradas. Gazeta de Minas, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 04.

segundo a imprensa local, a intervenção do policiamento para conter o grande público espectador:

Tem obtido franco sucesso a importante Companhia “Pavilhão Brasil Japonez” nos diversos espetáculos que tem dado em Oliveira, sempre muito concorridos, alguns tanto, que foi preciso que a policia proibisse a venda de bilhetes. O circo é bom, bem disposto, elegante e commodo; o guarda-roupa moderno e de luxo, e o pessoal é de fina educação. Os artistas são bons, havendo alguns de muito mérito: é esta a opinião geral. A família japoneza, pelos seus trabalhos difíceis, como jogos icarios, acrobacia e equilibrios maravilhosos, tem alcançado calorosas palmas. Mr. Takessawa Mange, chefe optimo artista; mlle. Saada, excellente aramista, mll. Okico linda equilibrista [...]. Há muito não tivemos aqui companhia tão boa, séria e delicada. Hoje, funcção de gala com trabalhos novos³⁶.

O jornal exaltava as apresentações do circo naquela noite e denotava crédito à atuação dos artistas que provavelmente impressionavam o público, parecendo até mesmo buscar ilustrar uma natureza “mágica do circo”. Naquela sociedade, mágicos, aramistas, malabaristas, ginastas e trapezistas compunham o mesmo cenário. Podemos perceber a movimentação do circo que levava o seu espetáculo a diversas regiões, inclusive as rurais, possibilitando vários tipos de divertimento que devido à dificuldade de viagem, instalação e até mesmo de lucratividade, poderia não ocorrer em outras praças. Nesse sentido, faz-nos refletir sobre quais pessoas frequentavam os espetáculos, tendo como prioridade a presença daquelas pessoas que pudessem pagar para assisti-los, sendo que o valor do ingresso variava de acordo com o circo e até mesmo a idade do público. Por exemplo, o “Circo União Artística” que se apresentou em Oliveira no ao de 1892 cobrava a entrada da “Geral” por 1\$000 e meninos até oito anos valor de \$500³⁷. Outro circo que se apresentou no ano de 1898, diferenciava os seus ingressos de preferência 2\$000, a entrada geral a 1\$000 e crianças menores de 7 anos \$500.³⁸

³⁶ Gazeta de Minas. Oliveira, 02 jun. 1918, p. 01.

³⁷ Circo União Artística. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 10 jul. 1892, p. 04.

³⁸ Circo dos Touros. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 13 mar. 1898, p. 04.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ressaltamos na parte introdutória deste relato de pesquisa, o modo de vida circense em permanente “trânsito”, é constituído pelas relações estabelecidas com as vilas, cidades, países que os circenses visitaram. Ou seja, a produção do circo como espetáculo é envolvida por tudo aquilo que permeia a sua trajetória de itinerância. Tendo isso como base, o caminho percorrido foi no sentido de observar o diálogo que a produção da linguagem circense estabeleceu com diversos locais e períodos.

Diante dos indícios fornecidos pelos registros dos periódicos e a base teórica, foi possível perceber a contribuição do circo para a integração social e a formação cultural de Oliveira, entre os últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX. Os espetáculos eram muito prestigiados e a cidade de Oliveira era conquistada pelo circo, alterando a sua vida costumeira. Quando o circo partia, deixava para trás uma cidade que, contagiada pela irreverência daqueles saltimbancos, ansiava pela visita de outros nômades. A cidade recebe circos de diversas partes do Brasil e comporta um espaço que simboliza a modernidade, onde várias relações sociais são estabelecidas.

Mesmo que os exemplos acima sejam apenas introdutórios, e tragam apenas algumas discussões preliminares, acreditamos que o circo adquiriu um novo status em Oliveira na virada do século XX. Após a inauguração da estação da EFOM, o circo participou ativamente na construção de uma “suposta” modernidade oliveirense, sempre buscando dialogar com diferentes espaços e atores sociais, além de interagir com diversos elementos da cultura local. Por ora, estas são as considerações finais do circo que chegou, da lona que levantou e o picadeiro que fascinou.

REFERÊNCIAS

- A ilustríssima Camara Municipal. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 10 nov. 1889, p. 03.
- A tela, a cena e o circo. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 14 jan. 1917, p. 01.
- ABREU, Brício de. *Estes populares tão desconhecidos*. Rio de Janeiro: Raposo Carneiro, 1963.
- AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. “À mania intoxicadora”: introdução clubística e consolidação dos sentidos de competitividade do foot-ball no centro-oeste mineiro (1888-1930). 151 f. 2016.

Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei – MG, 2016.

- Annuncios. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 out. 1887, p. 04.
- Annuncios. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 18 mar. 1888, p. 03.
- Bilhar. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 ago. 1898, p. 01.
- Circo. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 14 abr. 1895, p. 03.
- Circo. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 25 nov. 1894, p. 02.
- Circo Austriaco. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 13 mar. 1910, p. 01.
- Circo Colombo. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 12 fev. 1911, p. 01.
- Circo dos Touros. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 13 mar. 1898, p. 04.
- Circo Equestre. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 30 dez. 1894.
- Circo Estrella do Amazonas. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 ago. 1898, p. 01.
- Circo Flor do Brasil. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 dez. 1907, p. 01.
- Circo Franco-Brasileiro. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 01.
- Circo Italia Brasil. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 26 set. 1897, p. 02.
- Circo Japonês. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 jun. 1896, p. 02.
- Circo Paraense. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 31 ago. 1902, p. 01.
- Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 06 abr. 1894.
- Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 06 mai. 1894, p. 01.
- Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 13 maio. 1894, p. 02.
- Circo Pery e Coelho. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 27 mai. 1894.
- Circo Spinelli. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 jul. 1900, p. 02.
- Circo Spinelli. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 29 ago. 1900, p. 02.
- Circo Sulamericano. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 20 abr. 1906, p. 01.
- Circo Teatro Paulistano. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 28 nov. 1915, p. 01.
- Circo União Artística. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 10 jul. 1892, p. 04.
- Companhia Equestre União Artística. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 05 jun. 1892.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- FONSECA, Luiz da Gonzaga. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1961.
- Gazeta de Minas*. Oliveira, 16 out. 1910, p. 01.

Gazeta de Minas. Oliveira, 02 jun. 1918, p. 01.
Gazeta de Minas. Oliveira, 08 jan. 1928, p. 02.
Gazeta de Oliveira. Oliveira, 07 jul. 1888, p. 04.
Grande Circo de Touradas. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 04.
Grande Circo de Touros. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 16 dez. 1894, p. 04.
Grande circo nacional. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 28 abr. 1895, p. 02.
JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.
MAIA, Andréa Casa Nova. *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
Notas sobre o município da Oliveira. *Gazeta de Oliveira*, Oliveira, 15 jan. 1888, p. 01.
ROCHA, Gilmar. *Corpo e alma de uma cultura viajante – um estudo antropológico do Grande Circo Popular do Brasil (Marcos Frota Circo Show)*. 439 f. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
Semana a semana. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 03 nov. 1907, p. 01.
SILVA, Daniel Marques da. *O palhaço negro que dançou a chula para o Marechal de Ferro: Benjamim de Oliveira e a consolidação do circo-teatro no Brasil – mecanismos e estratégias artísticas como forma de integração social na Belle Époque carioca*. 418 f. 2004. Tese (Doutorado em Teatro) – Centro de Letras e Artes, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
SILVA, Ermínia. *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007.
Sports. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 06 jun. 1920, p. 02.

Educação patrimonial, memória e cidadania: estratégia de conscientização patrimonial no município de Oliveira-MG

Pedro Henrique Porto Coelho¹

Isaac Cassemiro Ribeiro²

Tainah Leão Nascimento³

INTRODUÇÃO

O patrimônio tratado como cultural implica uma forma de assimilação com o passado, que garante a manutenção da identidade pertencente a um povo e, por isso, merece ser valorizado, protegido e conservado, pois é o que define a identidade coletiva e individual.⁴ Este, também estabelece um campo de batalha pelo poder simbólico, ou seja, o patrimônio cultural pode ser entendido como um campo onde ocorrem trocas simbólicas e disputas de poder não somente político, mas, sobretudo, cultural. Neste quadro, Pierre Bordieu, ao tratar do sentido simbólico

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2009), especialista em Filosofia pela Faculdade Federal de Ouro Preto (2012), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual de Minas Gerais (2014). É professor titular - Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), e membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Formiga-MG (gestão 2013-2014; 2015-2016; 2017-2018).

² Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (2009), mestre em História, Poder e Relações Sociais, pela mesma Universidade (2014), doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). É professor de sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais, IFMG – campus São João Evangelista – SJE.

³ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade FUMEC (2015) e especialização em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2016). Professora titular da Faculdade Pitágoras de Divinópolis nos cursos de Design de Interiores e Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é sócia do escritório de Arquitetura e Interiores “A2 Arquitetura e Design”.

⁴ CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. p. 174.

do poder, ressalta que o mesmo é invisível, não se mostra com facilidade, havendo a necessidade de descobri-lo onde é ignorado ou não reconhecido. Conseqüentemente, seu sentido não é atribuído somente à uma forma de dominação.⁵

A revelação do poder simbólico requer a apreensão do campo onde ele se encontra e a compreensão dos mecanismos que lhe proporcionam visibilidade. Assim, o patrimônio cultural se apresenta como campo ou *locus* regido por valores simbólicos – facultados à identidade e à memória – que estabelece uma dialética entre atores sociais e estrutura social. Já os mecanismos têm como intuito delimitar o funcionamento do campo, assumindo uma função estruturante da memória de uma sociedade. Sob aspecto holístico, como parte desses mecanismos, destacam-se aqueles que incluem a cultura no campo das políticas sociais.

A inclusão da cultura no campo das políticas sociais – e a defesa do acesso aos bens culturais materiais ou imateriais – é mais que apropriada para um desenvolvimento social e econômico de base territorial. Dentre os aspectos da inclusão cultural, a proteção do patrimônio enquanto área de ação governamental favorece o diálogo inter-regional e cria certos empreendimentos urbanísticos, imobiliários, turísticos, além de garantir a memória de uma comunidade. Portanto, criar mecanismos mantenedores da identidade local e fomentadores do desenvolvimento regional com relação ao patrimônio histórico se torna óbvio.

É papel dos órgãos públicos de salvaguarda – seja da esfera nacional, estadual ou municipal – garantir a continuidade e sustentabilidade dos bens culturais através da fiscalização, proteção, manutenção e divulgação patrimonial. As autoridades locais e os agentes dos processos culturais são elementos indispensáveis na reflexão sobre o patrimônio, que cada vez mais, proporcionam um entendimento de consumo produtivo, isto é, oferecem suporte a várias atividades socioeconômicas. Ainda assim, seria um erro limitar essas atividades somente ao campo turístico, haja vista que a questão patrimonial cria recursos específicos, atrai investimentos para uma região, garante qualidade de vida e cria uma imagem identitária do território envolvendo os atores sociais. Deste modo, a nobilitante valorização do patrimônio é mais que uma simples herança, é um processo de construção que parte dos interesses

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.7-8.

dos agentes envolvidos – sociedade civil e poder público – cada qual, exercendo seu papel, com atribuições definidas.

Mediante a valorização patrimonial, o processo de divulgação dos bens protegidos torna-se necessário frente à explicitação daquilo antes implícito para a comunidade. Partindo desse pressuposto, é notório – em certa medida – a recusa por parte da sociedade frente a manutenção dos bens culturais de um município devido à falta de informação sobre a representatividade que tal bem cultural exerce. Portanto, somente os trabalhos dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, enquanto órgãos competentes na preservação patrimonial local, não são suficientes para atender as demandas existentes. Para além das ações de proteção dos bens culturais destes “órgãos híbridos”⁶, certifica-se a obrigação de criar mecanismos para o desenvolvimento de uma consciência patrimonial. Não basta proteger e manter, se a grande parcela dos cidadãos não comunga da importância de tais medidas e não cria laços afetivos quanto ao bem protegido. Afetividade esta, garantida a partir de uma educação patrimonial.

Com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da mentalidade cidadã acerca da importância do patrimônio cultural local, sobretudo no que se refere ao que compõe o território que hoje abriga os municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais, foi idealizado, no ano de 2016, o projeto de extensão *Patrimônio Proclama*, vinculado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG). O projeto tem em vista duas finalidades básicas: a primeira refere-se ao desenvolvimento de instrumentos de divulgação, elucidação e conscientização da sociedade civil com relação aos processos de salvaguarda do patrimônio cultural a partir da criação de parcerias e convênios com agentes culturais do poder público no Centro-Oeste mineiro. Já a segunda, parte da criação de um banco de dados com os registros e dossiês dos bens culturais municipais salvaguardados na região vigente. Esta, fornecerá à comunidade acadêmica o acesso das diversas informações contidas nos registros patrimoniais, que servirão de fontes documentais para possíveis pesquisas relacionadas ao tema “patrimônio cultural”.

Com este intuito, no ano de 2016, estabeleceu-se uma parceria entre a Faculdade Pitágoras, a Prefeitura Municipal de Oliveira

⁶ Sobre a discussão dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural como “Órgãos Híbridos”, ver: PEREIRA, Maria de Lourdes. *As Políticas Públicas Para a Preservação do Patrimônio*. UFMG, Belo Horizonte, 2001.

e o Conselho de Patrimônio Histórico de Oliveira com o objetivo de criar um livreto que servirá de suporte para as atividades vinculadas ao programa de Educação Patrimonial do município.

OLIVEIRA NO OESTE DE MINAS: FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL

A cidade de Oliveira, assim como grande parte do que o IBGE hoje denomina como mesorregião “Oeste de Minas”, teve seu povoamento oficial impulsionado, sobretudo, pela abertura do caminho que ficou conhecido como “A Picada de Goiás”⁷, no primeiro quartel do século XVIII⁸, mais especificamente, a parte sul deste território, abrangendo as terras e vizinhanças da antiga vila de Tamanduá (atual Itapeçerica)⁹. Neste momento, na região, existiam diversos “quilombos”¹⁰.

⁷ Antes disso, até fins do século XVII, toda a região foi alvo da empresa paulista de aprisionamento indígena: o Bandeirismo, que capturou e exterminou uma miríade de tribos e etnias ameríndias. Ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de Doutorado); HENRIQUES JUNIOR, Gilmar Pinheiro. *Arqueologia regional do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

⁸ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João del-Rei: UFSJ, 2014, p. 59. (dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/pghis/dissertacoes.php>. (Acesso em Novembro de 2016).

⁹ Em contrapartida, outra parte do Oeste de Minas, zona de influência da vila de Pitangui, se povoou devido a outros fatores, que escapam a este artigo. Para as peculiaridades da história do povoamento de Pitangui, ver: CATÃO, Leandro Pena. Os Sertões a Oeste das Minas: descobrimentos, caminhos, ocupação espacial e cultura política nos séculos XVII e XVIII. In: CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa; CATÃO, Leandro Pena; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 71; MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. São João del-Rei: UFSJ, 2011. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰ Ao que parece, até a abertura da picada, ou seja, até 1736, estes núcleos pouco incomodaram as autoridades da coroa na capitania. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988; SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 114; AMANTINO, Márcia. O Mundo das Feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008; MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo*. Contagem: Santa Clara Editora, 2008 p. 124. RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Op. Cit. (2014, a), p. 59.

A picada de Goiás, como o próprio nome diz, foi um caminho alternativo ao de São Paulo, aberto para ligar o Rio de Janeiro, centro oficial de escoamento dos produtos da extração mineral, às minas de Goiás e Cuiabá, passando pela capitania de Minas Gerais¹¹. A consolidação da picada – ou picadas, pois foram abertas diversas variantes – veio a ocorrer em um momento preciso, intrínseco à dinâmica econômica da capitania de Minas Gerais: a diminuição das jazidas auríferas superficiais, percebida a partir da década de 1750¹².

É neste contexto que podemos situar o surgimento do arraial de Nossa Senhora da Oliveira (atual cidade de Oliveira). Com a diminuição da extração aurífera nas áreas centrais de Minas Gerais, os capitais provenientes desta atividade foram alocados em outro setor da economia colonial que vinha crescendo: a produção de alimentos para o abastecimento interno. Tudo indica que a maior parte dos primeiros proprietários a se estabelecer legalmente na região (confirmando suas posses através de cartas de sesmaria), provinham da comarca do Rio das Mortes. Muitos destes sesmeiros, antigos mineradores, fazendeiros/mineradores, filhos destes ou aparentados¹³, buscavam investir capitais na área de expansão e fronteira aberta do oeste, com extensas porções de terras férteis e “disponíveis” à empresa agropecuária¹⁴.

Tendo aos seus pés um caminho consolidado, a Picada de Goiás, seguro após o extermínio e expulsão dos quilombolas¹⁵,

¹¹ Com a abertura, buscou-se inibir o contrabando praticado através do caminho de São Paulo, e ao mesmo tempo abastecer essas minas descobertas a partir de 1720. Porém, ao que tudo indica, em seus primeiros anos, essa via não se fortaleceu em detrimento à paulista. VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 136.

¹² CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 36; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no Mundo Colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 22.

¹³ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Migrar é Preciso: migração, família e expansão de fronteiras (Oeste da Comarca do Rio das Mortes - Séculos XVIII e XIX)*. In: *Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro - Perspectivas: Memória, Literatura e Educação*, V, 2014, Divinópolis, p. 135-151.

¹⁴ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014, a).

¹⁵ A destruição dos núcleos quilombolas próximos à Picada de Goiás e a zona de povoamento mais antiga da comarca, possibilitou a instalação de mais fazendas produtoras de gêneros alimentícios na região. Coincide com esse período, o terceiro quartel do século XVIII, a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Mello. Inspirado nos ideais Iluministas, sua política via o aumento demográfico

fazendeiros da região iniciaram a construção do arraial de Oliveira. Entre 1754 e 1758, seguindo o padrão da época, edificaram uma capela no alto de uma colina dedicada a Nossa Senhora da Oliveira¹⁶. O lugar constituiu-se administrativamente como uma “aplicação”¹⁷. A partir deste momento, todos os pedidos de sesmaria feitos por moradores locais se referiam ao lugar como a “aplicação da capela de N. Senhora da Oliveira”, pertencente à “freguesia” de Santo Antônio da vila de São José del-Rei, comarca do Rio das Mortes.

Exemplo arquitetônico do povoamento da região por fazendeiros na segunda metade do século XVIII é a fazenda Bom Retiro (patrimônio municipal ainda existente), onde, no século XIX, nasceu o filho mais ilustre de Oliveira, marco da memória local: Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (o doutor Carlos Chagas, 1879 - 1934)^{18 19}.

Concernente ao desenvolvimento da paisagem urbana neste período, a segunda metade do século XVIII, o arraial possuía apenas duas ruas, que se originaram a partir de um ponto em comum: as margens do riacho Maracanã²⁰. No local se instalou o

como um dos elementos mais significativos da riqueza das nações, se empenhando em povoar as fronteiras da América Portuguesa. Na capitania de Minas Gerais, a fronteira Oeste se configura, então, como ponto estratégico à política de povoamento pombalina. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 114.

¹⁶ BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 226.

¹⁷ Subdivisão do território paróquial colocado sob a responsabilidade de um capelão FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.112.

¹⁸ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987; MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de Fazendas Mineiras: Campos das Vertentes Séculos XVIII e XIX*. BDMG Cultural, Belo Horizonte: 1998; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014, a), p.187 – 193.

¹⁹ Assim como as demais fazendas mineiras setecentistas, a Bom Retiro possui janelas com verga arqueadas em “canga de boi”, inspiradas no Palácio dos Governadores de Ouro Preto, essas janelas se tornariam verdadeiro modismo, conferindo movimento às fachadas das sedes das fazendas e das casas urbanas “sopro barroco”. Um dos poucos exemplares ainda existentes da arquitetura civil de Oliveira que remete a este período pode ser observado na Rua Cel. João Alves, 557 (antiga Rua do Coqueiro), o beiral em “beira-seveira” é o único na cidade. MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.77-78.

²⁰ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.25.

primeiro rancho de tropeiros da região. Uma das ruas coincidia com a picada de Goiás que, passando por esse ponto, ao pé do morro, seguia pela via mais antiga, a Rua das Palmeiras (atual Rua da Misericórdia). A outra via subia o morro constituindo o primeiro corpo do arraial propriamente dito, tratava-se da larga Rua do Carmo (atual Praça XV de Novembro), sobre a qual, a partir de 1780 começaram a construir a sólida e imponente igreja matriz, de inspiração Barroca²¹, “dominando o casario que surgia em torno dela e na descida da ladeira”²². O mesmo arquiteto, famoso na época, teria posteriormente concebido a matriz de Barbacena²³.

Apesar da criação da vila de São Bento do Tamanduá, geograficamente mais próxima, em 1790, os aplicados da capela de Oliveira decidiram continuar pertencendo à jurisdição da vila de São José (Tiradentes), possivelmente devido a disputas políticas internas entre os dois povoados, que se acentuariam no século seguinte, como veremos²⁴.

Neste momento já se pode falar de uma “crise da mineração”, a década de 1780 é entendida como “o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central”²⁵. A consolidação da urbe oliveirense nesta década, com o início da construção de seu maior templo, demonstra o fortalecimento econômico dos agropecuaristas na capitania.

Em 1819, o naturalista francês Auguste de Sant-Hilaire, em passagem por Oliveira, afirmou que o arraial pertencia a um pequeno número de povoações que não deviam sua fundação à extração aurífera e, sim, à sua vantajosa posição, encruzilhada de diversas estradas importantes. Esqueceu-se de mencionar que, junto às estradas, os fazendeiros produtores de gêneros alimentícios foram os principais construtores do arraial.

²¹ *Ibidem*, p. 65 e 67.

²² *Ibidem*, p.25.

²³ *Ibidem*, p. 65 e 67.

²⁴ A vila de Tamanduá é instituída em um segundo momento de criação de vilas na capitania, e junto com ela foram criadas mais duas: as vilas de Barbacena e de Queluz (Conselheiro Lafaiete). O objetivo era, em plena Inconfidência, acalmar e satisfazer as elites locais. Do ponto de vista econômico, a criação da vila satisfazia as necessidades locais por instituições administrativas mais próximas, reivindicação dos fazendeiros que se enriqueciam com o fortalecimento da economia de abastecimento interno. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 131 – 158.

²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010), p. 22.

O botânico informou ainda que as casas eram em sua maioria ao rés do chão, porém bastante grandes para o padrão do país, e cobertas de telha. Esta última característica é signo da prosperidade local, tendo em vista que em muitos arraiais contemporâneos, pobres, a maioria das casas era coberta de capim. Sobre as mesmas, diz que em geral eram caiadas, e com janelas pintadas de amarelo e moldura rósea, o que, segundo o naturalista, “no meio das paredes brancas, produz um efeito muito agradável”. Além de casas dos fazendeiros, na cidade se viam diversas lojas e mercearias, tavernas, uma farmácia e dois albergues (hospedarias), bem como diversos artesãos. Saint-Hilaire também notou duas igrejas no lugar, uma delas, a matriz, que descreve como sendo “bastante bela no interior”, e que “empregaram, para orná-la, uma pedra de um belo verde-maçã”²⁶

O arraial de Oliveira viria a se desvincular de São José somente depois da Independência, com a criação da vila de N. Sra da Oliveira em 1839²⁷. Sua instalação obedecia às pressões da elite local em confluência com as tentativas de fortalecimento da burocracia e da arrecadação na agora província de Minas Gerais, em um movimento que se estendia por todo o recém-criado Estado Imperial Brasileiro²⁸. Com o status de vila, a povoação passa a contar com o Senado da Câmara (Câmara de Vereadores) e seu presidente, com atribuições semelhantes à dos prefeitos atuais. Na mesma lei de criação da vila, cria-se a comarca do Rio Grande, centro do poder judiciário, compreendendo os municípios de Tamanduá (sede da comarca), de Oliveira e da Vila Nova da Formiga.

Constam do ano de 1842²⁹ as principais modificações urbanísticas na vila de Oliveira, tendo uma das duas primitivas ruas que

²⁶ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.26.

²⁷ BARBOSA, Waldemar. *Op. Cit.* (1995), p. 228.

²⁸ CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>. (Acesso em Novembro de 2016).

²⁹ As disputas políticas no Primeiro Reinado influenciaram as vinculações administrativas entre Oliveira e Tamanduá. Durante a “Revolta Liberal de 1842”, a vila foi dominada pelas forças liberais. Da disputa ocorreu uma batalha entre Oliveira e Tamanduá, conhecida como a “Batalha do Campo do Cajú”, envolvendo, por parte da primeira vila, uma tropa de 400 homens, e da segunda, 60 indivíduos. Em emboscada, as forças de Tamanduá venceram a batalha, e afastaram os liberais de Oliveira. Ver: FONSECA, Luís Gonzaga da. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1961.p. 398 402.

constituíam o velho arraial, a rua de cima (do Carmo), sido dividida em lotes, aparecendo então os quarteirões centrais. Deu-se origem à Rua Direita (atual Dr. Coelho de Moura), e Rua Dr. Carlos Chagas. Para isso a municipalidade fez concessões dos terrenos em troca de donativos em dinheiro para a construção da casa de câmara e cadeia³⁰. Exemplo desta arquitetura de meados do século XIX pode ser observado na casa de número 6, ainda existente na praça XV de Novembro, “contendo um beiral emolduro e vãos coroados por cimalha, além da presença dos destacados cunhais, bem ao gosto de várias construções das cidades históricas mineiras”³¹.

Consequência da rivalidade entre Oliveira e Tamanduá, e de sua vinculação histórica com São José, em 1850 a vila desvincula-se da comarca do Rio Grande, encabeçada por Tamanduá, e volta a pertencer à comarca do Rio das Mortes, junto a São José e encabeçada por São João del-Rei.

A criação propriamente dita da cidade de Oliveira se dá no Segundo Reinado, em momento de turbulências na disputa política provincial entre os dois principais partidos do Império – o Partido Liberal e o Partido Conservador³². A cidade é criada com a lei provincial nº 1102, de 19 de setembro de 1861³³.

Nesta época, o largo da matriz que, como afirmou Saint-Hilaire em 1816, era marcado por casas térreas, passa a sofrer grande mudança em sua paisagem, com a construção de grandes sobrados por senhores de terras e grandes comerciantes, signos de sua distinção social. Os riscos da maioria destas construções podem ser atribuídos aos portugueses Antônio Silva Campos e José Fernandes do Couto (José Carapina), instalados na cidade por volta de 1860. Exemplo deste período pode ser observado no sobrado de número 82 e 61 (antes 59), na praça XV de Novembro³⁴.

Segue-se em 1862 a criação da comarca de Lambari, encabeçada por Oliveira³⁵. Quatro anos depois, judicialmente, a cidade se vincula novamente a Tamanduá, com a criação da comarca do Rio

³⁰ FONSECA, Luiz Gonzaga da. *Op. Cit.*, p.148.

³¹ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p.81.

³² CLAUDINO, Guilherme Pereira. *Entre facas e togas: A disputa pelo poder em Oliveira 1868*. São João del-Rei, Anais do VII Congresso de Produção Científica da UFSJ, 2008.

³³ BARBOSA, Waldemar. *Op. Cit.* (1995), p. 228.

³⁴ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97 – 100.

³⁵ http://www.oliveira.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia (acesso em novembro/2016)

Pará, em 1866. Mas por pouco tempo. A comarca de Lambari foi restaurada pela Lei n.º 2.002, de 15 de novembro de 1873.

Data desta época uma mudança na economia local que viria a modificar muito os padrões de riqueza³⁶ e as estruturas arquitetônicas da nova cidade. A partir de então, os edifícios civis e oficiais seriam construídos em formas mais requintadas, influenciadas pelo neoclassicismo e pelo ecletismo irradiado da Corte, no Rio de Janeiro, e de grandes centros do Império. Entre 1870 e 1887, disseminou-se a cultura do café no município, que teria sido motivada pela alta dos preços, consequência da geada que assolou os cafezais da Zona da Mata e de São Paulo³⁷. Tendo como base econômica um produto destinado à exportação, e não mais uma agropecuária de abastecimento interno, é de se imaginar as grandes mudanças que tal reviravolta causaria em todos os setores da vida social em Oliveira³⁸.

Na arquitetura civil de influência neoclássica merece destaque o sobrado da n.º 35, na praça Dr. José Ribeiro da Silva, “com pinturas internas (...) decoradas as paredes da sala de jantar com medalhões contendo, ao meio, paisagens que simbolizam as quatro fases do dia (a aurora, o meio-dia, o pôr-do-sol e a noite)”³⁹. O ápice desta arquitetura de transição para o ecletismo pode ser observado em enormes sobrados ainda existentes na cidade, a saber: na Rua Dr. Coelho de Moura, n.º 80; Praça XV de Novembro 143 esquina com Rua José Teodoro; Rua dos Passos, n.º 13 (antigo n.º 4, atual Escola Estadual Professor Pinheiro) e o requintado sobrado da Praça XV de Novembro, n.º 164 (antigo 170, atual Panificadora Nobre), “com mescla de estilo (...) na adoção de um risco puramente colonial ou setecentista, mas com ornamentação do século XIX”, no detalhe da “grega que acompanha a cimalha pode-se observar o trabalho esmerado realizado por algum oficial português na execução de elementos alusivos às atividades rurais do antigo morador”⁴⁰.

³⁶ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Classificação de Fortunas em uma Economia de Abastecimento Interno: o caso da família “Ribeiro da Silva”, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte; Diamantina: CEDEPLAR; VI Seminário Sobre Economia Mineira, 2014. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/>. (Acesso em novembro de 2016)

³⁷ FONSECA, Luiz Gonzaga da. *Op. Cit.* (s.d.) p. 188.

³⁸ Porém, esse impacto, que diferencia a cidade de suas vizinhas do Oeste de Minas, ao mesmo tempo em que a aproxima da experiência do café no Sul de Minas, ainda carece de estudos historiográficos apurados.

³⁹ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97; 99-100.

⁴⁰ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97; 105-106.

Finalizando o século XIX, junto a todas as mudanças desta virada de século: a abolição da escravatura e o fim do Império – chega, em Oliveira, pelos trilhos da “Estrada de Ferro Oeste de Minas”, o maior símbolo da modernidade oitocentista, da expansão capitalista global e da Revolução Industrial – a locomotiva a vapor.

Tendo sido inaugurada em São João del-Rei em 1881, com a presença do Imperador D. Pedro II, a *Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas* buscou prolongar sua linha, que, partindo de São João, se dirigisse a Oliveira. No início de 1886, a Oeste inaugurou os trabalhos de construção, e em outubro de 1887 foi inaugurado o trecho até Oliveira⁴¹.

Símbolo maior da arquitetura civil neste momento é o sobrado de arquitetura eclética nº 103, da Praça XV de Novembro. O prédio foi construído pelo coronel Theodoro Ribeiro de Oliveira e Silva no largo da Igreja Matriz da cidade de Oliveira. Tendo começado as obras por volta do ano de 1884, elas foram paralisadas em 1888 devido à abolição da escravatura. O edifício abrigou o Fórum da Cidade de Oliveira entre 1913 e 1977, sendo restaurado pelo IEPHA entre 1982 e 1983 para sediar a “Casa de Cultura Carlos Chagas”⁴².

A chegada da ferrovia também traria novos materiais e soluções que foram empregadas na arquitetura da cidade e ainda podem ser observados em diversos edifícios no município. No que se refere à administração jurídica, a comarca de Lambari, encabeçada pelo município, teve seu nome alterado para Comarca de Oliveira pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891⁴³, já na Primeira República.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional que tem como fonte primária de conhecimento e reconhecimento o patrimônio cultural. No que diz respeito à classificação do patrimônio cultural no Brasil, a Seção II, artigo 216 da Constituição de 1988, afirma que:

⁴¹ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: Os Caminhos de Ferro do Sul de Minas (1875-1902)*. São João del-Rei: UFSJ, 2012. (Dissertação de Mestrado).

⁴² MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987). p. 107.

⁴³ http://www.oliveira.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia (acesso em novembro/2016)

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁴⁴.

Partindo deste pressuposto, o desenvolvimento do trabalho em educação patrimonial visa enriquecimento individual e coletivo de membros da sociedade de qualquer faixa etária, levando conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural como um instrumento de “alfabetização cultural”. Neste processo, o indivíduo se torna capaz de fazer a leitura do seu entorno, levando-o à compreensão do cenário sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.⁴⁵ Segundo Ana Carmen Amorim Jara Casco, uma boa metodologia de educação patrimonial ensina o indivíduo a pensar, sem forçar a repetição de valor, além de basear-se no respeito às diferenças e valorização da diversidade. Desta forma, resiste aos processos de homogeneização do saber e de sua transmissão, evitando a globalização indiscriminada e o esmagamento dos valores culturais⁴⁶. Com as iniciativas educacionais, o fortalecimento da identidade local também se torna um recurso fundamental na aprendizagem e diálogo entre comunidades.

O patrimônio como mecanismo de ensino, seja ele um monumento ou um sítio arqueológico, uma paisagem natural, um centro histórico, uma manifestação popular ou qualquer outro meio relevante, tem como objetivo levar tanto os conceitos e habilidades

⁴⁴ BRASIL, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/djzY7l>>. (Acesso em novembro / 2016).

⁴⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

⁴⁶ CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. p.4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

para as pessoas, quanto seus usos na prática do cotidiano de forma individual e coletiva. A interação entre obra e sociedade acontece de forma “individual, porque somos indivíduos únicos com memórias únicas; coletiva, porque somos ao mesmo tempo seres plurais e vivemos em grupos com crenças, objetivos, gestos, maneiras e códigos em comum”⁴⁷. Assim, este processo que utiliza o estudo e análise de bens culturais pode ser aplicado em qualquer espaço social, onde as pessoas podem reconhecer o passado através daqueles bens ainda acessíveis atualmente.

Destacam-se como bens culturais todo acervo de referências culturais de uma comunidade. Entre eles: as arquiteturas, tradições, gastronomia específica, paisagens diversas, expressões artísticas, artefatos arqueológicos e documentos. Para Evelina Grunberg,

Os bens culturais são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico [...] Em muitos casos, o passado tem como único testemunho ou fonte sobrevivente um objeto cultural ou seu registro, e é nele, que encontramos a manifestação da cultura do povo que criou⁴⁸.

Deste modo, o ato de aprender e ensinar a educação patrimonial requer prática, persistência e sensibilidade dos agentes envolvidos. Seus estudos podem ser desenvolvidos com observação, análise, identificação, valorização, resgate, memória e conscientização, chegando a possíveis soluções de problemas atuais através do resgate do passado.

Alinhando os olhares entre tema e cenário proposto neste trabalho, considera-se que a cidade de Oliveira está inserida em uma região onde o contexto patrimonial é de rico teor histórico e turístico que ressalta aspectos da identidade nacional e regional através de produtos materiais e não materiais ainda presentes na comunidade. Portanto, mais que nobilitante, ações de educação patrimonial se tornam necessárias para intensificar a relação entre população e cidade, tornando-a mais afetiva. Estratégias para o desenvolvimento deste diálogo que abarca indivíduo e meio, estimula

⁴⁷ FALEIRO, Rodrigo Flávio de Melo; RANGEL, Carlos Henrique. *Educação patrimonial: uma abordagem empírica, didática e criativa*. p. 210.

⁴⁸ GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. p. 6. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf (Acesso em outubro/2016).

e facilita a comunicação e interação entre comunidade, agentes responsáveis pela preservação e governantes, possibilitando maior proteção dos bens culturais, assim como admiração e interesse da sociedade.

O objeto de preservação e o contemporâneo são opostos de um mesmo contexto, no entanto, devem trabalhar de forma coexistente, a fim de garantir a autenticidade de cada obra, sem que a importância histórica de um estilo, de um tempo, se sobressaia sobre o outro, principalmente quando há novas intervenções em áreas históricas. Este cenário de contraste, visto com frequência em cidades com carga histórica, deve ser compreendido pelos observadores por meio da educação patrimonial, permitindo que a sociedade tenha mais autonomia ao explorar os bens culturais, criando espaço para participação direta da comunidade como um todo no que se refere às tomadas de decisões como escolha de bens a serem preservados, encaminhamento de propostas de tombamentos e compartilhamento das ações de preservação do patrimônio. Estas iniciativas representam um avanço significativo quanto à responsabilidade social, valorização dos recursos históricos e inserção da cultura no cotidiano da população.

Tanto a educação quanto a preservação do patrimônio e da memória estão envolvidos em diferentes circunstâncias. O contexto social e os elementos que o estruturam estão comprometidos com iniciativas e responsabilidades que podem ser transformadoras. Ensinar o respeito ao passado e identificar seu valor, é contribuir para a formação de uma sociedade que reconhece a importância da tradição e cultura, com cidadãos mais sensíveis e com ideais menos descartáveis.

As ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) nesse campo [...] Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres⁴⁹.

⁴⁹ CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Op. Cit.* p. 1-2.

Porém, existem grandes obstáculos que dificultam a disseminação da educação patrimonial e ações sociais, tais como o contexto político e econômico brasileiro, que não apresentam mecanismos que tornam a participação social efetiva. Por isso, os órgãos responsáveis devem estabelecer regras e normas rigorosas a fim de organizar as ações educativas e disseminar suas ideias, para que a sociedade seja informada da sua capacidade de preservação do patrimônio e da memória dos brasileiros.

Por fim, é importante compreender que as instituições relacionadas ao patrimônio histórico devem estar em constante interação com a educação, com ações que aconteçam de forma simultânea em suas diferentes frentes de atuação. Este comportamento tem como objetivo atualizar e desenvolver mecanismos e procedimentos de preservação, em parceria com a sociedade, promovendo a democratização do conhecimento sobre a diversidade cultural do Brasil, conscientizando os envolvidos sobre a atual transição de ideais e estimulando a difusão da memória social às futuras gerações. Assim, haverá uma contribuição fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROJETO *PATRIMÔNIO PROCLAMA*

A trajetória recente do projeto de extensão universitária *Patrimônio Proclama* tem como ponto de partida o segundo semestre de 2016. Vinculado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), o projeto tem como propósito tanto desenvolver instrumentos de divulgação, elucidação e conscientização da sociedade civil referentes aos processos de salvaguarda do patrimônio cultural a partir da criação de parcerias com agentes culturais do poder público, quanto criar um banco de dados composto por registros, dossiês, plantas baixas dos imóveis, registros fotográficos e legislações referentes aos bens culturais protegidos dos municípios do Centro Oeste de Minas Gerais.

Nota-se que o projeto vigente tem como recorte espacial o Centro Oeste mineiro. Esta região, que compõe atualmente a configuração geopolítica de Minas Gerais⁵⁰, possui um vasto patrimônio

⁵⁰ A atual região do Centro Oeste mineiro tem sua origem no século XIX com as delimitações territoriais da Província de Minas Gerais. Sobre os aspectos acerca da delimitação da Província das Minas Gerais, ver: FURTADO, Júnia Ferreira;

cultural relativamente desconhecido e pouco difundido. Assim, não restam dúvidas de que é de suma importância a realização de trabalhos que visam a divulgação dos bens culturais junto à conscientização da sociedade civil para com o seu patrimônio cultural. Todavia, trabalhos como este já são correntes em várias regiões de Minas Gerais a partir de excelentes iniciativas de estudo e divulgação dos bens culturais realizadas através de parcerias entre instituições do poder público e privado. No que se refere às instituições, a atuação dos Centros Universitários e Universidades na preservação do patrimônio cultural reflete o compromisso que estas possuem com a sociedade.

Ao implementar políticas de educação patrimonial e de divulgação de acervos, as instituições de ensino superior contribuem respectivamente para o desenvolvimento e solidificação das identidades locais e para o avanço em pesquisas na área das ciências humanas.

Sob a perspectiva da carência de ações patrimoniais educativas que elucidam a importância da preservação do patrimônio cultural inseridas no recorte territorial antes citado, o projeto realizado e descrito no presente trabalho insere-se nesse quadro como antídoto para as patologias do campo da educação patrimonial da região. Assim, o projeto firmou sua primeira parceria em 2016 com a Prefeitura Municipal de Oliveira com o objetivo de criar um material de suporte para as atividades vinculadas ao programa de educação patrimonial do município. O material resume-se a um opúsculo – livreto – elaborado pela equipe do projeto de extensão universitária *Patrimônio Proclama*⁵¹ e se destaca como um manual que contém informações acerca dos principais órgãos de preservação do patrimônio cultural, legislações específicas, bens

COSTA, Antônio Gilberto. A Demarcação das terras das Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto; RENGGER, Friederich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁵¹ O projeto de caráter interinstitucional entre a Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG) e a Prefeitura Municipal de Oliveira-MG foi coordenado pelo professor Pedro Henrique Porto Coelho com o auxílio da professora Tainah Leão Nascimento. Fizeram parte da equipe: os estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Daiana da Silva, Filipe de Castro Guimarães, Izabela Moreira Lima, Nathalia Cristina Resende, Ranulfo Henrique Sampaio Martins e Wendel Medeiros Araújo. Também fizeram parte como colaboradores do projeto a Secretaria de Cultura de Oliveira, O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Oliveira e a Agência de Publicidade e Propaganda Pitágoras (AGP3).

tombados pelo município, imagens dos bens culturais de Oliveira, além de conceitos como: cultura, patrimônio e bens culturais.

O grau de relevância desta iniciativa visou a necessidade de captação de recursos financeiros e técnicos para a implementação do projeto. No que se refere aos recursos financeiros, o orçamento disponibilizado pela Secretaria de Cultura retirado do FUMPAC foi totalmente convertido no processo de tiragem dos exemplares do livreto. Já sobre os recursos técnicos, além da equipe executora, composta por estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), o projeto contou com o serviço profissional de fotografia e diagramação da Agência de Publicidade e Propaganda Pitágoras (AGP3).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa foram divididos em cinco etapas: compete à primeira etapa, a elaboração dos planos e metas a serem cumpridas pela equipe a partir da parceria realizada entre a Faculdade Pitágoras e a Secretaria de Cultura de Oliveira, com reuniões sistemáticas entre os membros do projeto de extensão, buscando traçar as diretrizes para a formulação do opúsculo.

Já na segunda etapa, levantou-se um referencial teórico consistente acerca dos conceitos, definições e legislações relacionadas ao patrimônio cultural, através de pesquisa bibliográfica. Nesta etapa, podem ser verificados os objetivos e metas discutidos na etapa anterior já aplicados em outros estudos e pesquisas realizadas. A pesquisa também foi baseada em consulta de materiais de órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, buscando entender a origem dos estudos e valores referentes a bens culturais e suas aplicabilidades. Assim, pode-se relacionar a teoria revisada com o projeto a ser construído. Este processo foi fundamental para consolidar todo o estudo e nortear as demais etapas que precisam de princípios teóricos.

A terceira etapa contou com a pesquisa documental, conforme prescrita na ABNT NBR (6023, 2002). Sua concretização foi possível por meio da análise de documentos históricos, livros sobre a história de Oliveira e registros sobre os bens tombados disponibilizados pelo Setor de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura da cidade. A pesquisa realizada a partir de dossiês, legislação municipal e documentos retrospectivos considerados autênticos, possibilitou a complementação de informações obtidas

no referencial teórico. O Arquivo Municipal de Oliveria também permitiu o acesso à documentação fotográfica, como meio de estudo e ilustração do opúsculo. A meta do projeto, nesta etapa, diz respeito à conclusão da descrição, arranjo, organização final do opúsculo.

A quarta etapa realizou-se com a análise e discussão do levantamento do patrimônio cultural da cidade de Oliveira, com registros fotográficos de autoria da própria equipe, croquis, e demais avaliações concretizadas pelos autores. Com o resultado da apuração de documentos, pode-se criar conclusões sobre cada bem cultural, seu estado de conservação, necessidade de restauro, história, leitura, uso e interação com a sociedade, e também análise do contexto urbano onde as obras estão situadas. Com essas observações, podem ser solucionados problemas e alcançadas as metas estabelecidas na primeira etapa e, por sua vez, desenvolver um breve histórico contendo as informações principais e fotografia de cada bem tombado. Estes foram hierarquicamente dispostos na seguinte ordem no opúsculo: 1º Tombamento Estadual; 2º Tombamento Municipal.

Para concluir os estudos, a quinta etapa foi a responsável pela materialização do livreto, processo de diagramação e tiragem dos exemplares. Este último processo pode ser dividido da seguinte forma: 1º Realização do *briefing*, onde a demanda e todas as informações são recolhidas, assim como os arquivos e outros materiais a serem inseridos no conteúdo. 2º Pesquisa e planejamento criativo: fase em que é introduzido no material conteúdo gráfico de qualidade. Esta etapa tem como foco transformar o livreto em um atrativo estético, que também é considerado um aspecto importante na educação patrimonial, por isso esta fase se tornou tão importante, para garantir que a diagramação e criação do layout tivessem afinidade com o leitor, assim como as ilustrações. As cores foram escolhidas com o intuito de garantir a identidade do livreto, já que foram associadas ao logotipo da cidade de Oliveira. 3º Após a organização da parte criativa, passa-se à diagramação, quando texto e imagens são inseridos para completar o conteúdo do material. Assim, o livreto passa por revisão, solicitação e aprovação de orçamento em gráficas. É importante ressaltar que nesta etapa também acontece a escolha do material utilizado na impressão e a definição do tamanho, decisões fundamentais que tornam o livreto mais acessível e de fácil manuseio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos, e para muitos, o patrimônio cultural foi sinônimo de despesa ou consumo improdutivo, por isso a conservação, manutenção e proteção patrimonial era obrigação quase que desgastante. Hoje, sabe-se que é papel dos órgãos públicos de salvaguarda garantir a continuidade e sustentabilidade dos bens culturais, sendo que as autoridades locais e os agentes dos processos culturais são indispensáveis na reflexão sobre o patrimônio cultural.

Não obstante, as Instituições de Ensino Superior também possuem um papel significativo enquanto entidade responsável por criar mecanismos de divulgação e conscientização patrimonial da sociedade civil. A valorização do patrimônio não se finda somente com a proteção da herança coletiva, também é um processo de construção memorável que exige diálogos entre os setores público e privado, sociedade civil e poder público, agentes culturais e universidades com o intuito de democratizar o acesso aos bens culturais.

Portanto, a finalidade do projeto de extensão *Patrimônio Proclama* foi apresentar a vinculação da questão patrimonial às políticas públicas governamentais como uma chave importante para o desenvolvimento econômico, político e social, demonstrando que além da proteção e manutenção dos bens culturais, exige-se a divulgação do patrimônio salvaguardado pelos municípios a partir de ferramentas estratégicas de conscientização patrimonial que solidificam e aprimoram a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABNT-NBR 6023 – *Informação e documentação-Referências-Elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002, p. 24.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- AMANTINO, Márcia. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ARANTES, Antônio A. Cultura e territorialidade em Políticas Sociais. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 226.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: os caminhos de ferro do Sul de Minas (1875-1902)*. São João del-Rei: UFSJ, 2012. (Dissertação de Mestrado).

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

CATÃO, Leandro Pena. Os Sertões a Oeste das Minas: descobrimentos, caminhos, ocupação espacial e cultura política nos séculos XVII e XVIII. In: CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa; CATÃO, Leandro Pena; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>. (Acesso em Novembro de 2016).

CLAUDINO, Guilherme Pereira. *Entre facas e togas: a disputa pelo poder em Oliveira 1868*. São João del-Rei, Anais do VII Congresso de Produção Científica da UFSJ, 2008.

CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa. *Nas linhas da Modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no Centro-Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2003.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 2008. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura).

FALEIRO, Rodrigo Flávio de Melo; RANGEL, Carlos Henrique. *Educação patrimonial: uma abordagem empírica, didática e criativa*. v.1. Belo Horizonte, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto. A Demarcação das terras das Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friederich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Cadernos do CEOM, Centro de Organização da Memória do Oeste-Chaçapó, v.14, p. 159-180, 2000. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

HENRIQUES JUNIOR, Gilmar Pinheiro. *Arqueologia regional do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. IPHAN, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas, roubada do povo*. Contagem: Santa Clara Editora, 2008.

MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987.

MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. São João del-Rei: UFSJ, 2011. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Maria de Lourdes. *As Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João del-Rei: UFSJ, 2014, p. 59. (Dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/pghis/dissertacoes.php>. (Acesso em novembro de 2016).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Classificação de Fortunas em uma Economia de Abastecimento Interno: o caso da família "Ribeiro da Silva", comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte; Diamantina: CEDEPLAR; VI Seminário Sobre Economia Mineira, 2014. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/>. (Acesso em novembro de 2016).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Migrar é Preciso: migração, família e expansão de fronteiras (Oeste da Comarca do Rio das Mortes - Séculos XVIII e XIX). In: *Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro - Perspectivas: Memória, Literatura e Educação*, V, 2014, Divinópolis, p. 135-151.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. *A educação patrimonial no ensino de História*. Rio Grande: Biblios, 2008, p. 199-211.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

É dia de feira: um estudo antropológico das relações de sociabilidades nas feiras-livres de Divinópolis-MG

Gabriel Moura Silva¹

INTRODUÇÃO

O espaço das feiras-livres em um município caracteriza-se por uma função social que transforma a estrutura urbana, e que representa uma das mais antigas e resistentes formas de relações de comércio. Diversos autores das ciências sociais e humanas destacam a importância das feiras em seus inúmeros aspectos. Para Weber, o aparecimento das cidades está diretamente relacionado com o advento das feiras, que a partir das relações de comércio, provocam uma mudança na sociedade e nas relações econômicas². No mesmo sentido, Le Goff destaca que a “essas mudanças está ligado o fenômeno capital, o nascimento ou o renascimento das cidades. Sejam elas, novas criações ou velhas aglomerações, é o seu caráter novo e importante que determina o primado da sua função econômica”³. Segundo Bourdieu, “as feiras constituem um local de intensa relação social, um espaço de trocas de saberes e hábitos culturais”⁴. No Brasil, DaMatta descreve as feiras como espaços públicos de importantes relações entre a casa e a rua⁵. Dessa forma, observamos que o ambiente das feiras, envolve diversos atores, que através da interação, estabelecem além do comércio, suas histórias cotidianas e relações sociais. Assim, podemos pensar as feiras-livres como importante ícone de história local, social, cultural e identitária de uma cidade.

Definir com exatidão a origem histórica das feiras-livres não é tarefa fácil. Sua referência mais antiga é trabalhada por Mumford,

¹ Graduando em História – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG - Unidade Divinópolis-MG.

² WEBER, Max. *Conceitos e Categorias da Cidade*. 1979. p. 67-68.

³ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. 1991. p. 08.

⁴ BOURDIEU, P. *A gênese dos conceitos de habitus e campo* 1989. p. 17.

⁵ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997. p. 61.

constatando a gênese da feira anteriormente a era cristã, em que já existiam duas formas clássicas de comércio, “a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C.”⁶, demonstrando o caráter “primitivo” do evento⁷. Posteriormente, já no início da era cristã, podemos observar na clássica passagem Bíblica do Evangelho de João 2,13-17, a primeira descrição das feiras pós Jesus Cristo, em que este, entrando no Templo “encontrou os vendedores de bois, ovelhas e pombas, e os cambistas sentados”⁸. Neste contexto, destacamos a apropriação do espaço religioso também como local de comércio, tornando o evento um fenômeno de múltiplas relações.

Seguindo uma orientação cronológica histórica das feiras-livres, diversos autores definem o apogeu do evento durante o período da Idade Média. De acordo com Pirenne, já no século IX, as feiras se apresentam como mercados locais organizados, para suprir a população local com gêneros de primeira necessidade⁹. Segundo Braudel, as feiras destacam-se como importantes agentes na “formação de excedentes de produção, havendo a necessidade de troca de mercadorias, primeiramente, entre grupos vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades”¹⁰. Neste contexto, Le Goff afirma que as feiras aparecem como importante ícone social desde a Idade Média¹¹. Neste período, existem três grandes polos comerciais na Europa, um na Itália e outro na Alemanha do Norte, dando origem aos mercados italianos e hanseáticos; o terceiro polo, no Noroeste europeu, é o centro do comércio de tecidos. É onde os italianos e hanseáticos vão buscar produtos têxteis para seus comércios, principalmente nas feiras. Já no século XIII, o grande destino dos mercados são as feiras da Champagne, onde se

⁶ MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas* 1998. p. 85.

⁷ Historicamente, o desenvolvimento urbano está diretamente relacionado à economia, considerando que a gênese das cidades acompanha a consolidação das trocas comerciais, desde os *bazaars* árabes, a ágora grega, os fóruns romanos e as praças de mercado e feiras medievais. Portanto, observamos uma relação indissociável entre comércio e cidade, não somente pelo abastecimento da população, mas também como meio estruturante de múltiplas relações sociais.

⁸ BÍBLIA. *João*. 1950. Cap. 02, Vers. 13-17.

⁹ PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 1999. p. 105.

¹⁰ BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas*. 1998. p. 21.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. 1991. p. 08-09.

comercializavam produtos das indústrias têxteis e vindos de outras localidades. Mas, o que mais atraía os mercadores eram os calendários das feiras, o qual favorecia o comércio na região durante todo o ano.

No Brasil, Mott define o primeiro registro das feiras no país em 1548, quando o Regimento enviado ao Governador Geral, rei Dom João III, declarava “que nas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira”¹². A partir desse período as feiras se intensificam ao longo da colônia, destacando-se segundo Dantas, a feira de gado no sítio Capoame, na Bahia em 1732. Outras feiras de que se têm notícia nesse período são as de Sorocaba, da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, de Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha na capitania de Pernambuco; e em muitas vilas e cidades de Sergipe¹³. Desde então, o fenômeno das feiras livres se estendeu por todo território nacional, sendo em algumas localidades o grande fio condutor dos mecanismos de consolidação da formação dos centros urbanos, garantindo a circulação e promoção de produtos essenciais para a garantia de um desenvolvimento das vilas, povoados e cidades, sendo assim, como afirma Guimarães, é “importantíssima a participação das feiras-livres na distribuição de gêneros alimentícios ao consumidor, mesmo porque a sua clientela é das mais variadas, no tocante às classes sociais”¹⁴.

Dessa forma, observamos que da Antiguidade à Contemporaneidade, as feiras-livres se mantiveram como permanências históricas nas relações de comércio. Diante de tal observação, quais seriam as razões para a manutenção das feiras-livres como importantes ícones dentro dos centros urbanos? Com a intensa disseminação e expansão dos grandes supermercados, suas tecnologias, comodidades, preços baixos e maiores variedades de produtos, como e por que uma forma de comércio “antiga” como as feiras-livres mantém grande importância atualmente?

Desde seu surgimento até a atualidade, as feiras-livres mantêm uma característica de comércio “informal”, tendo nas relações sociais de seus atores sua grande diferenciação em relação

¹² MOTT, L. R. de B. *A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco*. 1975. p. 309.

¹³ DANTAS, Geovany P. Galdino. *Feiras no Nordeste*. 2008. p. 99.

¹⁴ GUIMARÃES, O. *O papel das feiras-livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. 1969. p. 15.

aos grandes centros de comércio. Assim, poderíamos atribuir às relações de sociabilidades presentes neste evento a resposta para tal indagação?

Ir à feira não representa somente o ato de vender ou comprar produtos, o evento envolve diversos valores e significados. Tal prática, além de estabelecer o comércio, define um arranjo social, que através de uma intensa sociabilidade, agrega laços sociais entre seus atores. Diante disso, mesmo sendo nítida a importância sociocultural das feiras, os trabalhos realizados neste meio, tratam, em sua maioria, de análises mercadológicas.

Alguns trabalhos influenciam esta pesquisa, dentre eles: Matos, tratando das feiras como refúgio comercial na periferia de Novo Gama-DF¹⁵; Medeiros, descrevendo as relações cotidianas nas feiras-livres de Belém-PA¹⁶; Vedana, refletindo sobre a etnografia de rua nas feiras de Porto Alegre-RS.¹⁷ Partindo destas análises, este artigo busca discutir sobre as relações de sociabilidades nas feiras-livres de Divinópolis-MG, suas transformações no espaço e as relações econômicas, culturais e sociais presentes neste universo, enfim, um local de múltiplas relações, desde o comércio, passando pelo lazer, tradições, perambulações e que resultam em um riquíssimo campo de estudos históricos, geográficos, sociológicos e antropológicos, evidenciando a importância das feiras para as cidades.

Para realização desta pesquisa, tomamos como objeto as feiras-livres dos bairros Esplanada e Niterói, da cidade de Divinópolis-MG, sendo ambas realizadas semanalmente, a primeira aos sábados, e a segunda aos domingos. O intuito foi verificar como os indivíduos que compõem o universo das feiras se relacionam e definem a importância do evento em questão. Para tanto, seguimos os princípios de uma participação ativa em campo, procurando conteúdos que, ao olhar antropológico, nos possibilitassem compreender como se configuram as relações de sociabilidades entre fregueses e feirantes, estabelecendo, assim, uma relação entre teoria antropológica e prática histórica investigativa.

Este artigo pretende demonstrar que, embora apresentando

¹⁵ MATOS, Benedito Erivaldo de Sousa, *O centro da periferia: um recorte espacial da feira livre do Pedregal*. 2012.

¹⁶ MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (Pa)* 2010.

¹⁷ VEDANA, Viviane. *“Fazer a feira”*: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004.

uma essência econômica, a feira preenche também uma função sociocultural, enquanto veículo de comunicação e expressão da cultura do povo “por se configurar como lugar de encontro, reencontro e lazer para os que ali vivem e para os que por ali passam”.¹⁸

METODOLOGIA

A construção do olhar antropológico é, segundo Cardoso de Oliveira, “a primeira experiência do pesquisador no campo, necessária à domesticação teórica do olhar”¹⁹. Assim, é no estudo do estabelecimento de relações entre o sujeito e a sociedade, que o pesquisador consegue apreender os objetos e interpretar seus conceitos de pesquisa. Analisando as pessoas que frequentam ou já frequentaram uma feira-livre, podemos destacar um aspecto em comum entre elas, a maioria possui em suas lembranças as principais qualidades deste evento, reconhecendo nelas uma tradição cultural. Assim, para obter uma sistematização pertinente sobre o universo das feiras-livres, nada melhor que ouvir aqueles que são responsáveis pela sua realização e manutenção, feirantes e fregueses.

Realizar tal análise requer um olhar atento aos significados que sustentam as atividades nas feiras-livres, não limitando-se apenas a uma observação dos fenômenos que constituem a face superficial de suas manifestações, tratando-se assim, de uma “descrição densa”²⁰. Dessa forma, para a realização desta pesquisa, recorreremos a uma observação *in loco* e à técnica de entrevistas com uso de um gravador, pois como afirma Thompson, “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.²¹

Com base na antropologia, buscamos observar as formas de sociabilidades presentes nas feiras-livres, encontrando nestas um espaço fértil para análises sociais. De acordo com Magnani, a

¹⁸ DUARTE, Ana. *Festas, Feiras e Romarias: Percursos na Costa Azul*. 1997. p. 27.

¹⁹ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. 2006. p. 19.

²⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1989. p. 31. Para o autor, a importância da etnografia feita através da descrição densa está em perceber as particularidades, ou miudezas através da seguinte característica: “ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis”.

²¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 1992. p. 44.

cidade representa um palco de resultados de inúmeras ações sociais, de diversos atores e que constituem um repertório de possibilidades²². Assim, em um estudo antropológico:

...o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia.²³

Neste contexto, uma análise “de perto e de dentro” das feiras-livres, permitiu apreendermos fazeres cotidianos deste evento, sua relevância sociocultural, observadas nos pequenos encontros, nos comentários pontuais e nas conversas prolongadas entre fregueses e feirantes. Baseados nos métodos de observar, escutar e escrever, propostos por um estudo etnográfico, utilizamos um caderno de campo, contendo anotações e reflexões particulares do pesquisador durante a pesquisa. Assim, procuramos, a partir das sociabilidades presentes nas “artes de fazer”²⁴ cotidianas de feirantes e fregueses, privilegiar as interações simbólicas que se sustentam na cultura, nos costumes e nos acordos possíveis, não somente em sua estrutura econômica/mercadológica. Trata-se, portanto, de um estudo do cotidiano dos agentes que formam este evento, buscando destacar as feiras-livres, não apenas pelas suas

²² MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Etnografia como prática e experiência*. 2009. p. 129-156.

²³ Idem. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. 2002. p. 18.

²⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1: Artes de Fazer*. 1994. p. 142. Na obra, o autor discute as maneiras de pensar as práticas cotidianas dos indivíduos, destacando que toda atividade humana pode ser cultura, no entanto, em alguns momentos isso não é considerado, pois “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza.”

atividades comerciais, mas agregando os aspectos culturais e sociais daqueles que as promovem.

ORIGEM, REGULAMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS FEIRAS EM DIVINÓPOLIS-MG

Segundo Cunha, o significado etimológico da palavra feira é “dia de festa”, pois durante a Idade Média, os mercadores de diversas localidades, se reuniam para realizarem seus negócios em datas festivas religiosas²⁵, no entanto, como já destacamos neste trabalho, a origem das feiras é anterior ao período medieval.

A origem das feiras-livres na cidade de Divinópolis-MG deve ser analisada seguindo dois aspectos básicos. Primeiro, a implementação das feiras-livres é oficialmente declarada pela Lei nº 648, de 25 de março de 1965, dispondo sobre a criação e localização de feiras-livres na cidade. Assim, o então Prefeito Fábio Botelho Nottini declara que:

Ao Povo de Divinópolis, por seus representantes legais, decreta e sanciono a seguinte:

Art. 1º: Ficam criadas em Divinópolis, Feiras-Livres, para a venda de produtos hortigranjeiros diretamente aos consumidores;

Art. 3º: As feiras serão realizadas, inicialmente, nos seguintes locais:

Segunda-feira: BAIRRO NITERÓI- Pracinha ao lado da usina RMV;

Sábado: BAIRRO BELO HORIZONTE - Rua Mato Grosso, entre as Ruas Pernambuco e Goiás.²⁶

Nesse sentido, definimos a origem histórica das duas feiras analisadas neste estudo. No caso da feira do bairro Niterói, seguindo a lógica que a mesma é atualmente, um seguimento da feira citada pela legislação anterior, tendo em vista, que seu local foi transferido por duas ocasiões, primeiramente para a região próxima à Igreja do Senhor Bom Jesus e atualmente nas proximidades da Vila Vicentina, além da mudança do dia de sua realização, inicialmente às segundas-feiras e atualmente aos domingos.

²⁵ CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 1992. p. 107.

²⁶ DIVINÓPOLIS-MG, Prefeitura Municipal de. Leis Municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/d/divinopolis/lei-ordinaria/1965/65/648/lei-ordinaria-n-648-1965-dispoe-sobre-a-criacao-e-localizacao-de-feiras-livres-na-cidade?q=feiras-livres>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Como destaca o Sr, Osvaldo Ribeiro, feirante no bairro Niterói há mais de 40 anos:

Primeiro a feira era lá perto da Usina, né?! Depois a região aqui foi crescendo, aí decidiram mudar pra perto da Igreja, porque pegava o movimento maior. Só que o pessoal da Igreja pediu pra gente mudar, porque tava atrapalhando a missa, que também é no domingo de manhã. Aí, viemos aqui pra esse lugar. É até melhor sabe?! Aqui, a rua é maior, tem mais espaço para as barracas.²⁷

Por outro lado, a feira citada pela legislação, localizada no bairro Belo Horizonte, refere-se ao embrião do que se tornaria a feira do bairro Esplanada, que após ser realizada na Rua Mato Grosso, entre as Ruas Pernambuco e Goiás, transferiu-se para a Av. 21 de abril, próximo onde hoje é localizado o Supermercado ABC, e posteriormente transferida para a Av. Coronel Júlio Gontijo Ribeiro, no bairro Esplanada, onde é realizada até hoje. Dessa forma, destaca o Sr. Josias Filho, feirante há mais de 30 anos:

Fui um dos fundadores dessa feira. Começamos lá na Rua Mato Grosso, eu e mais uma turma de companheiros, vendendo tomate, abobrinha essas coisas. Depois mandaram a gente aqui pra perto de onde é o ABC, na 21 de abril. Ficamos lá um tempo, mas depois o pessoal do supermercado comprou lá né, aí pediu a Prefeitura pra mudar a gente de lugar de novo. Eles falaram que foi por causa do trânsito, mas eu acho que não, eles não queriam era concorrência mesmo né?! Depois viemos aqui pro Esplanada. Já tem mais de 25 anos que estamos aqui nesse lugarzinho.²⁸

É importante ressaltar, que em uma pesquisa baseada na oralidade a precisão das datas pode não apontar fielmente a realidade, pois correspondem à análise da memória dos feirantes, que em muitos casos, são sobrepostas ou modificadas no decorrer do tempo. No entanto, isso não diminui a importância, tampouco a necessidade destas estudos, pois segundo Lozano, “abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos”²⁹.

²⁷ RIBEIRO, Osvaldo. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 17 de setembro de 2016.

²⁸ FILHO, Josias. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 24 de setembro de 2016.

²⁹ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. 2006. P. 15.

Para compreendermos os processos de organização das feiras-livres é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento, tendo em vista que pessoas em interações simbólicas, necessitam de processos organizativos, se defrontando com regras, valores, projetos e metas. Nesse sentido o funcionário da Secretária de Agronegócio e um dos responsáveis pelo Setor de Apoio Feiras, Sr, Washington Lúcio, explica que:

As feiras eram responsabilidade da Secretária de Desenvolvimento e o Código de Postura quem tomava conta. Por exemplo, se você queria montar uma barraca na feira, você ia lá e se licenciava. A partir da administração do Vladimir, as feiras passaram para responsabilidade da Secretária de Agronegócio, porque teoricamente, 90% dos feirantes são produtores rurais, ligados a nossa área, automaticamente a gente tem ligação com eles, acompanha a produção e dando assistência através da EMATER. Dentro do Setor de Apoio às Feiras da Secretária de Agronegócio, existe um alvará de licenciamento para a pessoa vender, mas na prática isso não funciona. Ninguém paga nada. Aqui só não pode vender maconha, vaca e porco vivo. O resto, tudo que trazer a gente arranja um lugar pra pessoa poder vender.³⁰

Nesse sentido, a atuação da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agronegócio, funciona apenas como intermediadora dos possíveis conflitos que ocorrem em relação ao espaço de vendas das feiras. Anualmente, é feito um recadastramento dos feirantes que, a partir disso, podem estabelecer seus pontos de comércio. Ainda sobre a organização, acrescenta o Sr, Washington Lúcio:

Cada feirante, teoricamente, tem o espaço de 02 metros. Agora, com o passar do tempo tem gente que tem até 06 metros. Isso foi acontecendo automaticamente, ninguém gritou, ninguém falou nada. Então, tem pessoas que têm 02 metros, outros têm 01 metro, tem pessoas que vende só um bombonzinho, aí a gente arranja 0,5 metro pra ele poder vender seu bombom.³¹

Apesar da regulamentação e organização das feiras-livres

³⁰ LÚCIO, Washington. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 27 de agosto de 2016.

³¹ *Ibidem*.

serem responsabilidade da Prefeitura Municipal, a grande maioria das regras de convivência é definida entre os próprios feirantes. Assim, existe uma organização como “fluxo de significados”³², tendo como métodos práticas criadas, apropriadas e partilhadas pelas pessoas envolvidas, tornando as feiras-livres locais organizados. Nesse sentido, destaca o Sr. Washington Lúcio:

Com toda a certeza funciona mais é entre eles aqui mesmo, cada um respeita o outro, o seu espaço e eles se organizam. Mas de vez em quando tem alguns traumas né?! Dá uns problemas, alguém se sente prejudicado. Aí, a gente tenta intermediar isso. A função nossa como agente público é fazer que as feiras fluam normalmente. Estamos aqui pra ajudar. É claro que temos que respeitar a legislação sanitária, a saúde pública, mas isso não está ligado ao agronegócio. Nós somos os responsáveis pela origem do produto, como ele é feito. Agora, na venda, aí é a Secretaria da Saúde, que vê se o produto tá de acordo coma legislação. A licença que nós damos é apenas do espaço, agora as normas de venda é com a Saúde.³³

Em relação aos conflitos entre os feirantes mencionados anteriormente, estes estão ligados diretamente a possíveis atos desleais ou antiéticos, na maioria das situações por questões de concorrência de preços ou tentativas de atrair fregueses que já são pontualmente de outros feirantes. Como destaca Sr. Antônio Augusto, feirante no bairro Niterói há mais de 30 anos:

Aqui entre os feirantes não tem muita briga, só quando um tenta pegar o cliente do outro. Isso não pode fazer, a gente não aceita... Mas quase não acontece. Vez ou outra só aparece um, só que logo a gente dá um jeito de barrar isso. Acaba que aqui tem espaço pra todo mundo, né?! No final mesmo quem escolhe de quem comprar é o povo mesmo.³⁴

³² SATO, L., & SOUZA, M.P.R. *Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em Psicologia*. 2001. p. 29-47. Para os autores, é importante estabelecer que os processos organizativos estão sustentados em duas dimensões: a social e a técnica

³³ LÚCIO, Washington. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 27 de agosto de 2016.

³⁴ AUGUSTO, Antônio. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 16 de outubro de 2016.

O cotidiano do feirante começa cedo. Tanto na feira do bairro Esplanada quanto na do Niterói, como observamos nos relatos dos próprios feirantes. A respeito disso, Sr. Osmar Ferreira, feirante no bairro Esplanada há 20 anos, destaca que “nós saímos de casa na faixa de 03h30min, para poder chegar aqui, entrar com o caminhão e descarregar e *tirar ele*. Quando atrasa um cadinho é uma comédia danada *pra tirar ele* depois. E fico aqui até umas 14h00min, mais ou menos.”³⁵

O fato de chegarem tão cedo ao local onde são realizadas as feiras, pode ser justificado por diversos motivos, desde a distância onde residem os produtores, a maioria na comunidade rural da região, passando pela necessidade de organização de seus espaços, montagem das barracas e organização dos produtos e, por fim, a questão de tudo estar pronto para a chegada dos fregueses, como demonstra o testemunho do Sr. Osvaldo Costa, feirante nas duas feiras há mais de 25 anos: “tem que chegar cedo, né?! Porque o pessoal já começa a chegar pra comprar cedo também, às seis horas já tem que tá tudo arrumado, porque os fregueses começam a chegar”.³⁶

Dessa forma, embora existam mecanismos oficiais de regulamentação, fiscalização e controle das feiras-livres, os fluxos de interação constituídos pela presença de várias lógicas, baseadas nas trocas de ideias, de pontos de vista, de argumentos e experiências, fazem com que as feiras sejam compreendidas em um constante reorganizar, devido à multiplicidade de agentes distintos que delas participam.

O LUGAR DAS FEIRAS-LIVRES NA CIDADE: ECONOMIA E ESPAÇO

A grande maioria das cidades apresenta duas feições de mercados. Uma “nova e moderna”, representadas pelos grandes supermercados e *shoppings*, e outra “tradicional”, representada pelas feiras-livres e mercados menores, formando o que Santos definiu como “dois circuitos econômicos”³⁷. Segundo o autor, as feiras

³⁵ FERREIRA, Osmar. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 10 de setembro de 2016.

³⁶ COSTA, Osvaldo. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 30 de outubro de 2016.

³⁷ SANTOS, Milton. *O espaço dividido – Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2004. p. 37. Segundo o autor, o surgimento de circuitos diferentes na economia, espelham a maneira pela qual estão organizados a

fazem parte de sua esfera inferior, pois é composta por atividades de pequena dimensão, com mão-de-obra intensa, mas na maioria das vezes informal. Dessa forma, a função econômica das feiras-livres está voltada, principalmente, para pequenos produtores, com destaque para “agricultura familiar”³⁸, como podemos observar no relato da Sra. Vandira Alves, feirante há 25 anos no bairro Esplanada: “começou com meu sogro aqui na feira, vendendo nossas verduras, que são todas produzidas lá no nosso sítio. Agora eu e meu esposo também estamos aqui e já estamos passando as tarefas para nossos filhos continuarem com essa cultura”.³⁹

O espaço urbano é constituído pelo trânsito intenso entre as atividades destes dois circuitos, que mesmo distintos, convivem e se influenciam diretamente. Pela grande intensidade e hegemonia, o circuito superior orienta o funcionamento do inferior. No caso das feiras-livres, a supremacia da esfera superior, através dos supermercados, é o grande responsável pela concorrência de espaço comercial entre os consumidores. Neste contexto, qual a posição das feiras-livres, em relação à crescente instalação de supermercados nas cidades?

De acordo com Jesus, a década de 1960 testemunhou a expansão de comércios de maior dimensão, como os supermercados⁴⁰. No entanto, as feiras-livres continuaram ocupando seus lugares dentro dos espaços urbanos, por não se configurarem apenas por seus aspectos econômicos e, sim, por sua diferenciação em relação aos grandes centros de comércio, ou seja, suas características para além do simples ato comercial.

Mesmo permeada pelas avenidas de acesso que conduzem um bairro ao outro, a feira-livre proporciona o surgimento de um

produção e o consumo nas cidades de países subdesenvolvidos, sendo divididas em duas esferas, superior e inferior. A primeira, caracterizada pelo capital importante e intensivo, organização burocrática, grandes estoques e preços fixos; já a segunda, com trabalho intensivo, capital reduzido, pequenos estoques e preços discutidos entre vendedor e comprador, na qual se enquadram as feiras livres.

³⁸ WANDERLEY, M. N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. 1996. Cap. 1, p. 2. Para o autor, agricultura familiar define uma modalidade em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Esta combinação entre propriedade e trabalho, no entanto, assume uma grande diversidade de formas sociais.

³⁹ ALVES, Vandira. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.

⁴⁰ JESUS, G. M. *O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência*. 1991. p. 26.

espaço que transforma o cotidiano da cidade, tornando nítida a convivência entre o tradicional e o moderno. As mudanças provocadas pela feira, segundo DaMatta, “adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu caráter normal”.⁴¹

Tais transformações no espaço, são observadas claramente nas feiras-livres aqui analisadas. Tanto as feiras do bairro Esplanada como Niterói, são realizadas em avenidas de grande circulação de pessoas e veículos. Assim, como as feiras possuem dias específicos de realização, todo o ambiente é modificado para a execução do evento, desde uma reorganização do trânsito, passando pela mudança da paisagem do local (sons, imagens), até a ocupação total do espaço. Segundo Santos, “o espaço se define como um conjunto de objetos, e a relação entres eles”⁴². Dessa forma, a conjuntura das feiras, seus personagens, os acontecimentos que as permeiam, proporcionam sempre a expansão do evento, pois as trocas entre tais produtos alimentam a manifestação de identidades dentro destes espaços, transformando as relações ali encontradas em uma grande manifestação cultural.

Com base nesse processo de significados e significantes do espaço das feiras-livres na cidade, podemos enquadrá-las no que Santos definiu como “horizontalidades”, ou seja:

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos. (...) São cimentadas pela similitude das ações (...) ou por sua associação e complementaridade. (...) As horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária.⁴³

Nesse sentido, destacamos que apesar do intenso jogo competitivo que o capitalismo exerce na sociedade, as feiras-livres mantiveram sua “sobrevivência” e importância no cotidiano citadino, principalmente pela sua capacidade de adaptação e reorganização dentro do espaço urbano. Através das especificidades causadas pelas múltiplas relações sociais em seu contexto, as feiras-

⁴¹ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 1990. p. 63.

⁴² SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. 2000. p.35.

⁴³ Idem. *A urbanização brasileira*. 1994. p. 54-55.

livres continuam como fortes herdeiras das antigas relações de comércio, além de grandes ícones representativos nos meios sociais e culturais. Tal fator, além das particularidades que as relações de comércio nas feiras-livres possuem, como seu caráter simbólico por exemplo, encontra-se no que Santos definiu como criação de “espaços banais”⁴⁴. Banais não de forma pejorativa, mas no sentido de entendimento da existência de um espaço em que todas as ações devem e são possíveis de serem realizadas, configurando novos arranjos econômicos, sociais, políticos e culturais na cidade, ou seja, “espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações”.⁴⁵

RELAÇÕES SIMBÓLICAS NO COTIDIANO DAS FEIRAS-LIVRES: SOCIABILIDADES E CULTURA

Um palco é criado! Ainda na madrugada, os feirantes chegam com seus equipamentos, mercadorias e, aos poucos, vão surgindo as primeiras bancas. Após algumas horas, todo o espaço é ocupado por diversas barracas com mercadorias variadas, e com a chegada dos fregueses, iniciam-se as várias formas de interação ali encontradas. Faça sol, chuva, frio ou calor, lá estão eles, os atores de um evento que descende à antiguidade. As feiras analisadas, neste estudo, apresentam características semelhantes, como quase todas as feiras que conhecemos. Duas grandes fileiras de barracas e um enorme corredor no centro, onde circulam os fregueses a procura de suas preferências. Porém, cabe destacarmos algumas características gerais de nossos objetos de estudo.

A feira do bairro Esplanada, realizada aos sábados, possui, de acordo com Sr. Washington Lúcio, representante do Setor de Apoio às Feiras “aproximadamente 250 barracas, com 2 a 3 feirantes em cada uma delas, totalizando por volta de 750 pessoas trabalhando e uma estimativa de cerca de 6000 pessoas frequentam o local a cada semana”⁴⁶. Os produtos comercializados são dos mais diversos. Em um rápido levantamento, podemos citar os seguintes produtos: utensílios domésticos e brinquedos; roupas, calçados e acessórios;

⁴⁴ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2012. p. 283.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ LÚCIO, Washington. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 27 de agosto de 2016.

peixes e frango congelados; balas, bombons, queijos e doces; frutas, verduras e legumes (que compõem a grande maioria das bancas); biscoitos caseiros e pastéis; ovos, farinhas e temperos, dentre diversos outros produtos.

Por outro lado, a feira do bairro Niterói, realizada aos domingos, de acordo com um levantamento de observação em campo, conta com cerca de 200 barracas, aproximadamente 600 pessoas trabalhando e uma circulação maior que a feira do Esplanada, por volta de 8000 pessoas passam por semana. Os produtos são praticamente os mesmos comercializados no Esplanada, tendo em vista que muitos dos feirantes participam das duas feiras.

A grande diferença entre as duas feiras em questão encontra-se nos objetivos das pessoas que compõem o evento, tanto feirantes quanto fregueses. Tal fato pode ser facilmente justificado pela diferença socioeconômica das duas regiões. No entanto, podemos evidenciar essa situação observando os testemunhos coletados nos dois ambientes. Washington Lúcio, explica a visão da Prefeitura em relação a essa questão:

As feiras são muito diferentes, são caracterizadas. As duas são bem antigas, mas a do Niterói tem mais tempo de funcionamento na mesma região, uns 55 anos, já a do Esplanada uns 32 anos, 20 naquele mesmo lugar. O público do Esplanada é um público mais do Centro, um pessoal mais de elite, que escolhe cada quiabo que compra, é um público mais exigente. É também um local de lazer. Muita gente vai lá só pra passear, só pra encontrar amigos. Tem muita gente, que quer encontrar alguém, e sabe que no sábado ele vai na feira, então acaba indo lá também. Por outro lado, a feira do Niterói já é bem diferente. Desde seus produtos, porque é o seguinte, como lá é no domingo, muitos dos feirantes que não conseguem vender seus produtos durante a semana, acabam indo pra lá escoar o restante da produção. E lá, sendo um bairro onde o poder aquisitivo é teoricamente menor, as famílias são bem maiores também, então vende-se o dobro de mercadorias do que é vendido no Esplanada.⁴⁷

Fatores como estes, citados anteriormente, refletem aspectos comuns de composição da sociedade brasileira. Obviamente, a importância das feiras, tanto do Esplanada quanto do Niterói é

⁴⁷ LÚCIO, Washington. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 27 de agosto de 2016.

incontestável. Embora as diferenças dos perfis e intenções dos indivíduos que as compõem sejam nítidas, cada uma delas de acordo com suas especificidades, desempenham um papel importantíssimo para a sociedade. Por outro lado, demonstram também, a realidade da desigualdade social presente no país, apontando como duas regiões tão próximas, situadas na mesma cidade, apresentam aspectos de qualidade de vida bem distintos.

Seguindo o mesmo sentido, podemos observar, através do relato do Sr. Alvimar Alves, feirante há 27 anos e que vende suas verduras nas duas feiras, que “no Esplanada a pessoa busca uma coisa mais especial, no Niterói, não. Lá o sujeito faz até fila pra comprar, tem dia que 10h00min já não tem mais nada em algumas bancas, o povo já comprou tudo. É um público diferente, as famílias são maiores, e o consumo de alimento é bem maior também.”⁴⁸

Para compreendermos a grande diferenciação entre as feiras-livres e os grandes centros comerciais, devemos observar duas situações, primeiro a qualidade dos produtos, como observamos no testemunho da Sra. Aparecida Teixeira, frequentadora da feira do bairro Esplanada:

Venho todos os sábados, 06h30min, já tô aqui, faz anos já. Eu procuro sempre as mesmas barracas, porque já estou acostumada com o feirante, e sei que o produto é bom. Tem produtos que são característicos da feira né?! Aqueles que têm que vir cedo, porque se vier tarde não acha mais. Tem barraca que vende a abobrinha ainda na flor, então quem gosta de abobrinha novinha sabe que aqui tem.⁴⁹

No mesmo sentido, declara o freguês Sr. Marcos Antônio: “O biscoito escaldado do Rafael é conhecido pra todo lado. O alho já descascado do Toninho. A couve já picadinha da Dona Ivone. Em que lugar eu vou achar isso tudo desse jeito?”⁵⁰

Dois fatores chamam atenção no depoimento da Sra. Aparecida e do Sr. Marcos. Primeiro, a qualidade do produto, que, diferente dos grandes centros comerciais, são mais naturais e proporcionam um contato maior do freguês ao produto. E segundo, a fidelidade e confiabilidade estabelecida entre feirante e freguês, que através do ato de venda e compra de um produto, constroem laços sociais de maior proximidade e afetividade.

No mínimo, três relações sociais merecem destaque dentro das feiras: Fregueses x feirantes; feirantes x feirantes; e fregueses

x fregueses, considerando não somente o ato comercial, mas, sim, suas conversas, brincadeiras e até debates mais amplos. Neste contexto, atribuímos às relações de “sociabilidades”⁵¹ presente nas feiras-livres o principal fator de sua “sobrevivência” no meio urbano, estabelecendo o que Mauss definiu como “fato social total”⁵². Para o autor, as simples transações econômicas, como no caso das feiras, envolvem dimensões bem mais amplas que apenas o ato comercial; como a vida social de seus participantes; estabelecimento de alianças; demarcações de espaço e laços sociais, assim:

Nesses fenômenos ‘totais’, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda a espécie de instituições: religiosas, jurídicas, morais (estas políticas e familiares ao mesmo tempo), econômicas (supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição), sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições.⁵³

De acordo com Vedana, as feiras constituem importantes espaços comerciais e sociais, nos quais, “por meio das diversas maneiras de “fazer a feira”, atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, formas de agir e se relacionar, fomentadas

⁴⁸ ALVES, Alvimar. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 25 de setembro de 2016.

⁴⁹ TEIXEIRA, Aparecida. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.

⁵⁰ ANTÔNIO, Marcos. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 23 de outubro de 2016.

⁵¹ SIMMEL, Georg. *A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal)*. 2006. p. 64. Segundo o autor, para haver sociabilidade é preciso que haja a autonomização na interação entre quem está em socição. Por autonomização, o autor descreve o ato de se liberar determinados laços das realidades da vida. “Tal como um jogo se esvazia da vida à medida que passa a ser um mero entretenimento. O que é autenticamente “social” nessa existência é aquele ser com, para e contra com os quais os conteúdos e interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais, esse é justamente o fenômeno da sociabilidade”

⁵² MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 1974.

⁵³ MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 1974. p. 41.

por feirantes e fregueses, ergue-se uma rede de sociabilidades”⁵⁴, que segundo Simmel “deve ser pensada como uma forma de que os sujeitos são sempre ativos na construção da vida em comum”⁵⁵. Assim, a grande variedade de indivíduos de diferentes personalidades oferece à feira uma gama infinita de relações sociais, evidenciando a multiplicidade cultural do ambiente. Como demonstra o relato do Sr, Célio Nogueira, feirante há 8 anos, nos bairros Esplanada e Niterói:

Existe um clima fraterno, sim. A gente começa a chegar a partir de três horas, pra montar as baracas. Então sempre tem uma dificuldade, um ajuda o outro a montar a banca, às vezes dá uma olhada quando a gente precisa sair um pouquinho. É um ambiente muito bom, um relacionamento de irmãos mesmo.⁵⁶

Ainda, sobre as sociabilidades nas feiras, o freguês Sr. José Antônio destaca que:

O que eu acho mais interessante nas feiras é o seguinte. É que elas criam um hábito, assim como tem gente que gosta de ir no estádio, outros gostam de ir ao teatro, tem gente que gosta de ir na feira. Tem gente que vai na feira não é pra comprar, tem gente que vai na feira é exatamente pra distrair...(nesse momento, passa um senhor ao lado e diz: Fala mentira não, Zé!), e encontrar pessoas e criam amizades.⁵⁷

A relação entre fregueses e feirantes é perceptível. Através dos testemunhos de alguns atores deste evento e também de algumas observações de campo feitas pelo pesquisador, tentaremos demonstrar como se estabelecem as sociabilidades dentro das feiras. Primeiramente, feirantes são “atores”. Para chamar a atenção dos fregueses, seja pela forma verbal ou pela forma de organização de seus produtos, fazendo dos bordões, suas “artes

⁵⁴ VEDANA, Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. p. 60-62.

⁵⁵ SIMMEL, Georg. *A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal)*. 2006. p. 57.

⁵⁶ NOGUEIRA, Célio. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 23 de outubro de 2016.

⁵⁷ ANTÔNIO, José. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 10 de setembro de 2016.

de dizer"⁵⁸. Durante nossa participação em campo, observamos a utilização de dizeres que, sempre com bom humor, atraem os clientes, como "*pode chegar, olhar não paga!*" ou "*tira o escorpião do bolso que a batata tá barata*". Outro ritual de chamamento de fregueses é a degustação: o feirante oferece uma pequena prova de seu produto, afim de ganhar a confiança do freguês. Todos esses fatores demonstram que, através da simpatia, cordialidade e espontaneidade, o feirante busca estabelecer um ritual de reconhecimento com o freguês, trazendo-o pra sua esfera social, como Holanda definiu ainda no período colonial, "no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês, tinha a necessidade de fazer dele um amigo"⁵⁹.

DaMatta estabelece as diferenças das relações sociais existentes entre a "casa e a rua"⁶⁰, sendo que na primeira prevalecem relações mais próximas, marcadas pela interação e coletividade, enquanto, na segunda, temos uma relação mais individualista. Neste contexto, Magnani, ao observar as relações cotidianas em bairros da periferia de São Paulo, estabelece uma categoria intermediária entre a casa e a rua. Para o autor, se a casa é lugar de convívio familiar, mais próximo e de relações mais afetivas enquanto a rua é lugar de estranhos e individualismo, temos entre estas duas esferas o "pedaço"⁶¹, lugar em que pessoas se conhecem de alguma maneira, e que estabelecem alguma forma de relação:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público (a rua), onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.⁶²

⁵⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1: Artes de Fazer*. p. 337. Para o autor, "o intercâmbio ou comunicação social exige uma correlação de gestos e de corpos, uma presença das vozes e dos acentos, marcando pela inspiração e pelas paixões, toda uma hierarquia de informações complementares necessárias para interpretar uma mensagem além do simples enunciado".

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 1995. p. 141.

⁶⁰ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997. p. 61.

⁶¹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço. Cultura Popular e lazer na cidade*. p. 110-119.

⁶² Ibidem. p. 116.

Dessa forma, podemos caracterizar as relações de sociabilidade presente nas feiras-livres como conjunto de práticas cotidianas daqueles que pertencem ao seu “pedaço”, de uma forma menos intensa que na casa, no entanto, mais afetuosa que na rua. Tal fato pode ser claramente observado no relato do Sr. Expedito Gomes, frequentador da feira do bairro Esplanada:

Tem mais ou menos uns 30 anos que eu frequento a feira aqui, e quando eu não venho, fica faltando alguma coisa. Todo mundo aqui é amigo, sabe?! Os feirantes os usuários, todo mundo conversa, aí acaba virando um ponto de encontro de amigos. O dia que um não aparece, a gente logo pensa: Uai...Por que Fulano não veio hoje, será que aconteceu alguma coisa?!⁶³

A lógica que define quem pertence ou não ao “pedaço” da feira-livre é basicamente orientada pelas relações de sociabilidades entre fregueses e feirantes. Neste sentido, observamos que além de práticas de comércio, as relações entre os sujeitos que pertencem ao “pedaço” da feira promovem códigos comuns de ética, lealdade e solidariedade, através de tradições e histórias que fortalecem os laços sociais.

Segundo DaMatta, quando o ritual de reconhecimento é bem sucedido, mesmo que em situação de conflito, a afetividade tende a facilitar a resolução do problema⁶⁴. Por se tratar de uma relação socioeconômica, o ato de venda e compra pode gerar conflitos, no entanto, quando a relação entre freguês e feirante é bem estabelecida, esse tumulto é facilmente contornado, muitas vezes, estreitando ainda mais os laços sociais entre os indivíduos, como demonstra o relato do Sr. Felipe Henrique, feirante há 14 anos nas duas feiras:

Aqui nós conhecemos de verdade o freguês, né?! Acaba que todo mundo se torna amigo, um sempre ajuda o outro, tanto entre os feirantes e entre os fregueses. Acaba que no final isso é bom pra todo mundo, por exemplo, a gente acaba deixando fiado porque conhece o freguês, e isso *torna ele* fiel ao feirante. É isso que faz da feira um lugar

⁶³ GOMES, Expedito. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 08 de outubro de 2016.

⁶⁴ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997. p. 27.

diferente. Aqui nós somos todos amigos, quase uma família mesmo.⁶⁵

Tal relato, toca em aspectos muito interessantes observados no ambiente das feiras. A “pechincha e o fiado”⁶⁶. Os dois atos só são possíveis quando o freguês já é considerado do “pedaço” da feira. Logo, existem possibilidades de acordos diferentes e sempre novos, levando em consideração as circunstâncias ou problemas que se apresentem, como um “fenômeno reticular”⁶⁷. DaMatta chama a atenção para a importância da sociabilidade e das relações sociais em nossa sociedade, pois aquele que está fora deste convívio, tende a se distanciar⁶⁸. Viver em sociedade é consequentemente se relacionar com outro. Estar de fora de um “pedaço” ou de uma rede de significados, demonstra certo isolamento do indivíduo. Na feira, podemos observar diversos laços, com inúmeros significados e contextos particulares, como destaca o testemunho do Sr. Moisés Santos, feirante há 18 anos, no bairro Esplanada:

Tem amigos que vão na feira só pra tomar café, porque sabe que aqui tem um bolinho de fubá ou um biscoito frito na hora. Então isso existe, inclusive tem aumentado muito, sabe, esse negócio da feira como local de lazer. Tem muita gente aí que quando tá com parente de fora em casa, traz aqui pra feira, só pra passear mesmo.⁶⁹

Assim, no jogo das relações que observamos nas feiras-livres, o sujeito necessita de uma formação de elos com outros. Dessa forma, a feira não é constituída por feirantes e fregueses de forma

⁶⁵ HENRIQUE, Felipe. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 09 de outubro de 2016.

⁶⁶ Em termos populares, pechincha define o ato de negociar o preço do produto objetivando adquiri-lo por um valor abaixo do inicialmente ofertado. Fiado define o ato de compra de determinado produto para pagamento posterior à sua aquisição.

⁶⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. 1994. p. 29. Para o autor, “a característica especial desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma ideias que não existiam antes ou leva adiante ideias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das ideias não explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois”.

⁶⁸ DAMATTA, Roberto. *Op. cit.*, 1997. p. 18.

⁶⁹ SANTOS, Moisés. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.

isolada, mas sim, pelas relações sociais estabelecidas entre eles, os legitimando dentro de um espaço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito geral, este trabalho procura exaltar a importância das feiras-livres para o desenvolvimento de diversas atividades dentro do município de Divinópolis-MG. Procuramos, pois, não estabelecer o simples ato de venda e compra de produtos, como o principal fator de estabelecimento e manutenção desse tipo de comércio no meio urbano. Através de uma observação de campo, recolhemos informações que nos permitissem demonstrar as feiras, como conjunto de práticas sociais com diversos significados para aqueles que delas participam, sejam fregueses ou feirantes.

Obviamente, a economia é fator indissociável em uma relação de comércio como a existente nas feiras-livres. No entanto, procuramos chamar atenção para a função social das feiras, representada pela interação, encontros de amigos e até mesmo novas relações. O tratamento entre feirantes e fregueses é outro traço marcante neste universo. A maneira intimista e cordial desenvolvida entre tais atores é evidenciada pela relação de credibilidade e fidelidade entre estes, garantindo trocas de experiências e saberes que ultrapassam a questão unicamente econômica.

Outro fator que procuramos destacar nas feiras, é sua função cultural. Como já citado neste artigo, as feiras livres representam uma das mais antigas formas de comércio, isso demonstra a capacidade de adaptação deste evento, que mesmo com as transformações do mundo moderno, mantém sua tradição, prestígio e identidade, preservando seus aspectos de manifestação cultural baseados no comércio popular e nas relações humanas nelas encontradas, como observamos nas palavras do freguês Sr. Alberto Silva, “toda cidade tem que ter praças, igrejas, escolas e feiras”.⁷⁰

Em suma, esperamos que este trabalho, através dos testemunhos de fregueses e feirantes, contribua para o desenvolvimento de uma História Local, Regional, Cultural e Social, do município de Divinópolis-MG, além de devolver a estes sujeitos suas experiências de vida, visto que o ambiente das feiras representa para eles, grandes lembranças de suas próprias histórias. Assim, nas

⁷⁰ SILVA, Alberto. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 29 de outubro de 2016.

palavras de Thompson “a história oral devolve a história as pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.⁷¹

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA. *João*. Português, Bíblia Sagrada. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Da Américas, 1950. Cap. 02, Vers. 13-17.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, v. 2. p. 21.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- DANTAS, Geovany P. Galdino. *Feiras no Nordeste*. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, Fortaleza-CE, 2008.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara, 1990.
- DUARTE, Ana. *Festas, Feiras e Romarias: Percursos na Costa Azul*. Costa Azul: Ed. Costa Azul, 1997.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTR, 1989.
- GUIMARÃES, O. *O papel das feiras-livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/ USP, (Série Teses e Monografias, n.2), 1969.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 1992. p. 337.

JESUS, G. M. *O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Conflito, mudança e persistência* (Rio de Janeiro: 1964 – 1988). Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1991.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: Usos & abusos da história oral. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço. Cultura Popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, 2002.

_____. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes antropológicos*. 2009, v.15, n.32, p. 129-156.

MATOS, Benedito Erivaldo de Sousa, *O centro da periferia: um recorte espacial da feira livre do Pedregal*. Distrito Federal, Brasília, 15 de dezembro de 2012. 42 p. (IH/GEA/UnB, Licenciatura. Geografia, 2012). Monografia, Trabalho Final em Geografia II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências. Departamento de Geografia, 2012.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (Pa)* / Jorge França da Silva Medeiros; orientador, Gilberto de Miranda Rocha Silva – 2010. Inclui bibliografias. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

MOTT, L. R. de B. *A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco*. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1975.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. Tradução: Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *Território e sociedade*. 2 ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *O espaço dividido – Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SATO, L., & SOUZA, M.P.R. *Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em Psicologia*. Psicologia USP. São Paulo, 2001.

SIMMEL, Georg. *A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal)*. In: *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEDANA, Viviane. *“Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. TEDESCO, J. C. (org.). 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

WEBER, Max. *Conceitos e Categorias da Cidade*. In: *O Fenômeno Urbano*, Otávio Velho (org). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 67-68.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ALVES, Alvimar. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 25 de setembro de 2016.

ALVES, Vandira. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.

ANTÔNIO, José. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 10 de setembro de 2016.

ANTÔNIO, Marcos. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 23 de outubro de 2016.

AUGUSTO, Antônio. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 16 de outubro de 2016.

COSTA, Osvaldo. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 30 de outubro de 2016.

FERREIRA, Osmar. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 10 de setembro de 2016.

FILHO, Josias. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 24 de setembro de 2016.

GOMES, Expedito. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 08 de outubro de 2016.
HENRIQUE, Felipe. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 09 de outubro de 2016
LÚCIO, Washington. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 27 de agosto de 2016.
NOGUEIRA, Célio. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 23 de outubro de 2016.
RIBEIRO, Osvaldo. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 17 de setembro de 2016.
SANTOS, Moises. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.
SILVA, Alberto. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 29 de outubro de 2016.
TEIXEIRA, Aparecida. Entrevista concedida a Gabriel Moura Silva. Divinópolis-MG, 15 de outubro de 2016.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

DIVINÓPOLIS-MG, Prefeitura Municipal de. *Leis Municipais*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/d/divinopolis/lei-ordinaria/1965/65/648/lei-ordinaria-n-648-1965-dispoe-sobre-a-criacao-e-localizacao-de-feiras-livres-na-cidade?q=feiras-livres>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Explícito é melhor que implícito

Cochise César de Monte Carmo¹

A avaliação é parte essencial da prática docente e está fundamentalmente associada à conceituação de o que é a educação e a que ela se destina. O sistema escolar é concebido como um espaço de aprendizagem que os discentes frequentam de acordo com um currículo, onde são orientados por docentes que têm como responsabilidade não apenas oferecer as condições de aprendizagem, mas também aferir se esta aprendizagem se efetivou. A avaliação é, portanto, uma atividade de verificação de ter-se alcançado, ou não, um objetivo curricular. Esta verificação é necessária porque em nossa sociedade os espaços escolares fornecem títulos que atestam para a sociedade que seu egresso alcançou os objetivos curriculares propostos. Este é um sistema de confiança, em que a posse do título habilita o egresso a desempenhar diversas tarefas na sociedade.

Embora haja exceções, como a advocacia, que só pode ser exercida por egressos de cursos de direito que, supletivamente sejam aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, grosso modo, o título de licenciado ou graduado habilita a atividade profissional especializada. No caso dos licenciados, habilita à própria docência, sem que haja outras exigências. Assim, as instituições que abrigam cursos de licenciatura, e por conseguinte, seus docentes, carregam a imensa responsabilidade social de atestar se seus discentes são aptos ou não a exercer a docência, pois assim que o título é expedido o egresso ganha o direito líquido e certo de atuar profissionalmente como docente.

Podemos perceber facilmente que o currículo das licenciaturas se divide em duas partes, uma técnica da área a que o curso se refere e uma ligada à atividade docente em si. Considerando, entretanto, que a própria docência é uma atividade no campo das ciências humanas, as licenciaturas de ciências humanas têm essa delimitação mais nebulosa. No campo da História, nosso objeto de estudo, a disciplina está imbricada com seu ensino e há inclusive recursões como a história do ensino de História e mesmo a história da história do ensino de história.

Uma discussão relativamente recente no Brasil é a educação

¹ Graduando em História pela UEMG Unidade Divinópolis.

em direitos humanos, obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino e que é fundamental na formação de professores. Analisa-se aqui como é abordada a educação e, mais especificamente a avaliação em direitos humanos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História da UEMG, unidade Divinópolis, por se tratar de um tema ainda pouco discutido entre os professores, mas com profundas implicações na prática docente. Busca-se compreender especialmente como o PPC trata a avaliação em direitos humanos, considerando que os cursos de licenciaturas são de formação de professores que terão também o dever de realizar a educação em direitos humanos.

A educação em direitos humanos se diferencia de vários outros campos e até mesmo da própria história, porque é essencialmente valorativa em vez de conteudista. É claramente uma política do Estado para difundir na sociedade valores defendidos por ele, no caso os direitos humanos.

Existe um consenso social no ocidente do pós-guerra, consubstanciado na Declaração Universal dos direitos Humanos da ONU, em vários tratados internacionais, na Constituição Federal de 1988, em leis, decretos, resoluções e outros mecanismos infralegais sobre qual sociedade o ocidente deseja alcançar, a saber, uma sociedade plural, democrática, baseada no respeito aos direitos humanos, às liberdades individuais, na rejeição a todas as formas de opressão e fundada na dignidade inerente inalienável e irrenunciável do ser humano. A ferramenta por excelência do Estado para difundir os valores que defende é a educação, não à toa declarada “dever do estado” (BRASIL, 1988).

O papel da educação na difusão de valores de estado é fenômeno que pode ser identificado antes mesmo da separação de fato das esferas política e religiosa, mas que se torna um padrão a partir da laicização. Embora na maior parte de nossa história os valores de estado possam ser facilmente lidos como justificação e validação de relações de opressão, dentro das repúblicas democráticas modernas esta relação seria, teoricamente, superada. Esta superação se daria porque na democracia não é concebível que haja interesses do estado dissociados dos interesses do povo, então, a medida que a população se dá conta das relações de opressão, utilizaria os meios democráticos para as eliminar.

Porém, o fato de em uma democracia madura e avançada como a França, Althusser e Bourdieu identificarem na escola mecanismos muito parecidos de reprodução, validação e justificação de relações sociais opressoras tendo décadas de distância entre os

dois, nos faz duvidar da eficácia destes mecanismos democráticos. Inegável, no entanto, é o fato de que a educação nas repúblicas democráticas, como a França destes autores, é um espaço de disputa social. A própria atividade destes se dá dentro do campo da educação, mostrando um movimento gramsciano de conquista das estruturas sociais por dentro.

A educação em direitos humanos se insere neste movimento virtuoso da república democrática de eliminação, através do estado, das formas de opressão que há na sociedade e que, como podemos perceber pela França, são capazes de se perpetuar inclusive à revelia da democracia.

No caso específico do Brasil, país longe de ser uma democracia madura e avançada, as políticas educacionais possuem um caráter lento e legalista: derivam de mudanças legais e que demoram muitos anos para efetivamente se implementar. Na Nova República, estas normas têm convergindo com o processo civilizatório ocidental de defesa dos direitos humanos, que, no Brasil, ainda não se efetivam na prática.

Para garantir o papel da educação na implementação destas normas o Estado possui o monopólio da fiscalização das atividades de ensino, mesmo que não possua monopólio do ensino em si. Esta fiscalização se rege por uma série de normatizações sobre o ensino e permitem ao Estado, inclusive, exercer seu poder de polícia e encerrar as atividades de uma instituição que as descumpra, cassando seu direito de expedir títulos.

Assim, uma instituição de ensino superior (IES) que ofereça cursos de licenciatura deve seguir os parâmetros estatais para a formação docente, uma vez que o direito de expedir o título de licenciado que a IES possui é condicionado à conformidade aos parâmetros estatais para a oferta deste ensino. Estes parâmetros por sua vez, se orientam pelo que se espera do docente de ensino básico, a atividade à qual o título de licenciado permite a atividade, porém guiado pelos valores de estado da Nova República de efetivar os direitos humanos.

A simples existência desta hierarquia normativa decorrente da fiscalização estatal do ensino já nos garante que toda a normatização sobre a educação em direitos humanos está implícita em todas as normas subordinadas, o que permite, mas não garante sua aplicação. Assim, o PPC analisado precisa seguir toda a normatização superior a ele sobre o tema dos direitos humanos, mas não precisa citá-la explicitamente. Apesar disso, quando o tema é citado na página oito, são apresentadas várias das normas que

orientam a matéria. A saber, a Resolução 1/2012 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP), o parecer 8/2012 CNE/CP, a lei 10.693/2003 e outros.

A resolução 1/2012 CNE/CP diz em seu artigo sexto:

A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, *deverá ser considerada na construção* dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como *dos diferentes processos de avaliação*. [grifo do autor]

Como já apontado, a avaliação se relaciona diretamente com o resultado esperado do processo educacional, então, ao determinar que a educação em direitos humanos *deve* ser considerada na avaliação, a resolução aponta que o resultado do processo educacional *deve* se relacionar ao tema. Curiosamente, os direitos humanos não são mencionados no item 3 do PPC: “Perfil do Profissional Concluinte” que, ao descrever um perfil essencialmente cognitivo do egresso reforça uma visão de educação tecnicista, de transmissão de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, mas não de formação humana e formação de valores. Além da contradição do PPC com a visão de educação humanista defendida pelas ciências humanas e a função do ensino de história no ensino básico, onde atuarão os egressos em sua maioria, o curso de História se esquivava da obrigação social e legal de avaliar seus discentes quanto aos direitos humanos.

Os direitos humanos e a educação para a diversidade são novamente citadas no PPC na página 8, na qual se aborda diretamente o tema dos direitos humanos como tema a ser discutido nas disciplinas de Seminário Interdisciplinar, História da África e dos Afrodescendentes. Porém, na página 11, na qual se apresenta de modo geral o currículo do curso, o PPC diz que o tema deve ser abordado nas disciplinas de Sociologia e Antropologia. Ainda apresentando o currículo geral, na página 12, em que são apresentadas as disciplinas de Seminário Interdisciplinar e História da África e dos Afrodescendentes, os direitos humanos não são mais citados. Esta aparente contradição poderia ser entendida como decorrente da estilística textual, evitando a repetição da mesma informação já apresentada, mas independente disto, nos é

apresentado um conjunto de quatro disciplinas que devem abordar o tema diretamente.

Infelizmente, no ementário que se inicia na página 42, analisando as ementas das disciplinas citadas, apenas as de Seminário Interdisciplinar citam diretamente os direitos humanos e apenas no bojo da educação para a diversidade:

Os seminários interdisciplinares I, II e III têm como objetivo propiciar a inserção do corpo docente e do corpo discente no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, *contemplando a educação para a diversidade: direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e as questões ambientais*. Para tanto, devem se constituir em espaços curriculares flexíveis e privilegiar estratégias indispensáveis ao trabalho interdisciplinar. [grifo do autor]

É de se notar também a ausência dos direitos humanos nas outras disciplinas que compõem o núcleo de formação docente do currículo, como o Estágio Supervisionado e ensino de História, que possuem alta carga horária e que possuem ligação direta com a prática docente, que poderiam ser espaço privilegiado de discussão e experimentação.

Essa inconsistência sobre os espaços em que o tema deve ser abordado aponta que a abordagem no PPC é fragmentada, inclusive no texto, ou seja, que a educação em direitos humanos não foi considerada *de modo transversal*, como determina a resolução 1/2012 CNE/CP, mas citada para cumprir exigências legais, e sequer citada consistentemente ao longo do documento.

A ausência no ementário é ainda mais grave uma vez que é a ementa que orienta professores recém contratados na construção de seus programas e é em relação à ementa que os estudantes podem fazer cobranças pedagógicas sobre o escopo das aulas e avaliações, pela inclusão de temas alienígenas ou seu não atendimento.

Estas especificidades dos usos da ementa na realidade acadêmica tornam especialmente importante que o tema dos direitos humanos seja citado em todas as disciplinas que devem abordá-lo.

No entanto, há uma diferença substancial entre abordar os direitos humanos como conteúdo em disciplinas e realizar educação em direitos humanos. Para que se possa falar em educação em direitos humanos é preciso que os direitos humanos sejam mobilizados em quatro áreas: processo avaliativo, perfil do profissional

egresso, metodologia do curso e conteúdos. No PPC, os direitos humanos são mencionados apenas como conteúdo, relacionado a quatro disciplinas, mas constante da ementa de apenas uma delas.

A Resolução 1/2012 CNE/CP determina, por exemplo, em seu artigo 3º, “a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social”, o que implica que o curso História, e todas as instituições educacionais do Brasil, em todos os níveis, têm também esta finalidade de “promover a mudança e a transformação social”.

Esta resolução, em seu artigo 4º, apresenta as dimensões da educação em direitos humanos e várias merecem uma análise mais detida neste trabalho:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Os itens II a V se referem a dimensões não conteudísticas da educação, mas dimensões éticas e comportamentais, explicitando que a educação em direitos humanos não é a simples *I – apreensão de conhecimentos*, este é apenas um de cinco itens, mas principalmente o praticar, o introjetar valores. O curso deve então não apenas ensinar, na concepção bancária, sobre os direitos humanos, mas também *II - afirmar valores, III - formar consciência, IV - desenvolver processos participativos, e V - fortalecer práticas*.

Para que se possa realmente falar em educação em direitos humanos é preciso que estes aspectos sejam mobilizados no PPC não apenas como conteúdos, mas também em suas metodologias.

Dentre as metodologias, é especialmente importante pensar em metodologias de avaliação. O artigo 5º, que explicita o objetivo

da educação em direitos humanos e, portanto, o que guia a avaliação da educação em direitos humanos diz:

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Se o objetivo é o “exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida”, a responsabilidade docente e institucional é criar mecanismos de avaliação que consigam aferir em que grau este objetivo foi alcançado. Inclusive, o discente que é inicialmente avaliado quanto a isto na licenciatura em História terá como responsabilidade docente realizar esta mesma avaliação no ensino básico e a universidade, ao conferir o título de licenciado ao egresso, chancela perante a sociedade que este é capaz de cumprir esta obrigação. Porém, no PPC não há elementos que orientem sobre a avaliação em relação aos direitos humanos ou qualquer aspecto que não o meramente cognitivo.

O artigo 7º da resolução faculta a educação em direitos humanos ser ministrada transversalmente, em disciplinas específicas ou das duas formas. Cabe a este trabalho apontar um risco inerente às condições de avaliação.

A UEMG, em seu regimento, determina em seu artigo 36 que a avaliação de desempenho por disciplina é realizada “por pontos cumulativos, em uma escala de zero (0) a cem (100)” e que “Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”. No artigo 38 se afirma que é considerado aprovado o discente que alcançar, no mínimo, 60 destes 100 pontos. Assim, caso a avaliação em direitos humanos seja realizada de forma transversal em diversas disciplinas há a possibilidade de o discente alcançar 60 pontos nas disciplinas, mesmo não tendo alcançado resultados satisfatórios na educação em direitos humanos. Esta realidade aponta a importância de se ter algumas disciplinas em que a avaliação em direitos humanos seja preponderante, que atue como pontos de retenção no percurso acadêmico.

Cabe ainda ressaltar a importância desta discussão nas licenciaturas, uma vez que mesmo depois da resolução determinar a educação em direitos humanos como integrante de todos os níveis e modalidades de ensino, é reafirmado no artigo 8º que esta é obrigatória para todos os profissionais da educação, tanto na formação inicial, ou seja, a licenciatura, quanto na continuada.

Para futuros professores, a educação em direitos humanos é parte essencial do processo formativo e seus atributos morais e comportamentais parte essencial do perfil do egresso. Assim, a universidade deve criar métodos de avaliação que sejam capazes de aferir o alinhamento destes atributos com as políticas nacionais. Estes métodos certamente se afastarão da tradicional prova escrita, ou apresentação de seminários, exigindo criatividade por parte do corpo docente.

Considerando que um egresso cujo padrão moral e comportamental se afaste dos princípios básicos dos direitos humanos que guiam o ocidente nas últimas décadas é incapaz de ensinar estes princípios que não compartilha, e que as ações que vão de encontro aos direitos humanos são todas atos de violência, é uma função das IES impedir o chancelamento deste discente que além de não cumprir sua função representa risco a seus estudantes. A resolução os chama a atenção para este fato ao reforçar a importância da educação em direitos humanos na formação docente.

Esta resolução, assim como a própria constituição e outras tantas leis no Brasil, é principalmente uma projeção de intenções, cuja efetivação e implementação avança lentamente, principalmente porque os direitos humanos ainda são ponto de tensão na sociedade. Um país em que o senso comum associa direitos humanos apenas à proteção de encarcerados e que parcelas significativas da população concordam com a afirmação “diretos humanos para humanos direitos” é um país que ainda tem muito a avançar civilizacionalmente.

Assim, a explicitação destes pontos no PPC, não só como conteúdo, cumpriria dois papéis essenciais. Primeiro, lembrar os professores de sua importância e os orientar sobre como realizar a educação em direitos humanos, uma vez que, dado o caráter próximo desta discussão, eles mesmos, quase certamente, não receberam formação para isto. Em segundo lugar, contribuir para a clareza e justiça nas avaliações em que é preciso haver transparência e amplo conhecimento de o que e como é avaliado, de modo a garantir tanto os direitos discentes quanto a autoridade docente.

Em tempos nebulosos como o atual, em que se questiona a autonomia docente em movimentos como o “escola sem partido” essa explicitação contribui também para resguardar o professor

Ressalta-se, porém, que estas recomendações são com o objetivo de explicitar normas que já se aplicam ao curso, porém estão apenas implícitas no PPC e fornecer segurança e suporte aos docentes que levem a sério suas obrigações.

Mesmo não estando explícito no texto, a educação em direitos humanos se insere no conjunto de normas que orientam a atividade pedagógica e pode ser mobilizada no cotidiano acadêmico.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS. *Projeto pedagógico do curso de história*. Divinópolis, 2014. Disponível em <<http://funedi.edu.br/files/ISED/historia/2014/docs/pcc.pdf>>. Acessado em 02/11/2016

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONSELHO PLENO. *Resolução 1/2012 CNE/CP*. Brasília, 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acessado em 02/11/2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONSELHO PLENO. *Parecer 8/2012 CNE/CP*. Brasília, 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192> Acessado em 02/11/2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Regimento Geral*. Belo Horizonte, SEM DATA. Disponível em <http://uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf>. Acessado em 02/11/2016.

As oficinas de Educação Patrimonial como mediadoras de saberes – A experiência do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho na construção coletiva de uma educação para o patrimônio

Samuel José Santiago¹

Máira Lopes Rocha²

Flávia Lemos Mota de Azevedo³

Fátima Gonçalves da Silva⁴

OFICINAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CEMUD

A educação patrimonial vem sendo defendida como uma importante prática pedagógica a ser empregada nos mais diversos espaços de sociabilização e educação relativas à preservação do patrimônio. Entendendo a importância dessa temática, o Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho UEMG – Unidade Divinópolis (CEMUD), reconhecido como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), propõe essas oficinas e as realiza simultaneamente ao período escolar da educação básica desde 2014. As oficinas têm como principal objetivo a sensibilização dos estudantes sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, social, político, econômico e cultural do centro-oeste mineiro e contam com toda uma metodologia que fundamenta esta proposição. Este artigo busca elucidar

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: samujsantiago@gmail.com

² Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: mairalopesr@gmail.com

³ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, mestre em História pela UnB, Coordenadora de Área – PIBID - CAPES. E-mail: flavia.azevedo@uemg.br

⁴ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, Bolsista PIBID - CAPES. E-mail: fatima.goncalves29@yahoo.com.br

a questão patrimonial, ressaltando a relevância das práticas educacionais neste campo e apresentando um breve panorama das oficinas realizadas no CEMUD.

Procurando apontar referências de práticas culturais relevantes para que esses sujeitos se sintam produtores de cultura e para que se apropriem de suas heranças culturais, as oficinas de educação patrimonial buscam também a valorização de suas experiências e vivências no cotidiano de suas comunidades. As atividades são pensadas com o propósito de mostrar a esse indivíduo que no cotidiano de sua escola, de sua cidade e região ocorrem a todo momento manifestações culturais que representam a história e memória de pessoas comuns. Neste sentido, todo o arcabouço cultural já apropriado pelos estudantes em sua dia-a-dia é somado ao acervo do CEMUD que conta com mais de 60 mil documentos relativos à história do centro-oeste mineiro e se encontra disponível para toda a comunidade, seja no espaço físico do Centro de Memória ou em seu portal virtual Em Redes (www.emredes.org.br). Outro fator importante desse trabalho de integração entre memória e educação que promove o acesso a esses documentos ao mesmo tempo em que incentiva novas produções culturais é a construção mútua de reconhecimento e valorização da história e da cultura regional entre esses estudantes, professores e a sociedade.

Para realização das oficinas de educação patrimonial é feito um treinamento com discentes voluntários de várias áreas de graduação da UEMG – Unidade Divinópolis, para que possam desenvolver e aplicar as ações extensionistas. A educação acadêmica neste momento também é pensada além dos muros da universidade, fazendo uma integração entre comunidade, alunos e professores, e essa participação estudantil multidisciplinar também se mostra muito positiva para ampliar as possibilidades de alcance do debate patrimonial, pois promove o compartilhamento do conhecimento e a comunhão de saberes nessas respectivas áreas de atuação. Toda essa preparação é adequada à recepção do público alvo, composto por estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas da região, que são convidadas pelo Centro de Memória ou que nos procuram espontaneamente.

As oficinas trazem um cronograma de apresentações sobre patrimônio que estão na seguinte ordem: apresentação do tema com auxílio de slides, exposição de fotos do acervo do CEMUD no “Varal da Memória”, confecção dos mapas de percepção e confecção de bilhetes para a “Árvore do Patrimônio” – ao fim deste

artigo são apresentados alguns resultados dessas atividades. O primeiro momento de exposição consiste na conceituação de patrimônio, cultura, identidade e as especificações de patrimônio material e imaterial. A partir disso, a apresentação de fotos auxilia os estudantes na apropriação da memória local e as dinâmicas práticas dos mapas de percepção e da Árvore de Patrimônio promovem a atuação dos participantes enquanto produtores e reprodutores de cultura. Depois de realizadas as atividades, apresentamos o portal Em Redes como ferramenta de pesquisa permanente sobre a história e memória do centro-oeste mineiro. Toda a oficina tem duração média de duas horas.

Perceber a compreensão do tema pelos estudantes através de suas próprias produções nos dá a sensação de que o objetivo das oficinas patrimoniais é atingido ao passo em que o olhar afetivo acerca do patrimônio se encontra com o olhar técnico. Com o encerramento das atividades, fazemos o arquivamento de todo material produzido, o que nos possibilita fazer essa avaliação positiva. A transmissão de conhecimento se dá de forma tão rica que é recíproca para ambas as partes envolvidas e, neste artigo, buscaremos compartilhar essa nossa experiência ressaltando a relevância da educação patrimonial para educadores, educandos e toda a sociedade.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo “Educação Patrimonial”, citado em 1983 no “I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos”⁵, denota o início da preocupação em propor, por parte das instituições de preservação do patrimônio, uma relação mais próxima da sociedade através da construção coletiva de bens culturais utilizando-se de projetos educacionais com práticas pedagógicas mais democráticas e plurais. Nunca houve dúvidas sobre o caráter primordial da educação como política pública para o incentivo à preservação do patrimônio cultural, mas este modo de fazer vem superando de forma efetiva o viés verticalizado e institucional de transmissão do conhecimento. Atualmente, discussões sobre patrimônio levantam questões sobre essa tutela do Estado que emoldura certo “tipo ideal” de patrimônio e propõem a concepção de valores culturais socialmente construídos.

⁵ SIVIERO, 2015, p. 80

O reconhecimento sobre o campo da educação patrimonial vem se refletindo na inserção desse conteúdo na prática escolar da educação básica, mas um grande avanço nessa questão é o entendimento de que essas oficinas podem e devem ser ministradas nos mais diversos ambientes em que haja comprometimento com a preservação do patrimônio cultural. Essa penetração no campo social é o que de fato dá sentido à premissa de construção coletiva do saber, e assim o alinhamento entre teoria e prática resulta satisfatoriamente nos princípios que entendemos como fundamentais nessa metodologia: instigar na população o sentimento de pertencimento, identidade e cidadania, e reforçar a autoestima coletiva destes que são legítimos produtores de cultura.

Partindo da realidade própria do indivíduo, esse sentimento de reconhecimento e preservação se dá de forma muito mais intrínseca, abrangente e significativa, porém, no nosso trabalho com crianças e adolescentes nos deparamos sempre com o grande desafio que é a assimilação prévia do assunto. Já nas etapas iniciais das oficinas, quando fazemos a elucidação do objeto de estudo, essa dificuldade se apresenta através do desinteresse ou da participação tímida dos envolvidos, exigindo de nós,icineiros e professores, uma orientação mais precisa, envolvente e consequentemente mais instrutiva. A partir dessa direção mais sistemática é que captamos a gradual apreensão dos alunos e assim se dá o desenvolvimento das atividades, nos deixando a indagação sobre qual é a razão dessa dificuldade.

O principal intuito dentro de uma oficina de Educação Patrimonial é que quem dela participa compreenda em seu entorno os bens patrimoniais presentes em seu cotidiano, mas não há como esperar que essa compreensão seja homogênea. Devemos levar em conta fatores sociais que afetam diretamente a realidade dessas crianças e adolescentes e que vão impulsionar ou afastar mesmo a assimilação de conceitos simples. É neste sentido que se faz necessário o trabalho de conceituação durante a oficina, pois além de servir como base para o desenvolvimento de toda a atividade, em muitos casos este será o primeiro contato do estudante com o conteúdo. Mas para além dessa ação prática, devemos pensar nessa defasagem como um problema estrutural.

Em seu cotidiano, as pessoas que não têm contato com manifestações culturais como a dança, o teatro, celebrações religiosas, museus etc. são as que mais apresentarão dificuldades na absorção de conceitos. Quando a criança ou o adolescente já tem essa perspectiva cultural bem apropriada, seu entendimento se dá

exponencial e espontaneamente, ao passo que sua desenvoltura pode ser comprometida pela não compreensão dos saberes que estão no seio de sua família, as celebrações que são feitas em seu bairro, as formas de expressão que são produzidas em sua cidade ou os lugares de importância cultural de seu município. Quais as formas de fazer com que a cultura – em seu sentido mais abrangente – chegue a todos os lares brasileiros é uma questão que vem sendo tratada institucionalmente em várias propostas, mas a educação patrimonial vem alertar-nos para a cultura que não precisa ser “encontrada”, e sim que já se faz presente. Dessa forma, a conscientização da própria identidade se torna aparato essencial para a apreensão de conceitos e é esse tipo de ação que devemos trazer à tona em nossas atividades.

É percebendo essa necessidade latente de nossa sociedade que a forma de se trabalhar com patrimônio vem se aproximando das múltiplas manifestações culturais, gerando um contínuo processo de apropriação e valorização. Esse desafio, portanto, nos dá um retorno muito satisfatório, pois trabalhar esse diálogo de apropriação do conhecimento de forma que quem participa da oficina se entenda como ser criador e reproduzidor de cultura, resulta no perceptível avanço sobre essa compreensão. O sujeito que participa de uma oficina como esta tem seus olhos voltados para as subjetividades que o mundo nos apresenta e, numa relação antropofágica, consome o que é produzido por outros seres humanos e se entende como produtor de cultura, que será também reapropriada. Esse sentimento de identidade, aliado à educação enquanto mediadora é fundamento imprescindível para a perpetuação desse saber que se desdobra em atitudes de preservação e valorização dos patrimônios culturais.

Neste sentido, é necessário que seja feito um trabalho cuidadoso e atento às particularidades do público alvo das oficinas, buscando ressaltar bens culturais relacionados à sua realidade. A linguagem nessa situação possibilita a redução do distanciamento cultural fomentado pela institucionalização da preservação que segrega os bens de real significado para a sociedade, principalmente quando se trata de pequenas comunidades. O modo como trabalhar essa comunicação deve ser pensado do mesmo modo como em geral tratamos os bens culturais: de forma subjetiva. A linguagem utilizada com crianças e adolescentes para a abordagem sobre patrimônio, deve ser clara e adequada a determinado contexto, levando em conta que a própria característica da educação patrimonial se dá muito mais com os sentidos e

com as subjetividades do que por uma orientação tecnicista e emoldurada.

É preciso que as atividades trabalhem com as diversas capacidades do aluno e que eles sintam que a sua produção naquela atividade significa tanto quanto o conteúdo teórico da mesma. Trabalhar educação patrimonial falando sobre celebrações, formas de expressão, lugares e não apresentar isso de uma forma lúdica e envolvente, impede muitas vezes que os alunos se apropriem destes significados. Esse método também supera o conteudismo das aulas que, de forma cristalizada e disciplinatória, não dialoga com a realidade e interesse dos estudantes. Usar da música, de ilustrações, dos seus desejos individuais de preservação e dos conhecimentos sobre a cultura local é, portanto, essencial para que seja feita essa aproximação entre a realidade e os conceitos relativos ao patrimônio. Uma vez entendidas essas relações durante a apropriação do conhecimento, a reprodução desse conteúdo e a produção própria de saberes fazem sentido e fluem com naturalidade.

A democratização de espaços que se propõem a trabalhar com essa temática é essencial para que se altere a relação passiva de reconhecimento do patrimônio causada por ritos metodológicos e conceituais institucionalizados. Assim, ao Estado “caberia criar mecanismos de escuta apurada e canais que possibilitem a participação da sociedade em todo o processo de preservação e salvaguarda do seu patrimônio cultural”⁶, e a estes lugares que podem envolver escolas, museus, arquivos, centros de memória e de cultura, o papel de promover o empoderamento e autonomia do cidadão produtor de bens culturais.

É preciso frisar também que todos os espaços de socialização têm em sua essência uma potencialidade educadora e é onde pode ocorrer esse compartilhamento de saberes de forma mais intrínseca e legítima. A educação patrimonial vem, nesse sentido, evidenciar e incentivar o entendimento sobre essas práticas, ultrapassando o viés pragmático da história e expandindo as delimitações histórico-sociais numa eterna remodelagem cultural que permeia nossa existência em espaços e tempos diferentes.

O PATRIMÔNIO ENQUANTO CONSTRUÇÃO COLETIVA

Quando falamos de patrimônio cultural, a ideia inicial que se tem perpassa por um caminho construído pela história e tradição,

⁶ Ibidem, p.90

no qual apenas monumentos, e objetos advindos de uma elite possuem significação cultural para a maioria. Ao ensinarmos as dimensões do patrimônio é necessário exercitar uma prática em que a cultura comunitária de cada indivíduo seja o ponto de partida para a educação, que deve ser muito mais construção coletiva de um saber que propriamente um conjunto de teorias verbalizadas por um interlocutor que por uma razão ou outra possui um arcabouço teórico sobre o tema. A educação patrimonial deve servir a mecanismos de ensino que fomentem a construção comunitária dos saberes, e não a métodos instrutivistas.

Uma das principais características do ser humano é se realizar enquanto pessoa ao entorno de uma comunidade de iguais e, nesse sentido, o reconhecimento dessa comunidade como parte da história individual deve preceder do entendimento teórico das diversas faces do patrimônio. Os atores sociais devem participar ativamente da identificação do seu patrimônio, que sempre se dá e se constrói de forma coletiva, na história compartilhada por indivíduos de um mesmo grupo que se identificam diante daqueles elementos nos quais se faz sua cultura. Quando se pensa na realização de oficinas de educação patrimonial, é necessário antes de tudo buscar entender o outro como sujeito cultural, construtor e perpetuador do patrimônio. Por mais adversas que sejam as realidades de cada um, é identidade do ser humano a cultura. Nesse sentido, é necessário desenvolvermos um olhar apurado sobre o outro, possibilitando que a história construída por ele se torne norte na realização de toda e qualquer intervenção acerca do patrimônio.

Quando o assunto é patrimônio cultural, não existe apenas uma versão sobre as coisas. As pessoas podem ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural e, dependendo das suas relações com a referência, podem até ter visões contrárias sobre ela. Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o reconhecimento sobre a referência, os seus significados e a importância para as pessoas.⁷

É inerente à cultura ocidental ressaltar e privilegiar a história das grandes elites, que por sua vez construíram grandes monumentos arquitetônicos e ditaram uma cultura vertical. Porém,

⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016, p.15.

quando pensamos no todo do patrimônio cultural, seria injusto não ressaltar as inúmeras manifestações artísticas, religiosas e celebrativas existentes no seio das mais diversas comunidades, que possuem inúmeros saberes e muitas vezes não são entendidas como protagonistas na construção do que é considerado por elas patrimônio. E é nesse sentido que a educação patrimonial deve atuar, fazendo parte desse processo construtivo que incorpora os bens comunitários e não os vê apenas como produtos.

A cultura se forja no contexto humano e minimizá-la a determinados grupos provoca uma espécie de crise identitária no reconhecimento da atuação do homem. Dentre os elementos que constroem a cultura de uma comunidade está seu patrimônio e um olhar sensível e comprometido para com o outro é critério fundamental para auxiliá-los a entender que seus saberes são dotados de importância e merecem ser resguardados.

Com isso, as oficinas devem levar o interlocutor a entender a importância do patrimônio de maneira que a matéria não supere o saber, que a valorização do objeto, dos lugares e das celebrações não ultrapasse o entendimento que deve antes de tudo protagonizar o sujeito que dá sentido a tais manifestações culturais. A valorização e conservação do patrimônio devem acontecer salvaguardando primeiramente os valores e não os bens em si, clarificando, assim, que o valor de um patrimônio se dá primeiramente na mensagem que ele passa. O indivíduo é o único responsável por dar sentido às práticas culturais e ao patrimônio construído. Sem a valorização humana quaisquer desses não passariam de coisas e atos corriqueiros do decorrer histórico vividos.

Quando se pensa o patrimônio e nele é possível vislumbrar a mensagem que alguém quer ou quis passar, é necessário ter em mente que aquela manifestação faz parte de uma construção sociocultural que diz respeito a toda comunidade. Reconhecer-se como parte do coletivo em que se dá o patrimônio é essencial para que ele seja compreendido essencialmente.

O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam. O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas

vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira.⁸

Nesse sentido, a implantação das oficinas vem ao encontro de todos os sujeitos que de uma maneira ou outra constroem também a cultura como um todo. Levar cada indivíduo a refletir o patrimônio e se entender como parte dele é sem dúvidas o principal papel que a oficina desempenha. Esse patrimônio, muitas vezes, possui uma ligação tão profunda com as pessoas, que elas não conseguem dimensioná-la e é nesse momento que as oficinas entram em suas vidas e criam, junto a cada um, métodos que possibilitem a conservação daquele patrimônio que está intimamente ligado às suas vidas. Não é objetivo das oficinas impor ou ditar um ou outro patrimônio, as oficinas são propostas justamente num caminho contrário, que valoriza o saber do outro e constrói junto com o outro as dimensões que precisam ser resguardadas no reconhecimento do seu patrimônio cultural.

METODOLOGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Sabemos que atualmente a educação brasileira passa por um tempo em que se faz necessária a busca de práticas educacionais inovadoras, que resgatem e fomentem o interesse dos estudantes, facilitando a apreensão e o desenvolvimento pessoal de cada um deles. Nesse sentido, optamos em nossas oficinas por uma metodologia mais participativa que expositiva, que leve em conta os saberes que cada um possui, que crie espaços de diálogo e busque sempre caminhos de inclusão (especialmente das minorias), que fomentem o diálogo e a decisão conjunta. Buscamos ainda caminhos educativos que fujam ao “tradicionalismo”, mas sempre entendendo que para o alcance de um desempenho profícuo é essencial o desenvolvimento de uma reflexão teórica propedêutica, que sirva de ferramenta para o alargamento de uma prática muito mais completa.

As oficinas de educação patrimonial devem possibilitar a seus interlocutores uma nova visão cultural que leve em consideração

⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p.12.

as mais diversas práticas, saberes e ofícios, desenvolvendo em todos e todas um novo olhar acerca da cultura, levando-os a entendê-la como construtora de saberes e identidades. É nesse sentido que o ato de educar para o patrimônio possibilita uma nova alternativa aos sujeitos, levando-os a refletir sobre a educação de uma maneira muito mais lúdica e prática, na qual o outro pode ser considerado também protagonista da história e da cultura. As atividades que propomos em cada uma das oficinas têm por missão, ainda, mostrar que a aproximação das pessoas com monumentos e com objetos de relevância histórica e cultural é essencial, no entanto, somado a isso, nossa proposta de intervenção quer levá-los a refletirem sobre as mais diversas maneiras de se fazer e “ser” na cultura, possibilitando uma compreensão muito mais abrangente, que faça com que entendam, na realidade de sua comunidade local, perspectivas culturais que possuem em si, narrativas que dizem da história daquele lugar, superando, assim, uma perspectiva vertical e elitista na qual a problemática do patrimônio cultural está inserida.

As perspectivas de uma educação para o patrimônio, embora trabalhada de maneiras distintas da prática corriqueira que as escolas propõem, têm como foco principal a crescente necessidade de valorização dos bens históricos e patrimoniais da sociedade hodierna, fazendo com que os estudantes entendam que a Educação Patrimonial possibilita o despertar de uma consciência da necessidade de registro, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, bem como, permite o entendimento da identidade pessoal que cada indivíduo alcança em seu contexto histórico-social, clarificando que também a comunidade local é um lugar de construção cultural onde os mais distintos indivíduos podem se encontrar e coletivamente construir saberes que possibilitam o estabelecimento de uma cultura abrangente que mesmo em suas diferenças convivem entre si e fomentam a criação das características do todo comunitário.

A educação é, simultaneamente, uma determinada teoria do conhecimento posta em prática, um ato político e um ato estético. Essas três dimensões estão sempre juntas – momentos simultâneos da teoria e da prática, da arte e da política, do ato de conhecer a um só tempo criando e recriando, enquanto forma os alunos que estão conhecendo.⁹

⁹ FREIRE, 1987, p.110

O desenvolvimento da prática pedagógica no trabalho de educação patrimonial está intrinsecamente associado à experiência estética e política que o patrimônio cultural fomenta em cada um de nós. O fato de desenvolvermos tal trabalho principalmente com escolas de zonas periféricas nos possibilita notar o grande afastamento dos sujeitos em relação às manifestações culturais corriqueiras da cidade. Despertá-los para a cultura que até então é entendida por eles de maneira elitista é de fato um árduo trabalho de lapidação do macro conceito que o termo cultura abrange.

Com isso, pensamos com cuidado em cada uma das atividades de interação que nossas oficinas abrangem e as associamos à teoria em que acreditamos para assim chegarmos a uma metodologia mais abrangente e que estivesse em consonância com as necessidades das realidades em que nos inserimos. Trataremos então, aqui, dos Mapas de Percepção e da Árvore do Patrimônio que foram as atividades que produziram os maiores documentos e registros daqueles que participaram das oficinas.

MAPAS DE PERCEPÇÃO

Aplicar os mapas de percepção tem se tornado tarefa fundamental nas oficinas de educação patrimonial. Levar em conta o conhecimento de cada indivíduo é caráter norteador para uma construção coletiva e efetiva de saberes. Quando se pensa no patrimônio histórico de uma cidade, ou nos bens tombados pelas instituições de salvaguarda, os indivíduos são levados a perceber a relevância cultural da comunidade a partir de uma história que não está intimamente ligada com sua trajetória de vida, assimilar o passado e as manifestações culturais com um olhar de pertencimento não é uma atitude comum em uma sociedade que protege e registra individualmente o seu patrimônio.

Nesse sentido, quando se introduz a dinâmica dos mapas mentais, o ouvinte é levado a se entender como parte de um todo que é construído por seus pares, e percebe nessa construção a interferência que ele próprio é capaz de fazer quando denota àquilo algum significado para si. Desenhar ou escrever mapas de percepção torna cognoscível o patrimônio que antes era entendido apenas na distância dos monumentos e na frieza dos ritos tradicionais. Desvendar o mítico olhar que não entende as práticas corriqueiras como saberes dotados de dignidade permeia a visão que se deve ter ao ministrar as oficinas. Consientizar sobre o patrimônio partindo dos saberes que cada um possui é uma tarefa fundamental

na construção democrática do reconhecimento de práticas que, por sua vez, deveriam ser entendidas como parte da riqueza cultural.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.¹⁰

Aplicar os mapas de percepção e posteriormente analisá-los requer um extremo cuidado, visto ser necessário levar em conta o contexto sociocultural dos indivíduos, entendendo que ali há possíveis respostas para a atuação e construção de novos saberes coletivos. Segundo Richter (2010), os mapas mentais são registros de uma representação do conhecimento humano ao longo do tempo que expressam, pela linguagem cartográfica, as interpretações sobre o meio que vivem aqueles que os elaboram.

Assim sendo, passemos agora para a análise de quatro mapas mentais selecionados nas oficinas ministradas pelo Centro de Memória. Tais mapas foram elaborados durante a 14ª Semana de Museus, realizada entre os dias 16 e 20 de maio de 2016.

ANÁLISE DOS MAPAS DE PERCEPÇÃO



Estudantes do 1º período de Pedagogia da UEMG – Unidade Divinópolis

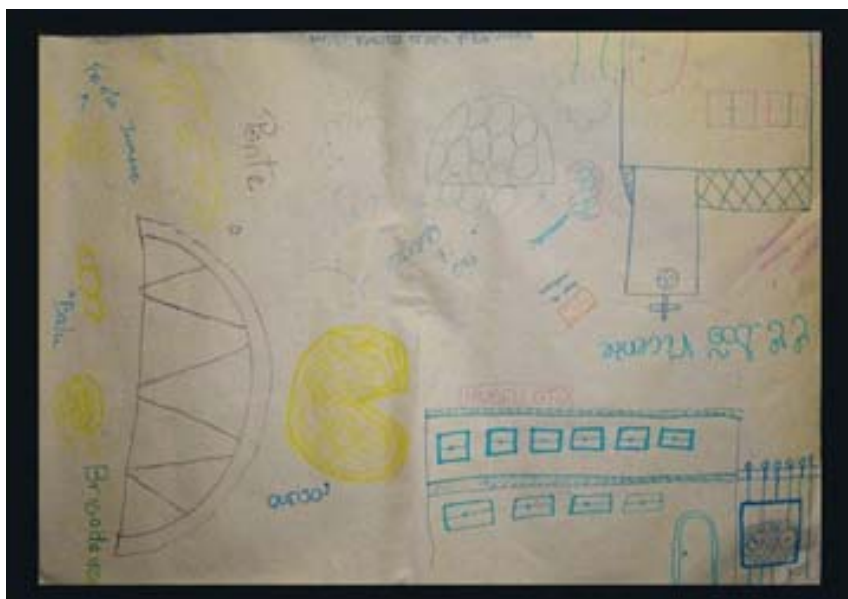
Este mapa foi produzido na oficina de educação patrimonial realizada com o curso de Pedagogia da instituição a pedido de seus docentes. Partindo da realidade desses graduandos, é interessante percebermos que a assimilação do tema se dá juntamente do seu arcabouço teórico, e as multifaces do patrimônio vêm ao encontro da realidade intelectual que eles estão construindo e podem ser utilizadas nas práticas de sua formação. Em se tratando do curso de Pedagogia, notamos a atenção que foi dada às práticas infantis como bens culturais importantes que também podem agir sobre a sociedade gerando identidades e significações; bens que são compartilhados e perpetuados para além de delimitações espaciais e temporais. Ressaltar brincadeiras e jogos que possuem uma tradição nos leva a perceber versatilidade do patrimônio cultural que leva em conta não somente a sua utilização e reprodução, mas também a forma como é feito e entendido pela comunidade. Podemos apreender neste mapa o valor redescoberto dos saberes culturais que são retomados durante a oficina e que, muitas vezes, provavelmente, estariam defasados na memória dos estudantes. A partir daí há a compreensão e valorização de que práticas culturais, por menores que pareçam, têm lugar no conjunto cultural comunitário.



*Estudantes do ensino médio da E. E. Santo Tomaz de Aquino,
Divinópolis – MG*

Neste mapa percebemos uma valorização de um tema muito importante ressaltado nas oficinas, que é a paisagem cultural. Há uma mistura entre paisagem, monumento construído e saber, que

à adolescência. As redes sociais, bem como os canais de informação *online* são realidades presentes para os autores deste mapa. A fala introdutória da oficina somada a esse contingente informacional nos permite analisar o bom desempenho no processo de assimilação dessa atividade. É nesse sentido que, ao explicar o tema, usar de exemplificações que aguçam o conhecimento prévio desses jovens, contribui para que se obtenha um resultado satisfatório. As diversas informações perpassam pelo pão de queijo, bem cultural presente no cotidiano dos mineiros; pelas maracas, instrumentos que aqui se apresentam de forma muito original; o ônibus utilizado como transporte público na cidade de Divinópolis; frases e gírias como “*carimba que nós é top*” que também dizem sobre a identidade cultural dos estudantes.



Estudantes do ensino médio da E.E. São Vicente, Divinópolis – MG

O último mapa contém representações corriqueiras nas oficinas de educação patrimonial e nos traz uma reflexão muito interessante. A representação de patrimônios construídos é muito comum por refletir, muitas vezes, a concepção de patrimônio instituída no senso comum. As construções e monumentos ditam, por vezes, uma concepção verticalizada de patrimônio, onde os saberes populares são desconsiderados e a visão elitizada de cultura delimita essa apropriação. Chamamos a atenção para este ponto, mas não podemos deixar de reconhecer os outros bens representados

e muito menos depreciar a valorização deste tipo de patrimônio, inclusive, chama-nos atenção a representação do “Museu GTO”. Trata-se de um local onde estão reunidas esculturas de um membro da comunidade, Geraldo Teles de Oliveira, que possuía o saber de esculpir em madeira a realidade local e suas vivências. Tal local ser ressaltado pelos estudantes nos comunica a compreensão do lugar enquanto patrimônio e enquanto perpetuador de bens culturais.

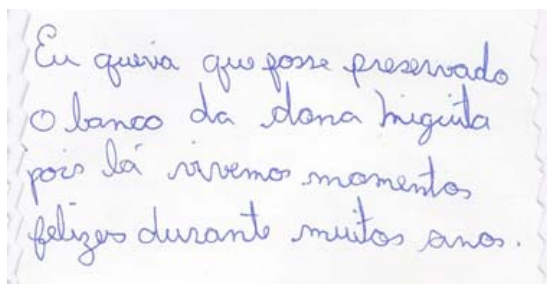
ÁRVORE DO PATRIMÔNIO

Para finalizar a oficina de educação patrimonial é essencial estar disposto a absorver a sensibilidade provocada pela associação de um novo entendimento do patrimônio. Nesse sentido, quando optamos por criar como atividade final, a Árvore do Patrimônio, tivemos como entendimento primordial que se fazia necessário valer-se da emoção que o novo conhecimento provocara nos participantes da oficina. Usar da representação simbólica da árvore que muito diz sobre preservação, conhecimento e a vida em si facilita aos ouvintes perceberem que também o patrimônio faz parte de um todo e, assim como o conhecimento, a preservação do patrimônio significa resguardar sua própria cultura.

A “Árvore do Patrimônio” é construída daquilo que a oficina despertou no participante sobre o tema. Colocar os anseios em um lugar destinado a eles provoca uma reação quase mística nos participantes – escrever os sonhos de um futuro que conserve a identidade e a cultura passa a fazer sentido em suas vidas. Pensar o futuro do patrimônio somado à experiência sensorial de encostar-se ao galho da árvore e depositar ali seus desejos provoca em diversos participantes, recordações e memórias que para eles deveriam ser perpetuadas na prática cultural das futuras gerações.

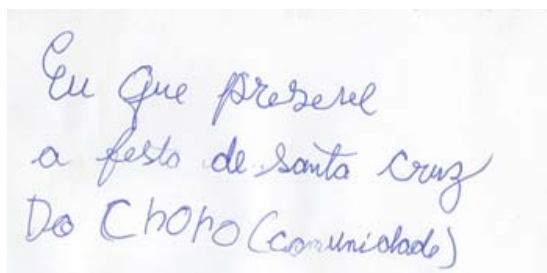
Passemos agora para a análise de alguns bilhetes selecionados entre aqueles que foram afixados na “Árvore do Patrimônio” durante as oficinas ministradas pelo Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis na 14ª Semana de Museus, realizada entre os dias 16 e 20 de maio de 2016.

ANÁLISE DOS BILHETES DA “ÁRVORE DO PATRIMÔNIO”



*Estudante do ensino fundamental da E. M.
Otávio Olímpio de Oliveira, Divinópolis - MG*

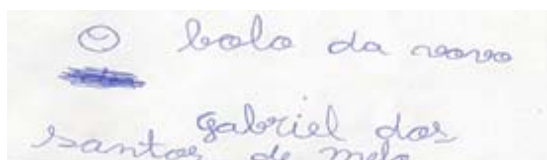
Neste bilhete notamos a valorização de um bem imaterial através de um bem material. Esse intercâmbio pode ser percebido em diversas situações já que todo lugar é dotado de importância através de significados subjetivos. A vontade de se preservar esse bem diz sobre a especificidade de um banco que não é um banco qualquer, é um banco que representa a vivência e a subjetividade de todos que compartilham momentos neste lugar. É neste sentido que devemos reconhecer a importância do patrimônio imaterial como manifestação de identidade que se dá através de representações culturais presentes em nosso cotidiano.



*Estudantes do ensino fundamental da
E. E. Miguel Couto, Divinópolis - MG*

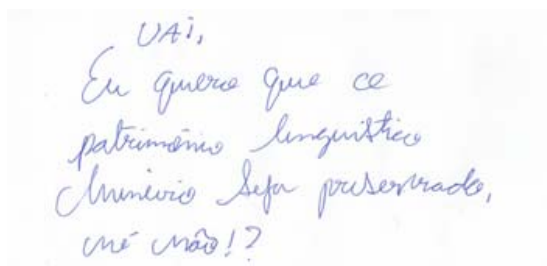
A Festa de Santa Cruz, celebração presente no calendário litúrgico, é reconhecida em todo território nacional e é muito valorizada por todos que partilham de seu significado, que envolve ainda outros patrimônios, como saberes e formas de expressão. Neste bilhete, notamos duas informações importantes, a especificidade da festa da comunidade rural do Choro, em Divinópolis, e o fato do estudante em questão ter reconhecido este como seu

patrimônio a ser preservado. Moradores da região dão depoimentos de que cada vez mais o número de pessoas jovens na realização da festa vem diminuindo e, neste sentido, é muito importante notar esse reconhecimento. Essa celebração caracteriza a vida sócio-histórica dessa comunidade e é com muita satisfação que constatamos o resultado positivo dessa oficina representado no interesse de perpetuação desse patrimônio.



*Estudante do ensino fundamental da
E. M. Benjamim Constant, Divinópolis,
comunidade de Buritis – MG*

Notamos aqui, novamente, a representação de um patrimônio imaterial presente em um patrimônio material. Mas o estudante, ao falar do bolo preparado por sua avó, se diferencia do “banco da Dona Niquita” por não se tratar de um bolo específico, mas da especificidade de um saber. O bolo de sua avó pode ser reproduzido diversas vezes em situações espaciais e temporais diferentes, mas o saber, neste caso, é único e individual. Além disso, esse patrimônio, com certeza, reflete toda uma sociabilidade que é criada em seu entorno, como a relação entre familiares, conversas, aprendizados e sensações. É importante ressaltar que esse bem, além de ser compartilhado pela subjetividade, tem a possibilidade de registro formal para que seja preservado.



*Estudante do ensino médio da E. E. Vigário José
Alexandre, Carmo do Cajuru - MG*

Neste bilhete está explícita a intenção de preservação do patrimônio linguístico, algo tão caro à preservação patrimonial.

Muitas vezes, este tipo de patrimônio passa despercebido para a população, mesmo que seja tão perceptível nossa variação linguística em um território tão amplo. Nossa língua, composta por variedades dialéticas, morfológicas e fonéticas, identifica as diversas regiões nacionais e ainda se desdobra em tantos outros dialetos locais que representam o modo de vida de determinada comunidade. A oralidade vem sendo cada vez mais reconhecida na História como fonte documental de grande importância e, neste sentido, a língua compartilhada por uma sociedade ganha essa mesma relevância de registro para a identificação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das oficinas de Educação Patrimonial é, sem dúvidas, um desafio, no entanto seus resultados nos encorajam a entender a necessidade dessa prática. Quando a escola, o museu ou um centro de memória entende a necessidade de construir coletivamente políticas de salvaguarda do patrimônio, as oficinas são excelentes ferramentas que possibilitam fomentar uma consciência da importância do seu reconhecimento. Ao realizarmos oficinas de educação patrimonial temos o privilégio de conhecer indivíduos dos mais diversos lugares e entender, na simplicidade de cada olhar curioso, um patrimônio que de fato ultrapassa a intelectualidade dos livros de tombamento e registro. Auxiliar o outro a perceber que sua prática de vida conta e constrói um patrimônio que se registra e realiza no cotidiano representa um apontamento que cumpre o papel de auxiliar na perpetuação natural do patrimônio na vida de cada um.

Entendemos que trabalhar Educação Patrimonial nos impõe a necessidade de uma formatação metodológica diferenciada, nos permitindo, através de uma pedagogia inovadora, trabalhar essas questões que não são apresentadas em um conteúdo padronizado e formalizado na educação básica. Para isso, nossas oficinas partiram da conscientização que as atividades propostas deveriam envolver a realidade dos sujeitos e de sua comunidade para que então se inicie uma construção de conhecimento que de fato tenha sentido na vida dos estudantes.

Por fim, fica aqui nosso encorajamento a todos aqueles que se interessam, de uma maneira ou outra, pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro a realizar oficinas e outras práticas que auxiliem na sua preservação e manutenção. Ainda, incentivamos os profissionais de áreas afins a construir, a partir do plural

entendimento de patrimônio cultural, uma educação que seja transdisciplinar e, nesse sentido, possamos juntos entender as multifaces para o estabelecimento profícuo de práticas que protejam e facilitem a livre perpetuação de nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mario & GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas* (à guisa de apresentação). In: Cadernos do CEOM – Ano 27, n. 41 – Museologia social.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3a ed. São Paulo: Centauro, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2010).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2009).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: experiências e narrativas*. Brasília, DF: Ibram, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro 2008).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Identificação e Documentação. *Manual de Aplicação – Inventário Nacional de Referências Culturais*. Brasília, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: orientações ao professor*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

NACIONAL. *Educação Patrimonial*: manual de aplicação Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_m.pdf>. Acesso em: 02/07/17.

MUSAS – *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n.6, 2014. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2014, ano VII. Plano Nacional Setorial de Museus – 2010 -2020: Diretrizes, estratégias, ações e metas. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

RICHTER, Denis. *Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2010.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. *Educação e Patrimônio Cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação*. Revista produção online. [on-line]. n 19. São Paulo: USP, 2015. Disponível na Internet: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>>. ISSN 1980 - 4466.

O diálogo pacífico entre o Islã e o Cristianismo durante a quinta cruzada a partir da visita de Francisco de Assis ao sultão Malik al-Kamel

Antônio Marcos Gonçalves Júnior¹

INTRODUÇÃO

As cruzadas foram acontecimentos marcantes na história da humanidade, essas lutas por lugares chamados santos, motivadas por promessas de salvação, mas calcadas em questões políticas e econômicas. Num período onde a compreensão de mundo passava quase exclusivamente pelo religioso, os governos baseavam sua autoridade no direito divino, onde o imaginário social levava parte da população a um medo constante de ser condenada ao fogo do inferno, se submetendo às ordens das religiões.

Tão marcante foi para a história, que até nos dias atuais percebemos um preconceito do Ocidente para com o Oriente, mas também do Oriente para com o Ocidente, acentuado pelo desconhecimento da história dos povos que compõem estes dois grupos e das religiões cristã e islâmica. Preconceito ainda ligado às questões culturais e que perduram há séculos, desde o tempo das cruzadas e suas muitas tentativas de dominação das terras orientais. O desconhecimento do povo em geral permite que o imaginário da guerra santa (cruzada ou jihad) continue vivo em suas mentes com uma nova roupagem, a luta contra o terrorismo. É comum ouvir de ambas as partes a ideia de bem e mal, como se ainda estivéssemos numa luta sagrada, em que os verdadeiros representantes de Deus possuem a missão de exterminar aqueles que infringem às leis descritas no Corão ou na Bíblia.

O Islã não está ligado à prática do terrorismo, mas pequenos grupos fundamentalistas que agem em nome da religião acabam

¹ O autor é Bacharel em Teologia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino, 2011, e Licenciado em História pela UEMG, unidade Divinópolis, 2016.

por gerar um preconceito, até mesmo, um medo doentio dos muçulmanos. Os terroristas são, na verdade, grupos contemporâneos que reinterpretaram o Corão, o radicalizam, e fazem uso dele como forma de imporem suas ideologias religiosas. Um dos pontos reavivados por esses extremistas é a ideia da guerra santa, na qual os ocidentais ainda são vistos como cruzados, o inimigo a ser derrotado. Os ocidentais, por sua vez, assumem esse papel que lhes foi dado quando optam, não pelo diálogo, mas pelo conflito e pelo ódio. O medo faz com que o desejo dos ocidentais seja o fim dos muçulmanos e de sua ameaça, quando na verdade, a ameaça vem do terrorismo, e não do Islã.

Este artigo apresenta um momento da história em que podemos perceber que o respeito entre as partes existiu, mesmo que não de maneira geral, mas foi obscurecido pelos relatos dos conflitos. Existiram desvios na história considerada oficial, pequenos momentos, que nos permitem novas reflexões acerca das relações entre cristãos e muçulmanos. Mas antes de falarmos desse momento específico, é preciso compreender algumas questões contextuais que darão base para os fatos. Começemos pelo contexto da Igreja, seus conflitos internos e externos, o surgimento dos mendicantes e, dentro desse grande grupo, o surgimento dos franciscanos.

O CONTEXTO DA IGREJA CATÓLICA E O SURGIMENTO DOS FRANCISCANOS

No século XI, durante o papado de Gregório VII (1073-1085)², assistimos a uma grande reforma em alguns paradigmas da Igreja, a conhecida reforma gregoriana. A partir desta, ocorre um deslocamento das relações entre o papado e as monarquias, uma alteração no centro de gravidade, o poder temporal cede lugar ao poder eclesial. É desenvolvida, pelos pontífices romanos, a teoria da primazia dos papas sobre os imperadores, cresce a ideia da teocracia pontifícia. A Igreja provoca uma mudança na questão das estruturas de poder. Gregório enfrenta o poder secular dos reis e se impõe como poder absoluto, embasado na ideia de que ele representa um Deus absoluto e fonte única de poder.

A reforma promovida por Gregório VII tem como ponto principal a questão da nomeação dos eclesiásticos realizada por leigos,

²MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à história da Igreja*. Vol I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997, p. 250

ou seja, os imperadores indicavam os bispos. Com a retirada desse poder de suas mãos, o imperador perde poder diante dos nobres, pois perde o apoio da Igreja nas pessoas desses bispos indicados. A partir desse momento, sob muitos conflitos, a Igreja consegue liberdade perante o Estado.

Os decretos gregorianos foram mal recebidos. No concílio romano de fevereiro de 1075, Gregório VII os retoma, agregando-lhes um cânone que proibia aos bispos e padres receberem seus cargos das mãos de um leigo: isso significava subverter uma situação de fato quase universal. Algumas semanas mais tarde, vinte e quatro proposições extremamente enérgicas, expressas em termos inabituais, foram inseridas nos registros pontifícios. Tratava-se dos *Dictatus Papae*, onde podiam-se encontrar frases como esta: “A Igreja romana foi fundada unicamente pelo Senhor(...). É-lhe permitido depor imperadores”. E a teoria da supremacia pontifícia encontra a sua codificação.³

Explicando um pouco melhor o contexto, quando o Papa Gregório VII promulga o decreto que proibia a investidura leiga, começa o conflito com Henrique IV, o imperador do Sacro Império Romano Germânico, que ignorará o documento, mesmo sendo ameaçado de excomunhão. O imperador convocará os bispos fiéis, aqueles que foram nomeados por ele, e buscará uma maneira de declarar o pontificado de Gregório ilegal, mas por essa iniciativa receberá a excomunhão da parte do Papa. Percebendo o agravamento da situação, a Igreja retira a excomunhão, mas o conflito entre Igreja e Império já estava aquecido.

Dentro do Império, os príncipes alemães se sentem traídos pelo imperador e nomeiam um “contra-rei”, Rodolfo da Suábia, o que terá como consequência uma guerra interna que chegará ao papado. Para tentar acalmar os nobres e por fim ao conflito, Gregório novamente excomunga Henrique, mas acaba por ser afrontado pelos bispos partidários do Império. Em resposta, Henrique nomeia um antipapa, Clemente III (1080 e 1084-1100)⁴, ampliando o conflito e provocando um cisma também na Igreja. Com as guerras, Rodolfo da Suábia morrerá em batalha, e Gregório VII morrerá no exílio, pois será forçado a fugir de Roma após as investidas

³ PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982, p. 84-85

⁴ MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à história da Igreja*. Vol I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997, p. 230

de Henrique IV. O imperador será deposto e exilado pelo próprio filho, Conrado, em 1093, que assumirá o trono com o nome de Henrique V. Henrique IV morrerá no exílio.

Essa busca da ruptura entre Igreja e Estado perdurará até 1122, quando o Papa Calisto II (1119-1124) e Henrique V assinam a Concordata de Vörmia.⁵ Esse documento tentava conciliar o interesse das partes, sendo também uma primeira tentativa de delimitar as competências, os direitos e poderes de cada um. Explicando, o bispo, como vassalo, deveria se submeter ao imperador, mas como liderança espiritual estava submetido exclusivamente ao Papa.

A partir desse curto relato do contexto dos séculos XI e XII, podemos perceber quão conflituosa era a relação entre Igreja e Estado, mas também toda a influência do âmbito religioso no andamento da sociedade. O imaginário medieval passava a ideia de que nossa realidade era a presença de um reino celestial na terra, mas uma imagem imperfeita desse reino. Nessa concepção, a Igreja assumia o papel de presença material, mas ao mesmo tempo misteriosa do divino. Não era possível separar a realidade humana da divina, pois o homem medieval via intervenção direta de Deus em todas as situações, fosse como bênção ou como punição. Havia, ainda, a questão de ordem: quem interpretava a vontade de Deus para os homens? A Igreja e, como representante maior da instituição, o Papa.

O ápice desse poderio da Igreja se dá com o papa Inocêncio III (1198-1216)⁶, homem de grande conhecimento jurídico, quando ele impõe e defende a teocracia pontifícia, ou seja, existem dois poderes no mundo, o de governar as almas e o de governar os corpos, um está nas mãos do papa e o outro nas mãos dos reis, a grande questão é que dentro da compreensão da teocracia pontifícia, a segunda está submissa à primeira. O papa é o senhor do mundo. O poder temporal, o poder dos imperadores e dos reis, não possui um significado independente, mas está submisso ao poder espiritual e existe unicamente em função do primeiro.

Nesse momento da história a Igreja se encontra no seu apogeu de riquezas e domínios, sendo a maior possuidora de terras na Europa.

No início do século XIII a Igreja aparece como poderosa. Na verdade, representa um enorme poder temporal. Bispos e mosteiros cobrem a Europa solidamente instalados em imensas propriedades de terra. Bispos e abades são verdadeiros

⁵ Idem. Op.cit. p. 232.

⁶ Ibidem. Op.cit., p. 250

senhores feudais. João Lotário tornou-se Papa sob o nome de Inocêncio III. Em seu reinado o papado é o árbitro do mundo. Para tanto dispõe de poderosa arma: a excomunhão que, atingindo os príncipes, faz com que seus súditos não estejam mais obrigados a guardar o juramento feito.⁷

Inocêncio III conseguiu iniciar a organização da Cúria Romana, um órgão administrativo central que até então não existia, e a elaborar de forma sistemática o Direito Canônico, dispondo assim de um sistema jurídico, o que abrirá caminho para que a Igreja adentre em todos os aspectos da vida social. A instituição manteve uma linha conservadora de administração, optando por não interferir na organização social, argumentando que as “classes” apenas refletiam uma vontade divina. Falamos de um período onde o acúmulo de riquezas é visível, o Papa possui um poder incomparável e as catedrais magníficas mostram o esplendor da Igreja.

É nesse período que muitos grupos se separam da Igreja e propagam um discurso contra a mesma embasado no próprio Evangelho, buscando um retorno à Igreja primitiva. Durante a história da humanidade a questão da riqueza da Igreja não gerou tantos conflitos como o fez na Idade Média. Diante de uma sociedade em que a posse da terra dava aos senhores o poder sobre os homens, uma Igreja rica em ouro e propriedades era considerada por muitos uma afronta a tantas pessoas oprimidas pelo sistema.

Seitas de “pobres” intransigentes, virulentas e amiúde insólitas, começaram a proliferar na Europa mais ou menos bem cristianizada, mais ou menos bem cuidada pelo clero. Durante mais de quarenta anos, na primeira metade do século XII – depois de um Tanchelin e de um Pedro de Bruys –, ecoaram na Europa as maldições de um padre de Bréscia, Arnaldo. Nas cátedras de Bréscia, Paris, Zurique e até Roma, ele reclamava a supressão de toda propriedade eclesiástica e vociferava contra os padres dissolutos e os bispos cúpidos; porém, acusando o austero Papa cisterciense Eugênio III de “engordar sua carne e encher sua bolsa”, ele ultrapassa as medidas. Aceitando chefiar a comuna de Roma, Arnaldo de Bréscia foi entregue a Adriano IV ao braço secular, sendo decapitado. Mas deixou seus discípulos, os “lombardos”.⁸

⁷ LECLERC, Eloi. *Francisco de Assis: O retorno ao Evangelho*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 44

⁸ PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982, p. 100

Além dos Lombardos, encontram-se os Cátaros, Albigenses, Pobres da Lombardia, Valdenses, Pobres Católicos e outros⁹, todos pregando a pobreza como caminho espiritual e condenando a Igreja como instituição depravada. Tinham como objetivo um retorno à Igreja primitiva, pregavam um anticlericalismo, alguns mais radicais eram contra as missas e outras práticas sacramentais. Alguns desses grupos farão sua oposição através do discurso e outros pela violência, atacando igrejas e matando membros do clero.

Nesse contexto, também surgem as ordens mendicantes, grupos de religiosos que também defendiam uma pobreza embasada no Evangelho, mas que buscaram se manter féis à Igreja. Serão elas que ajudarão no enfrentamento dos grupos considerados heréticos. Dentre as mais conhecidas, podemos citar os dominicanos, os agostinianos reformados e os franciscanos, ordem à qual este texto dedica-se com mais atenção.

Os franciscanos, ou frades menores, nome dado pelo fundador Francisco de Assis, tinham como ideal de vida a simplicidade, buscando levar uma vida baseada na pobreza e na vivência da fraternidade. Esses homens buscam a radicalidade do Evangelho, o seguimento de um Cristo pobre e humano, contrapondo as riquezas do mundo, e da Igreja, mas sem o afrontamento, como os grupos radicais citados anteriormente. Os frades, seguindo Francisco de Assis, querem levar a proposta cristã a todos os cantos, inclusive aos territórios não cristãos, como as terras islâmicas, mas com uma diferença, através do diálogo pacífico.

Por isso, se algum irmão quiser ir para o meio dos sarracenos e outros infiéis, vá com a licença de seu ministro e servo. E o ministro dê-lhes a licença e não lhes oponha objeção, se vir que são idôneos para serem enviados. [...] Os irmãos que vão, no entanto, podem de dois modos conviver espiritualmente entre eles. Um modo é que não litiguem nem porfiem, mas sejam submissos a toda criatura humana por causa de Deus (1Pd 2,13) e confessem que são cristãos. Outro modo é que, quando virem que agrada a Deus, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai, Filho e Espírito Santo (Mt 28,19).¹⁰

⁹ Idem. Op.cit., p. 48

¹⁰ Regra não bulada da Ordem dos Frades Menores. Capítulo XVI. Apud TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 176.

A fraternidade que esses homens buscam é universal, compreendem que todas as coisas e seres são criaturas de Deus, por isso merecem respeito e cuidado. Francisco de Assis traz a mensagem da vida fraterna, mostra o valor do irmão, que para ele são todas as pessoas e seres que habitam o planeta, todos são provenientes de um mesmo criador, Deus. Dentro de sua compreensão teológica, ele percebe que Deus se revela na fraternidade, os irmãos ajudam a perceber os caminhos que conduzem ao bem, e é através da fraternidade que se pode combater o sistema que esfria as relações humanas. Os franciscanos compreendem que devem amar como mães, amar o outro até o fim, fazer pelo outro o que gostariam que fossem feito a eles, além disso, é preciso tomar a iniciativa, abrir-se quando os outros se fecham, ser alegre quando os outros estão tristes, ser atencioso quando os outros só pensam em si. Assim Francisco admoestava seus frades:

Diz o Senhor: “Amai vossos inimigos, fazei o bem àqueles que vos odeiam, e orai por aqueles que vos perseguem e caluniam” (Mt 5,44). Amareis verdadeiramente ao seu inimigo quem não se lamenta por causa da injúria que este lhe faz, mas, por amor de Deus, se consome por causa do pecado de sua própria alma. E “mostre-lhe por obras” (Tg 2,18) o amor.¹¹

É importante compreender quem são os frades menores e sua espiritualidade, perceber a importância que davam, e dão até os dias atuais, à ideia de fraternidade universal, para que se possa compreender o que foram fazer em terras muçulmanas. O ato de Francisco – de ir humildemente, colocar-se como igual diante do sultão – mesmo não colocando fim à guerra, gerou um respeito entre as partes que percorreu os séculos, sendo que ainda hoje muçulmanos e franciscanos possuem boas relações.

CRUZADA OU JIHAD: UMA GUERRA SANTA

Adentrando agora a questão das cruzadas num panorama mais geral, muitos resumiriam dizendo se tratar de expedições de cunho militar, com caráter religioso e o intuito de enfrentar os inimigos da cristandade, no caso, os muçulmanos, mas essa é uma explicação muito aquém da realidade complexa do período de

¹¹ *Admoestações*. Número IX. *Apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 99.

conflitos vividos pelo cristianismo durante o período medieval. Lembrando que o termo cruzada é ocidental, utilizado pelos cristãos. O historiador Andrew Wheatcroft, em seu livro “Infiéis”, nos ajuda a pensar, primeiramente que o termo cruzada é posterior ao primeiro evento em si. O chamado feito pelos papas era para uma guerra santa, era preciso lutar contra aqueles que são inimigos de Cristo. E segundo, é interessante saber que essas guerras foram travadas não apenas contra muçulmanos, mas contra outros grupos considerados heréticos, como os albigenses, na região da Provença, e outros grupos dissidentes.

Mas a primeira categoria – guerra contra o infiel muçulmano – sempre foi popularmente considerada como a verdadeira guerra “para e pela cruz”. A guerra santificada era uma inovação dentro da Igreja cristã, que durante séculos havia lutado para impor a paz de Deus sobre os adversários.¹²

Para a Igreja cristã era preciso combater todos aqueles que colocassem a fé, ou a instituição, em risco. Segue trecho da fala de Urbano II quando conclama os cristãos à luta contra o Islã:

Que aqueles dentre vós que antes estavam acostumados a lutar perversamente em guerras particulares contra os fiéis lutem contra os infiéis e ponham um vitorioso termo à guerra. (...) Que aqueles dentre vós que até agora foram ladrões se transformem em soldados. Que aqueles dentre vós que antes lutavam contra seus irmãos e parentes agora combatam os bárbaros como convém combatê-los.¹³

As cruzadas apontam todo o imaginário da cristandade e precisam estar bem situadas em seu contexto para que sejam bem compreendidas. É preciso dizer também que a questão religiosa não foi o único motor para as guerras, mas os interesses políticos e financeiros também motivaram alguns reis a se juntarem nas investidas.

Para uma boa compreensão da ideia de cruzada é preciso entender como muçulmanos também pensam essa questão. Wheatcroft também nos ajuda nesse ponto, quando, no mesmo livro, nos afirma que o Islã já possui uma compreensão de guerra santa

¹² WHEATCROFT, Andrew. Infiéis: O conflito entre a Cristandade e o Islã, 638 – 2002. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 210

¹³ Idem. Op.Cit., p. 210-211

bem formada, mesmo antes do enfrentamento com os cristãos. O jihad é essa batalha que deve ser travada contra o mal, sempre na busca das coisas boas.

Juristas muçulmanos tinham apresentado uma divisão do mundo em duas partes – uma era a Casa da Paz (Dar ul Islam), onde um verdadeiro soberano islâmico governava, e a outra era a Casa da Guerra (Dar ul Harb), onde o Islã não estava no poder. Os muçulmanos deviam empenhar-se para assegurar que a Paz tomasse o lugar da Guerra.¹⁴

O jihad para o Islã é compreendido de duas maneiras. A primeira, como o grande jihad, que designa a luta interna, pessoal, contra as tentações, numa busca da vida correta e endireitada aos princípios do islamismo. A segunda, como o pequeno jihad, que é compreendida num sentido militar, no intuito de defender a fé e as terras de seus inimigos. Mas uma coisa deve ficar clara, o Islã considera a guerra algo negativo, ruim, que deve ser evitada, sendo permitida apenas quando a luta seja por algo considerado realmente bom e justo. Após a grande expansão do Islã nos primeiros séculos, e com as primeiras investidas do ocidente, os muçulmanos passaram a entender a jihad como atitude de defesa.¹⁵

Alguns nomes são muito importantes durante as guerras contra cristãos, um desses personagens é Nureddin. Ele incitará vários ulemás, homens das leis islâmicas, a escrever sobre a Cidade Santa, e organizará sessões de leitura nas mesquitas e escolas. Sua imagem era de homem piedoso, reservado, justo, cumpridor da palavra dada e totalmente devotado ao jihad contra os inimigos do Islã.

A partir das ideias do jihad para os muçulmanos e das cruzadas para os cristãos, podemos perceber que na teoria ambos tinham uma compreensão parecida sobre lutar por algo que seja bom e justo. Na prática, quando os confrontos foram travados, o que se viu foi sangue sendo derramado de forma violenta e, em muitos casos, sem justificativa que pudesse ser aceita.

Apenas para questão de localização no tempo, considerando que o evento escolhido para ser tratado nessa pesquisa se situa na quinta cruzada, cita-se o período de cada uma das nove investidas cristãs em terras islâmicas. Em 1095, o papa Urbano II convoca a

¹⁴ Ibidem. Op.Cit., p. 211

¹⁵ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.164

primeira investida para terras orientais, conclamando que os lugares santos fossem libertados dos bárbaros muçulmanos, e a partir daí foram dois séculos de conflitos: Primeira Cruzada (1096-1099); Segunda Cruzada (1147-1149); Terceira Cruzada (1189-1192); Quarta Cruzada (1202-1204); Quinta Cruzada (1217-1221); Sexta Cruzada (1228-1229); Sétima Cruzada (1248-1254); Oitava Cruzada (1270); Nona Cruzada (1271-1272).

Como já explicitado, esta pesquisa está focada na quinta cruzada, ocorrida entre 1217 e 1221, mais precisamente na região de Damietta, no Egito, então sultanato de Malik al-Kamel¹⁶, da dinastia dos aiúbidas, sobrinho de Salaheddin, conquistador de Jerusalém¹⁷. Esta cruzada foi proposta pelo papa Inocêncio III (1198-1216)¹⁸ com o intuito de retomar a cidade santa de Jerusalém, mas conduzida por Honório III (1216-1227)¹⁹, pois o primeiro veio a falecer antes de ver sua investida acontecer. A marcha dos cristãos foi conduzida por João de Brienne²⁰, Cardeal Pelágio²¹ e Frederico II, Imperador do Sacro Império²². Os cruzados acreditavam que para se reconquistar Jerusalém era preciso, primeiro, conquistar o Egito, que naquele momento estava ligado ao controle da região de Israel. O caminho seria tomar a cidade de Damietta, tomar a capital Cairo, e então marchar para Jerusalém.

Em 1210, o reino de Acre cabe, devido a um casamento, a Jean de Brienne, um cavaleiro de 60 anos recentemente chegado do Ocidente. Ainda que esteja resignado a renovar a trégua por cinco anos, em julho de 1212, ele não deixa de enviar mensageiros ao papa para que este se apresse em acelerar os preparativos de uma poderosa expedição, de modo que consiga dirigir uma ofensiva no verão de 1217. De fato, os primeiros navios peregrinos armados atingem Acre um pouco atrasados,

¹⁶ MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos Árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 209 (Assume o sultanato do Egito em agosto de 1218, após a morte de seu pai Al-Adel, em meio à investida cristã.)

¹⁷ Idem. Op.cit., p. 186-187.

¹⁸ MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. Vol I. 5ª edição. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997, p. 259

¹⁹ Idem. Op.cit., p. 262

²⁰ MAALOUF, Amin. Op.cit., p. 208 (Cavaleiro responsável pela cidade de Acre, cidade portuária vizinha a Tiro e último reduto cristão em terras muçulmanas.)

²¹ Idem. Op.cit., p. 210 (Cardeal espanhol nomeado por Honório III para estar à frente das tropas cristãs durante a cruzada.)

²² Ibidem. Op.cit., p. 210

no mês de setembro. Logo são seguidos por centenas de outros. Em abril de 1218, uma nova invasão franca começa, tendo por meta o Egito.²³

AL-KAMEL E FRANCISCO: UM DIÁLOGO PACÍFICO

Mas quem foram Malik al-Kamel e Francisco de Assis? Antes de continuar, é preciso conhecer quem foram estes homens para que tenhamos condição de refletir sobre suas atitudes.

No Oriente, entre os séculos XI e XII, os povos muçulmanos viviam um contexto de conflito interno, cada sultão tentando ampliar seu sultanato, cada cidade tentando se impor sobre a outra. As cidades islâmicas tinham certa deficiência no sentido estrutural de seu governo, pois não havia uma continuidade, o que dificultava a organização. Cada cidade, quando da morte de um sultão, entrava em atrito quanto à sucessão. Filhos, irmãos, tios e sobrinhos, todos disputavam o trono.

Além dessa realidade, tem-se o fato específico de Constantinopla, cidade cristã, governada por Aléxis Comneno, que quer reconquistar Nicéia das mãos do sultão Kilij Arslan. Aléxis contrata mercenários francos para lutar por ele, e assim, começa a chegada de cristãos europeus. Como resultado, tem-se um levante de cristãos chegando e encontrando um Oriente muçulmano ainda sem unidade. Em pouco tempo, os francos começaram a avançar, não sob comando de Constantinopla, mas já por conta própria, dominando algumas cidades orientais.

Um nome de grande importância para os muçulmanos, e nossa contextualização, é Salaheddin Yussef, conhecido no ocidente como Saladino, pois foi sultão do Egito e conquistador da cidade de Jerusalém. Ele conseguiu unir as cidades muçulmanas para investir contra os cristãos. Era considerado homem justo e bom pelos seus. Sempre afável com seus visitantes, insistia para que comessem, tratando sempre com honras, satisfazendo a todos, mesmo que fossem infiéis. Era um homem que não gostava de derramamento de sangue, e quando da conquista de Jerusalém, em outubro de 1187, concede um salvo conduto a todos os cristãos, para a cidade mais próxima, Tiro.

Seus emires e soldados recebem ordens rigorosas: nenhum cristão, seja franco ou oriental, deve

²³ MAALOUF, Amin. Op. cit., p. 208

ser incomodado. De fato, não haverá massacre nem pilhagem. Alguns fanáticos exigiram a destruição da igreja do Santo Sepulcro como forma de represália contra os rigores cometidos pelos franj, mas Saladino os coloca em seus devidos lugares. Muito pelo contrário, ele reforça a guarda nos lugares do culto e anuncia que os próprios franj poderão vir em peregrinação quando quiserem. Bem entendido, a cruz franca, instalada na cúpula do Rochedo, é recolhida; e a mesquita Al-Aqsa, que tinha sido transformada em igreja, se torna um lugar de culto muçulmano, depois que seus muros foram aspergidos com água de rosas.²⁴

Alguns anos após a conquista, Salaheddin adoece e morre, e o reino entra em disputa. Seu sobrinho Malik al-Kamel, junto com seus irmãos, assumem o reino e sua defesa, cada qual uma parte. Será al-Kamel que tentará negociar com os venezianos, mas estes eram por demais gananciosos e não aceitaram qualquer proposta. Serão eles a atacar Constantinopla, uma cidade cristã, e provocar uma carnificina, além da destruição da mesma e de muitos objetos importantes do culto à arte.

Malik al-Kamel Nasir ad-Din Muhammad nasceu no ano de 1180, era filho de Malik al-Adil Sayf ad-Din, e, como já mencionado, sobrinho de Salaheddin, o conquistador de Jerusalém. Al-Kamel era ainda criança quando seu tio, com a ajuda de seu pai, reconquista a cidade santa para o Islã. Seu pai foi um general influente, com grande talento para a diplomacia. Essa característica será herdada por al-Kamel e também por seus irmãos, pois al-Adil, quando entregou parte do reino ao governo dos filhos, os instruiu a governar com sutileza, evitando as guerras. Dado importante quando pensarmos, mais à frente, sobre a postura do sultão diante da visita de um cristão em plena cruzada.

Al-Adil nomeou seu filho mais velho, al-Kamil, então com vinte anos, como vice-rei do Egito. O segundo filho, Al-Mu'azzam Isa Sharaf ad-Din, foi nomeado vice-rei de Damasco; um outro filho, Al-Ashraf Musa Abu'l-Fath al-Muzaffar ad-Din passou a controlar Jezire, uma área localizada no norte do Iraque de hoje. De acordo com o historiador medieval Taqi ad-Din al-Maqrizi, os filhos de al-Adil eram motivo de muita satisfação

²⁴ MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos Árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 185.

para ele, pois seguiam seus passos em sua perspicácia e instinto como forma de atingir seus objetivos sem necessidade de guerra, sempre que possível. Segundo escreveu al-Maqrizi, al-Adil ensinou seus filhos que era sempre melhor utilizar de sutileza contra o inimigo do que arriscar a cabeça numa batalha.²⁵

O vice-rei e depois sultão do Egito, Malik al-Kamel, foi considerado um bom governante, preocupado com seu povo, e com grande intuição para o comércio. Em 1201, quando o Nilo não transbordou, a agricultura não se desenvolveu e a fome se tornou um problema, al-Kamel soube lidar com a situação, conduziu o povo pela crise, construiu barragens, aprimorou a irrigação e reverteu o cenário.²⁶ No ano seguinte, 1202, seu pai o recomenda que invista no comércio com a Europa, não sabendo que essa seria a porta de entrada para a chegada de cristãos.

Em 1202, ele recomenda a seu filho al-Kamel, “o Perfeito”, vice-rei do Egito, estabelecer negociações com a pacífica república de Veneza, principal potência marítima do Mediterrâneo. Os dois Estados falam a linguagem do pragmatismo e dos interesses comerciais, e um acordo é rapidamente firmado. Al-Kamel garante aos venezianos o acesso dos portos do delta do Nilo, assim como Alexandria e Damietta, e lhes oferece toda a proteção e assistência necessárias e, em troca, a República dos doges promete não sustentar nenhuma expedição ocidental contra o Egito.²⁷

Al-Kamel, pensando os ganhos do comércio não imaginava que enquanto esse tratado era assinado os venezianos assinavam outro, garantindo o transporte de tropas francas para o oriente. Ele se tornará sultão do Egito após a morte de seu pai, em agosto de 1218, já em guerra contra os cristãos, depois que a cidadela portuária que antecede Damietta é tomada pelos Francos.²⁸ Um início conturbado de sultanato, mas que alcançará estabilidade.

Francisco nasceu em 1182 na cidade de Assis, região da Úmbria,

²⁵ MOSES, Paul. *O Santo e o Sultão - As Cruzadas, o Islã e a Missão de Paz de Francisco de Assis*. São Paulo: Acatu, 2010, p.82-83.

²⁶ *Idem Op.Cit.*, p.86.

²⁷ MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos Árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 206.

²⁸ *Idem Op.Cit.*, p. 209.

Itália, num período em que a burguesia se fortalecia, uma época em que os comerciantes buscavam um sonho de liberdade, constituindo as comunas (associações), saindo das mãos dos senhores feudais. Com esse novo *modus* que emergia, a terra não era mais o único indicativo de poder, mas o dinheiro, que passava a ser o meio para realização do comércio, também ganhava essa característica. Já não era rico apenas aquele que possuía muitos campos, mas também aquele que possuía muito ouro, muitas moedas.

É importante frisar que as comunas possuíam um ideal de igualdade, diferente do feudalismo que era regido por uma estrutura hierárquica, um homem é vassalo de outro homem. Dentro das cidades, acreditava-se que a administração seria igualitária, os impostos seriam proporcionais e tudo direcionado à liberdade, mas não foi o que aconteceu, os homens se tornaram mais uma vez vassalos, porém, do dinheiro. Os ricos é que governavam, os cargos de prelado, juiz e outros importantes, giravam nas mãos sempre dos mesmos. A pobreza da maioria aumentava, a exclusão social, o número grande de pessoas que se tornavam “escravas” por não conseguirem pagar suas dívidas, no fim, o sonho de liberdade não mais existia.

Francisco era rico, fazia parte do grupo de comerciantes, junto com seu pai Pedro Bernadone, possuía uma grande loja de tecidos, além de muitas outras propriedades, e foi neste contexto que repensou sua vida. Mas é importante saber que, mesmo sendo comerciante, Francisco tinha ares da nobreza, sonhando em se tornar cavaleiro.

A característica mais interessante é que esse filho de comerciante, por um reflexo natural à nova geração de seu grupo social, procurava levar um ritmo de vida cavaleiro, imitando o comportamento dos nobres mais que praticando as virtudes e os defeitos da burguesia comercial. Se era, em verdade, “hábil nos negócios”, era sobretudo um “grande gastador”. A prodigalidade, eis o que o aproximava dos nobres. Tomás de Celano, que o trata de “muito rico”, reconhece também que a fortuna de que dispunha graças ao pai era inferior à da maior parte dos nobres: “mais pobre em bens, era mais generoso em prodigalidade”.²⁹

Diante de seus ideais de comuna, de liberdade, mas ao mesmo

²⁹ LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 59-60.

tempo com o ardor de um cavaleiro, Francisco se volta para os mais pobres, excluídos, leprosos e sob inspiração do Evangelho, enxerga ali a possibilidade de uma verdadeira fraternidade. Percebendo que todos estavam dominados pela ganância, inclusive a Igreja que, como já foi dito, na época já era extremamente rica, Francisco faz sua opção e abraça a pobreza como modelo de vida, recusa de todas as formas o dinheiro, fonte da desigualdade que aumentava.

O “pobre de Assis”, como ficou conhecido na Europa em seu tempo, almejando levar a todos o que havia encontrado, a vida fraterna pautada na simplicidade, sai em sua jornada para espalhar a mensagem de paz a todo o mundo, inclusive aos muçulmanos.

Conhecendo um pouco mais de al-Kamel e Francisco, voltamos à quinta cruzada. A cidade de Damietta foi palco de inúmeros confrontos entre cristãos e muçulmanos, mas também de diálogos pacíficos entre os frades franciscanos e esses mesmos muçulmanos. O fundador dos frades menores, Francisco de Assis, se dirigiu para Damietta no ano de 1219, almejando converter muçulmanos ou alcançar a morte em nome de Cristo.

Em 1219, entretanto, Francisco retoma seu velho desejo: ir aos infiéis, convertê-los ou sofrer o martírio. Embarcado em Ancona a 24 de junho, assistiu à tomada de Damietta pelos cruzados a 5 de novembro, desgostou-se com o comportamento cúvido e sanguinário dos cruzados, conseguiu uma entrevista com o sultão Malik al-Kamil da qual nada resultou.³⁰

Diante de tanto sofrimento acaba por buscar um encontro com o sultão, como podemos ver nesse trecho de carta redigida por um bispo da Igreja católica, Jacques de Vitry, que se encontrava em Damietta junto ao exército cristão durante seu cerco. Francisco acredita que o diálogo seja o caminho para se alcançar a paz, e a partir daí a conversão dos muçulmanos.

Vimos que o primeiro fundador e mestre desta Ordem - a quem todos os outros obedecem como a seu prior geral -, homem simples e iletrado, amado por Deus e pelos homens, chamado frei Francisco, foi levado a tal excesso de ebriedade e fervor de espírito que, quando chegou ao exército dos cristãos diante de Damietta na terra do Egito,

³⁰ Idem Op.Cit., p. 83,

se dirigiu intrépido e munido com o escudo da fé ao acampamento do sultão do Egito. [...] Tendo-o levado à presença dele, vendo-o cruel animal, convertido em mansidão na presença do servo de Deus, por alguns dias o ouviu muito atentamente pregar a si e aos seus a fé em Cristo. [...] Ordenou que fosse reconduzido com toda a reverência e segurança ao acampamento dos nossos. [...] Os sarracenos ouvem de bom grado os mencionados frades menores todo o tempo que pregam sobre a fé em Cristo e a doutrina evangélica, enquanto não contradizem manifestamente com sua pregação a Maomé como a um mentiroso e pérfido.³¹

A visita empreendida por Francisco ao sultão Malik al-Kamel, passando muitos dias³² como seu hóspede, tratando tanto de assuntos da fé como de alternativas para o fim da guerra, nos mostra que o conflito não era uma realidade e um desejo homogêneo, deixa claro que haviam cristãos e muçulmanos que acreditavam na possibilidade da paz pelo diálogo. Mesmo tendo ido ao mundo muçulmano querendo converter seu inimigo, afinal esse era o imaginário do período, converter todos os infiéis ao cristianismo, Francisco se angustia com o horror da guerra e quer seu fim.

Se dirigindo ao sultão pacificamente, demonstrando respeito, indo contrário à visão cristã dos muçulmanos que podemos perceber no trecho do documento acima que trata o sultão por “cruel animal”, acaba por ser respeitado e acolhido. O diálogo gera receptividade, abertura, admiração. Vários trechos de documentos escritos por contemporâneos de Francisco nos permitem visualizar esse encontro e o teor das conversas.

Quando eles chegaram diante do sultão, eles o saudaram; o sultão saudou-os também. (...) depois, o sultão lhes disse que, se eles quisessem morar com ele, ele lhes daria grandes terras e grandes possessões. (...) o sultão lhes disse que de boa vontade os faria conduzir a salvo ao acampamento dos cristãos. Depois disso, mandou trazer-lhes ouro, prata e tecidos de seda em grande

³¹ *Testimonia minora saeculi XIII – Collectanea Philosophico-Theologica*, vol. III, 1926, p. 79-84 *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 1426.

³² Carta escrita em Damietta em fevereiro ou março de 1220 *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 1426.

quantidade e mandou que eles tomassem aquilo que quisessem. (...) O sultão mandou dar-lhes comida em abundância; eles se despediram do sultão, e ele os mandou conduzir a salvo até ao acampamento dos cristãos.³³

Os gestos de humildade de Francisco, de colocar-se aberto para dialogar, abriram as portas do oriente para ele e seus frades. Num trecho da regra não bulada³⁴ dos franciscanos encontramos uma recomendação de como os frades deveriam se portar em terras sarracenas.

Por isso, se algum irmão quiser ir para o meio dos sarracenos e outros infiéis, vá com a licença de seu ministro e servo. E o ministro dê-lhes a licença e não lhes oponha objeção, se vir que são idôneos para serem enviados; pois deverá prestar contas (cf. Lc 16,2) ao Senhor, se nisto ou em outras coisas proceder de modo indiscreto. Os irmãos que vão, no entanto, podem de dois modos conviver espiritualmente entre eles. Um modo é que não litiguem nem porfiem, mas sejam submissos a toda humana criatura por causa de Deus (1Pd 2,13) e confessem que são cristãos. Outro modo é que, quando virem que agrada a Deus, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai, Filho e Espírito Santo (cf. Mt 28,19), Criador de todas as coisas, no Filho redentor e salvador, e para que sejam batizados e se tornem cristãos, porque quem não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus (cf. Jo 3,5).³⁵

Esse capítulo da regra não bulada dos frades nos aponta outras questões interessantes que não devem passar despercebidas. A primeira delas é que Francisco quer a conversão dos muçulmanos, pois como medieval, europeu, cristão, ele entende que esse é o único caminho religioso possível. Outra questão é a necessidade de se assumir enquanto cristão, ou seja, o diálogo deve ser iniciado de forma honesta, apresentando quem você realmente é. A

³³ Chronique d' Ernoul et de Bernard Le Trésorier, c. 37. In Golubovich, *BBT I*, p. 12-13 *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 1429-1430.

³⁴ Regra reconhecida no capítulo da Ordem dos Frades Menores de 1221, mas não aprovada.

³⁵ Regra não Bulada Cap. XVI *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 176.

submissão é outra questão muito clara que Francisco coloca para seus frades, afinal, ele entende que apenas dessa maneira você consegue quebrar os preconceitos, é reconhecendo o outro como pessoa que o diálogo acontece. O discurso religioso é a última recomendação de Francisco e deve ser realizado somente quando perceberem que o momento é propício, ou seja, deve aproximar e não ofender. Francisco entende que o testemunho de vida converte mais do que as palavras.

A regra bulada dos frades, aprovada em 1223, manteve o capítulo sobre os que gostariam de ir para entre os sarracenos, mas com algumas alterações, nada que mudasse seu teor. Continua a recomendação aos ministros da ordem que só permitam que pessoas idôneas sejam enviadas para missão. Na história dos frades podemos encontrar relatos de frades que foram para terras orientais, mas que foram mortos por não respeitarem, por exemplo, a figura de Maomé. Coloco essa informação para que lembremos que o diálogo com o diferente não é fácil, e que a proposta de Francisco era difícil, inclusive, para seus seguidores.

Francisco de Assis e Malik al-Kamel foram homens diplomáticos, que souberam buscar caminhos pacíficos, embora não tenham conseguido seus objetivos, para a convivência entre cristãos e muçulmanos. Em outro documento encontrado numa compilação de textos feita entre os anos de 1280 e 1381 podemos perceber como a visita do cristão ao sultão rendeu frutos, mesmo que pequenos para alguns.

O sultão concebeu grande devoção para com ele, ainda que paupérrimo, nada quis receber do mesmo [sultão] – quanto também pelo fervor do mártirio. E a partir de então ouvia-o de muito bom grado, e rogou que viesse encontrá-lo com frequência. E, ademais, permitiu generosamente a São Francisco e aos companheiros poderem pregar livremente, em qualquer lugar que quisessem. E deu-lhes uma bandeirinha, à vista da qual por ninguém fossem maltratados. Obtida, portanto, esta generosa licença, São Francisco enviou dois a dois aqueles seus companheiros escolhidos por toda parte às diversas plagas dos pagãos.³⁶

A liberdade permitida aos frades para estar em terras muçulmanas

³⁶ Atos do bem-aventurado Francisco e de seus companheiros Cap. XXVII *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 1179.

era real, desde que não ofendessem a fé islâmica ou a Maomé, tendo como pena a morte. Essa relação pacífica entre franciscanos e muçulmanos, inclusive sobre estar no oriente médio, perdura até os dias atuais.

Portanto, após observarmos alguns relatos da visita de Francisco a al-Kamel, mesmo num momento em que existe a motivação veemente da Igreja convocando para a batalha, estando sob os comandos do cardeal Pelágio, homem que defendia a ideia de ser pecado tratar com muçulmanos, vemos um Francisco que age por seus princípios e busca a relação pacífica, sendo assim acolhido com todo respeito pelo sultão em terras do Islã.

Ainda quero lançar luzes sobre uma última questão. Na verdade, quero levantar um ponto que deve ser aprofundado em pesquisa, mas que se constatado, nos permitiria valorizar ainda mais o evento estudado.

Ainda que tenha recebido o apoio de seu irmão al-Moazzam, que veio de Damasco com seu exército, al-Kamel não está mais em condições de salvar a cidade, ainda menos de pôr fim à invasão. Além disso, certas aberturas de paz são particularmente generosas. Depois de ter pedido a al-Moazzam para demolir as fortificações de Jerusalém, envia uma mensagem aos franj lhes assegurando que estaria pronto a lhes entregar a Cidade Santa se eles aceitassem deixar o Egito. Mas, sentindo-se fortificados, os franj recusam negociar. Em outubro de 1219, al-Kamel conclui sua oferta: entregaria não somente Jerusalém, mas o conjunto da Palestina a oeste do Jordão, com a verdadeira cruz como prêmio. Jean de Brienne é de opinião favorável, assim como todos os franj da Síria. Mas a decisão final pertence a um certo Pélage, um cardeal espanhol, partidário da Guerra Santa a todo custo, que o papa nomeou à frente da expedição. Nunca, ele diz, aceitará negociar com os sarracenos. E, para acentuar sua recusa, ordena sem demora o assalto contra Damietta.³⁷

Esse trecho relatado no livro “As cruzadas vistas pelos árabes” nos aponta outra questão interessante para reflexão. Historicamente, a visita de Francisco a al-Kamel é considerada inútil, não conseguindo ajudar em nada no conflito. Será? Francisco desembarca no Egito em junho de 1219 e assistirá a tomada de Damietta

³⁷ MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos Árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 210.

em 5 de novembro do mesmo ano, permanecendo por volta de cinco meses na cruzada³⁸. Segundo o relato de Jacques de Vitry, ele se dirige ao acampamento muçulmano pouco tempo depois de ter chegado ao acampamento cristão³⁹, ou seja, por volta dos meses de julho ou agosto, dois meses antes da queda de Damietta. Aqui faço o questionamento que ainda não possui uma resposta concreta, mas que levanta uma possibilidade que necessita pesquisas mais profundas: As propostas de paz feitas por Malik al-Kamel, em outubro de 1219, cedendo a cidade de Jerusalém e parte da Palestina, negadas veementemente pelo cardeal Pelágio, não podem ser frutos, ao menos em parte, do diálogo empreendido por Francisco e o sultão?

A estadia de Francisco no sultanato de al-Kamel não deve ser considerada algo indiferente para os estudos da quinta cruzada. Essa visita pode ter gerado consequências maiores do que as pensadas até o momento. Francisco não passou despercebido pelos textos muçulmanos, da mesma forma que al-Kamel não passou pelos textos franciscanos. Um conselheiro do sultão deixou algo escrito em seus anais onde é citada a figura do famoso monge cristão.

San Bonaventura notava che alla proposta di or-dalia “si era visto scomparire immediatamente sotto gli occhi, uno dei suoi sacerdoti, famoso e d’eta avanzata, appena udite le parole della sfida” (leg M 5,8:1174). Era Il grande místico e direttore spirituale di Melek-el-Kamel, Fakhr al-Din Muhammad Bem Ibrahim Fârisi (morto nel 622 eg.= 1224), Del quale è scritto “che fu consultato dal sultano sull’affare del famoso monaco” (Raheb-el Kebir). Massignon che nel 1951 scopriò il testo arabo identifica Il famoso monaco com san Francesco.⁴⁰

³⁸ LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 59-60.

³⁹ Testimonia minora saeculi XIII – Collectanea Philosophico-Theologica, vol. III, 1926, p. 79-84 *apud* TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 1426.

⁴⁰ *Dizionario Francescano*. Grafiche Messaggero di S. Antonio Padova, 1983, p. 1664. Tradução própria: São Boaventura observou que à provação proposta “foi visto desaparecer imediatamente sob os olhos, um dos seus sacerdotes, famoso e de idade avançada, apenas acabou de ouvir as palavras do desafio”. (Leg M 5,8:1174) Era o grande místico e diretor espiritual de Malik al-Kamel, Fakhr al-Din Muhammad Bem Ibrahim Fârisi (morto em 622= 1224), do qual está escrito “que foi consultado pelo sultão sobre o discutido com o famoso monge” (Raheb-el Kebir). Massignon que em 1951 descobriu que o texto árabe identifica o famoso monge com são Francisco. (MASSIGNON, Opera Minora, 3,266-267).

OS DESVIOS E VÉUS NA HISTÓRIA: NOVOS CAMINHOS PARA A HISTORIOGRAFIA

Como podemos ver, é possível perceber na história das cruzadas, que caminhos de paz promovidos pelo diálogo estão lá, encobertos pelo sangue derramado, mas não esqueçamos que eles existiram. O estudo das cruzadas a partir dessa perspectiva das tratativas de paz é real, difícil devido à escassez de documentos que tratam de situações de desvio diante do imaginário de um período, mas também possível. A visita de Francisco a al-Kamel é um desvio na história oficial, juntos eles promovem um diálogo, contrariando a concepção geral da época. O cristianismo e o islamismo estão em esferas culturais muito distintas e, para a maioria dos medievais, seria impensável tal atitude. Esse evento apresenta um esquema cultural, um modo de pensar o mundo, próprio e diferenciado, inclusive do meio no qual Francisco vive. A atitude das partes apresenta outra forma de compreender e estar na realidade, apresenta um imaginário novo, mas não assume a posição de cultura central e, sim, se coloca como uma contracultura.

Como afirma o historiador Edward Thompson, no desvio da história conseguimos enxergar as realidades conflitantes, e nesses conflitos podemos perceber a cultura vigente, suas concepções de mundo, suas concepções sociais e políticas, suas relações humanas.

Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas. [...] Quando as disputas no vilarejo eram subitamente deflagradas, os “fatos normalmente escondidos emergiam na superfície”.⁴¹

Durante as cruzadas, fenômeno que predominou por dois séculos no Ocidente e no Oriente, que poderíamos considerar consequência de um imaginário daquele período, ou seja, de um *modus* cultural, temos uma atitude que conflita com o *status quo*, esse desvio nos “abre uma janela”⁴² para enxergamos uma perspectiva

⁴¹ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p. 235.

⁴² Idem Op. Cit., p. 236.

completamente diferente. A partir daí podemos compreender melhor as normas vigentes na sociedade do século XIII, principalmente no que tange à visão sociorreligiosa.

Existem hoje inúmeras obras que tratam das cruzadas, mas o acento dessas análises sempre recai nas diferenças e conflitos entre cristãos e muçulmanos. Como vimos, é possível apresentar outro olhar para esse tema, o olhar do diálogo, percebendo que esse momento da história apresenta mais do que sangue e luta por poder, mas tentativas de paz idealizadas pelas partes religiosas, personalizadas em Francisco de Assis e Malik al-Kamel.

Na historiografia sobre as cruzadas percebemos que as tentativas pacíficas de encerrar os conflitos não são trabalhadas, nem mesmo citadas. Os historiadores trabalharam com profundidade as guerras, as questões políticas e sociais, mas sempre tendo como pano de fundo o ódio entre as partes e a impossibilidade de diálogo. É preciso buscar e valorizar esses acontecimentos na história, quando muçulmanos e cristãos dialogaram em plena cruzada. O respeito humano sobrepujando a ganância e o poder. Uma historiografia conduzida pelo caminho do meio, ou seja, outra leitura das cruzadas apresentando ambos os lados, sem vencedores ou vencidos, um relato para além das batalhas e do conflito, uma análise que evidencia o encontro, apresentando sujeitos que em toda sua densidade buscam alcançar a paz.

Os franciscanos carregam uma forte ligação com esse episódio da história de seu fundador, sabendo que esse momento também faz parte da história da própria ordem. Os frades têm total consciência de que a abertura que possuem hoje para tratar com os muçulmanos, em terras muçulmanas, é proveniente da visita feita por Francisco há 797 anos atrás. A guarda da Terra Santa, dos lugares sagrados dos cristãos, concedida pela Igreja aos franciscanos já há séculos, é também decorrente da abertura que muçulmanos dão aos franciscanos para viver no oriente.

Existem muitos textos, artigos e trabalhos escritos por franciscanos sobre essa questão, mas com o enfoque religioso, tratando o evento enquanto história da Igreja ou diálogo interreligioso, se tornando, portanto, produções na área da teologia ou da ciência da religião. O caminho está aberto para que historiadores também trabalhem as cruzadas sob outras perspectivas, afinal, outros eventos como esse podem ter ocorrido na história e terem sido colocados no esquecimento por questões diversas, cabendo às novas gerações de pesquisadores descortinarem os véus e trilharem os desvios.

REFERÊNCIAS

Fonte:

TEIXEIRA, Celso Márcio (Org). *Fontes Franciscanas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bibliografia:

CONTI, Martino. *Estudos e pesquisas sobre o franciscanismo das origens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Dizionario Francese. Grafiche Messaggero di S. Antonio Padova, 1983.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – PUC Rio, 2006

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LECLERC, Eloi. *Francisco de Assis: O retorno ao Evangelho*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela História da Igreja: uma orientação para iniciantes*. Vol I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2009.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à história da Igreja*. Vol I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997.

MERLO, Grado Giovanni. *Em nome de São Francisco*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSES, Paul. *O Santo e o Sultão - As Cruzadas, o Islã e a Missão de Paz de Francisco de Assis*. São Paulo: Acatu, 2010.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982.

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SAID, Edward W. *Ocidentalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001
WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis: O conflito entre a Cristandade e o Islã, 638 – 2002*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

PARTE III
HISTÓRIA, MÍDIA E DIREITOS HUMANOS

A formação crítica de documentaristas sociais, memória e desenvolvimento local através do webdocumentário

Richardson Nicola Pontone¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o webdocumentário e a prática do trabalho em rede do documentarista social. Nossa proposta é detectar algumas produções existentes acerca do webdocumentário: como são produzidos, conceito, o princípio da participação e da interação entre o produtor e o usuário. O ponto central foi detectar os processos metodológicos das produções, a forma de organização dos realizadores e as plataformas existentes na Internet para propagação de conteúdo e engajamento por parte dos usuários.

Hoje surge mais uma mudança no campo do documentário precipitada por avanços tecnológicos. O que surge agora traz um aporte capaz de comportar todos os estilos de documentar o real preexistentes, modificando ainda a forma de organizar o conteúdo narrativo e de requisitar a participação do espectador no envolvimento com o produto. São os webdocs, documentários feitos para serem usufruídos on-line (LEVIN, 2013).

Com o advento das câmeras digitais (fotografia e vídeo), os processos de produção do audiovisual não ficaram mais restritos aos veículos e aos profissionais da área. Assim como os Irmãos Lumière fizeram no final do séc XIX, retratando o cotidiano através do recém inventado cinematógrafo, o sujeito passou, através destes outros cinematógrafos, a produzir imagem em movimento, retratar o cotidiano e, principalmente, compartilhar o conteúdo.

Entendemos que os movimentos sociais precisavam fazer um contraponto à mídia tradicional. Surge aí a possibilidade de outros pontos de vista, contar outras histórias que normalmente são

¹ Publicitário, fotógrafo e documentarista. Mestre em gestão social, educação e desenvolvimento local. Coordenador do curso de Comunicação Social e Propaganda da UEMG – Divinópolis.

relatadas de forma tradicional e oficial. Chegou o tempo da colaboração, da Internet 2.0, do sujeito que cria conteúdo e compartilha.

Dentro desta análise, detectamos o papel do realizador audiovisual atualmente e qual o lugar do audiovisual nas novas mídias. O trabalho em rede e as novas formas de propagação de conteúdo e o caráter didático deste processo na cadeia produtiva no audiovisual também estão entre os pontos estudados por este trabalho. Percebemos que é possível desenvolver, através do documentário, pelo seu caráter pedagógico, um diálogo com escolas, movimentos sociais e outras organizações que não têm acesso ou representatividade nos meios de comunicação de massa.

Na atual configuração social e cultural, em que as imagens e os meios técnicos estão cada vez mais presentes nas práticas sociais, o campo de estudo da comunicação voltou-se para a investigação das interações comunicacionais. Esta abordagem enfatiza a participação dos sujeitos como interlocutores do processo comunicativo. Portanto, não estamos interessados em abordagens que privilegiam apenas as dimensões produtivas ou de recepção.

Nesta concepção, seria ideal o sistema de comunicação que convida o espectador a explorar e a produzir possibilidades de construção de uma narrativa espacial e/ou temporal em um ambiente digital composto por sequências de imagens em movimento. Tendo este ponto em vista, apresentaremos nossa abordagem sobre as chamadas novas tecnologias e como o webdocumentário pode ser entendido neste contexto.

Buscamos não apenas compreender as possibilidades técnicas de interação com imagens digitais, mas também compreender a qualidade desta mediação. Tencionamos ainda compreender como tal experiência pode fazer transparecer a lógica deste processo comunicativo no contexto social em que vivemos e viabilizar novas formas de estruturação dos produtos distribuídos em meios digitais. Neste modelo, onde os sujeitos ocupam lugar central no processo comunicativo em ambientes hipermediáticos de natureza interativa, as tecnologias e o desenvolvimento dos processos técnicos refletem ideologias e formas de estruturação de uma lógica social.

Concentramo-nos em explorar neste artigo a educação, a memória e o desenvolvimento local. Percebemos o caráter pedagógico no documentário e a possibilidade do documentarista social ao contribuir para a realidade local por meio de sua produção e de sua investigação.

O WEBDOCUMENTÁRIO, MEMÓRIA E A FORMAÇÃO CRÍTICA DE DOCUMENTARISTAS SOCIAIS

A ideia de percurso e da necessidade de representar e mudar o mundo ao nosso redor nos inspira pertinentes observações. Neste caso, à luz das Teorias da Comunicação e da pesquisa do gênero documentário, percebemos na comunicação dos movimentos populares algo a ser discutido, como as formas existentes de exibição e propagação da informação produzida pelos movimentos sociais de caráter popular. Há também outras questões a serem levantadas: como é a distribuição e a representação da sociedade através do audiovisual nos movimentos populares e de que maneira a escola pode contribuir para o desenvolvimento local, a representatividade e a memória através da produção de documentários em ambientes interativos – o webdocumentário.

Também, na atual configuração social e cultural, em que as imagens e os meios técnicos estão cada vez mais presentes nas práticas sociais, o campo de estudo da comunicação volta-se para a investigação das interações comunicacionais. Esta abordagem enfatiza a participação dos sujeitos como interlocutores do processo comunicativo. Portanto, não estamos interessados em abordagens que privilegiam apenas as dimensões produtivas ou de recepção. Hoje é necessária uma investigação que compreenda a complexidade dos processos que se apresentam para a comunicação social, tanto no âmbito da produção como da recepção.

Nossa abordagem busca investigar o potencial e os desdobramentos da interação comunicacional que um modelo de narrativa interativa com o uso do audiovisual pode propor. Neste sentido, abordaremos o webdocumentário como um processo midiático fortemente marcado pela interlocução, no qual os sujeitos são postos em relação dialógica com autores e obras, coparticipando da produção de sentido.

Nesta concepção seria ideal o sistema de comunicação que convida o espectador a explorar e a produzir possibilidades de construção de uma narrativa espacial e/ou temporal em um ambiente digital composto por sequências de imagens em movimento.

Primeiramente apresentaremos nossa abordagem sobre as chamadas novas tecnologias e como o webdocumentário pode ser entendido neste contexto; em seguida, a caracterização dos meios digitais. Nossa análise busca diferenciar os modelos em sua dimensão comunicativa, evidenciada pela coparticipação dos sujeitos na produção de sentido. Entretanto o papel dos sujeitos,

produtores e receptores neste modelo será problematizado pelas investigações de Janet Murray (2003) e Vicente Gosciola (2003). Tais autores trazem a discussão para além da relação interativa dos sujeitos com a obra e nos ajudam a verificar a complexidade da autoria nos processos comunicativos interativos.

Neste modelo, onde os sujeitos ocupam lugar central no processo comunicativo em ambientes hipermidiáticos de natureza interativa, as tecnologias e o desenvolvimento dos processos técnicos refletem ideologias e formas de estruturação de uma lógica social. Portanto, como nos apresenta Manovich (2003), trata-se de uma maneira de ver, relacionar e dialogar com o mundo por meio de práticas que constituem a forma cultural do nosso tempo.

O WEBDOCUMENTÁRIO

As chamadas novas tecnologias não serão aqui abordadas a partir apenas de uma caracterização tecnológica, visto que o que as torna relevantes para nosso estudo não é o fato de inaugurarem interatividade ou manipulação dos conteúdos. A novidade é o rompimento com a positividade de uma ordem tradicional tida como imutável e identificada como a estrutura objetiva do mundo, na direção de uma lógica que contesta os valores clássicos, mais aberta e indefinida, onde o enunciado não determina simetricamente as significações. Estas tecnologias não inauguram, mas viabilizam a experimentação da pluralidade de significados que convivem num só significante.

Então, só faz sentido falarmos em novas tecnologias a partir de suas estruturas para compreendermos tanto como propõem a inserção dos sujeitos no processo comunicativo e os desdobramentos desta configuração. Nesta perspectiva, entendemos o sentido como resultado de um processo e não mais como algo dado que deve ser compreendido por um sujeito posicionado como espectador.

O webdocumentário vai ao encontro desta caracterização dos processos comunicativos contemporâneos. Identificar suas características constituintes nos ajuda a compreender o que demandam dos sujeitos nesta proposta de relação interlocutiva, que constitui sua dimensão comunicativa. Também pode ser definido como uma forma de estruturação de conteúdos audiovisuais em ambientes digitais, articulando imagens técnicas com a linguagem da hipermídia e viabilizando uma nova forma de estruturação discursiva. O webdocumentário tem um funcionamento muito próximo ao hipertexto. Porém, diferente de uma página da Internet,

que apresenta vários links simultaneamente no mesmo espaço, as oportunidades de associação aparecem e desaparecem à medida que as sequências de vídeo são reproduzidas. O link assume uma nova dimensão dentro do espaço do vídeo, sendo esta atemporal. As sequências de vídeo são reproduzidas continuamente, enquanto o usuário realiza escolhas que direcionam o desenvolvimento do fluxo audiovisual.

AUDIOVISUAL E REPRESENTATIVIDADE NAS REDES

Ultimamente, inúmeras investigações estão sendo feitas sobre ativismo. O que antes conhecíamos como militância, hoje, com a degenerescência da democracia representativa, se transformou em movimento autônomo. Uma ordem horizontal, não hierarquizada, surge. A cultura do faça-você-mesmo está tomando novas formas. O que antes seria da ordem dos interesses individuais está para o fazer coletivo. Surge então o videoativismo. Uma forma de registro não convencional, que emerge em meados dos anos 1990, muito influenciado pela geração de realizadores das décadas de 1970 e 1980. Em junho de 2014, a população pode perceber mais fortemente, através das redes sociais, os inúmeros registros, compartilhados e distribuídos.

Nosso mundo, nossa dimensão, encontram-se fortemente atrelados aos meios de comunicação. Thompson (1995, p. 285) destaca que, na contemporaneidade, “o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. Assim, percebemos a esfera dos meios de comunicação como o espaço público midiático, que confere visibilidade aos acontecimentos sociais. Aparecer neste espaço significa, na atualidade, aparecer na esfera pública, inserir-se no campo do que é visível e compartilhado socialmente.

Os projetos de comunicação comunitária surgem da percepção, pelos grupos e entidades da sociedade civil, da necessidade de conquistar possibilidades de visibilidade e memória no espaço público midiático. Nestes projetos, as mídias são percebidas não só como espaços de visibilidade pública, mas também – e principalmente – como espaços para ocupação e debate públicos. A proposta é a efetivação da garantia do direito à livre expressão. Assim, a comunidade envolvida é convidada a produzir mensagens através dos meios de comunicação.

As iniciativas em curso hoje no Brasil dão ênfase à ideia de

mobilizar pessoas e grupos através da mídia. Santoro (1989, p. 38) demonstra que uma animação social e cultural utiliza os meios eletrônicos para colocar em movimento uma vila, um bairro ou mesmo um grupo. Isto implica, de uma parte, na vontade de colocar as pessoas em relação umas com as outras; de outra, em ajudá-las a descobrir, a exprimir, a discutir e resolver problemas que elas encontram” (Santoro,1989, p.38). Mais uma vez, através das manifestações de junho de 2013 no Brasil, percebemos toda esta movimentação.

ENTENDER O MEIO

Para a formulação e criação em um meio comunitário o grupo envolvido tem que conhecer os processos, ou seja, o discurso do veículo em questão. Sendo assim, o início de uma experiência de comunicação comunitária geralmente é marcado por atividades elaboradas por uma equipe de comunicadores e educadores, que realiza, junto ao grupo, exercícios de criação ao longo dos quais são apresentados os elementos que constituem a linguagem e o processo de produção na mídia.

No sentido de ousar inventar novas linguagens, podemos partir para uma perspectiva experimental, reinventado assim a linguagem da mídia, extrapolando os discursos convencionais. Por outro lado, pode ter um outro sentido, o de provar o gosto de produzir a informação. Ao degustar a mídia, a comunidade entende seus mecanismos e sua estrutura.

É neste momento que percebemos a colaboração da escola e a posição do educador, neste processo. Podemos ir um pouco mais além ao elaborar o conteúdo e as vivências das disciplinas do ensino fundamental II e médio para exemplificar uma série de questões que estão em nosso cotidiano. O professor de determinada disciplina pode estimular seus alunos na produção de trabalhos audiovisuais e relacionar com outras disciplinas e, conseqüentemente, ao seu meio social. Neste aspecto, há uma grande possibilidade de trazer os fundamentos de interdisciplinaridade para a escola e a prática no meio social em consonância com o tempo histórico que vivemos.

O diálogo entre os campos da educação e da comunicação não é exatamente novo. Paulo Freire (2011) considerava, por exemplo, os dois processos semelhantes. Para ele, comunicar era uma atribuição básica do educar. O educar seria, então, uma comunicação específica. Freire afirmava que o verdadeiro objetivo da educação

é transformar o mundo. Aprender a ler é aprender a entender o mundo, isto é, ter acesso aos tesouros de toda a literatura, a todo conhecimento produzido e registrado de forma escrita. E aprender a escrever significa mudar esse mundo, isto é, imprimir nele sua própria experiência, seu ponto de vista, sua opinião. Uma vez comunicada esta palavra, o mundo já não é mais aquele de alguns instantes atrás: sua ação já agiu sobre ele, já o mudou.

MÍDIA PROCESSO

Este jovem, amparado por estes elementos trabalhados na escola, pode levar para a sua comunidade o que Daniel Brazil (1992, p.14) conceitua como mídia processo: “determinada comunidade ou grupo utiliza de forma sistemática o vídeo como elemento de integração [...] em uma produção em geral coletiva, que busca atender seus interesses”. Todo o processo de criação é coletivo. A escolha dos temas, a linguagem abordada tem tanta ou mais importância que os produtos realizados. Na criação coletiva, o grupo precisa apropriar-se da tecnologia e definir o que e como mostrar/dizer. Ao longo do processo são criados espaços, tanto em escolas como em outros ambientes comunitários, onde é possível descobrir e trabalhar coletivamente as questões dispersas no cotidiano, redimensionando o olhar sobre tais questões. Esse processo, tão importante quanto o produto final, torna possível o surgimento de novas identidades e de novas perspectivas de ação política individual e coletiva.

A prática e a teoria trabalham de forma integrada nesses processos. Neste sentido, o processo de produção tem, portanto, um papel formativo da maior importância. O produto final não é o objetivo maior. O objetivo maior é experimentar coletivamente. A comunidade descobre a linguagem, os aspectos técnicos, as negociações entre os atores na medida em que cria a sua própria mídia. Enfim, o termo mídia processo diz respeito a esta metodologia de produção midiática que tem como fundamento a experimentação coletiva.

O DOCUMENTARISTA SOCIAL

Na Grécia antiga, o termo cidadania consiste no direito de participar dos processos coletivos de decisão dos destinos da cidade. A cidadania não está ligada somente ao “direito de ter direitos” ou à questão básica do acesso a uma vida digna. O termo

cidadão deriva da palavra latina *civita* que significa cidade e que tem como correlato o grego *politikos* – aquele que vive na cidade.

Vivemos em tempos mediados e midiaticizados. Com as novas relações de trabalho, surge então, uma nova divisão. Qual o tempo necessário para a crítica e o esclarecimento? Qual o papel dos meios e das práticas comunicacionais? Qual a função da escola na formação deste cidadão audiovisual? Estamos reduzidos a uma mídia corporativa e reducionista onde tudo é espetáculo. É a barbárie pela barbárie ou o caos pelo espetáculo. Em nossas salas convivemos com estas corporações, em um jogo sensacionalista, como, por exemplo, a cobertura da tragédia de Santa Maria/RS, em janeiro de 2013, quando 240 jovens morreram em um incêndio de uma casa noturna, e o esvaziamento da crítica ao colocar no lugar comum as manifestações sociais e o vandalismo.

Na Primavera de 1968, na França, Jean-Luc Godard acenou para um cinema de ruptura. O mundo estava em mudanças. Era um período de Guerra Fria em que as instituições de ensino estavam sofrendo uma forte pressão para mudanças em seus projetos. Em razão disso, os estudantes franceses se rebelaram e criaram um embate, propuseram uma ruptura ao sistema de ensino instalado por Charles De Gaulle, influenciado pela política norte americana. No Brasil, influenciado por estas rupturas, surge o Cinema Novo em que se destacavam, entre outros, Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, além do Cinema Marginal, representado por Carlos Reichenbach, Rogério Sganzerla e Paulo César Pereio. Os ventos da contracultura provocaram a necessidade de exercer o exercício das rupturas.

O processo de produção de vídeo sofreu uma forte influência destas ações, sobretudo, na cobertura de manifestações. Com o advento do vídeo digital e de novos processos de produção e pós-produção, surge o que denominamos de documentarista social. Os limites do documentarista e ativista se misturam, perdendo-se os limites entre o ativista que está gravando e o ativista que está participando da manifestação.

O videoativista e documentarista social crítico surgem neste momento como sujeitos históricos a registrar o conceito de justiça social. Através do registro de imagens é possível proporcionar o debate, construir uma rede de relações contrárias às políticas públicas comandadas por uma minoria. Neste contexto, a formação se faz necessária para estimular a comunidade, promovendo a capacitação e o desenvolvimento de grupos excluídos do acesso da produção e acesso à informação contribuindo para a democratização

do conhecimento. A organização autônoma e horizontal na produção de documentários tem grande possibilidade de expressar a vontade dos movimentos sociais de caráter popular.

O documentarista social tem um papel fundamental na ajuda a estes movimentos, produzindo documentários que eles necessitam em sua organização e/ou formação dos grupos a produzirem sua própria comunicação. No final do século XX, temos uma explosão na produção de documentários com ênfase nos acontecimentos sociais em virtude das novas tecnologias de informação e comunicação: câmeras digitais, smartphones, tablets e a Internet - neste caso, meio essencial na distribuição e organização das redes.

O DIÁLOGO E A INTERATIVIDADE

Para Bakhtin (2010), o ser só se constitui enquanto sujeito quando se coloca em relação a outro no processo de interação social. Este processo se dá a partir da linguagem como ambiente de troca ideológica. O documentário permite, através do diálogo, estabelecer esta troca, constituindo elemento chave do ser/sujeito. Fernando Ramos (2008) salienta que o diálogo é o elemento constituidor do sujeito e aponta que o cinema documentário parte de uma relação dupla constituidora de sujeitos personagens/documentaristas que, ao estabelecerem na linguagem esse universo formador e constituidor, vão constituir os alicerces para a criação de uma obra artística (o filme documental), para uma relação tripla de interação formadora, através da fruição (personagem/documentarista/espectador).

No webdocumentário, estes três sujeitos - personagem, documentarista e espectador - estabelecerão trocas intensas e processos de significação, aprendizagem, emoção e descobertas através da interatividade. Percebemos que a linguagem do documentário está presente e não é anulada. Na Internet, temos ferramentas que proporcionam estes elementos interativos e o mais importante, o trabalho em rede. O documentarista passa a não ser mais o sujeito único quando canais são abertos para produções colaborativas. É possível que o usuário também, ao compartilhar o evento, torne-se documentarista agregando seu ponto de vista através de textos, fotos e vídeos.

Segundo Oliver Crou (2010), pelo neologismo webdocumentário designamos um documentário cuja concepção e realização são feitas para a web e que é difundido pela web. Não se trata de um documentário de formato televisivo ou cinematográfico, de

narração linear, que encontra na Internet um enésimo espaço de difusão, mas um tipo de prolongamento do que foram os CD-ROMs ou DVD-ROMs: uma obra que utiliza as tecnologias da web e seus diferentes recursos multimídia. O modo de narração dos webdocumentários é concebido de maneira que o leitor/espectador navegue pela interface de forma totalmente delinearizada. É ele quem conceberá de maneira única seu percurso pelo webdocumentário.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao longo dos últimos anos conduziram o filme documentário a um cenário de plena mutação. Do ponto de vista da criação, o barateamento dos equipamentos de captação e edição de imagens em movimento tem ajudado um número cada vez maior de autores e realizadores a colocar em prática novos projetos. Em uma outra ponta no processo de produção da cadeia produtiva de produção documental, encontram-se novas formas de distribuição e difusão. Alguns elementos contribuíram para que houvesse novas formas de um trabalho atingir o público, além dos tradicionais espaços, como o cinema e a televisão: aumento da banda da Internet, Redes Sociais, crescimento do uso de mídias móveis, locativas e o olhar e prática das novas gerações pós Tv e Cinema. No entanto, como se trata de um cenário em constante evolução, qualquer análise que se faça neste momento captará “uma imagem em movimento dos modelos de criação, produção e difusão do documentário no meio ambiente atual das plataformas digitais” (Observatoire du Documentaire, 2011, p. 2).

A OFICINA

Ao desenvolver um produto audiovisual resultado de uma oficina de mídias digitais e produção audiovisual para jovens de diferentes regiões, é possível contribuir para o desenvolvimento local através das novas tecnologias de informação e comunicação. Neste caso, temos como parâmetro o gênero documentário. Para tanto, usaremos o webdocumentário por se tratar de uma plataforma colaborativa que preserva a estrutura do documentário em parceria com as ferramentas presentes nas mídias digitais, no audiovisual e na Internet.

O projeto tem como público-alvo jovens em situação de vulnerabilidade social e visa, em sua primeira fase, contribuir para transformá-los em realizadores audiovisuais através da oficina e na lógica do trabalho em rede, contribuindo, assim, na promoção

do desenvolvimento local. Através deste trabalho, em cada localidade, os realizadores em contato com outros, trabalharão na realização de um produto audiovisual interativo, o webdocumentário.

Entendemos que a prática, especialmente aquelas que trabalham com a interação entre audiovisual e novas mídias através de oficinas está cada vez mais presente na vida dos educadores. Com esse olhar, acreditamos que os momentos e espaços de formação possibilitam aos envolvidos apropriação e troca de conhecimentos e saberes, bem como reflexão sobre a prática pedagógica, elemento organizador e norteador das ações vivenciadas na escola e fora dela.

Na oficina de mídias digitais e produção audiovisual elaboradas a partir desta pesquisa, os jovens terão acesso a linguagem de produção de webdocumentário. A ideia é dividir a oficina em duas partes: A primeira vai tratar dos elementos presentes no audiovisual e sua cadeia produtiva: produção, roteiro, fotografia, edição e fundamentos de direção. Com a análise de filmes, aulas teóricas sobre modos de expressão fotográfica e cinematográfica, construção de roteiros de captação, argumentos, manipulação da câmera e de equipamento de áudio portátil e saídas planejadas para pesquisa e gravação, a oficina pretende desvendar o imaginário e as realidades, que se constituem nas principais matérias da prática documental. Nesta primeira parte, trataremos da pesquisa, pré-produção, locações, equipamentos utilizados.

Práticas e técnicas de roteiro também serão empregadas desde a investigação do perfil de um personagem (mesmo que no documentário não ocorra, a princípio), conceito de sequência e planos. A fotografia é a unidade visual do conteúdo. Técnicas de iluminação para estúdios, externas e equipamentos específicos. De forma simplificada, os fundamentos de direção capacitam o realizador quanto a como se portar em uma gravação, desde a abordagem do entrevistado até o tipo de enquadramento, movimento de câmera e fotografia presentes no conteúdo da obra. E, por fim, nesta fase, temos princípios básicos de edição que serão imprescindíveis no processo de seleção (decupagem) das cenas e falas dos personagens. Alguns softwares básicos de edição para as três plataformas existentes (Mac, Windows e Linux) também serão apresentados (FIG. 1).

Nesta segunda etapa apresentaremos formas de como elaborar projetos com a ideia inicial, descrição do objeto, técnicas de abordagem e o uso das mídias digitais em ambientes hipermídia, redes sociais e outras plataformas colaborativas como descrita no quadro “Plano de ensino de mídias digitais” (FIG. 2).

Através das oficinas, procuraremos fomentar o conhecimento do documentário para o público envolvido e proporcionar a instrumentação técnica necessária para a construção de narrativas documentais que tenham correlação com a realidade coletiva comum de cada comunidade participante. Em um tempo em que temos acessos a inúmeros dispositivos para captação da imagem em movimento, observamos pouco conhecimento do vídeo como ferramenta e extensão para produção e reflexão acerca das representações que envolvem o cotidiano e a história do jovem. Por outro lado, há o interesse comum por desvendar essa história e colocar a mão na câmera. Sendo assim, uma oficina teórica e prática, que visa à formação do olhar, atende aos anseios de se reconstruírem realidades e histórias de vida e contribuem para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento das novas tecnologias mais acessíveis e mais baratas, é possível produzir conteúdo audiovisual de uma forma mais econômica em termos de produção. Aliada a isso, as mídias digitais estão desempenhando um papel muito importante na resignificação de todo este conteúdo oriundo do cinema, rádio e TV. Com a web 2.0, o usuário passou a produzir o próprio conteúdo desde a produção e publicação de sites sem que seja necessário conhecer programação, passando por publicação de fotos, hipertextos e vídeos.

Todo este procedimento é possível sem a necessidade de concessões ou autorizações governamentais prévias. A população tem em mãos a possibilidade de produzir seu próprio conteúdo e, de uma forma quase instantânea, publicar, opinar e, por que não, contar a sua própria história e compartilhar as memórias de sua localidade, território. Assim como a geração anterior conheceu a TV, o controle remoto e o vídeo cassete, as atuais têm acesso a um mundo hiperconectado. Por outro lado, uma parte da população não mais se sente representada pelos veículos tradicionais de comunicação e busca na Internet uma aliada na propagação e distribuição de seus conteúdos.

A nova configuração dos movimentos sociais, organizados em grande parte por jovens, começa a produzir sua própria história, o seu ponto de vista, desde a história de uma rua até uma comunidade quilombola que por muitas vezes são esquecidos pela mídia tradicional. Alguns gêneros do audiovisual que até então só eram

conhecidos através de TV's educativas e/ou comunitárias e festivais de cinema e vídeo, agora estão disponíveis na web. Neste sentido, aliado às novas plataformas, criaram-se novas formas de exibição, engajamento e interação. Todo este repertório trouxe-nos a reflexão sobre o papel do documentário, ou melhor, como produzi-lo e transformá-lo em um produto interativo usando as ferramentas existentes nas novas tecnologias de informação e comunicação.

Apresentamos o webdocumentário como um novo gênero, que surge com a evolução das novas tecnologias. O mesmo tem como diferencial sua forma de estruturação aberta e inclusiva de narrativas distintas sobre um mesmo tema. Além de ser composto por vídeo, o webdocumentário também pode reunir informações em diferentes formatos: textos, áudios, fotos, ilustrações e animações. Com isso, é possível, por exemplo, edição online e compartilhada, ao assistir uma obra, podemos definir a sequência e realizar escolhas que nos direcionam ao desenvolvimento do fluxo audiovisual. Ao agregarmos informações, deixamos de ser espectadores, participamos da própria produção de conteúdo e assumimos, assim, o posto de coautores.

Mesmo o valor social não devendo ser característica principal em um documentário, ele é notado na maioria deles nos últimos tempos. Podemos recorrer a John Grierson para reforçar a ideia de que o documentário é uma das mais importantes formas de educar a sociedade. Compreendemos que é essencial para contribuir na solução dos problemas sociais a possibilidade de divulgação dessas dificuldades para a própria sociedade. O potencial educacional do documentário é muito considerável, capaz de despertar noções básicas de conduta na sociedade. Mais do que pensar em uma definição conceitual para o gênero em questão, deve-se também, em igual importância, pensar na função original do documentarista e o seu potencial educativo.

Com o avanço da tecnologia digital, o webdocumentário vai se definindo como gênero do mundo atual e se mostra capaz de oferecer uma extensa opção de conhecimentos, contribuindo assim, para o desenvolvimento da sociedade. Diante deste fato, apresentamos como projeto uma oficina de produção audiovisual e novas mídias a fim de auxiliar na produção de um webdocumentário.

REFERÊNCIAS

BAKTHIN, Mikhail / Volochinov. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRAZIL, Daniel. Vídeo: uso e função. In: *Boletim Vídeo Popular, da Associação Brasileira de Vídeo Popular, nº 15*. São Paulo: ABVP (2011).

BURCH, Noel. *Práxis do cinema*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel. "The Networked City: Réseaux, espace, société.", *EspacesTemps.net, Textuel*, 2009.

CENTRE NATIONAL DU CINEMA ET DE L'IMAGE ANIMÉE (CNC), França (2009) – "Aide aux projets pour les nouveaux médias, le cinéma et la télévision: 2007-2009 – Project retenus"

CROU, Oliver. *Qu'est-ce que le webdocumentaire?* WEBDOCU.fr, 2010;

DAYRELL, Juarez. TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro, LOPES, José Miguel de Souza. Orgs). *A juventude vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DOWNING, John D. H.. *Mídia Radical*, SENAC, SP, 2002.

EISENSTEIN, Serguei. *A forma do Filme*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERREIRA, Sandra Lúcia. Introduzindo a noção de interdisciplinaridade. In: ____. *Práticas interdisciplinaridades na escola*. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Paulo. *Educar com a Mídia – Novos diálogos sobre educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GAUDREAU, André e JOST, Francois. *A narrativa cinematográfica*. Brasília, UNB, 2011.

GAUTHIER, Guy. *O documentário um outro cinema*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

GOSCIOLA, Vicente. *Roteiro para as novas mídias: do game à TV interativa*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2003.

LEMONS, André. *Mídias Locativas e Territórios Informativos*. SP, 2007.

MACHADO, Arlindo. *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo, Itaú Cultural, 2007.

MANOVICH, Lev. *The language of the new media*. MIT Press: London, 2003.

MESQUITA, Rui G. M. *Movimentos sociais e escola pública: uma metodologia para analisar projetos político-pedagógicos antagônicos*. Educação e Realidade, Porto Alegre, 2010.

MESQUITA, Rui G. M. *Projeto didático para a construção de documentário: uma possibilidade de experiência popular em escolas públicas /Recife*: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MURRAY, Janet. *Hamlet no Holodek o futuro da narrativa no ciberespaço*; tradução Elisa Khoury Daher, Marcelo Fernandes Cuzziol. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp 2003.

- MURCH, Walter. *Num piscar de olhos: a edição de filmes sob a ótica de um mestre*. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*, 4 ed.. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- NUNES, Pedro. *Mídias Digitais & interatividade*. Paraíba: Editora UFPB, 2009.
- RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal o que é mesmo documentário?* SENAC: SP, 2012.
- SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2010.
- SALWAY Andrew and XU Yan. *Navigating Stories in Films*. School of Electronics and Physical Sciences Department of Computing, 2004.
- SAWHNEY, N., D. BALCOM. and I. Smith, HyperCafe: Narrative and Aesthetic Properties of Hypervideo. *In Proc. Hypertext '96*, ACM, 1996.
- SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 1989.
- SAQUET, Marcos Aurélio e SOUZA, Edson Belo Clement. *Leituras do conceito de território e processos espaciais*. São Paulo: SP, 2009.
- WOHLGEMUTH, Julio. *Vídeo educativo – uma pedagogia audiovisual*. DF: SENAC
- WOOD, David. *Como as crianças pensam e aprendem*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FIGURA 1: PLANO DE ENSINO PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

CARGA HORÁRIA		
CH/Mês	CH/Semana	
30	04	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade	Subunidades	CH
I – O audiovisual	<ul style="list-style-type: none"> - Produção; - Técnicas; - Fotografia; - Roteiro; - Edição; - Direção 	15
II – Planejamento e pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia, história e construção da imagem; - Roteiro / Planejamento; - Pesquisa de campo; - Roteiro para Hipermídia 	10
III – Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de abordagem; - Decupagem; - Tratamento; - Produção; 	
IV – Pós-produção	<ul style="list-style-type: none"> - Segunda decupagem; - Exportar / finalização de arquivos. 	5
ESTRUTURA DE APOIO		
Câmera, microfones, tripé, som, projetor e ilha de edição(*) (**)		
METODOLOGIA		
Aulas Expositivas, Estudos filmografia, Exercícios e produção (produto).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
EISENSTEIN, Sergei – O Sentido do Filme. Zahar: RJ, 2009 EISENSTEIN, Sergei – A forma do Filme. Zahar: RJ, 2009 GOSCIOLA, Vicente. Roteiro para as Novas Mídias – Do cinema às mídias interativas. SENAC: SP, 2008 NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Papirus: SP, 2005. RAMOS, Fernão Pessoa – Mas afinal o que é mesmo documentário? SENAC: SP 2012 RUSH, Michael. Novas Mídias na arte contemporânea. Martins Fontes: SP, 2006.		

FIGURA 2: PLANO DE ENSINO MÍDIAS DIGITAIS

PLANO DE ENSINO		
Oficina	Guia de produção de documentários	
Professor	Richardson Nicola Pontone	
CARGA HORÁRIA		
CH/Mês	CH/Semana	
30	04	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade	Subunidades	CH
I – O planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - A ideia; - O roteiro; - Argumento; - Pesquisa; - Pré-produção - Produção - Elaboração do projeto 	10
II – Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Hipermídia; - Estrutura; - Técnicas de abordagem; 	10
III – Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de abordagem; - Decupagem; - Tratamento; - Produção; 	
IV – Mídias Digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Análise crítica das mídias digitais - Roteiro para Hipermídia, - Internet, redes sociais 	10
ESTRUTURA DE APOIO		
Laboratório de informática e projetor multimídia		
METODOLOGIA		
Aulas Expositivas, Estudos filmografia, Exercícios e produção (produto).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GOSCIOLA, Vicente. Roteiro para as Novas Mídias – Do cinema às mídias interativas. SENAC: SP, 2008 LEÃO, Lúcia O chip e o caleidoscópio – Reflexões sobre as novas mídias. SENAC: SP, 2009 NUNES, Pedro – Mídias Digitais e interatividade. UFPB: PB 2009 RUSH, Michael. Novas Mídias na arte contemporânea. Martins Fontes: SP, 2006.		

O empoderamento feminino no filme “O Piano” (1993)

Marina de Moraes Faria Novais¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar como a personagem Ada, no filme “O Piano” (1993), é construída e de que forma ela vai se desenvolvendo na trama, empoderando-se e se descobrindo enquanto mulher independente e dona do seu próprio destino. Para tal, serão perpassados alguns pontos sobre silenciamento de mulheres, empoderamento feminino e liberdade sexual.

O filme torna-se relevante dentro da temática de empoderamento feminino não apenas pelo próprio crescimento da personagem ao longo da trama, mas também pelo fato de ter sido dirigido por uma mulher, Jane Campion, o que contribui para tal perspectiva. O filme foi bastante agraciado pelo público e academia, levando mais de dez prêmios, entre os quais se destacam: Palma de Ouro e Melhor Interpretação Feminina em Cannes e Melhor Roteiro Original e Melhor Atriz no Oscar.

Para se compreender a construção e desenvolvimento da personagem Ada no filme, leva-se em consideração a análise do discurso cinematográfico de suas cenas, através de suas falas, interpretação, cenários, figurino, caracterização, entre outros. O discurso, no cinema, é definido por Ismail Xavier (2008) de uma forma bastante específica para a área.

O discurso é elaborado de modo que haja uma inversão: não se trata de fornecer ao espectador a melhor coleção de pontos de vista para observar um fato que parece se produzir independentemente do ato de filmar; trata-se de compor visualmente “quadros”, privilegiando as configurações plásticas capazes de fornecer a relação mais apropriada entre os elementos ao nível da significação desejada. O primeiro plano não significa um “chegar mais perto do objeto”, mas a construção de um discurso pictórico, que, muitas vezes,

¹ Mestre e doutoranda em Artes, na linha de pesquisa em Cinema, pela Escola de Belas Artes da UFMG. Professora dos cursos de Comunicação Social e Jornalismo da UEMG Divinópolis. Contato: marinamfn@gmail.com

desloca o objeto do espaço de origem ou combina os vários detalhes segundo regras que não são de continuidades, mas de conflito dentro do próprio espaço específico criado pelo discurso. (XAVIER, 2008, p. 109 e 110)

Assim, a partir deste próprio conflito, próprio do discurso, é possível analisar como a personagem é apresentada inicialmente, acompanhando suas transformações dentro da própria história e como os demais elementos cênicos acompanham tal transformação.

METODOLOGIA

Para analisar como a personagem Ada é construída e desenvolvida na trama de “O Piano” (1993) foi utilizado como método a observação da forma de construção do filme, levando em consideração o próprio discurso, conforme já explicitado anteriormente. Foi levado em consideração também o contexto sócio-histórico do filme como referencial para análise de valores culturais / sociais / políticos, conforme definido por Vanoye e Goliot-Lété (1994).

Um filme é um produto cultural inscrito em um determinado contexto sócio-histórico. Embora o cinema usufrua de relativa autonomia como arte (com relação a outros produtos culturais como a televisão ou a imprensa), os filmes não poderiam ser isolados dos outros setores de atividade da sociedade que os produz (quer se trate da economia, quer da política, das ciências e das técnicas, quer, é claro, das outras artes).

[...]

A hipótese diretriz de uma interpretação sócio-histórica é de que um filme sempre “fala” do presente (ou sempre “diz” algo do presente, do aqui e do agora de seu contexto de produção). O fato de ser um filme histórico ou de ficção científica nada muda no caso (p.54 e 55).

A pesquisa também utilizou como método de análise a tentativa de desvendar as metáforas empregadas no filme. Vanoye e Goliot-Lété definem o que seriam essas metáforas no cinema:

A metáfora, *stricto sensu*, é uma figura de expressão verbal, “a forma mais condensada” da imagem literária, uma comparação da qual só restaria o comparante. A compreensão da metáfora baseia-se na analogia do sentido que existe entre o termo utilizado e o termo ausente que o substituiu.

No cinema são as imagens que desfilam e não as palavras. O efeito metafórico pode ser gerado da sucessão de imagens que produzem um sentido que “ultrapassa” o sentido literal. É a associação, mais ou menos, estreita, de imagens que rompem o estrito *continuum* narrativo que cria uma configuração metafórica (mais do que uma metáfora pura). (Ibidem, 1994. p.64)

Assim, a metáfora no cinema funciona como uma leitura, por parte do espectador, daquilo que designa outro sentido, que não o literal. Ou seja, uma interpretação para além das imagens e do som, a fim de desvendar qual seria sua mensagem por trás dos elementos utilizados na construção do filme.

Rose (2002), em seu texto “Análise de imagens em movimento”, propõe, para análise de produtos audiovisuais, a construção de regras para transcrição do conjunto das informações visuais e verbais. Acrescenta-se aqui o conjunto de informações sonoras e não exclusivamente verbais. Aumont e Marie (2011) explicam de forma mais clara sobre a descrição de imagens

Descrever uma imagem – ou seja, transpor para linguagem verbal os elementos de informação, de significação, que ela contém – não é uma tarefa fácil, mau grado a sua aparente simplicidade. Muito mais ainda que uma segmentação do filme, a descrição detalhada dos planos que compõem pressupõe uma posição prévia analítica e interpretativa afirmada: não se trata de descrever “objetivamente” e exaustivamente todos os elementos presentes numa imagem, e a escolha utilizada na descrição resulta sempre, no fim das contas, do exercício de uma hipótese de leitura, explícita ou não. (AUMONT & MARIE, 2011, p. 64)

Assim, a análise traz não apenas a descrição das cenas e sequências relevantes para o tema, mas também destaca alguns frames como forma de melhor visualização para o leitor. Os frames acompanham a ordem na qual são citados durante a análise.

Já sobre as discussões foram utilizadas pesquisas acerca do silenciamento, empoderamento, liberdade sexual, entre outros. Os principais autores utilizados foram Bordieu (1999), Hawkins *et al* (2013) e León (2001).

A HISTÓRIA DO FILME “O PIANO” (1993)

O filme conta a história de Ada, uma pianista muda, que tem

uma filha, ainda criança, chamada Flora. Ela começa o filme contando que não nasceu muda, que assim ficou quando mais nova. No início do filme ela está prestes a se casar com Stewart, em um casamento arranjado por seu pai. Ela então se muda para uma casa no meio de matas, com seu marido, que conta com o apoio de uma espécie de tribo indígena para auxiliá-lo nos serviços da mata e troca de mercadorias. Ada então conhece George, membro dessa tribo, que a auxilia a ter seu piano de volta, uma vez que seu marido recusou-se a levá-lo para casa. Paralelo a isso, ele se apaixona por ela e se insinua sexualmente, em troca do piano. Por fim, ele decide dá-lo totalmente a ela e eles acabam se envolvendo. Ada deixa o marido após um ato de violência contra ela e vai viver com George em outro lugar, junto de sua filha.

ANÁLISES

Ada é um mulher magra e baixa (inclusive o marido, quando a conhece, utiliza de tais adjetivos para se referir a ela de forma pejorativa). Tem a pele muito clara e cabelos castanhos. No início da trama, conforme pode ser visto na Figura 1, quando ainda na casa de seu pai e depois na casa de seu marido, ela está sempre com vestimentas pretas ou escuras, sem decotes ou qualquer parte do corpo a mostra a não ser a cabeça. Os cabelos estão sempre presos. Já no início da trama, enquanto ela narra contando sobre sua mudez, ela diz que seu pai considera o fato um talento.



Figura 1. Ada e sua filha em cenas iniciais.

Quando o pai fala sobre a mudez como um talento é possível notar que a personagem já parece ser silenciada dentro de casa, como se a falta de voz fosse um ponto positivo, por a impedir de falar. Porém, ela mesma diz, durante a narração, que não se sente muda. Isso por causa do piano. Para a personagem, o piano é como

se fosse uma extensão de seu próprio corpo, como se fosse sua voz, e a música sua forma de se comunicar com o mundo exterior.

O silenciamento das mulheres, conforme dito por Bourdieu (1999), faz parte do que ele chama de dominação masculina. Segundo o autor,

Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torno, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada. (p. 39)

À Ada, na trama do filme, cabe apenas a função de tocar piano e cuidar de sua filha. Assim, seu silenciamento dá-se não apenas na própria ausência de voz, mas também pelo fato da limitação, não poder ser atribuída a ela qualquer outra função.

Durante a cena na praia, em que Ada chega em um barco, com sua filha e suas coisas (entre elas o piano), com destino à sua nova casa, já é possível ver que a personagem tem um certo desconforto em relação à presença masculina. Enquanto os homens que trabalham como capachos de seu marido a carregam, ela demonstra desconforto em sua expressão facial. Em um dado momento um deles levanta seu vestido na altura do pé para retirar algo que estava embaixo e a personagem se assusta com o fato. Apesar do medo em relação ao próprio corpo, a personagem defende a filha dos homens, em um momento em que um deles diz que deveria dar-lhe uma surra. Ela coloca-se na frente da filha e olha com uma expressão nervosa. O homem se afasta.

Por fim, na cena da praia, o piano precisa ser deixado lá, apesar da insistência de Ada para levá-lo, pois não há homens suficientes para carregar o instrumento. Ada segue o caminho contra sua vontade e para em alguns momentos para olhar para trás e ver o piano na praia. Nessa cena é como se a personagem estivesse deixando sua voz para trás, tendo que lidar com o mundo, pela primeira vez, sem sua forma particular de comunicação.

Quando chegam à nova casa, Flora conta para uma das criadas, que sua mãe perdeu a voz de uma forma muito trágica. Segundo a criança, a mãe estava em uma floresta cantando com o

parceiro (pai de Flora), afastados de todos. De repente começou a chover e eles estavam tão apaixonados pela música que não se importaram. Então, um raio caiu no homem, o queimando e levando-o à morte. A partir desse momento a personagem perdeu sua voz. A criada olha com uma cara assustada para a criança, como se não acreditasse naquela versão da história.

Fica no ar, então, nesse momento, para o espectador, o que de fato teria acontecido. Será que houve alguma violência sexual contra Ada e ela acabou matando o homem? Será que foi realmente a morte do homem que silenciou a personagem? Não fica claro o motivo, porém durante toda a trama é possível perceber que Ada possui bastante medo de figuras masculinas, o que poderia ser explicado por esse possível trauma.

Pouco depois, Ada procura George, que seria um dos líderes do grupo que trabalha com seu marido. Ela vai até a residência do homem, acompanhada de sua filha, e pede, através de um bilhete, para que ele as leve até a praia, até o piano. Ele não entende, pois não sabe ler. Ada pede que a filha comunique o pedido. Ele hesita, porém acaba concordando. Ao chegar no local Ada vai correndo ao encontro do piano e começa a tocar. É o único momento em que a personagem sorri desde que foi morar na casa de Stewart. George percebe a alegria da personagem ao tocar o piano.

Após, há uma cena de Stewart reclamando da falta de carinho de Ada, mas que ao mesmo tempo enxerga que “o silêncio tem seus méritos”. Há aqui, novamente, o mesmo silenciamento já comentado sobre o pai de Ada. A mudez até então parece ser vista como uma qualidade para uma mulher pelos homens na história. O marido não se queixa da ausência de voz da personagem, mas, sim, apenas da falta de contato com ele. Ou seja, o contato que importa é apenas o sexual.

Ao voltarem para casa, George procura Stewart e negocia o piano com ele, por oitenta hectares de sua terra. George diz que quer aprender a tocar e quer lições com a esposa do chefe. Ele aceita o acordo contra a vontade de Ada. Há uma discussão entre o casal e Stewart fica agressivo com a esposa, dizendo que ela precisa aceitar. Ela acata.

Na cena seguinte Ada vai até a casa de George para tocar em seu piano. A filha a acompanha. Ela pede para a filha esperar do lado de fora. Ela toca enquanto George apenas escuta. Ada tenta o ensinar, mas ele diz que não quer aprender, que só quer vê-la e ouvi-la. Em um determinado momento em que Ada está tocando, com apenas as mãos e o rosto como áreas expostas do corpo,

George beija seu pescoço. A personagem se assusta, para de tocar e se levanta. O homem então diz que eles podem fazer um acordo. Que ele sente coisas ao vê-la e que se ela o deixar fazer o que ele tem vontade com ela, terá o piano de volta. Que a negociação será por tecla. Ada hesita, porém aceita.

Há, na cena seguinte, um momento em que George limpa o piano com um pano. O personagem está nu e tem um cuidado muito grande com o instrumento. Há ali, uma metáfora de cunho sexual, como se o piano representasse Ada e o personagem nu deixasse claro seu desejo sexual pela personagem aliado a uma tentativa de cuidado com a mesma.

A caminho da casa de George, Ada é questionada por seu marido sobre as aulas de piano. Ela sorri como se dissesse que estão indo bem. Na primeira negociação, Ada está sentada ao piano, tocando. George pede para ver suas pernas. Ela levanta o vestido. Ele pede para levantar mais. Ela levanta e ficam à mostra suas meias por baixo do vestido. Há um buraco na meia. George coloca o dedo no buraco e toca a pele de Ada através dele, como é possível ver na Figura 2. Ela para por um segundo e volta a tocar. Parece não se assustar mais com o toque dele.



Figura 2. George toca a pele de Ada através do buraco em sua meia

Após, em outro dia, George pede para tocar os braços de Ada, por duas teclas. Ela permite. Em outra cena adiante, enquanto toca, Ada percebe que George cheira seu casaco. Ela para de tocar, se levanta, pega da mão dele. Ele a puxa de volta, abaixa sua vestimenta deixando os ombros dela a mostra e negocia se deitar com ela por cinco teclas. Ela aceita, porém deita-se com a barriga para baixo e como de costas para o personagem. Ele toca as costas da personagem. Ela parece extremamente desconfortável com a situação, conforme mostra a Figura 3.



Figura 3. Ada se deita com George por cinco teclas do piano.

A partir desta cena é possível perceber que Ada sabe o caminho que isso irá tomar. Ela precisará decidir entre se prostituir pelo piano ou ficar sem ele. Como sua relação com o piano é como uma luta contra o silenciamento que ela parece sofrer por parte dos principais homens de sua vida, ela aceita. A personagem não diz, mas fica claro em suas ações que ela prefere se prostituir a ficar sem sua voz, sua forma de expressão no mundo.

Na cena seguinte Ada está com o marido na apresentação de sua filha. George aparece próximo ao casal. O marido pega a mão de Ada. George se incomoda ao ver e sai da apresentação. Ada sorri ao vê-lo saindo. Nessa cena parece que Ada tem a compreensão de que George tem sentimentos por ela que não são apenas os sexuais. Nesse momento de tomada de consciência é como se a personagem percebesse que poderia usar isso a favor dela, para ter o piano.

Em sequência, Ada chega à casa de George e ele apenas diz para ela tocar o que quiser. Ela toca e quando não se percebe observada, para e procura pelo homem na casa. Ela vai até uma cortina e olha através dela. O personagem está nu. Ela dá um suspiro como de susto e se afasta. Porém olha para ele novamente. Ele diz que quer se deitar com a personagem, sem roupa, e pergunta quantas teclas do piano isso vale. Ela diz que dez. Ele aceita. Ela tira a roupa, com certo receio, e se deita ao lado dele. Ele a acaricia. Ela não resiste, porém não parece totalmente confortável com o ato (ver Figura 4).



Figura 4. Ada se deita nua com George por dez teclas

Quando Ada aparece novamente à casa de George ele diz que não quer mais negociar com ela. Que irá devolver seu piano, pois o acordo fez dela uma prostituta e dele um desgraçado. Que ele queria que ela gostasse dele pelo que ele é e como ela não consegue, que o piano é dela e a manda sair. Ela recebe a mensagem um pouco nervosa. E sai com outros homens carregando o piano.

É importante ressaltar que o marido de Ada tem várias tentativas de se aproximar fisicamente da esposa, porém ela o renega por completo.

Após ter o piano de volta, Ada está em casa, tocando, quando parece incomodada. Ela para de tocar e vai até a casa de George. Ele pergunta se houve alguma coisa, se ela esqueceu algo. Ela apenas o observa.

George: Ada, eu me sinto infeliz, porque eu quero você, porque eu só consigo pensar em você. Por isso eu sofro. Eu estou doente de tanto desejo. Eu não como. Não durmo. Por isso, se veio aqui sem sentir nada por mim, então vá embora. Vá. Vá. Saia. Suma! (O PIANO, 1993)

A personagem o olha com emoção enquanto ele fala, conforme Figura 5. Ela então vai em direção a porta e o enche de tapas enquanto chora. Após, senta-se ao chão. Ele abaixa próximo a ela, que o abraça e ele a beija. Ela, então se entrega aos beijos e começam a transar.



Figura 5. Ada se emociona durante a declaração de George.

Este é o primeiro momento da trama em que Ada se permite sexualmente. Enquanto eles se despem o marido de Ada passa pela porta da casa de George, desconfiado que algo está acontecendo. Ele então olha através de buracos na porta e vê a cena. Ele permanece observando, mudando de lugar, até que o sexo termine.

Ada demonstra sentir prazer durante o ato e, apesar da nudez, consegue emitir alguns sons. George então, pede que ela susurre em seu ouvido. Ele a ouve e parece sentir prazer com o susurro. A cena de sexo entre os personagens tem tom passional, de entrega. Ao contrário dos momentos anteriores, em que Ada parecia enrijecida diante da presença e toque de qualquer homem (ver Figura 6).



Figura 6. Ada e George transam pela primeira vez

Após o ato, Ada se veste. George então começa a falar, sem resposta dela. Ela apenas se veste e o observa enquanto fala.

George: Você se vai e eu me sinto infeliz. Por que isso? Ada, eu preciso saber. O que você vai fazer? Você virá de novo? Espere. Não sei o que está pensando. Isso significa algo para você? Já sinto sua falta. Você me ama? Venha amanhã. Se isso é sério para você, venha amanhã. (O PIANO, 1993)

Quando ele pergunta a Ada se ela o ama, ela não responde, apenas levanta sua camisa, beija seu peito, beija sua boca. Um detalhe importante da cena é que após o ato Ada aparece com uma das tranças soltas, pela primeira vez (ver Figura 7). Na cena seguinte, em sua casa, ela aparece feliz, brincando com a filha em casa, com o cabelo totalmente solto. É a primeira vez em que a personagem aparece com o cabelo totalmente solto (ver Figura 8). Isso será abordado novamente adiante.



Figura 7. Ada está com uma das tranças soltas



Figura 8. Ada com os cabelos soltos pela primeira vez

Na cena seguinte Ada está na floresta a caminho da casa de George quando é surpreendida por seu marido, que havia ouvido a conversa anterior sobre o que representaria voltar. Ele então a segura e a impede de ir até o local. Ele a arrasta e tenta a esturpar, porém ela resiste e consegue sair dos braços dele. Até que quando ele finalmente a prende, ela o olha atentamente, ele se paralisa. Então a filha de Ada a chama de longe. Ela se levanta e sai. Há bastante firmeza na atitude de Ada nessa cena.



Figura 9. Stewart tenta estuprar Ada.

Em uma cena seguinte, Ada aparece com um espelho na mão, se observando enquanto está deitada, conforme Figura 10. Ela se olha por vários ângulos diferentes e até mesmo chega a se beijar, no espelho, e também nas mãos. Não há qualquer outra cena anterior em que a personagem se olhe no espelho ou se acaricie.



Figura 10. Ada se olha no espelho

É possível notar, a partir da cena de sexo entre George e Ada, um ponto de virada na história da personagem e sua forma de lidar com as outras pessoas e consigo mesma. O fato de a personagem se permitir sentir prazer no sexo parece estar diretamente relacionado ao seu enfrentamento durante a tentativa de estupro e seu amor próprio.

Assim, Ada deixa de ser uma mulher silenciada e obediente e torna-se agente central da sua vida. O ponto de virada de Ada seria seu empoderamento enquanto mulher. Conforme dito por León (2001), o conceito de empoderamento é utilizado em vários contextos no que diz respeito principalmente às minorias. Em sentido extenso ele pode ser compreendido como o momento em que as pessoas adquirem de fato controle sobre suas próprias vidas. De acordo com a autora o conceito está relacionado à “integração,

participação, autonomia, identidade, desenvolvimento e planejamento e nem sempre referido à sua origem de emancipador.” (p. 96)²

León ainda discute que o empoderamento feminino e feminista acontece em duas direções: o individual e o coletivo. Porém, ela ressalta que o empoderamento individual, para ser de fato empoderamento, precisa estar acompanhado do coletivo, uma vez que é preciso compreender que a sociedade influencia no processo. “O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve se integrar em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade”. (León, 2011, p. 97)³.

Assim, é possível notar como o empoderamento individual de Ada acontece a partir do seu relacionamento com George. Ada percebe que através do sexo ela pode ter seu piano de volta, ou seja, ela pode ter sua voz. Ela toma para si o controle de sua vida, de suas ações. Por mais que a proposta de negociação tenha partido de George, é ela quem dita as condições, os preços, os limites. Quando sente que chegou ao limite ela se levanta, ela vai embora. Porém ela acaba despertando por George também um desejo sexual. Quando ela percebe tal desejo, ela mesma vai atrás do personagem e se satisfaz. Então, é possível estabelecer relações entre o empoderamento de Ada e sua liberdade sexual assumida a partir da cena em questão. Conforme dito por Hawkins *et al* (2013), o empoderamento a partir da sexualidade tem impactos positivos para a vida da mulher em especial.

Se, por exemplo, olharmos para o empoderamento das mulheres através das lentes da sexualidade, veremos um retrato mais completo e realístico da mulher: não como uma vítima, tampouco como um produto-feito de mulher “empoderada”, mas como uma mulher com uma vida complexa e em transformação. Veremos uma mulher cujo bem-estar depende, entre outras coisas, de poder fazer escolhas sobre seu corpo, seu prazer e sua própria sexualidade. Pode-se vislumbrar, também, uma mulher que se enquadre – ou talvez questione – o confinamento de pressões sociais e de expectativas sobre seu comportamento. (HAWKINS *et al*, 2013, p. 2)

Dessa forma, é possível compreender que Ada começa a tomar

² Tradução da autora.

³ Tradução da autora.

as rédeas de seu próprio corpo e entender que pode fazer o que quiser com ele, quando ela dita as regras sobre ele para George. Esse pode inclusive ser o motivo pelo qual a personagem decide transar com ele, por compreender, com ele, que o controle de seu corpo e de seu desejo cabe apenas a si mesma. A partir daí ela passa a romper com seus comportamentos anteriores, de silenciamento e obediência e chega a fugir do próprio marido, sem qualquer reação de medo, durante uma tentativa de estupro. Ela percebe que também irá conseguir estabelecer os limites de seu corpo com ele. E pelo fato de ele não despertar seu desejo, ela reluta.

Após Ada se recusar a fazer sexo com ele, Stewart coloca madeiras impedindo a saída pelas portas e janelas da casa. O seu intuito é aprisionar sua esposa, para que ela não vá ficar com George. Porém, Ada, agora empoderada, decide usar seu próprio corpo como arma para enganar seu marido. Ela o acorda, por duas noites (conforme Figura 11), fazendo carícias. Ela acaricia o rosto, mãos, peito, barriga e bunda do marido. Ele tenta encostar-se e ela não deixa. Ainda assim, após os eventos o marido decide confiar novamente em Ada e retira as proteções nas janelas e portas. O marido vai para a floresta trabalhar. Então, a mulher retira uma das teclas de seu piano e escreve a seguinte frase nela: “Querido George, você tem meu coração” (ver Figura 12). Ela enrola a tecla em um tecido e pede para sua filha levar até a casa de George. A filha não quer ir, mas a mãe a obriga. A garota, então, leva a tecla na verdade para Stewart, que volta para casa tomado de fúria.



Figura 11. Ada acaricia o marido.



Figura 12. A tecla para George.

Ao chegar em casa, Stewart diz a Ada que confiou nela e que ela não o obedeceu. Ele pega então seu instrumento de trabalho (o machado), arrasta a pianista para fora da casa e corta-lhe o dedo indicador da mão direita. Ada se levanta, segura sua mão e reluta contra a dor. Ela permanece com expressão forte e resistente. Ela nem sequer chora ou expressa algum sofrimento.



Figura 13. Ada, após ter um de seus dedos mutilado.

Há alguns pontos a serem analisados nestas sequências citadas. O primeiro ponto é que Ada, após seu empoderamento através da sexualidade, vê o sexo como uma estratégia para ter o que queria. No caso, estar livre de novo. E assim ela o consegue. Outro ponto é a metáfora que há por trás do presente de Ada para George: uma das teclas de seu piano. Se o piano era visto por ela como uma extensão de seu próprio corpo, a tecla seria como se ela estivesse presenteando George com uma parte de seu corpo. Mas não com qualquer parte: a parte responsável por sua comunicação com o mundo, a parte de sua voz.

Por fim, quando ela tem seu dedo mutilado pelo marido e permanece firme, ela quer dizer que cortar uma das partes importantes para sua comunicação (o dedo como peça fundamental para

o toque ao piano) não irá ser o bastante para silenciá-la, que ela não aceitará mais tal silenciamento. Assim, é possível perceber que o empoderamento através da sexualidade de Ada tem repercussões em diversos âmbitos da sua vida, principalmente em relação ao enfrentamento e resistência ao próprio marido e a construção social do matrimônio como destino e obrigação da mulher. (BOURDIEU, 1999)

Ao final, ela vai embora da casa do marido para começar uma nova vida com George. Apesar do trauma, ela aparece durante a mudança ainda com uma expressão firme. E agora com um diferencial em sua própria aparência: os cabelos não estão mais presos (ver Figura 14). Os cabelos presos estavam em sintonia com os sentimentos de silenciamento e dominação dos homens sobre a vida de Ada. Agora, em que ela se sente dona do próprio destino, da própria vida e escolhas, ela solta os cabelos como forma de aceitar e tornar livre seu próprio corpo.

Durante a mudança o piano de Ada é levado no barco. Porém, por ser muito pesado, ele torna a viagem mais difícil e demorada. Assim, Ada pede para que os homens que estão remando no barco joguem seu piano no mar. George reluta, diz que não irá fazer isso, que ela irá precisar ou sentir falta do piano. Ela insiste em pedir para lançar ao mar e chega a levantar para ela mesma fazê-lo. George então cede ao pedido e pede que empurrem o piano para fora do barco. Porém uma das cordas do piano fica presa ao pé de Ada, que a lança ao mar junto com o instrumento, como uma âncora. Ela, no fundo do mar, fica alguns segundos sem reação, até que após não conseguir se livrar da corda ela tira sua bota e sobe à margem, onde os homens já estavam a sua procura.



Figura 14. Ada deixando a casa do marido.

Essa cena é o ponto mais forte do empoderamento de Ada ao longo do filme. Ela mesma pede para se livrar do piano, entendendo que ele é um peso para sua nova vida. Quando ela pede

para se desfazerem do instrumento era como se ela compreendesse que não precisava mais dele para ser sua voz, que ela agora podia falar por si. Assim o fazem. Porém, quando o piano se faz de âncora e a leva junto é como se o destino estivesse mais uma vez tentando calá-la, querendo dizer que ela não poderia ter voz sem o piano. Ainda assim ela luta contra aquele ocorrido e volta à superfície. Essa cena metafórica de luta entre as cordas no piano e Ada funciona como um momento chave de enfrentamento, em que ela decide mais uma vez que não irá permitir se silenciar e nem mesmo o piano poderia silenciá-la.

Por fim, uma de suas últimas cenas é quando ela está em seu novo lar, ao lado de George (ver figura 15). Ada aparece com um pano na cabeça e narra sobre estar voltando a falar. O pano serve para ela se esconder enquanto tenta falar. Porém é possível ouvi-la falando. George então aparece, a beija por cima do tecido, o retira, e continua a beijando. Ela aparece então, de uma forma bem diferente das anteriores. Ela sorri na cena, pela primeira vez durante a trama, de forma natural, e em roupas com cores mais claras. Dessa forma é possível fazer uma relação entre o preto, do luto, com sua falta de voz, com seu silenciamento. A partir do momento em que ela abandona o piano e assume sua própria voz é como se ela superasse a fase do luto, como se desse (e ganhasse, de George) a permissão para falar. O fato de George a beijar por cima do tecido e também sem ele é como uma metáfora de que ele a aceitaria como ela é de fato, que não deseja o seu silêncio, mas que respeita seu processo de restabelecimento e aceitação da própria voz de Ada.



Figura 15. Ada em seu novo lar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises foi possível constatar que a personagem Ada inicia sua narrativa na trama de “O Piano” (1993) como uma

mulher submissa e silenciada pelos homens de sua vida. A partir do momento em que ela conhece George ela inicia um processo de autodescoberta e liberdade sexual que são fundamentais para seu empoderamento enquanto mulher. A partir do sexo, Ada tem mudanças de comportamento em relação aos homens. Não mais de obediência e medo, mas, sim, compreendendo-se como responsável por sua própria vida e escolhas.

A personagem, antes apegada ao piano como uma extensão de seu corpo para a fala devido à mudez, abre mão do próprio instrumento por compreender que sua voz precisa ser exercida como tal, sem necessitar de apoio. Ada inicia um novo tipo de relação também com o próprio corpo, felicidade e desejo.

Assim, o filme “O Piano” (1993) traz importantes reflexões sobre o empoderamento feminino a partir da liberdade sexual. Porém, é importante destacar aqui que ela não se liberta totalmente da dita dominação masculina (Bourdieu, 1999), uma vez que o personagem George assume um papel central em sua vida e a relação se inicia a partir de uma negociação do corpo feminino pelas teclas do piano. Ainda assim, reforça-se que o personagem em questão é importante para o empoderamento de Ada por mostrar-lhe uma nova perspectiva sobre seu relacionamento com os homens: a de domínio e de voz, ao contrário do que ela já estava acostumada em sua vida anterior a ele.

Por fim, ressalta-se que esta é apenas uma pesquisa superficial sobre o tema, que poderá ser melhor desenvolvida e elaborada acerca do filme, por possuir várias outras nuances passíveis de análise sobre o empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques & MARIE, Michel. *A análise do filme*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- HAWKINS et al. *Sexuality and Empowerment: An Intimate October 2011, Brighton: Pathways of Women's Empowerment RPC*. Tradução do original em inglês de Cecilia M. B. Sardenberg – Revista Feminismos. Vol.1, N.2 Mai. - Ago. 2013
- LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género*. La Ventana, Universidad de Guadalajara, Núm. 13 / 2001, p. 94-106.
- ROSE, Diane. Análise de imagens em movimento. In: BAUER,

Martin W.; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise filmica*. Campinas: Papirus, 1994.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008

Filme

O PIANO. Direção de Jane Campion. Nova Zelândia, Austrália e França, 1993. 120 min.

Construções identitárias e representações: os movimentos feministas e de mulheres em Belo Horizonte, nas décadas de 1970/1980 – Um estudo de caso¹

Natália Silva Elias²
José Heleno Ferreira³

INTRODUÇÃO

As mulheres são mulheres por sua estrutura fisiológica. Presentes em todas as camadas e classes sociais, sempre foram subordinadas ao sexo masculino em toda a história da humanidade. Essa opressão é absoluta: as mulheres não detêm uma identidade cultural e étnica própria. São historicamente subordinadas, pela naturalização do simples fato de serem mulheres e estarem inseridas dentro do chamado “segundo sexo”. É só neste sentido que se pode falar da mulher como categoria universal, pelo fato de sua opressão.⁴

Simone de Beauvoir, em 1949, escrevia que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”,⁵ afirmando que o ser mulher é um conceito construído socialmente: as mulheres estão inseridas dentro de um âmbito cultural, historicamente determinado, não natural. Essa análise permite questionar o caráter absoluto das opressões, considerando a identidade da mulher passível de transformação.

¹ Este artigo refere-se a uma adaptação do projeto de pesquisa apresentado ao curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, como pré-requisito para conclusão de curso, orientado pelo professor José Heleno Ferreira. Ressalta-se, ainda, que tratam-se de considerações iniciais, baseando-se em teorias e metodologias que auxiliarão nas discussões das problemáticas propostas.

² Graduanda em História – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG - Unidade Divinópolis-MG.

³ Graduado em Filosofia (INESP), Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC), Professor UEMG Divinópolis. Membro da equipe de pesquisadores do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho.

⁴ Ver em: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. 1980. 47 p.

⁵ BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 1967. p. 9.

A concepção essencialista do ser humano, isto é, a ideia de que o indivíduo é constituído por uma essência universal e imutável, é negada por Beauvoir. Portanto, o “ser” se torna problemático e a constituição do homem/mulher só se torna possível sob um esforço de interiorização de uma essência de ser homem e ser mulher. Tais atributos identitários constituem uma ficção, podendo existir somente interiorizados, levando, portanto, à conclusão de que o sexo e o gênero não emanam naturalmente do ser humano. Tais leis são aplicadas aos corpos, inferindo a ideia de que não existe uma única definição do ser mulher e que não há como generalizar a mulher em um único grupo universal. O que temos são projeções que construímos ao redor do feminino, de modo que as mulheres se tornam mulheres em contextos sociais e culturais específicos.

Existe, portanto, uma diversidade de mulheres com suas especificidades e características, de maneira que nem todas sofrem as mesmas discriminações e nem tão pouco possuem as mesmas oportunidades e experiências, como também são diversas suas perspectivas e atuações. De acordo com Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, “A tarefa de uma antropologia da mulher seria justamente a de tentar perceber e delimitar a singularidade cultural dessas realizações, bem como, através da comparação entres estas, apreender a problematizar suas constantes”.⁶

A partir desses argumentos, este artigo visa analisar um determinado grupo de mulheres que viveram em Belo Horizonte entre 1970 e 1980, no contexto político da ditadura civil militar brasileira, inseridas nos movimentos de mulheres e/ou movimentos feministas. É a partir dos anseios particulares dessas mulheres belorizontinas que o presente trabalho busca compreender suas diferenças identitárias e as consequências dessas identidades para os movimentos dos quais participavam.

É a partir do conceito de identidade que surgem algumas indagações. Por que essas mulheres se colocavam dentro de um Movimento de Mulheres e outras no Movimento Feminista? Como se filiavam a esses movimentos e qual o sentido da ação dessas mulheres em um movimento social? O que significava, em termos identitários, estar dentro ou estar fora de um movimento? Como essas mulheres viam esses movimentos naquele período? Este confronto de ideologias e identidades provocou transformações

⁶ FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. 1980. p. 33.

nos movimentos feministas e de mulheres? Se sim, quais seriam essas transformações?

A partir dos anos 1960, com a industrialização, maior acesso à educação escolar, tecnologia e urbanização, há significativas mudanças relativas aos papéis de gênero. Com essa transformação social, o debate quanto à questão de gênero busca uma desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino, transformando o enfoque teórico-metodológico ao explicitar uma hierarquia na qual a mulher se encontra em uma posição inferior.

Surge, então, nos países desenvolvidos – Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Itália – uma enorme onda de manifestações de mulheres que apresentavam diversas bandeiras e vertentes, lutando por interesses percebidos por elas como específicos: “Esses interesses exprimir-se-iam na luta ‘contra a discriminação da mulher na sociedade’, o que pode ser traduzido no rebelar-se contra a imposição de um papel social alocado a um sexo, no caso, o ‘segundo sexo’, ou ‘sexo frágil’”.⁷

É neste momento que consideramos aqui o feminismo enquanto movimento social – para além das diversas manifestações de mulheres reconhecidas como feministas desde a Revolução Francesa – que se constrói através da denúncia de outras formas de opressão que perpassa o econômico, rompendo com o silêncio do indizível, buscando superar formas de organizações tradicionais permeadas por matrizes culturais profundas e pelo autoritarismo patriarcal. É a construção de um espaço exclusivo de atuação política, no qual a mulher se descobre sujeito, indivíduo, produzindo assim diversas consequências sociais e culturais. Em contrapartida, enquanto as mulheres nos Estados Unidos e Europa marchavam pelos seus direitos, as mulheres brasileiras foram barradas pela ditadura civil militar que extinguiu qualquer possibilidade de liberdade de expressão e autonomia do sujeito.

No entanto, como dito antes, significativas mudanças relativas aos papéis de gênero aconteceram no mundo e também no Brasil. Essas mudanças acarretaram revoluções no âmbito privado, mesmo que de forma tênue, possibilitando novos horizontes às mulheres, principalmente àquelas pertencentes às classes médias. Mantinham-se as regras morais e os papéis de gênero construídos socialmente, mas incentivava-se o estudo como forma de complemento ao matrimônio. É a partir desse contato com os

⁷ FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. 1980. P. 35.

colégios que as mulheres se construíaem como sujeitos politizados, produzindo reflexões filosóficas, sociais e existenciais. Essa formação política e intelectual, fortemente ligada com a vivência familiar, que auxiliava em muito o desenvolvimento educacional, possibilitou às mulheres engajar-se na militância em oposição ao regime ditatorial. Em entrevistas feitas com mulheres belorizontinas, a vivência em família é reiterada diversas vezes. No que tange à militância política, “A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero”.⁸ As mulheres saíam, portanto, do privado, deixando os postos antes estagnados na categoria esposa, dona de casa, irmã, mãe e passavam ao público, mesmo que essas possuíssem, dentro dos partidos ou movimentos políticos, cargos de menor significação.

Ainda que essas mulheres participassem ativamente das atividades políticas e do politizado movimento estudantil na primeira fase da ditadura – 1964/1968 – “em nenhum momento dessa participação ficou evidente uma discussão de caráter eminentemente feminista”.⁹

A implementação do Ato Inconstitucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, considerado o “golpe dentro do golpe”, em resposta às grandes manifestações estudantis, transformou o Brasil. A partir dessa data o país passaria a viver uma situação de extrema repressão aos direitos civis e políticos; clima este implantado no governo do general Costa e Silva. Conseqüentemente, os planos da oposição saíram então da teoria e passaram à prática. Os confrontos nas ruas se tornaram intensos e os anos 1970 foram marcados por uma intensa perseguição política aos líderes dos movimentos considerados subversivos.

É neste momento que surge, em meio às discussões políticas, um novo movimento que contestava a esquerda tradicional e o universo conservador que regia o sistema social brasileiro no plano dos costumes. Nascia o movimento que foi reconhecido como contracultura, no qual o feminismo estava inserido.

Ao analisar o feminismo brasileiro é importante perceber esse contexto político. Consagra-se inicialmente como um movimento em oposição à ditadura e se transforma ao longo dos anos, durante o processo de abertura política no país. Grande parte de mulheres

⁸ NASCIMENTO, I. F. G.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. 2012. p. 44.

⁹ Idem, p. 45.

que se articulavam no entorno de grupos femininos antes de 1970 atuavam na clandestinidade. Em 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, as organizações feministas e de mulheres começaram a se espalhar pelo país.

De acordo com Joana Maria Pedro:

Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos entre estes, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI, teve o tímido título de "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira".¹⁰

É a partir do ressurgimento do movimento de mulheres e feminista que será construída nossa análise. Assim, optou-se pela realização de entrevistas com mulheres que participaram dos dois movimentos de 1970 a 1980, que foram devidamente registradas para a realização de um artigo final. É a partir do testemunho dessas mulheres que buscamos responder as questões levantadas anteriormente. Busca-se, pois compreender o que levou algumas mulheres a participarem de movimentos feministas e outras a participarem de movimentos de mulheres. Busca-se compreender as consequências para os processos identitários e de constituição subjetiva dessas mulheres da participação num e noutro movimento.

Em suma, pretendemos com este artigo, demonstrar de forma preliminar, o sentido da ação dessas mulheres, buscando a compreensão de que o sujeito está relacionado ao seu círculo social, na construção de sua identidade e suas representações.

¹⁰ PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. 2006. p. 251.

A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Durante séculos a produção historiográfica foi pautada especificamente na reprodução de documentos escritos e oficiais, elevando os grandes nomes e seus feitos. A grande maioria da sociedade era desconsiderada neste contexto, não englobando na construção histórica as representações de pessoas consideradas “comuns”. Trata-se, então, de uma historiografia meramente descritiva, que valorizava a história estatal e dos grandes personagens, sem espaço para qualquer tipo de interpretação e questionamento das fontes.

Com o surgimento de novas abordagens documentais na historiografia, esse cenário foi modificado, sendo a Escola dos *Annales*, a principal referência em relação à abrangência das fontes na pesquisa histórica. Tomando como base teorias e metodologias já presentes em estudos antropológicos, a análise histórica passa a considerar uma maior gama de fontes como relevantes no trabalho do historiador, “esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado”.¹¹ Além dos já descritos documentos oficiais, de cunho político, abre-se espaço para fontes iconográficas, textos literários, obras de arte e arquitetônicas e análises de memoriais, escritas (diários) e orais. Tal transformação abre caminho para produções com perspectivas culturais, sociais e econômicas, além, é claro, das análises políticas já consideradas até então. Evidentemente, com a ampliação de possibilidades documentais, abre-se também o espaço para uma história construída por diversos personagens, sendo assim, o produto de análise histórica seria o sujeito sem qualquer forma de separação social, interessando, de fato, a produção humana e suas representações.

Para além disso, a conversação entre História e Antropologia possibilitou uma nova percepção das análises teóricas metodológicas na qual as duas disciplinas se articulam e se complementam. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida,

O diálogo cada vez mais intenso entre a história e a antropologia tem resultado em novos pressupostos teóricos e conceituais para a análise de

¹¹ FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. 2012. p.173.

relações de contato entre povos cultural e etnicamente distintos:¹²

(...)

Desde então, a história do cotidiano e a atuação dos homens comuns foram se tornando temas relevantes para os historiadores, visto que camponeses, mulheres, “fanáticos”, degredados, cativos e inúmeros outros atores, antes marginalizados nas interpretações históricas, tiveram suas ações valorizadas por intermédio de pesquisas voltadas para a identificação dos significados de seus comportamentos e mentalidades.¹³

É neste sentido que Edward Thompson¹⁴ argumenta sobre uma história vista de baixo, buscando uma análise de pessoas ou grupos conceituados como “comuns”. Para tal é importante discutirmos aqui os aspectos da oralidade e sua importância para o objeto de pesquisa.

É importante neste trabalho a apropriação de uma teoria e metodologia da História Oral, pois utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade. É a partir da oralidade que sujeitos anônimos, sem nenhum *status* político, econômico ou social, podem contar suas vivências e os acontecimentos de sua época, construindo uma forma mais realística do passado. Segundo Paul Thompson, a História Oral “é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas”.¹⁵

O testemunho se arqueia sobre a fala, a fonte oral, e resgata a trajetória, a experiência. É a partir da fala que o sujeito reconstrói sua época, sua vida, sua sociedade, com seus valores e culturas. É a partir das entrevistas que o depoente elucida uma percepção verdadeira do real, compreende e se apropria do mundo ao seu redor.

É neste contexto que Alberti destaca a contribuição da História Oral:

¹² ALMEIDA, M. R. C. *História e Antropologia*. In: *Novos Domínios da História* org. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. 2012. p.151.

¹³ Idem, p.154.

¹⁴ Ver: THOMPSON, E.P. *A história vista de baixo*. 2001.

¹⁵ THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. 2006. p.20.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.¹⁶

É importante ressaltar que para além do recolhimento dos testemunhos é de extrema importância que esses sejam analisados e problematizados;¹⁷ o objeto de estudo é recriado por intermédio da memória dos informantes e não deve ser visto como algo dado e estático. O historiador deve buscar reflexões históricas e desdobramentos teóricos metodológicos, lembrando sempre que a História Oral é um campo interdisciplinar: “Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica [...] antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas”.¹⁸

Partindo dessas análises, é fundamental analisar historicamente o percurso dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil. Sendo assim, uma tentativa de mostrar que a história se escreve por todos os indivíduos que compõem a sociedade, ressaltando que está sendo construída a todo o momento e que todos nós somos sujeitos históricos.

Portanto, o testemunho é uma fonte documental extremamente eficaz para o estudo da história das mulheres, uma vez que democratiza a memória e reconstitui a identidade feminina. São relatos vividos que ampliam as vozes de mulheres como testemunhos e saem do silêncio da historiografia. Segundo Sherna Berger Gluck, citada por Salvatici,

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias

¹⁶ ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. 1990. p. 5.

¹⁷ Ver: FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: *Novos Domínios da História*/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. 2012. 167-186 p.

¹⁸ THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. 2006. p.20.

vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é 'historicamente importante', e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado.¹⁹

É importante ressaltar que a conversação entre História Oral e História das Mulheres se construiu em meados do fim de 1960 em meio a movimentos sociais e políticos e buscava o resgate da memória oculta. No entanto, houve mudanças no campo de análises nos estudos relativos à Mulher a partir dos anos 1980. O conceito de "Pluralidade" se tornou uma nova chave na história oral de mulheres, buscando uma concepção de sujeito histórico, não mais entendido de forma universal, mas em suas subjetividades, singularidades e perspectivas. O que antes era considerado a "voz das mulheres", transformou-se em múltiplas vozes. De acordo com Salvatici, "Nessa nova fase, o mais fundamental de tudo tenha sido a passagem da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela história tradicional, por meio da escuta de vozes ocultas, para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é essencial para compreendê-las".²⁰ Para além dessa questão, a História Oral da mulher deve ser percebida como específica:

Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.²¹

¹⁹ GLUCK, B. S. (1977). *Frontiers: a Journal of Women Studies*. (Ensaio de abertura) Apud: SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p.30.

²⁰ SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p.33.

²¹ SCOTT, J. W. (2008) *Gênero y história*. Apud: TEDESCHI, L. A. *Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero*. 2015. p. 333.

A História Oral vista como uma possibilidade de contribuir com os menos privilegiados a conquistar dignidade e autoconfiança, neste sentido à história das Mulheres: “[...] contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória”.²²

Quando se amplia o campo da História se percebe uma complexidade e uma diversidade tão grande de fatos, sentidos, interpretações que a denominação mais correta seria o termo *Histórias*, que estão pautadas em testemunhos.

Assumir tal diversidade histórica, portanto, é visualizar novas possibilidades de atuação, tanto em um contexto temporal quanto espacial, e perceber que não existem heróis ou sujeitos únicos que transformaram um contexto específico, ou delimitaram um destino histórico. É necessário perceber que a realidade histórica é inesgotável, com múltiplos personagens e suas singularidades, que atuaram de inúmeras formas, contribuindo assim para que um fato se concretizasse. No entanto, tal realidade não é transparente ou entendida de uma única forma possível, e daí sua complexidade. De tempos em tempos, a produção historiográfica acaba por eleger uma prioridade em suas análises, focando em objetos específicos e desprezando, excluindo e escondendo outros, deixando, portanto, de exercer sua função transparente.

Tais produções não levam em consideração as questões da memória dividida, é importante, pois, demonstrar que o objeto de estudo dessa pesquisa não é uma história ou uma memória dominada, nem tão pouco construí-la como dominante ou oficial. O intuito é trabalhar com a memória do testemunho das mulheres e o contexto ditatorial, quanto à diferença de memória entre o movimento de mulheres e movimento feminista. Seguindo o pensamento de Portelli²³, é importante ressaltar que a questão não é discutir uma memória versus outra, e, sim, destacar que são múltiplas memórias fragmentadas, com diversas influências culturais, sociais e ideológicas, e que a grande diferença entre as duas está na transformação das representações em fatos por parte de cada memória. Ou seja, ambas devem ser consideradas.

²² SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p. 36.

²³ Ver: PORTELLI, A. - 1996 - “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. 1996, p. 103-130.

Neste sentido, é importante perceber que os grupos feministas e de mulheres não podem ser compreendidos como fenômenos estanques. Muitas são as mulheres que participaram e participam de um e de outro, bem como muitos são os momentos em que os diferentes movimentos se encontram, se irmanam em torno de um mesmo objetivo. Assim, os grupos feministas e de mulheres construíram memórias fortes entre si, no sentido de organização e estruturalização com compartilhamento de experiências, formulando representações de suas identidades. Esses grupos, portanto, como identidade, representação e fixação, trazem à tona não só o rompimento com os papéis tradicionais de gênero, mas o ressurgimento da mulher na história. A construção de uma História das mulheres está imbricada em um exercício da memória, pois sem ela não se pode construir ou resguardar a identidade. Ainda de acordo com Tedeschi,

Ao se lembrarem do passado, as mulheres selecionam certas lembranças que as põem em relação com os outros. Esses são parâmetros de identidade que ressaltam certas marcas de identificação grupal e, ao mesmo tempo, de distinção dos outros e que se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias dentro de uma temporalidade ainda em construção.²⁴

Ana Carolina D. Escosteguy discorre sobre a Identidade: “como nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros; sobre o deslocamento do indivíduo do seu lugar na vida social e de si mesmo.”²⁵ Tomaz Tadeu da Silva aborda o conceito de Identidade, como “aquilo que se é”, com estreita dependência com a diferença, a qual se tem “a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos”.²⁶

A noção do eu, e do que eu sou, transforma a identidade em um conceito que nega o outro e constrói um processo de incluir e excluir. O “Eu e o Ele”, o “Nós e o Eles”, provocando assim relações

²⁴ TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 41.

²⁵ ESCOSTEGUY A. C. D. *Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana*. 2001. p. 139.

²⁶ SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2003. p. 76.

de poder, demarcando fronteiras, determinando classificações e normalizações:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.²⁷

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos.²⁸ É neste sentido que pretendemos construir uma análise dos grupos feministas e de mulheres. Interessa-nos, de fato, demonstrar, a partir das entrevistas destas mulheres, como suas memórias interferiram nas suas representações do fato e como isso influenciou suas construções identitárias, ou seja, como suas experiências próprias são representadas no contexto da ditadura civil militar e auxiliaram em suas próprias definições de identidade. Assim, a oralidade corresponde, ao mesmo tempo, a um “relato e um resíduo das ações,”²⁹ destas mulheres, pois representa o relato das representações do passado e também o resíduo das ações interpretativas, tanto do entrevistado quanto do entrevistador. Neste contexto é importante ressaltar a identidade como “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações”.³⁰ Seguindo nossa análise, cabe aqui citar o testemunho de Elizabeth Fleury,

²⁷ Idem, p. 82.

²⁸ TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 42

²⁹ HÜTTENBERGER, Peter (1992). *Überlegungen zur Theorie der Quelle*. Apud: ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. 1996. p. 3.

³⁰ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2003. p. 74.

que participou do movimento feminista dentre as décadas de 1970 e 1980 em Belo Horizonte:

Mas o período que eu vivi aqui, eu notava assim que a gente conquistou um nível de independência... Eu logo que eu assinei minha carteira fui pra um jornal mais importante, comecei a ter uma carreira, já ainda no final da universidade eu já sai de casa e fui morar sozinha, entendeu. Mas isso não era absolutamente comum na minha geração, às mães estavam ali partejando as filhas com suas paqueras pra ver se tornava-se donas de casa, mães de família, e tal, se casavam. E a gente acabou criando um preconceito ao contrario, nos morríamos de rir de gente que vivia cuidando de namoricos e tal, tal, tal, e de virar dona de casa, mãe de família, pra nos isso era um problema. [...] Isso pra nos virou um preconceito ao contrario. Nós também éramos preconceituosas. Mas era a forma da gente se defender e criar outra cultura. A gente vivia num universo a parte, é isso que eu quero dizer, entendeu. Nos não participávamos dessa vida. [...] ³¹

Assim, podemos perceber que a construção de identidade está estritamente ligada à diferença, e as representações auto se afirmam no fato da legitimação de uma “nova cultura”.

De acordo com Portelli, “as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.³² O acesso ao passado depende claramente de vestígios daqueles que dele participaram. Neste caso, o que nos interessa não é o fato de forma isolada, e, sim, uma construção histórica a partir das representações que tais mulheres carregam do período em questão, como destaca o relato de Elizabeth Fleury: “Era uma construção de outras regras, a gente que inventou um outro mundo, que depois ele passou até a existir. [...] a gente vivia levantando bandeira entendeu, queria fazer

³¹ TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

³² PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. 1996, p.111.

revolução Francesa na família, tipo isso né. Liberdade de ir e vir, de pensar, se expressar".³³

É também neste sentido que, analisando esses movimentos no recorte temporal da ditadura civil militar brasileira, é importante perceber o peso da lógica política nas construções das redes de poder e como isso insuflou o surgimento dessas movimentações. Para isso é necessário forçar o diálogo com a historiografia política para analisar a história de indivíduos que ficam à margem da sociedade. A conjuntura política brasileira com suas repressões no período ditatorial levou a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito geral, este trabalho não é uma atitude de solidariedade para com as mulheres ou a recriação de novos heróis ou heroínas. Qual a perspectiva que nos leva a analisar os movimentos de mulheres e feministas no Brasil? De certo, o resgate da militância é um dado importantíssimo para se entender o papel da mulher na sociedade brasileira atual e sua estruturalização. Mas não é suficiente.

Há na História uma invisibilidade e um silenciamento em relação às mulheres que Michelle Perrot define como *o silêncio das fontes*:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende a memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.³⁴

³³ TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

³⁴ PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. 2007. p. 17.

Esse silenciamento da mulher na história pode ser atribuído também à falta de resgate de suas memórias. É nesse sentido que, sem lembranças, a mulher é a aniquilada, desaparece no vazio da memória, se tornando indizível, sem identidade, ficando à margem da história, com poucas exceções.

O trabalho de memória pode ser visto, portanto, como construção de uma oportunidade dessas mulheres contarem suas trajetórias de seus respectivos pontos de vista, e formularem garantias de fazerem parte da história, uma história plural, mais democrática da qual são também sujeitos ativos. É neste sentido que Tedeschi afirma que “conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada”.³⁵

Tornar público esse não dito é, portanto, uma maneira de trazer à tona um dever de memória, uma representação de justiça mesmo que simbólica daqueles que fizeram parte de um dado momento histórico. No caso das mulheres militantes, é possibilitar o direito à memória e à verdade, em um período de repressão, no qual batalharam em nome do direito social e da democracia em busca de um país igualitário e justo. Elucidar o que aconteceu naquele período é transformar o testemunho, tornando-o valorizado, reconhecido e conhecido, é devolver à história um caráter humano.

Em suma, por intermédio da História Oral pretendemos analisar os testemunhos de mulheres inseridas nos movimentos feministas e de mulheres no período da ditadura civil militar brasileira. Dessa forma, espera-se contribuir com a construção/reconstrução de suas memórias e reconstituir a identidade feminina na história. Afinal, de acordo com Thompson, “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.³⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.
- ALMEIDA, M. R. C. *História e Antropologia*. In: *Novos Domínios*

³⁵ TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 38.

³⁶ THOMPSON, P. *A voz do passado*. 1992. p. 44.

- da História/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio M. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- ESCOSTEGUY A. C. D. *Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2001.
- FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: Novos Domínios da História/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012.
- FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro. Editora Zahar Editores. 1980.
- GLUCK, B. S. (1977). *Frontiers: a Journal of Women Studies*. (Ensaio de abertura) *Apud*: SALVATICI, S. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Tradução: Luiz A. R. R. C. História Oral, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HÜTTENBERGER, Peter (1992). *Überlegungen zur Theorie der Quelle*. *Apud*: ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado durante o II Seminário de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.
- NASCIMENTO, I. F. G; TRINDADE, Z. A; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2012.
- PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.
- PERROT. M. *Minha História das Mulheres*. Tradução Ângela M. S. C. São Paulo. Editora Contexto. 2007.
- PORTELLI, A. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*". In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. Tradução: Luiz A. R. R. C. História Oral, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005.
- SCOTT, J. W. (2008) *Gênero y história*. *Apud*: TEDESCHI, L. A. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, 2015.

SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres – Dourados – MS: UFGD, 2014.*

THOMPSON, E.P. *A história vista de baixo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

A inserção feminina por meio da escrita nos jornais de Divinópolis: o caso “Estrella da Oeste”

Nayara Aparecida Moura¹
João Ricardo Ferreira Pires²

O LAPSO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Para que a história seja escrita é necessário primeiramente que o historiador tenha acesso a fontes, documentos, indícios de que algo aconteceu. Um amontoado de cinzas que possa indicar que antes, naquele lugar, houve uma fogueira. Um rabisco de papel, uma nota esquecida... vestígios de um passado qualquer. Nesse contexto, escrever sobre a história das mulheres se torna uma missão quase impossível. Apagadas da história e silenciadas pela sociedade durante muitos anos, as mulheres se comparavam a fantasmas invisíveis que andavam pelo mundo sem de fato o tocar; sem deixar rastros.

No século XIX, as mulheres ainda não eram consideradas como pessoas, mas como coisas. Propriedades masculinas. Tanto que o casamento era mais um ritual de transferência de posse do que um sinal de amor; primeiro a mulher pertencia ao pai, depois ao marido. Por isso, o casamento requeria a mudança do sobrenome da mulher, um alto valor de dote e a entrada na Igreja pelas mãos do pai que a entregava às mãos do noivo, no altar. Os feitos, méritos e escritos femininos foram destruídos ou atribuídos a autorias masculinas e hoje temos que vasculhar o passado como quem procura uma agulha num palheiro para encontrar registros propriamente femininos.

O fato de lhes terem a educação negada durante séculos e serem consideradas incapacitadas para tudo o que não concernisse à vida domiciliar, contribuiu para a criação desse vazio relacionado à história das mulheres. Além das questões gramaticais, como quando há mistura de gêneros e prefigura-se a palavra *eles*, no masculino, apagando *elas* e o fato de perderem seus sobrenomes após o

¹ Graduada em História pela UEMG – Unidade Divinópolis

² Mestre em História pela UFMG. Professor – UEMG – Unidade Divinópolis

casamento para assinarem o nome do marido, o que impossibilita que linhagens femininas sejam construídas.

Em contrapartida, existe uma imensidão de discursos representativos como textos, poesias, pinturas, esculturas, fotografias... sobre o que são as mulheres e de como elas devem se comportar. Em sua maioria, são obras que retratam a visão masculina sobre a mulher e quase nunca a visão da mulher sobre elas mesmas: como se veem, como se sentem e como pensam.

Aí está a ênfase na realização de análises que visam captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhes eram impostas e até mesmo a apreensão de cenas do seu cotidiano, porém tudo sob o olhar masculino.³ Assim, escrever de fato sobre a história das mulheres é como romper com o silêncio no qual elas estavam confinadas no passado⁴.

A linha historiográfica positivista do final do século XIX contribuiu ainda mais para que a história de mulheres ficasse adormecida. Privilegiando as fontes administrativas, militares e diplomáticas, a linha positivista procurava desenvolver uma história voltada exclusivamente para a política e para o domínio público, lugares onde as mulheres raramente apareciam e quase não tinham participação ativa.

A *Escola dos Annales* veio rompendo com essa visão positivista de fazer história. Buscando trabalhar a história cotidiana ao invés de idealidades abstratas, os *Annales* se desprenderam de uma racionalidade universal existente na época e voltaram seus olhares para o humano, tangível, nos nuances de sua humanidade. Esse rompimento ideológico não incorporou as mulheres à linha historiográfica dos *Annales*, mas foi uma porta de acesso para que esse estudo se efetivasse num futuro não muito distante.

Durante a década de 60, correntes revisionistas marxistas⁵ vinculados à história social e a onda dos movimentos feministas que ganharam força no mundo todo, contribuíram para o aparecimento da História das Mulheres. Ao assumirem como objeto de estudo os grupos sociais anteriormente esquecidos pela história, além do estudo dos movimentos sociais e das massas populares, se

³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 428

⁴ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁵ Sobre o marxismo revisionista, ver THOMPSON, E.P. "*La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?*" *Revolución, tradición, y conciencia de clase*. Barcelona: Ed. Critica Grijalbo, 1979; DAVIS, Natalie. *Visions of history*. Nova York: Panteon Books, 1984

encontram também o estudo das mulheres do povo e a busca pelo resgate das múltiplas identidades assumidas por elas ao longo da História.

A MULHER E O TRABALHO

As mulheres das camadas populares sempre trabalharam, tanto no contexto rural quanto no urbano. Crenças como mulheres não trabalham e que o trabalho pesado não é adequado ao sexo feminino, juntamente com os estereótipos da invisibilidade do trabalho doméstico e a romantização da vida materna significando-a como algo instintivo e emanado de amor, são próprios da era vitoriana, no Reino Unido; período em que se supervalorizava a esfera pública⁶.

Além do trabalho doméstico, uma série de trabalhos essenciais, remunerados ou não, eram desenvolvidos pelas mulheres, como o trabalho no campo, a costura e a criação dos filhos. Algumas mulheres realizavam os partos e eram reconhecidas socialmente por *parteiras* (profissionais de parto), ajudavam nas despesas de casa com a criação e venda de galinhas, ovos e vegetais, manufaturavam e vendiam bebidas alcoólicas, penhoravam, aceitavam pensionistas e, durante o período industrial, cuidavam de crianças para que outras mulheres pudessem trabalhar⁷.

Em relação à escravidão, as mulheres escravas estavam sujeitas às mesmas condições que os escravos homens: trabalho pesado e forçado, severas punições, atos de resistência cotidiana e rebeliões organizadas. Já durante o ciclo do café, no Brasil, a costura de sacos cafeeiros realizados à mão por mulheres paulistanas dentro do próprio lar⁸ foi um trabalho essencial para o setor econômico da época. Apesar disso, disseminava-se socialmente o não reconhecimento dessas práticas femininas como trabalho, mesmo que em grande parte elas fossem remuneradas.

⁶ CARDOSO, op. cit. p. 414.

⁷ Strasser, Susan. Never done. A history of american housework. Nova York: Pantheon Books, 1982; Kessler- Harris, Alice. Women have always worked: historical overview. Nova York: Feminist Press, 1981; Bayandal, Gordon e Reverby. America's working women: a documentary history. Nova York: Random House, 1976.

⁸ MATOS, Maria Izilda Santos. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1313/1018>.

IMPrensa e inserção feminina

Privadas de participarem efetivamente na vida social das cidades e impossibilitadas de ocuparem cargos públicos, a realidade feminina no Brasil até o século XIX era marcada por uma intensa submissão e inferioridade. Não que isso tenha mudado de um dia para o outro; durante anos ainda lhes foram proibidos o acesso à educação superior, a sobrevivência através de seu trabalho e até mesmo o poder de decisão sobre a própria vida.

Porém, é nesse contexto da segunda década de oitocentos, seguindo as tendências europeias desde o século XVII, que aparecem os primeiros periódicos dedicados ao público feminino no Brasil. Essa primeira fase periódica é composta predominantemente por publicações masculinas, como *O Espelho Diamantino* (1827), *O Mentor das Brasileiras* (1829), *Espelho das Brasileiras* (1831); os exaltados *A Mulher do Simplicio* (1832), *A Filha Única da Mulher do Simplicio* (1832); e o caramuru *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833).

Segundo Giselle Ambrósio, esses periódicos que eram mais acessados pela elite brasileira devido ao seu custo e à alta taxa de analfabetismo das camadas populares, foram o início da formação de uma classe feminina leitora de jornais.

Os jornais, portanto, passavam a convidar a face mais privilegiada do gênero feminino, isto é, as mulheres letradas, conforme as palavras do *Espelho Diamantino* “as mais habeis” ou no discurso do *O Mentor das Brasileiras* as “estudiosas Brasileiras”, a passarem algum tempo durante os dias lendo suas folhas repletas de instrução (política, cívica, moral...), de argumentos contra a malícia de seus detratores e de entretenimento (novidades literárias, moda...)⁹

Já na segunda metade do século XIX, começaram a surgir os primeiros jornais elaborados por mulheres e a escrita, ainda que através de pseudônimos, de mulheres em jornais de viés masculino. Dos periódicos puramente femininos, temos em Recife *A Esmeralda* e *O Jasmim* em 1850, e em 1875 *Myosotis*; no Rio de Janeiro surgiram, em 1852, o *Jornal das Senhoras*, em 1862, *O Belo Sexo*, em

⁹ GOMES, Gisele Ambrósio. Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846. 2009, 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

1874, *O Domingo e Jornal das Damas*; em Campanha, Minas Gerais, nasceu *O Sexo Feminino*, em 1873, em São Paulo surgiu, em 1888, *A Família* e, em 1897, *A Mensageira*.¹⁰

Esses jornais se tornaram espaços onde as mulheres podiam se expressar e compartilhar as suas ideias; ideais de caráter heterogêneo e com uma diversidade de discursos. Existiam pelo menos duas vertentes distintas de escrita feminina no Brasil: uma marcada pelo pudor e outra pelo desnudamento. A primeira, reforçava os padrões sociais da mulher mãe-esposa e por isso teve menos resistência que segunda vertente, que chocou a sociedade com a luta pela emancipação da mulher; traços considerados na época como pecaminosos, impuros e imorais.

Mesmo com toda a resistência que a sociedade do século XIX tinha com os jornais e escritas femininas, havia uma áurea de intelectualidade e visibilidade que circundavam as escritoras. A escrita em jornais equivalia ao ingresso no grupo de cidadãos ativos daquela região; dava a algumas mulheres o aval para frequentar ambientes de predominância masculina, discursar sobre política e assuntos diversos, defender a educação igualitária para moças e rapazes e outros. O jornal era uma porta, ainda que bem estreita, para que as mulheres fossem reconhecidas, respeitadas e ouvidas como pessoas naquele período, e não tratadas apenas como uma propriedade masculina.

Porém, nem todas as mulheres podiam disputar a vaga na inserção social que vinha dos periódicos. Essas escritoras eram extremamente cultas e educadas, com predominância branca e de classe média alta. O acesso à educação já as distinguiam da maior parte das mulheres da época; além de dominarem bem a leitura e a escrita, e terem tido tempo para se dedicarem a outros afazeres que não fossem os domésticos. Muitas vezes, essas escritoras recebiam influências de pais, maridos ou irmãos jornalistas¹¹.

Quanto maior a circulação do jornal, maior era o prestígio que ele tinha. Quanto maior o prestígio de um jornal, maior era o prestígio da escritora que escrevia ou colaborava nele. Assim, métodos e estilos textuais foram utilizados para cativar o leitor e impedir que o preconceito social existente atrapalhasse a venda dos jornais, garantindo mais aceitação e visibilidade à mulher escritora.

De certo modo, o romance advindo do gênero literário (poesia,

¹⁰ Idem.

¹¹ CASADEI, Elisa Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX.

poema, contos...) acabou sendo associado à figura feminina no século XIX; as características tidas por inatas do feminino como a sensibilidade, a irracionalidade e a emoção, juntamente com a imposição do amor romântico como um fator constitutivo e essencial da identidade feminina foram vinculadas às mulheres da época¹².

Com a associação feminina da literatura, em nome da honra e da masculinidade, os homens repudiavam esse tipo de leitura e deixaram o espaço aberto para que as escritoras colocassem nas leitoras questões sobre o patriarcado, trabalho, divórcio e outros. Assim, as escritoras investiram pesado na utilização do gênero literário nos periódicos para criar uma “rede feminina”, veiculando seus posicionamentos pessoais no jornal através da literatura e formando um público leitor crescente e feminino.

O fenômeno da publicação e da leitura de contos e poemas no jornal alcançou proporções extraordinárias na vivência diária e no imaginário das leitoras. Desenvolveu o estímulo sociocultural necessário tanto para a imprensa feminina que espalhava seus ideais, quanto para as mulheres que buscavam sociabilidade, respeito e inserção social. Estranho, mas real: foi o machismo da época que propiciou um caminho livre para que as ideias de empoderamento feminino circulassem nos jornais e alcançassem as mulheres da elite sem censura.

O CASO A ESTRELLA DA OESTE – DIVINÓPOLIS - MG

Em Divinópolis, cidade do Centro-Oeste mineiro que era conhecida como Princesinha do Oeste, também houve casos de inserção feminina através de jornais. O jornal *A Estrella da Oeste* iniciado no dia sete de setembro de 1922, com circulação quinzenal, contou com a escrita feminina desde a sua segunda edição, em 24 de setembro de 1922. Nessa mesma edição, o jornal estreou uma sessão reservada chamada *Sessão Feminina*, na qual Joaquina Coelho escreveu sua primeira poesia: *À minha querida mãe adotiva*.

Nada se sabe sobre Joaquina Coelho; de onde veio, onde estudou, se era casada ou não... Um buraco se estabelece na história dessa mulher, como se estabelece em boa parte da história das mulheres. O que se sabe é que Joaquina foi amiga íntima e “irmã de militância” de outra escritora do jornal: Lourdes, e que num dado momento, Lourdes supostamente se apaixonou por Joaquina.

¹² RAFAEL, Gina Guedes. Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influencias transatlânticas?

Na terceira edição desse jornal, a Sessão Feminina trouxe a matéria *Educação na Infância*, assinada pelo pseudônimo de M. L. Teixeira.

Sobre os pseudônimos na escrita feminina, Duarte diz que

O mesmo veículo que acolheu os textos das escritoras, inicialmente sob *pseudônimos* masculinos e mais tarde assumindo a autoria própria, também foi palco de críticas e preconceitos em relação à mulher de letras, principalmente àquelas que não se enquadraram no modelo padrão de mulher a ser seguido.

M. L. Teixeira inicia a Sessão Feminina dizendo que “não devemos descuidar da formação do carácter e do desenvolvimento do gremem do bem no coração das creanças”¹³ e termina o artigo afirmando que “a professora, na escola, a aperfeiçoará dando lhes bons conselhos”¹⁴. Ao usar a palavra *creanças* em sua matéria, M. L. defende, de forma proposital e sutil, a educação igualitária para ambos os gêneros e não apenas a educação masculina que era a mais usual e aceita socialmente naquele período. Diante de tamanha oposição ao pensamento social da época, a autora se esconde atrás do pseudônimo M. L. Teixeira, vindo a assumir em edições futuras outros pseudônimos, como L. e Lulurdes; por último, a escritora assina o nome de Maria de Lourdes Teixeira.

É importante ressaltar, que as escritoras de jornais do período não só interagem, mas também encontravam força e proteção umas nas outras. Dispensando o clima de rivalidade e inveja que é propício nesse meio profissional, devido ao contexto patriarcal e machista vividos no período, as escritoras se viam como irmãs, buscando incentivar a escrita e a conquista de outras mulheres.

Percebemos isso de uma forma mais concreta na 8ª edição do jornal, quando o pseudônimo L. escreve o texto *Amisade Á Joanhina*, com os dizeres “[...] como é bello ver-se duas amigas, irmãs no pensar, alimentando os mesmos sentimentos”. Também é perceptível a declaração do amor *eros* feita por L. a Joanhina, quando a mesma diz: “É-nos a vida mais triste e espinhosa quando não temos a quem dedicar uma sincera afeição. Quando não podemos calar por mais tempo o que temos n’alma e sentimos necessidade de abrimos o nosso coração a alguém, sermos felizes [...]”¹⁵.

¹³ Jornal A Estrella da Oeste. 3ed.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Jornal A Estrella da Oeste, 8ª ed.

A resposta de Joaquina veio no mesmo jornal, na 10ª edição, quando a autora escreve o texto que estampou a primeira capa, *O Amor e a Amizade*: “À minha querida amiga e colega, Lourdes – em retribuição ao artigo que me foi dedicado”. Reafirmando a união ideológica entre as escritoras, Joaquina escreve “[...] quanto é bom compreender-se e ser-se compreendida...! Isto é o ideal...! Quanto é sublime ser uma por duas e duas por uma, pois se a união faz a força!”¹⁶.

Já em relação à declaração homoafetiva feita por Lourdes, Joaquina responde: “Lourdes, distinguiste bem; dedico-te amizade e não te amo, porque ha, como sabes, muita diferença entre o amor e a amizade”¹⁷. Em seguida, a escritora descreve o quanto a amizade é mais pura e verdadeira que o amor, dizendo que o amor é egoísta, enquanto a amizade traz paz. Como é comum no estudo de história das mulheres, não se foram encontrados mais registros sobre a vida de Lourdes ou de Joaquina, porém outras manchetes sobre assuntos diversos foram escritas por elas.

A *Sessão Feminina* do jornal *A Estrella da Oeste* se encerra na quarta edição, em 1922, com a poesia *A Esperança*, de Joaquina. Entretanto, a participação das mulheres através dos contos e poesias aumentou nas edições posteriores, chegando inclusive a estampar a primeira página do jornal como uma das matérias principais já na sétima edição, e voltou a estampar em várias outras ocasiões.

Durante os anos de circulação da primeira fase do jornal *A Estrella da Oeste*, antes da mudança dos redatores e do próprio nome do jornal, em 1927, percebemos as duas faces da escrita feminina no Brasil: o pudor e o desnudamento. O pudor em algumas manchetes em que a escritora reforçava o modelo de mãe-esposa, sensível e recatada da mulher; e desnudada através das escritoras que escreviam sobre divórcio, educação feminina, trabalho e outros temas. De toda forma, as escritoras: *Joaquina, Lourdes, Billu, P., S., Maria Casassanta, Madame Aguiar* e tantas outras mulheres escondidas no anonimato tiveram uma importância fundamental na construção do público leitor feminino no início do século XX, em Divinópolis.

Embora o jornal *A Estrella da Oeste* fosse um jornal que abordasse bem a realidade o patriarcado da época, com manchetes de porte viril escrito por homens e direcionado ao público masculino,

¹⁶ Jornal *A Estrella da Oeste*, 10ª ed.

¹⁷ Idem.

a abertura que este jornal deu às mulheres foi de extrema importância para a luta feminina e a disseminação de suas ideias na pequena cidade mineira. Através dos contos e poesias que pouco importavam para os homens, posicionamentos e reflexões valiosos foram semeados no jornal sem aguçar a curiosidade e a censura masculina.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASADEI, Eliza Bachega. *A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX*. Revista ALTERJOR, Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 02– Volume 01 Edição 03 – Janeiro-Junho de 2011.
- DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. *A mulher de letras: nos rastros de uma história*. Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11 - 19, jul./dez. 2009.
- GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. *ESCRÍNIO: A imprensa feminina sul-rio-grandense como produto cultural na construção da história das mulheres*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/89.pdf>.
- GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846*. 2009, 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MORAIS, Maria Arsinete Câmara de. *Leituras femininas no século XIX (1850-1900)*. Campinas, SP : [s.n], 1996.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAFAEL, Gina Guedes. *Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas?* Disponível em : http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/11/pdf_42b294a12d_0000018181.pdf.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-o-Joan%20Scott.pdf.
- WOITOWICZ, Karina Janz. *Marcos históricos da inserção das mulheres*

na imprensa: *A conquista da escrita feminina*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-no-4-outubro-de-2012/Marcos%20historicos%20da%20insercao%20das%20mulheres%20na%20imprensa.pdf>.

FONTES DOCUMENTAIS:

Acervo completo do jornal *A Estrela da Oeste* disponível em: *Em Redes, Portal da Memória do Centro Oeste Mineiro* <http://emredes.org.br/index.php>

Jornal: *A Estrela da Oeste* – Divinópolis, 15 de Novembro, 1922. 8º Ed. Disponível em: <http://emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=52742>

Jornal: *A Estrela da Oeste* – Divinópolis, 12 de Dezembro, 1922. 10º Ed. Disponível em: <http://emredes.org.br/mostrafoto.php?fotoid=52760>

Herói ou vilão? A imagem política de Fernando Collor de Mello representada nas cartas dos leitores publicadas pela revista *Veja* no ano de 1989

Willian Santos Pereira¹

A DÉCADA PERDIDA

A década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo processo de transição política da ditadura à democracia. Esse processo foi marcado por diferentes momentos: Lei da Anistia, “Diretas Já”, eleições indiretas para Presidente em 1985, Constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, assim como as eleições presidenciais de 1989, são eventos que fazem parte da construção dessa nova fase do sistema político brasileiro. Diferente das outras transições políticas ocorridas no Brasil, que foram comandadas pela elite ou por uma minoria da população², a redemocratização se destaca pelo interesse e participação popular, evidenciando a insatisfação e o desagrado da população em relação ao governo e à situação em que o país se encontrava.

Parte da população trazia consigo uma série de frustrações resultantes das desventuras ocorridas durante o período de redemocratização. No decorrer da década de 1980, o país enfrentou uma intensa crise econômica e por isso alguns autores chamam essa época de “Década Perdida”, pois a crise desestabilizou a situação de milhares de empresas brasileiras³. Os anos de 1983 e 1984 foram marcados por manifestações populares em prol de eleições diretas, as chamadas “Diretas Já”, movimento frustrado devido à não aprovação da proposta reivindicada pelo povo, a Emenda

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Andrea Casanova Maia. E-mail: willian.santoshistoria@gmail.com.

² SADER, Emir. *A transição no Brasil: Da ditadura à democracia?* – São Paulo: Atual, 1990. p. 1.

³ *Ibidem*. P. 3.

Dante de Oliveira. A eleição de Tancredo de Almeida Neves para a presidência da República no pleito presidencial indireto em 1985 foi motivo de esperança para grande parte da sociedade, no entanto, sua morte em 21 de abril do mesmo ano encheu novamente o cenário brasileiro de dúvidas e desalento, situação que perdurou durante todo o governo José Sarney, que concluiu o mandato deixando de herança um país em grave crise econômica.

Ao analisar os principais atores da redemocratização, a participação popular consolida-se como agente de grande importância em todo o processo de transição política. José Murilo de Carvalho destaca a valorização que o conceito cidadão recebe após o fim da ditadura militar, enfatizando o brasileiro como peça fundamental para a consolidação da democracia no Brasil⁴. Ao analisarmos de forma concisa o cenário político e social da época constatamos que o eleitorado de 1989 trazia consigo diversas incertezas, mas que sentia esperança por finalmente ter em mãos o direito ao voto, que era visto por muitos como a salvação nacional⁵. A atuação popular na eleição presidencial de 1989 se destaca também pelo crescimento do eleitorado que passou de 12,5 milhões em 1960 para 70,2 milhões em 1989⁶. O aumento justifica-se pela adesão, na Constituição Federal de 1988, ao voto facultativo os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, analfabetos e maiores de setenta anos, e o voto obrigatório para homens e mulheres entre 18 e 69 anos, de nacionalidade brasileira⁷.

Após vinte e nove anos sem eleições diretas para presidente da república, a eleição presidencial de 1989 proporcionou, pela primeira vez a uma grande parcela da população, o voto direto para escolha do novo presidente do país. Vinte e dois candidatos disputaram o cargo, e é neste conturbado cenário político, econômico e social que o candidato Fernando Collor de Mello se fortaleceu. Collor, ex-prefeito de Maceió e ex-deputado federal, renunciou ao mandato de governador do estado de Alagoas para lançar sua candidatura à presidência do país. Considerado por muitos

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 7.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Ibidem*. p. 204.

⁶ Disponível em <https://www.sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989> Acesso: 27 de outubro de 2015.

⁷ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm Acesso: 27 de outubro de 2015.

como novato, se candidatou, aos 39 anos de idade, pelo Partido da Renovação Nacional (PRN), com Itamar Franco como seu vice.

Collor, durante o período de campanha, construiu uma imagem para os eleitores de que seria um político diferente, moderno, que implementaria as reformas que o país necessitava. Devido às suas ideias e ao destaque do candidato no cenário político, o mesmo conquistou parte do eleitorado. Segundo o instituto Datafolha, Collor, em julho de 1988, possuía 42% das intenções de voto⁸, demonstrando grande vantagem em relação aos demais candidatos. Fernando Collor de Mello venceu o primeiro turno das eleições de 1989 com 28,52% dos votos e, no segundo turno, derrotou Luiz Inácio Lula da Silva com 49,94% dos votos⁹, substituindo José Sarney na Presidência da República e tornando-se o mais jovem presidente da história do Brasil.

A IMPRENSA E FERNANDO COLLOR DE MELLO

A década de 1980 se destaca pela inserção cada vez mais abrangente dos meios de comunicação no dia a dia da população. A mídia buscou, de diferentes maneiras, noticiar e debater os acontecimentos desses anos de incertezas políticas e econômicas. Apesar da crescente participação da televisão no cotidiano, durante a década de 1980 a mídia impressa continuou sendo uma efetiva fonte de difusão de informação.

Até os dias atuais, a memória popular atribui à revista *Veja* favorecimento a Collor durante o período eleitoral. Para tentar evitar subjetividades e julgamentos sem investigação durante a pesquisa e análise, tornou-se necessário entender a relação de Collor com os meios de comunicação da época. Mario Sergio Conti contextualiza tal questão e discute a relação de Collor com a mídia, apresentando as estratégias utilizadas pelo candidato para sobressair na imprensa durante o período eleitoral, moldando sua imagem para o público a partir de pesquisas de opiniões e se adequando às expectativas da grande parcela da população. Essa pesquisa mostrou a Collor e sua equipe que parte da população almejava um presidente que combatesse a corrupção, que tivesse forças para tirar o Brasil do subdesenvolvimento e que tivesse ainda um

⁸ “Braçadas tranquilas”. *Veja*, São Paulo. Edição 1.084, n. 24, junho de 1989. p.39.

⁹ Disponível em <https://www.sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989> Acesso: 27 de outubro de 2015.

passado limpo¹⁰. Conti, ao relatar sobre a aproximação de Collor com o corpo editorial de Veja, analisa a produção da edição 1020 da revista, intitulada, “Collor de Mello. O Caçador de Marajás”. Essa edição contribuiu para o reconhecimento do futuro candidato à presidência em nível nacional e a expressão presente na capa, “O Caçador de Marajás”, tornou-se atributo para denominar o personagem, apresentando-o como forte combatente da corrupção.

A revista Veja, publicada e distribuída pela Editora Abril, teve sua primeira edição nas bancas no dia 11 de setembro de 1968. Analisando a sessão Carta do Editor de sua primeira publicação, escrita pelo então editor e diretor da Editora Abril, Victor Civita, podemos identificar alguns dos objetivos por trás da publicação da revista, entre os principais, ele demonstra que o corpo editorial pretendia publicar uma das revistas mais influentes no Brasil, como na frase a seguir: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”¹¹.

Além de reconhecimento nacional, a revista desejava um Brasil de forma unida, sem regionalismos e preconceitos e que isso poderia ser feito através da informação. A revista tinha como objetivo apresentar ao povo brasileiro os mais diversos assuntos, tecnologia, ciência, negócios, religião e educação são alguns dos assuntos citados por Victor Civita em sua Carta do Editor. A revista Veja cobriu toda a trajetória de Collor durante a eleição presidencial de 1989. No decorrer desse período, foram publicadas 50 edições e em suas páginas encontramos várias referências a Collor. Segundo o Almanaque Abril do ano de 1990, Veja foi considerada a revista de maior circulação no território nacional nos anos de 1987 e 1988, com média de circulação paga de 774,4 mil e 739,3 mil respectivamente¹².

A TEORIA CIRCULAR DE COMUNICAÇÃO

A ideia de que a comunicação era estabelecida de forma linear,

¹⁰ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 97.

¹¹ CIVITA, Victor. Carta do Editor. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, a 01, n. 1, p. 20-21, set. 1968.

¹² *Almanaque Abril: A Enciclopédia em um volume*. São Paulo: Editora Abril, 1990.

ou seja, de que o emissor transmitia uma mensagem ao receptor e de que esse segundo sujeito apenas receberia a informação, não fazendo ele também parte da comunicação de forma ativa perdeu força¹³. A partir dos anos 1950, novos estudos passaram a afirmar que a comunicação é algo circular, que a relação do receptor com o texto é também ativa, uma vez que apropria-se, interpreta, critica, responde e assim também torna-se um emissor¹⁴.

A teoria circular da comunicação valorizou o receptor, que fora transformado em coenunciador. O enunciador, a partir dessa teoria, deixou de ser visto como dominante e passou a dialogar com o leitor. Quem publica pensa em determinado público e espera uma resposta, um diálogo entre as partes. Segundo Diana Pessoa de Barros, devido a essa mudança teórica, a comunicação deve ser, portanto: “(...) repensada, nesse quadro, não mais como um fenômeno de mão única, do emissor ao receptor, mas como um sistema interacional. Nesse sistema interacional importam não apenas os efeitos da comunicação sobre o receptor, como também os efeitos que a reação do receptor produz sobre o emissor”¹⁵.

Mikhail Bakhtin, ao dialogar sobre a compreensão e fronteiras de um enunciado, diz que todo ato de compreensão implica uma resposta¹⁶, logo, a compreensão e apropriação do leitor sobre determinado texto promove um diálogo entre o enunciador e o leitor. Os jornais e revistas, cientes de seu público, elaboram seu conteúdo pensando em sua recepção. Seus leitores precisam se identificar com o tema, se interessar pelo produto para assim continuar adquirindo o mesmo. Essa teoria é essencial para entendermos como o leitor se torna enunciador e qual o seu papel na imprensa.

AS CARTAS À REDAÇÃO E O CAÇADOR DE MARAJÁS

Apesar do apelo social da mídia, a relação dos leitores era bem diferente da que assistimos no cenário atual, em que a interatividade com o público é intensa e buscada. Assim, ao pesquisarmos registros

¹³ CRESTANI, Luciana Maria. *A Participação do Leitor Como Co-Enunciador em Jornais Impressos e On-Line: Abordagem À Luz da Enunciação*. Vivências. Vol. 6, N. 9, Maio/2010. p. 36.

¹⁴ CRESTANI, Luciana Maria. *Idem*.

¹⁵ BARROS, Diana Luz Pessoa de. “A Comunicação Humana”. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística - Volumes 1 e 2: A comunicação humana*. p. 48.

¹⁶ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 339.

e testemunhos sobre a época em questão, nos deparamos com as Cartas à Redação, que a partir da teoria circular da informação, se tornaram a forma mais usual de diálogo entre os meios de comunicação e o público. As cartas permitiram, ao então remetente, expor sua opinião, criticar ou comentar o que foi publicado. Ao estudar esse tipo de fonte é importante compreender que cartas enviadas às redações são documentos escritos que dialogam com o público, fazendo assim o leitor se transformar também em um enunciador.

Ao utilizar tais cartas públicas como fonte histórica é importante estar ciente de que tais publicações possuem relevantes diferenças das cartas privadas, portanto, não podem ser tratadas da mesma forma. Essa seção não faz o diálogo apenas entre o leitor e o corpo editorial. Diferente das correspondências particulares, as cartas à redação, ao possuírem um caráter público, proporcionam a interação entre os remetentes e os leitores¹⁷. As cartas à redação ainda são fontes pouco exploradas pela pesquisa historiográfica, elas são registros, testemunhos, e a partir delas podemos descobrir e analisar a opinião de parte do público do impresso sobre determinados assuntos. Essa fonte de pesquisa nos permite perceber expectativas, recepções, frustrações e outras formas de expressão, que são elementos de discurso recorrentes nesse tipo de texto.

Segundo Cristina Teixeira Vieira de Melo, as cartas à redação possuem vários atos de fala que podem variar entre reclamações, críticas, protestos, denúncias, lamentações, pedidos, respostas, informações, esclarecimentos, correções, elogios, congratulações, agradecimentos, apoio etc. O remetente da carta passa através das cartas à redação a:

Participam do debate público, podem se fazer ouvir, opinam sobre o que está acontecendo nas diferentes esferas sociais, podem tomar parte nas discussões de caráter político, econômico e social que estão em foco. A carta à redação transforma-se, portanto, num espaço de discussão, de embate de opiniões. Nas cartas, os leitores defendem ideias, doutrinas, crenças, ou seja, posicionam-se publicamente como sujeitos¹⁸.

¹⁷ MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas, São Paulo, 1999. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. p. 23.

¹⁸ MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas, São Paulo, 1999. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. p. 25.

Tais cartas ainda são publicadas em seções reservadas entre as primeiras páginas de revistas e jornais impressos e servem de espaço para o leitor dar respostas, sugestões e opiniões sobre o conteúdo de edições anteriores, comentando assim reportagens, artigos e notícias recentes. Como sabemos, os meios de comunicação não são imparciais, eles expressam o pensamento e a ideologia de seus editores e a seção “Cartas à redação” pode ser percebida como estratégia de abertura, imparcialidade, polifonia e relação dialógica e democrática dos meios de comunicação. Essas estratégias visam, entre outras questões, a credibilidade e a fidelização do público. Mesmo com tal concepção, é importante ressaltar que a carta, ao ser recebida, “pode sofrer modificações que resultem na reformulação do texto original. Por razões de espaço físico da seção ou pelo teor da argumentação, a carta pode ser resumida, parafraseada, informações podem ser cortadas e, nesse corte, pode haver um novo direcionamento argumentativo”¹⁹.

A partir do cenário político, econômico e social apresentado, a pesquisa teve como objetivo analisar como Fernando Collor de Melo foi representado nas cartas publicadas pela Revista Veja em 1989, evidenciando assim quais eram as imagens políticas que o público tinha do personagem em questão, características e perfis, descobrindo expectativas, desconfiâncias, desejos, inspirações e outras aspirações e temores expressos nas cartas publicadas que tenham relação com Collor.

HERÓI OU VILÃO?

A presente pesquisa dialogou com a História Social, História Política, Linguística e imprensa. A fonte histórica e o recorte temporal ainda são pouco trabalhados pela historiografia. Diante de tal especificidade, buscou-se contribuir com a produção histórica sobre o período na confluência de análises que dialogam com o social, o político e a mídia.

O pesquisador precisou atentar-se para a parcialidade da imprensa e o controle que os meios de comunicação têm sobre suas publicações. Ao escrever uma carta com a intenção de que a mesma seja publicada, o leitor tenta convencer a redação de que sua carta deve ser divulgada, portanto, é importante que o pesquisador

¹⁹ NOVAES, Ana Maria Pires. “O Discurso Dialógico no Gênero Cartas do Leitor”. *Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis*, v.3, Número 2, Mai. - Ago. 2012. p. 3.

análise de forma adequada o documento, estando ciente de que tais publicações possuem relevantes diferenças em comparação com as cartas privadas e não devem ser tratadas da mesma forma pois:

Diferentemente das cartas pessoais, de cunho privado, a carta de leitor tem um caráter público, eminentemente aberto. Não se escreve para um parente querido, um amigo próximo, ou um jornalista em especial, mesmo quando parece ser o caso. Escreve-se para os possíveis leitores, que, podendo ser qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado²⁰.

O acervo da revista *Veja* encontra-se totalmente digitalizado e disponível para consulta gratuita em seu *site* na internet. Também encontramos o acervo físico do impresso em várias bibliotecas públicas. A pesquisa foi feita em ordem cronológica, iniciando nas primeiras edições do mês de janeiro de 1989 e terminando na última edição do mesmo ano.

Para desenvolver a pesquisa, foi utilizada a análise de discurso como metodologia de investigação e estudo. O discurso é uma prática de linguagem em movimento, não é apenas a palavra isolada e, sim, o conjunto de sentido e significados que o homem utiliza para, de alguma forma, se expressar. O pesquisador deve extrair sentido do texto relacionando a linguagem com o que o enunciador tem a dizer e assim tentar perceber formas de expressão, particularidades, ideologias presente no discurso, podendo também ser observada a relação entre língua e ideologia, portanto, a linguagem de discurso, segundo Eni Pulcinelli Orlandi:

Não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade²¹.

²⁰ MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas, São Paulo, 1999. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. p. 23.

²¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*. Princípios & Procedimentos. Pontes. p. 18.

A análise do discurso não se limita apenas à interpretação para desenvolver sua pesquisa, ela trabalha com o discurso em conjunto com sua significância, buscando compreender o texto, valorizando seu conteúdo, diálogos e limites. O pesquisador precisou perceber as minúcias e significados presentes na fonte, principalmente suas particularidades e ideologias presentes no texto, para identificar características relacionadas a Collor e à formação das imagens políticas sobre o personagem em estudo.

Durante a pesquisa, identificamos uma dualidade de perfis e representações sobre Fernando Collor de Mello nas Cartas à Redação publicadas no decorrer do recorte temporal proposto. Essa dualidade ocorre durante todo o período eleitoral, as opiniões mistas a respeito do candidato ocorreram com frequência acentuada principalmente nos meses próximos às eleições. Diferente da memória popular que acusa Veja de beneficiar Collor, curiosamente, um número considerável de cartas publicadas pela revista durante o ano de 1989 fazem referência ao candidato com teor pejorativo. Buscando compreender tal aspecto, podemos ressaltar que apesar de ter a maioria das intenções de voto e ser lembrado até os dias atuais como o candidato ideal, Collor foi escolhido por 30,45% dos eleitores no primeiro turno e por 53,03% no segundo turno, portanto, um grande número de eleitores reprovou o candidato à presidência, o que justifica também a dúvida e a desconfiança sempre presentes nas cartas publicadas.

Podemos perceber pela análise das cartas publicadas dois principais perfis para denominar Collor e dentro desses perfis suas variações: o “herói nacional”, como um candidato que veio para mudar o país para melhor, jovem, moderno e íntegro, o “caçador de marajás”, que combateu a corrupção no estado de Alagoas e estava preparado para acabar com o mesmo problema em nível nacional; e o inexperiente, demagogo, que seria apenas mais um, sendo sempre representado como um candidato fraco e principiante, sem alianças políticas e econômicas.

Durante a análise do discurso presente nas cartas, pudemos identificar essas duas principais visões da imagem política de Collor, mesmo com alta popularidade e lembrado até os dias atuais como o candidato ideal durante as eleições, a análise das cartas comprovou que grande parte dos leitores desprezava a ideia de ter Collor como presidente da República:

Hilariante. Este é o termo que se adapta perfeitamente à posição adotada pelo senhor Collor de Mello em relação à sua ausência aos debates de

televisão. Suas justificativas ratificam seu despreparo e vacuidade ideológica. De um candidato como Collor, sem história de luta, sem embasamento teórico, muito menos prático, não se espera muito, além de sorrisos e discursos vazios. Edição 1092 - 16 de agosto de 1989²².

As cartas também frequentemente discutem o passado de Collor, principalmente por suas alianças com políticos considerados duvidosos. Alguns leitores também condenam a escolha do então candidato por ele ter sido contra alguns atos da redemocratização:

Com relação à reportagem “O astro da largada” (17 de maio), é decepcionante ver os brasileiros se agarrarem a uma “tábua de salvação” tão podre. É bom lembrar aos eleitores inconscientes que o Collor de hoje continua sendo o mesmo que apoiou os decretos de arrochos salariais e que votou contra a ementa Dante de Oliveira, ou seja, contra a eleição direta para presidente da República. Edição 1081 – 31 de maio de 1989.²³

Em contraposição, muitos leitores apoiavam o candidato e achavam que ele seria a única solução para os problemas do país, se tornando o “salvador da pátria”, principalmente por sua integridade e jovialidade:

No mínimo excelente a reportagem “O Astro da Largada” (17 de maio) sobre o candidato à Presidência Collor de Mello. O povo brasileiro precisa de um homem com o qual se identifique, que seja jovem, competente, determinado e, sobretudo, disposto a acabar com a imoralidade e a corrupção. Edição 1084 – 21 de junho de 1989²⁴.

A redemocratização e a possibilidade de escolha deu a alguns eleitores a esperança de um Brasil novo e, devido às características referentes ao candidato em estudo, muitos leitores se apropriaram de seu discurso, tornando a eleição de Collor um divisor de

²² MOREIRA, Michaella. “Cartas”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Edição 1092, 16 de agosto de 1989. p.15.

²³ CARLOS, Gislaine Azevedo. “Cartas”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Edição 1081, - 31 de maio de 1989.

²⁴ OLIVEIRA, Marco Nonato de. “Cartas”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Edição 1084, - 21 de junho de 1989 p. 18.

águas na história do Brasil: “sobre a reportagem “O Astro da Largada”, quero dizer que Fernando Collor de Mello é a única luz existente neste buraco negro que é o Brasil. O país precisa, sim, de um presidente novo, com ideias novas, para construir um Brasil novo”. Edição 1082 – 7 de julho de 1989²⁵.

Devido ao conturbado governo de Collor, pressupõe-se que o teor das cartas mude após a posse do ex-presidente, onde os comentários negativos a respeito do presidente, principalmente pela adoção de medidas econômicas frustradas e as denúncias de corrupção, poderão sobressair, marginalizando assim a imagem política de Collor e evidenciando assim que a insatisfação popular deixa de ser apenas com os problemas do país, mas também com a atuação política do personagem em estudo.

A pesquisa não descarta a possibilidade de contribuição ou desamparo político por parte da revista *Veja*. A análise proporcionou um estudo da imprensa e das diferentes vozes sociais através dos leitores que escrevem suas cartas à redação, nesse evento tão importante da história política brasileira. Ao propor analisar e fazer um estudo sobre as cartas enviadas por leitores que foram publicadas na revista *Veja* o pesquisador pode partir de um estudo do campo historiográfico, analisar a outra face da mídia no cotidiano e a opinião de seu leitor. Podemos, portanto, notar como o mesmo se porta em relação às publicações dos periódicos, onde o remetente pode concordar ou discordar, dar sugestões, opiniões, respostas e criticar algo relacionado ao impresso, valorizando a narrativa, o discurso social e político e a relação entre imprensa e público.

Ao trabalhar com fontes como as cartas à redação, a pesquisa proporcionou o diálogo de diversas áreas, como história, imprensa, política e comunicação. Além do diálogo interdisciplinar, a pesquisa também contribui com os estudos de tais áreas, principalmente na questão da historiografia, pois ajudou a valorizar um recorte temporal pouco utilizado ainda nas pesquisas históricas. O curto período de tempo entre os dias atuais e o recorte temporal pode representar um desafio para alguns historiadores, um dos principais focos da escrita desse artigo é contribuir com os estudos relacionados à história do tempo presente, apresentando uma pesquisa coerente e estruturada, que possa valorizar a pesquisa historiográfica brasileira e, apesar da contemporaneidade do

²⁵ ALMEIDA, Claudio Luiz Goes de. “Cartas”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Edição 1081, - 31 de maio de 1989.

recorte temporal, o estudo de tal período da história do Brasil se mostrou de grande relevância, pois nos remete a questões que envolvem a história do tempo presente, a abrangência dos meios de comunicação e a participação popular na História Política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da imprensa como fonte historiográfica é um importante aliado para os historiadores. Nessas publicações podemos perceber as mudanças sociais, diagramais, como a forma de pensar e se expressar se modifica com o passar do tempo, práticas, costumes e representações referentes ao cotidiano do leitor, redação e local de abrangência da publicação em análise. O estudo das cartas enviadas à redação é recente e busca dar voz aos diversos atores sociais. As cartas são testemunhos, relatos publicados no calor do acontecimento, que demonstram expectativas e apropriações dos leitores e constroem, assim, um diálogo entre leitores e redação. A pesquisa buscou entender essa fonte e relacioná-la a um acontecimento histórico pouco estudado, evidenciando a importância da fonte e a possibilidade de pesquisa histórica com a mesma e valorizando um acontecimento tão importante que ainda é pouco estudado no ambiente acadêmico e escolar.

REFERÊNCIAS

FONTES

Almanaque Abril: A Enciclopédia em um volume. São Paulo: Editora Abril, 1990.

Acervo Digital VEJA. *Veja.* 1988-1992. Ed. 1061 a 1268. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

Acervo físico da revista VEJA. *Veja.* 1988-1992. Ed. 1061 a 1268. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago, Divinópolis – MG.

“Braçadas tranquilas”. *Veja*, São Paulo: Editora Abril. Ed. 1.084, 21 de junho de 1989.

MOREIRA, Michaela. “Cartas”. *Veja.* São Paulo: Editora Abril, Edição 1092, 16 de agosto de 1989.

OLIVEIRA, Marco Nonato de. “Cartas”. *Veja.* São Paulo: Editora Abril, Edição 1084, 21 de junho de 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, D. L. P. de. "A Comunicação Humana". In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística - Volumes 1 e 2: A comunicação humana*.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil o longo caminho*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CRESTANI, Luciana Maria. *A Participação do Leitor Como Co-Enunciador em Jornais Impressos e On-Line: Abordagem À Luz da Enunciação*. Vivências. Vol. 6, N. 9, Maio/2010.
- FREITAS, Renata Suely. "Identidade, imagem e ética na comunicação política". *Revista de C. Humanas*, Viçosa, Vol. 9, N. 2, jul./dez. 2009.
- MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas, São Paulo, 1999. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- NOVAES, Ana Maria Pires. "O Discurso Dialógico no Gênero Cartas do Leitor". *Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis*, v.3, Número 2, Mai. - Agosto. 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*. Princípios & Procedimentos. Pontes.
- PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. "Os Desafios da História (Política) do Tempo Presente". *OP SIS*, Vol. 7, N. 9, jul-dez. 2007.
- SADER, Emir. *A transição no Brasil: Da ditadura à democracia?* – São Paulo: Atual, 1990.
- SANTOS, Anderson dos. *O espetáculo na política brasileira: a despolitização do político através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista VEJA (1988-1992)*. 2008. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil*. Disponível em <https://www.sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989> Acesso: 27 de outubro de 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa*

do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 27 de outubro de 2015.

O discurso oculto e o discurso público: estratégias de resistência na interação entre subordinados e subordinadores no contexto organizacional

Dôuglas Aparecido Ferreira¹

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O DISCURSO OCULTO E O DISCURSO PÚBLICO

O antropólogo James C. Scott é conhecido por tratar de questões no âmbito da infrapolítica, entendidas por ele como “um vasto leque de meios de resistências discretas que recorrem a formas indiretas de expressão.”². A partir de seu estudo sobre as práticas de resistência quando em situações de dominação, o autor propõe a existência de duas formas de discursos: uma pública e outra oculta. A contribuição de Scott para este trabalho está na valorização das práticas de enfrentamento por parte dos grupos subordinados, mostrando a importância do entendimento dos discursos construídos nos bastidores, ou seja, longe dos olhos dos grupos subordinadores, e como se dá sua preparação para se transformar em um discurso público dentro das possibilidades que a situação interacional lhe permite. Dito de outro modo, em seus estudos, o autor supracitado demonstra interesse em entender as ações de resistência dos grupos subalternos quando em situação de opressão.

A representação que procede da civilidade interessa-nos aqui menos do que a representação que foi imposta à grande maioria das pessoas ao longo da história. Refiro-me ao comportamento público exigido àqueles que estão sujeitos a formas de subordinação social sistemáticas e complexas: o trabalhador face ao patrão, o rendeiro face ao

¹ Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre em Comunicação Social – Interações Midiáticas.

² SCOTT, 2013, p. 50.

proprietário, o servo face ao senhor, o escravo face ao amo, o intocável face ao brâmane, um elemento de uma raça submetida face a uma raça dominante³.

A teoria scottiana enfatiza que os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências com o poder, um discurso oculto, que representa uma crítica velada ao grupo dominador. “(...) usaremos o ‘discurso oculto’ para caracterizar o discurso que tem lugar ‘nos bastidores’, fora do campo de observação direta dos detentores do poder.”⁴. Em contrapartida, Scott aplica o termo discurso público às relações explícitas entre subordinados e seus subordinantes. Cabe destacar que mesmo quando a intenção do discurso público não é a de enganar, fica difícil apreender todas as relações de poder que o perpassam, afinal, “muitas vezes, ambas as partes têm interesse em desenvolver uma conspiração tácita para forjar uma representação distorcida da realidade”⁵.

A partir de Scott, pode-se perceber que as relações de poder não são lineares, o que torna impossível conceituar todos os enunciados discursivos proferidos frente aos subordinantes como sendo falsos e aquilo que é dito distante deles, como verdadeiro. Essa questão dificilmente será respondida e não é a intenção deste trabalho. O interesse aqui é outro: entender que o discurso público é, essencialmente, uma adaptação situacional de um discurso oculto produzido a priori, afinal esse primeiro se dá sob condições de poder mais acentuadas que condicionam sua existência.

O JORNAL QUE SUBIU AS ESCADAS

O jornal Piãoeiro foi uma iniciativa de veículo de comunicação não-oficial⁶ de um empregado do setor operacional (separação de produtos) de uma organização de Lagoa da Prata, MG, que atua no mercado nacional de distribuição de peças de reposição para bicicletas. De modo geral, o veículo é marcado pela informalidade. A temática marcada nele se mostra como uma tentativa de publicar assuntos do âmbito privado dos empregados, utilizando-se

³ SCOTT, 2013, p. 28.

⁴ SCOTT, 2013, p. 13

⁵ SCOTT, 2013, p. 28

⁶ A partir dos estudos de Baldissera, entende-se como comunicação não-oficial aquela que não é planejada pela gestão da organização. Para mais sobre o assunto ver BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom* (USP), v. 10-11, p. 115-120, 2009.

para isso de recursos linguísticos e visuais (gracejos, anedotas, trocadilhos, charges, sátiras e ironias) no intuito de circular informações de forma descontraída. As matérias são escritas sem compromisso com as regras dos manuais de redação jornalística e os erros de ortografia e gramática são recorrentes.

O informativo, de circulação mensal, foi lançado em março de 2006 e encerrado em novembro do mesmo ano, totalizando oito edições (o informativo não foi veiculado em julho). Durante o período de existência do veículo, a organização contava com aproximadamente sessenta empregados e não dispunha de um informativo oficial de comunicação interna.

Entende-se, portanto, que esse jornal representa a manifestação do discurso oculto praticado pelos empregados desta organização e para ampliar sua compreensão será necessário fazer uma reflexão quanto aos locais em que esses discursos ocultos geralmente são construídos e acordados coletivamente. Scott ressalta que, para a existência dos locais de discursos ocultos, duas condições são necessárias: primeira, um local reservado, longe do controle, da vigilância e da repressão e segunda, que seus frequentadores compartilhem de experiências de dominação idênticas. Sendo assim, a análise da criação dos espaços sociais de conversação fora da cena pública são instâncias analíticas significativas.

A disposição espacial do prédio da empresa delimitava o lugar de convivência dos grupos subordinados e subordinadores e favorecia a existência de acordos de cooperação e sigilo entres os atores sociais que neles estavam inseridos. Essa característica evitava que as informações compartilhadas durante as interações comunicacionais de um grupo fossem descobertas pelo outro. Os gerentes ocupavam uma região conhecida como a “parte de cima”, enquanto os demais empregados ocupavam a “parte de baixo”, uma escada ligando as duas partes permitia que os atores sociais pudessem transitar entre elas.

Para entender a dinâmica dos espaços onde ocorrem o discurso oculto e o discurso público, propõe-se uma articulação entre esses conceitos de Scott e a perspectiva de Erving Goffman (2013) sobre a representação social. Os autores mencionados concordam com a existência de dois espaços distintos caracterizados pelo modo de atuação dos atores sociais: a região de fundo, onde os discursos ocultos são praticados e a região de fachada, onde os discursos públicos são apresentados. Essas regiões ficam separadas por divisões e passagens protegidas, assim como a escada da organização analisada.

Uma das ocasiões mais interessantes para observar o controle da impressão é o momento em que um ator deixa a região dos fundos e entra no local em que o público se encontra, ou quando volta daí, pois nesses momentos pode-se apreender perfeitamente o vestir e o despir do personagem.⁷

Cabe destacar que a região de fundo e a região de fachada propostas por Goffman não são locais estanques. Isso pode ser identificado na relação entre subordinados e subordinadores descrita neste trabalho. Percebe-se que essas regiões se alternam de acordo com o grupo tomado por referência. Dito de outro modo, a região de fundo para um grupo é a região de fachada para o outro e vice-versa.

Entretanto, embora exista a tendência de uma região ser identificada como de fachada ou de fundo de uma representação com a qual esteja regularmente ligada, há ainda muitas regiões que funcionam numa ocasião e em certo sentido como região de fachada, e em outra ocasião e em outro sentido como região de fundo.⁸

Assim, a parte de cima é certamente a região de fachada, onde os subordinados se viam na necessidade de manter uma posição considerada adequada para a organização. No entanto, è lá também onde os subordinadores podem agir com intimidades entre eles desde que não estejam sendo vistos pelos atores da parte de baixo. Bem como, a parte de baixo poderia ser usada pelos gerentes como uma região de fachada para reforçar seu poder político através de vitórias, por exemplo, e como uma região de fundos pelos empregados para compartilhar seus interesses, como a criação de um jornal para circular assuntos do cotidiano deles.

A primeira edição recebeu o nome de Piãoeiro, um neologismo criado a partir de duas referências: o fato de ser o primeiro jornal da organização e por tratar do dia a dia do peão, termo pejorativo utilizado entres os empregados para se referir aos seus pares. O veículo contava com quatro páginas e foi redigido à mão. Durante este período, o jornal era lido às escondidas pelos empregados da parte de baixo. “Tinha um lugar lá, uma curva do vento. Lá que estacionávamos o carrinho, ninguém conseguia te

⁷ GOFFMAN, 2013, p. 114-115

⁸ GOFFMAN, 2013, p. 118

ver. Não tinha câmera lá e ficávamos lendo o jornalzinho”⁹. Para isso, eles utilizavam o recurso de escondê-lo embaixo de pranchetas de modo que a evitar sua descoberta pelos gerentes.

A arquitetura da organização na qual o jornal Piãoeiro circulou contribuiu para que os discursos ocultos dos grupos detentores do poder fossem construídos de forma mais livre do que os dos grupos subalternos, afinal, a parte de cima conferia privacidade e isolamento àqueles que dela utilizam, geralmente gestores, diretores e proprietários da organização. Sem contar a função de vigilância que é favorecida quando aquele que observa de cima não é percebido por aquele que se encontra na região de baixo¹⁰. Aos demais empregados, sobram espaços menos propícios para as confabulações dos discursos ocultos que passam a se dar nos encontros rápidos de corredor, nos cochichos nos cantos das salas, nas discretas trocas de mensagens através de dispositivos pessoais, ou seja, ocasiões distantes dos olhos dos dominantes, exigindo desse grupo artifícios mais discretos para fazê-los acontecer, como esconder o jornal embaixo das folhas da prancheta. Soma-se a isso, a possibilidade dessas situações serem descobertas pelos grupos subordinadores, o que acentua o risco de retaliações a esses encontros dotados de discursos ocultos.

De certo modo, a ambientação espacial da organização pesquisada traz consigo uma atmosfera carregada com as regras do poder que ali são praticadas, e isso é compreendido pelos atores sociais que nela se encontram. Para além disso, é importante destacar que a disseminação da cultura da obediência ao mundo do trabalho é difundida em diversos outros campos da vida social, desde a escola até as religiões¹¹ e essa informação é utilizada estrategicamente pelos empregados durante o processo de escolha do papel ideal para se adequar à relação de poder ali construída.

Depois de descrito o local onde eram construídos e acordados os discursos públicos e ocultos, cabe apresentar uma imagem para ilustrar a primeira edição do jornal:

⁹ Depoimento do criador do jornal. Para preservar os entrevistados, esta pesquisa não publica seus nomes, para isso será usado o papel de atuação do entrevistado no contexto da situação estudada, como o termo “criador do jornal”, ‘gerente de marketing’, por exemplo. Para os depoimentos que citam outros empregados serão utilizados nomes fictícios.

¹⁰ FOUCAULT, 1999

¹¹ SCOTT, 2013

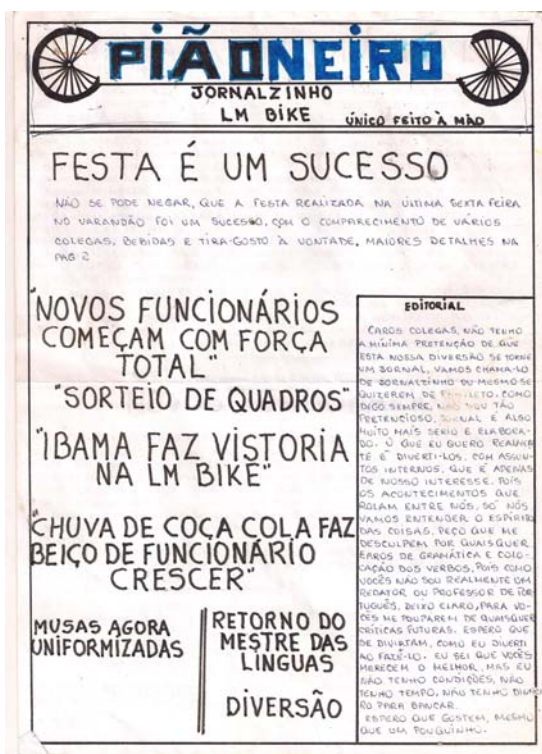


Figura 1: Primeira página do jornal Piãoeiro
 Fonte: Jornal Piãoeiro, março/2006

Nota-se, pelas chamadas da capa do jornal, uma tentativa de criar um veículo de comunicação destacando os assuntos geralmente pautados nas conversas de corredores entre os empregados, com a proposta de serem conteúdos comuns ao âmbito dos bastidores, ou seja, que não deveriam circular entre aqueles que não faziam parte do grupo subordinado, como os gerentes e diretores. O editorial reforça essas proposições.

Caros colegas, não tenho a mínima pretensão de que esta nossa diversão se torne um jornal, vamos chamá-lo de jornalzinho ou mesmo, se quiserem, de panfleto. Como digo sempre, não sou tão pretencioso. Jornal é algo muito mais sério e elaborado. O que eu quero realmente é divertirlos, com assuntos internos, que é (sic) apenas de nosso interesse. Pois os acontecimentos que rolam entre nós, só nós vamos entender o espírito das coisas.¹²

¹² PIÃO NEIRO, 2006, p. 1, grifo nosso

O posicionamento do editorial aponta para qual finalidade o jornal foi criado. Ao definir o Piãoneiro como um veículo de “[...] assuntos internos apenas de nosso interesse. Pois os acontecimentos que rolam entre nós, só nós vamos entender [...]” e, junto a isso, destacar manchetes de capa como: “Chuva de Coca Cola faz beijo de funcionário crescer”, “Musas agora uniformizadas” e “Retorno do mestre das línguas”, observa-se que seu criador se utiliza de termos e expressões que compõem os diálogos dos subordinados e dificilmente seriam entendidos por outros atores não pertencentes a esse grupo. Essa característica aponta para o fato de que o discurso oculto é (re)construído a partir das trocas e acordos tácitos feitos pelos seus articuladores, levando à criação de um vocabulário próprio que assegure o entendimento somente por parte de quem compartilha de um mesmo ambiente de convivência e também interesses, até certo ponto, comuns.

A primeira edição ganhou repercussão em outros setores e o informativo acabou sendo descoberto e levado para a parte de cima da empresa.

Até que num dia uma colega de trabalho xerocou e subiu com esse jornalzinho lá para o departamento de marketing. E circulou lá em todas as mesas e eles morreram de rir. Quando eu vi, o proprietário pediu para me chamar na sala dele. E eu fiquei puto, porque eu cansei de avisar: ‘Não deixa o jornal subir essas escadas, esse jornal é só daqui de baixo, não deixa não’. Aí, cheguei lá na sala do proprietário. Ele mandou eu entrar. Eu entrei e vi que ele estava com o jornalzinho na mesa. Então, ele falou assim: ‘Achei uma ótima ideia o que você fez, porque isso aí é *divertido entre vocês lá*.’¹³

Após o consentimento do proprietário da empresa, foi feita a segunda edição (abril/2006), marcando uma nova fase no jornal, o que lhe confere também um novo nome: Roda Livre, escolhido a partir de um concurso cultural envolvendo todos os setores da organização, tanto da parte de baixo quanto da parte de cima.

Porque o Pioneiro estava muito peão, só lá para baixo. Porque isso aqui era só lá para baixo, para o setor de expedição. Então, nós mesmos nos referíamos como peão, na brincadeira. A gente não ligava de ser chamado de peão. Agora como ele

¹³ Depoimento do Criador do Jornal

ia subir as escadas, não tinha nada a ver, porque lá em cima já era mais elitizado, já era televidas, administrativo. Já não poderia ser mais isso aqui. Aí, eu fiz o concurso, o nome Roda Livre foi o vencedor.¹⁴

Essa mudança do nome é reflexo de uma estratégia de abertura e aproximação do jornal para novas pautas. Um exemplo disso é a matéria “Viagem de negócios à China”, em destaque na capa, que relata a ida de um gerente ao país asiático. Esses conteúdos não estavam presentes na primeira edição, que parecia mais interessada em circular notícias sobre o cotidiano dos subordinados e não dos subordinadores. Ainda, o Roda Livre apresenta como maior diferença visual a diagramação realizada em um programa de computador e a utilização de imagens fotográficas, como demonstra a figura.



Figura 2: Primeira página do jornal “Roda Livre”

Fonte: Jornal Roda Livre, abril/2006

Ademais, na capa do jornal está descrito que o Roda Livre é a primeira edição do jornal interno da empresa, o que aponta para

¹⁴ Depoimento do Criador do Jornal

uma tentativa discursiva de desvinculá-lo da edição inicial, o Pião-neiro, marcando a aproximação entre o criador do jornal e seus superiores. O editorial anuncia essa nova fase.

Tudo começou como uma brincadeira. Porém, *com incentivo*, as coisas começam a mudar. Não tinha maiores pretensões, mas tudo na vida muda, não seria diferente comigo. [...] Estaria sendo hipócrita em dizer que tudo o que aconteceu não foi bom. Não foi bom, foi ótimo. *Esta oportunidade de fazer algo melhor para vocês é única, e oportunidade não se despreza*. Faço com gosto e pretendo fazê-lo sempre melhor, *contando com o incentivo de todos sem exceção*. [...] Essa semente foi plantada, começou a germinar, e com apoio de todos será uma árvore frutífera, e colheremos bons frutos. *Façamos desse jornalzinho o início de uma integração geral entre todos os colegas e a empresa*.¹⁵

Enquanto o Pião-neiro se apresentava como um jornal de “nossos interesses”, o Roda Livre se posiciona como “o início de uma integração geral entre todos os colegas e a empresa”. Esse novo discurso denota a preocupação em se ajustar o jornal também aos interesses da gestão da organização. Cabe aqui indagar: essa adaptação ao contexto, exigidas pelo fato do discurso oculto ter se tornado público, e o consequente distanciamento das suas iniciais pretensões, seria o preço que o jornal deveria pagar para garantir sua permanência?

A realidade é que as representações públicas das exigências dos grupos subordinados, mesmo em situação de conflito, têm quase sempre uma dimensão estratégica e dialógica que influencia a forma como essas representações se assumem. (16).

A reformulação pela qual o jornal passou para se adaptar também ao que parece ser os interesses da organização é consequência da visibilidade alcançada entre os empregados. Essa adequação parece ter sido essencial para a continuação do informativo. Em outras palavras, a estratégia que parece permear essa edição é a de que ao publicar assuntos de cunho organizacional, o jornal garantiria um tempo maior de sobrevivência e, consequentemente, seu criador evitaria futuros conflitos.

¹⁵ RODA LIVRE, 2006a, p. 1, grifo nosso

¹⁶ SCOOT, 2013, p. 139.

É indiscutível que as aparências exigidas pelo poder são impostas pela força aos grupos subordinados. Mas isso não impede que sejam ativamente usadas como meios de resistência e evasão. Importa notar, contudo, que existe um preço considerável a pagar por esta evasão, que é o de contribuir para a produção de um discurso público que aparentemente ratifica a ideologia social do grupo dominante.¹⁷

Mas há algo ainda mais complexo neste objeto estudado além do fato da adequação do discurso oculto do subordinado ao contexto público. Existem outras especificidades neste jornal além dessa já relatada, a mudança do discurso do subalterno que agora reforça, estrategicamente, o discurso do grupo subordinante. Enquanto o Piãoeiro busca divulgar “coisas que nós [empregados] vamos entender”, por meio de brincadeiras e assuntos de corretores sobre a vida alheia dos empregados, o “Roda Livre” utiliza desse mesmo humor para acentuar conteúdos mais polêmicos como reivindicações e protestos trabalhistas, arriscando-se em um novo objetivo para o jornal.

Se o jornal era para nós, os funcionários, nada mais justo que a gente lutar pelas causas nossas lá. Como o jornalzinho já estava começando a subir as escadas, achei que sutilmente ia poder jogar determinadas coisas que precisavam ser feitas lá em baixo. Eu consegui através do jornal que muita coisa mudasse lá para baixo.¹⁸

Nesta edição há pelo menos duas matérias que utilizam o recurso do humor e da ironia para reivindicar melhorias de trabalho, uma revelando a insatisfação dos motoristas que não foram convidados para uma festa da empresa (Motoristas também são filhos de Deus!) e outra relatando o desagrado de alguns empregados com o calor do local de trabalho (Sauna Seca).

¹⁷ SCOTT, 2013, p. 66

¹⁸ Depoimento Criador do Jornal

Motoristas também são filhos de Deus!

Não podemos negar que a festa foi um sucesso. Mas os motoristas reclamam, eles dizem que no dia da festa tiveram que viajar, cada um para um canto do país, bem longe do Varandão. É lógico que todos nós fizemos aguinha na boca deles, gabando o quanto foi bom.

Foi aí que levantaram a bandeira:

- Nós merecemos também, somos filhos do mesmo Deus!

Ta aí o recado, realmente eles merecem. Enquanto isso vale a pena relembrar...

Figura 3: Matéria "Motoristas também são filhos de Deus"

Fonte: Jornal Roda Livre, abril/2006

Sauna Seca

Ao visitar a sala da Samantha, Ludmila, Cláudia e Maíra, fiquei horrorizado com o calor que lá faz. No galpão faz muito calor, muito mesmo, principalmente depois que o portão grande tem que ser mantido fechado, mas fiquei com dó delas; lá, ao invés de entrar uma brisa pelas janelas, entra um vapor insuportável. Se o inverno não chegar rápido, qualquer dia destes irão encontrá-las, juntamente com os computadores, derretidos pelo chão. O ventilador que elas usam não consegue mover nem o papel sobre a mesa, quanto mais amenizar o calo que lá faz.

Vamos lá, meninas, a esperança é a última que morre! Em último caso, vamos torcer juntos pro inverno chegar rápido.

Figura 4: Matéria "Sauna seca"

Fonte: Jornal Roda Livre, abril/2006

Ao experimentar o humor para se dirigir ao grupo subordinador de uma forma mais sutil, o empregado utiliza dessa estratégia para evitar uma abordagem mais acentuada em seus posicionamentos, se aproveitando de um recurso comum do discurso oculto - o linguajar despojado e engraçado - para a construção do discurso público¹⁹. Portanto, por mais audaciosa que fosse a intenção do criador do jornal de aproveitar o momento de visibilidade do veículo para tornar públicas as demandas específicas da

¹⁹ CARRIERI, 2004.

parte de baixo da empresa, o informativo ainda refletia a lógica da relação do capital e do mundo do trabalho. Afinal, as organizações são ambientes marcados pelo controle e disputa de poder²⁰, então, qualquer desvio da conduta esperada pelo grupo subordinador pode acarretar em retaliações para os subordinados.

As evidências das tensões entre discurso oculto e discurso público podem ser encontradas nas mudanças de fases do jornal *Pião-neiro/Roda Livre* já apresentadas. Quando, no começo, sua circulação estava restrita a um grupo de empregados considerados do mesmo nível hierárquico, os assuntos ali presentes eram de seu cotidiano. Isso pode ser comprovado pelos termos e gírias usados que poderiam ser entendidos somente pelos frequentadores dos locais compartilhados por eles. Posteriormente, quando o discurso oculto passou por transformações para se ajustar ao fato de ter se tornado público, nota-se uma tentativa de, no primeiro momento, aproveitar-se dessa nova situação experimentando os efeitos de sua publicização, como a possibilidade de utilizar o jornal para fazer reivindicações, por exemplo.

É importante destacar que se o estudo das relações de poder dependesse somente do acesso aos discursos ocultos dos grupos subordinados, certamente ele se limitaria a apenas suposições e observações pouco conclusivas. Para ajudar a resolver este dilema, Scott (2013) lembra que traços dos discursos ocultos podem ser encontrados de forma disfarçada em expressões públicas como os rumores, os falatórios, as histórias, as canções, os gestos, as anedotas e o teatro.

Dito posto, é possível ter contato com parte do discurso oculto dos empregados que compunham a empresa onde o jornal circulou através da análise dos discursos públicos. O resultado disso é que os subordinados parecem saber bem o assunto que está sendo tratado em certos textos, enquanto os grupos dominantes ficam reféns de uma leitura enquadrada por códigos que não conhecem ou não entendem, já que não frequentam os espaços de construção dos discursos ocultos, como explica o entrevistado a seguir.

Se você pegar uma coisa solta para ler, vai achar muito estranho porque não vai fazer muito sentido para todo mundo. Fazia muito sentido para nós. Para nós ali dentro, não só para o pessoal da Logística, para quem estava dentro da empresa,

²⁰ OLIVEIRA; PAULA, 2008; BALDISSERA, 2014; FAUSTO NETO, 2008.

que saberia o que significa o ‘chiqueirinho’, por exemplo. Até hoje existe o ‘chiqueirinho’. É um termo interno! Que muitas pessoas quando chegam, acham até muito pejorativo. ‘Por que chiqueirinho?’. Só mesmo quem está ali dentro para poder entender.²¹

Em alguns casos, os discursos ocultos podem vir à tona e se tornarem públicos, como aconteceu com o jornal *Piãoneiro/Roda Livre*, por uma série de motivos propositais ou não. Independentemente da motivação, a descoberta do discurso oculto calha em efeitos de grandes proporções com potencial para alterar todo o histórico relacional entre dominantes e dominados²².

A partir do que já foi dito, cabe levantar uma questão: uma resistência que não é percebida pelos grupos dominantes pode ser caracterizada como tal? Scott sugere uma pergunta filosófica para suscitar essa discussão: “fará barulho uma árvore a cair no meio da floresta se não houver qualquer criatura perto para a ouvir?”²³. Defender a ideia de que para se categorizar uma ação como de resistência ela precisa ser reconhecida por aqueles a quem se quer resistir é delegar a decisão da resposta a essa questão apenas a quem detêm o poder, ou seja, é criar uma situação que só pode ser determinada pelos grupos dominantes, o que pode gerar enviesamentos. Afinal, existe sempre a possibilidade dos grupos subordinadores de não se importarem ou ignorarem os atos de insubordinação como se eles não existissem e isso também pode ser uma estratégia para fortalecer sua representação do poder.

As proposições de Scott sobre as intenções dos grupos que detêm o poder em depreciar as ações de resistência no intuito de sustentar a representação de um poder seguro e inabalável são percebidas no depoimento do então gerente de *marketing* da empresa durante o período de circulação do jornal.

O que repercutia mais era a fofoca. A parte de reivindicações era muito rapidamente conversada. Eu lembro que o próprio diretor falava: ‘isso aqui vocês podem conversar comigo. Por que vocês estão falando de novo? Isso já foi falado, vocês aceitaram.’. Por exemplo, esse negócio dos motoristas que não foram à festa. Eu lembro que

²¹ Depoimento Empregado da Parte de Baixo.

²² FERREIRA; SÁ, 2013.

²³ SCOTT, 2013, p. 136.

saiu até depois no jornal. No dia mesmo já foi falado, eles já reclamaram. Mas quando algum funcionário chegava para falar, citar do jornal, eles citavam fofoca. Ninguém citou: 'ah, saiu no jornal que está quente o ar'. *Geralmente, a gente tinha reclamação de funcionários que reclamavam que tinham sido citados, mesmo que indiretamente e eles não gostavam, então gerava mal-estar também.*²⁴

Nota-se uma tentativa do entrevistado em desqualificar o jornal como um veículo que também trazia protestos de cunho trabalhistas além dos assuntos privados. A partir de Scott (2013), infere-se que, ao fazer isso, o gerente de *marketing* tenta diminuir a relevância política do jornal, desvalorizando os traços de resistência e enaltecendo outros assuntos nele abordados.

A estratégia de desqualificação do discurso de resistência, presente no depoimento do gerente de *marketing*, se torna ainda mais perceptível quando confrontada com o depoimento de dois empregados, um que atuava na parte de baixo da empresa e outro na parte de cima. Ambos não ocupavam cargos de gestão na organização e seus nomes foram citados em conteúdos do jornal.

Era sempre nós ali, os companheiros. Não incomodava porque era sempre de forma carinhosa, nunca de forma pejorativa. A gente sempre gostava. Eu não me sentia incomodada porque era praticamente uma coisa consentida. Nunca teve ninguém que ficou chateado, pedindo para parar ou alguma coisa assim.²⁵

Aquilo era fofoca, mais nada. Você viu alguma coisa que humilhasse alguém? Não, completamente. Era bom! O jornalzinho era muito divertido. Todo mundo achava bom sair no jornal. Gostava de sair, gostava de aparecer.²⁶

Através dos depoimentos dos entrevistados, percebe-se que o fato dos empregados serem citados no jornal, a princípio, não os incomodavam. Pelo contrário, nota-se entre eles uma satisfação em serem mencionados no veículo e que, caso alguém se sentisse ofendido, como foi relatado pelo gerente de *marketing*, não parece ter se tornado de conhecimento dos demais membros da empresa. Por outro lado, deve-se levar em consideração também que possivelmente os relatos de empregados opositores ao jornal aconteciam

²⁴ Depoimento do Gerente de Marketing, grifo nosso.

²⁵ Depoimento do Empregado da Parte de Baixo

²⁶ Depoimento do Empregado da Parte de Cima.

com a exigência de anonimato, resultado do receio de ser caracterizado como um traidor ou inimigo do movimento. Nas palavras do gestor de *marketing*: “a pessoa reclamava em *off* para a gente porque a empresa era pequena e ficaria antipatizada”. Sobre isso, Scott (2013) lembra que embora as relações entre subordinados sejam marcadas pela simetria e pela reciprocidade, o discurso oculto que se desenvolve nestas circunstâncias pode ser igualmente tirânico, mesmo que todos participem na sua modulação. O autor cita o exemplo de um grupo de trabalhadores que podem partir até para a violência física com algum membro do grupo que seja identificado como bajulador dos patrões.

A reflexão desenvolvida aqui não se colocará como uma tentativa de julgar o jornal através de avaliações para detectar se realmente o Piãoeiro/Roda Livre era bem visto ou não pelos empregados, uma vez que trazia um conteúdo, por vezes, baseado em fofocas, brincadeiras e relatos das vidas pessoais. Acredita-se que a unanimidade não exista. Aqueles que estavam mais próximos do seu criador possivelmente não se importavam tanto com as piadas, mas talvez, aos demais, a situação fosse diferente. Isso demonstra a pluralidade de interesses que compõem um grupo, inclusive aqueles que compartilham os mesmos espaços e os mesmos níveis hierárquicos em uma organização, revelando a complexidade da construção do discurso oculto e o seu poder em ser, ao mesmo tempo, libertador e repressor, já que ser contrário aos acordos estabelecidos entre os subordinados apresenta-se também, como foi descrito, como um risco.

CONSIDERAÇÕES

A leitura de Scott (2013) leva à reflexão do fato de que tanto o discurso oculto quanto o público são estratégias exercidas de forma espontânea. A própria situação de poder exige dos atores sociais envolvidos nela se submeterem às regras de relacionamentos que podem ir do ocultamento à publicização do discurso. No contexto das organizações, essas relações de poder são acentuadas pela histórica disputa de classe entre empregador e empregado e as regras que compõem o mundo do capital e do trabalho. As normas de conduta do jogo são, ao mesmo tempo, claras e tácitas para aqueles que atuam nas organizações e, por conseguinte, muito bem entendidas por aqueles que nelas querem se empregar.

Esse clima de sobreaviso que permeia as organizações, socialmente difundido, transforma os próprios empregados em vigilantes

de si mesmos, oportunizando situações em que qualquer desvio de comportamento do que se espera de um membro do grupo subordinado seja julgado e condenado pelos demais.

Todavia, é importante pensar no empregado como um ator estratégico e não apenas como um indivíduo passivo, obediente e complacente. O próprio fato da existência de discursos ocultos é um sinal de que, aparentemente, na frente dos grupos dominantes, os subordinados agem como se fossem condescendentes com a situação imposta, mas, nos bastidores, eles podem compartilhar seus dissensos e impugnar o contexto colocado. Na verdade, exceto em situação de conflitos explícitos, as representações públicas dos grupos subordinados quase sempre são dimensões estratégicas de uma falsa aceitação ideológica.

Sendo assim, o maior beneficiário da construção social da representação do poder dos grupos subordinadores não são somente as gestões das organizações, que se utilizam de diversas oportunidades culturais e comunicacionais para fazerem valer as regras do mundo do trabalho que lhe são favoráveis, mas também os próprios empregados que, desde cedo, são bombardeados por informações de conduta que, quando vistas de forma crítica, fornecem subsídios para que eles possam escolher o melhor papel de representação quando em relação aos seus superiores hierárquicos. Isso demonstra o poder de negociação dos empregados e sua habilidade em reivindicar para si outros sentidos às mensagens que partem dos discursos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom* (USP), v. 10-11, p. 115-120, 2009.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional, tecnologias e vigilância: entre a realização e o sofrimento. *E-Compós* (Brasília), v. 17, p. 1-15, 2014.
- CARRIERI, Alexandre. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do SINTTEL/ MG. *Revista Organização e Sociedade*. Salvador, v.11, n. 30, p. 29-48, maio/agosto 2004.
- ENGELS, F; MARX, K.. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação das organizações: da vigilância aos pontos de fuga. In: OLIVEIRA, I. de L.; SOARES. A. T. N. *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p. 39-64.

- FERREIRA, Melo; SÁ, Fátima. Apresentação. In: SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013. 340 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20 ed. Petrópolis, Vozes, 1999. 288p.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 273 p.
- OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Carine F. Caetano de . Comunicação no contexto das organizações: produtora ou ordenadora de sentidos?. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira. (Org.). *Interface e tendências da Comunicação no contexto das organizações*. São Caetano de Sul, SP: Difusão Editora, 2008, p. 91-108.
- PIÃONEIRO. Lagoa da Prata - MG. Mar/2006.
- RODA LIVRE. Lagoa da Prata - MG. Abr/2006.
- SCOTT, C. James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa, Portugal: Letra Livre: 2013. 340 p.

Este livro foi composto na tipologia Palatino Linotype, em corpo 11/13. A diagramação foi realizada em agosto de 2018, na Assessoria de Comunicação da UEMG Unidade Divinópolis.

A noção de Direitos Humanos é ampla e complexa e relativamente recente na história. Os três tratados fundamentais para a construção da concepção atual de Direitos Humanos são a constituição da Independência dos Estados Unidos da América, de 1787, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datada do período da Revolução Francesa (1789), e, o mais recente, adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que esta apresenta a noção mais contemporânea acerca dos Direitos Humanos, que podem se distinguir entre direitos de primeira, segunda e terceira geração.

Embora o Brasil seja signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, convivemos, ao longo da nossa história, com marcas seculares de desrespeito aos direitos fundamentais de homens e mulheres e com mecanismos que perpetuam (e aprofundam) a desigualdade social, além de impedir o pleno exercício da cidadania. Negar o direito à memória tem sido, muitas vezes, estratégia utilizada pelos grupos que detêm o poder econômico, político e midiático para impedir a construção de uma cultura de defesa dos direitos humanos. Por outro lado, as mobilizações em torno da defesa dos direitos humanos e de uma educação em direitos humanos tornam-se cada vez mais frequentes.

É a partir desta perspectiva, reconhecendo o conflito e assumindo claramente a posição de defesa intransigente dos direitos humanos e do exercício da cidadania, do direito à igualdade e à diferença, do respeito à diversidade e da negação da desigualdade social e econômica que o tema “História, Cidadania e Direitos Humanos” foi selecionado para o 6º Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro.

